

Alicia Ferreira Gonçalves
Victoria Puntriano Zuniga de Melo



ECONOMIA DA DÁDIVA E OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

reciprocidade e mercado em comunidades
rurais no Estado da Paraíba

**ECONOMIA DA DÁDIVA E OS
FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS:**

reciprocidade e mercado
em comunidades rurais
no Estado da Paraíba



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora	MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor	EDUARDO RAMALHO RABENHORST
Diretora do CCHLA	MÔNICA FREITAS
Vice-Diretor do CCHLA	RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA



EDITORA DA UFPB

Diretora	IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração	ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisão de Produção	JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

Bartolomeu Leite da Silva (Filosofia)
Carla Lynn Reichmann (Línguas Estrangeiras Modernas)
Carla Mary da Silva Oliveira (História)
Eliana Vasconcelos da Silva Esrael (Língua Portuguesa e Linguística)
Hermano de França Rodrigues (Literaturas de Língua Portuguesa)
Karina Chianca Venâncio (Línguas Estrangeiras Modernas)
Lúcia Fátima Fernandes Nobre (Línguas Estrangeiras Modernas)
Luziana Ramalho Ribeiro (Serviço Social)
Marcela Zamboni Lucena (Ciências Sociais)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Sociais)
Teresa Cristina Furtado Matos (Ciências Sociais)
Willy Paredes Soares (Letras Clássicas)

Alicia Ferreira Gonçalves
Victoria Puntriano Zuniga de Melo

**ECONOMIA DA DÁDIVA E OS
FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS:**
reciprocidade e mercado
em comunidades rurais
no Estado da Paraíba

Editora da UFPB
João Pessoa
2016

Direitos autorais 2016 – Editora da UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Projeto Gráfico EDITORA DA UFPB
Editoração Eletrônica ALICE BRITO

Este trabalho foi revisado de acordo com as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto nº 6.583) e baseado nas normas vigentes da ABNT (NBR 6023, NBR 6027, NBR 6028, NBR 10520, NBR 14724), por **Gustavo Menossi** (Letras-UNICAMP)

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

G635e Gonçalves, Alicia Ferreira
Economia da dívida e os Fundos Rotativos Solidários: reciprocidade e mercado em comunidades rurais no estado da Paraíba / Alicia Ferreira, Victoria Puntriano Zuniga de Melo. -- João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
Recurso digital (5,7 MB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN 978-85-237-1177-1 (recurso eletrônico)
1. Camponato. 2. Tradições camponesas.
3. Comunidades rurais - Paraíba. 4. Práticas comunitárias - tradição. 5. Fundos Rotativos Solidários. I. Melo, Victoria Puntriano Zuniga de.

CDU: 347.7 (81)

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Aos agricultores e agricultoras de assentamentos
e sítios rurais no Estado da Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Considerando que este livro é resultado de um esforço coletivo, agradecer a todos aqueles de alguma forma contribuíram para esta produção não é uma tarefa fácil. Para não correr o risco da injustiça, agradecemos de antemão a todas as pessoas (no belíssimo sentido maussiano) que colaboraram direta ou indiretamente com esta pesquisa.

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do projeto Economia da dívida e os Fundos Rotativos Solidários: Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba, que teve como resultado este livro que hoje publicamos.

Agradecemos ao Banco do Nordeste Brasil (BNB) instituição financiadora do projeto Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba. Agradecemos a Roberto Smith, à época Presidente do Banco, Jose Sydrião de Alencar Junior (superintendente do ETENE), José Narciso Sobrinho (gerente de Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento), José Maria Marques Carvalho (coordenador do FUNDECI/FASE/FDR), Claricio dos Santos Filho (coordenador de Estudos e Pesquisas vinculado ao Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE), e, especialmente, a José Rubens Dutra Mota, superintendente da área de Políticas de Desenvolvimento (que me sugeriu esta pesquisa).

À Cooperativa Cultural Universitária da Paraíba (CODISMA), parceira executora do projeto acima citado, juntamente com o BNB, nosso agradecimento pelo apoio técnico e administrativo durante a realização do projeto de pesquisa, em especial ao seu presidente, à época da pesquisa, Abdias Freire Medeiros, e às secretarias Carol e Janaina. Ao Professor Paulo Cardoso, do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, que nos apresentou a CODISMA.

Ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, nosso muito obrigado.

Às entidades apoiadoras da Economia Solidária, entre elas, Cáritas, na figura de nosso querido Ademar de Andrade Bertucci (ex-Secretário Nacional), Articulação no Semiárido (ASA/PB), Fundação Esquel Brasil, Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Remígio e de Aparecida, pelo acesso às comunidades para realizar a pesquisa. Ao Carlão, liderança do Assentamento Nova Vida agradecemos o valioso tempo que nos concedeu para a realização da pesquisa de campo.

À Universidade Federal da Paraíba, nos seus diversos setores, entre eles, o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), o Departamento de Ciências Sociais (DCS), ao Departamento de Finanças e Contabilidade (DFC), aos alunos participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC), que realizaram conosco a pesquisa.

Agradecemos, especialmente e, sobretudo, aos agricultores e agricultoras que vivem com as suas famílias em assentamentos e sítios rurais no estado da Paraíba que nos permitiram conhecer de perto as suas experiências e compartilhar suas vidas cotidianas, com elas e eles temos uma dívida eterna.

Este livro é dedicado a Carlos Antero Fidelis – Carlão – liderança política rural dos assentamentos da Zona da Mata Sul da Paraíba, grande articulador político, foi um dos fundadores do MST, agricultor honrado, honesto e guerreiro e sempre nos atendeu – pesquisadores da universidade, nós que aprendemos tanto com ele...

Para ele e para a sua família dedicamos também este poema de Roque Dalton,

Yo, como tú, amo el amor, la vida, el dulce encanto de las cosas, el paisaje celeste de los días de enero. También mi sangre bulle y río por los ojos que han conocido el brote de las lágrimas. Creo que el mundo es bello, que la poesía es como el pan, de todos. Y que mis venas no terminan en mí, sino en la sangre unánime de los que luchan por la vida, el amor, las cosas, el paisaje y el pan, la poesía de todos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de filhos dos participantes do FRS – Lagoa do Jogo	42
Figura 2 – Aplicações do PAPPS de 2005 a 2008	66
Figura 3 – Localidade de origem – Zona da Mata Sul	77
Figura 4 – Estado civil – Zona da Mata Sul	78
Figura 5 – Média da quantidade de filhos e irmãos – Zona da Mata Sul	79
Figura 6 – Média dos filhos e irmãos – Zona da Mata Sul.....	79
Figura 7 – Acessibilidade à rede pública de ensino – Zona da Mata Sul.....	80
Figura 8 – Gênero – Zona da Mata Sul.....	81
Figura 9 – Média e moda da idade do participante do FRS – Zona da Mata Sul.....	82
Figura 10 – Participação por faixa etária na política do FRS – Zona da Mata Sul.....	83
Figura 11 – Escolaridade em anos de estudo – Zona da Mata Sul.....	83
Figura 12 – Média e moda dos anos de escolaridade – Zona da Mata Sul.....	84
Figura 13 – Média e moda dos anos de escolaridade entre gerações – Zona da Mata Sul.....	85
Figura 14 – Orientação religiosa – Zona da Mata Sul	86
Figura 15 – Panorama geral de afiliações – Zona da Mata Sul.....	87
Figura 16 – Perfil da Propriedade – Zona da Mata Sul	89
Figura 17 – Entidades que atuaram na condução da regularização das terras – Zona da Mata Sul.....	90
Figura 18 – Média e moda do tempo de moradia – Zona da Mata Sul.....	90
Figura 19 – Trabalhadores que exercem função remunerada em outros setores – Zona da Mata Sul.....	91

Figura 20 – Panorama das benfeitorias – Zona da Mata Sul	92
Figura 21 – Recursos para benfeitorias – Zona da Mata Sul	92
Figura 22 – Produção principal – Zona da Mata Sul	93
Figura 23 – Produção diversificada – Zona da Mata Sul	94
Figura 24 – Média e moda da produção para excedente e produção para consumo familiar – Zona da Mata Sul	95
Figura 25 – Participantes que utilizam algum tipo de criação animal – Zona da Mata Sul	95
Figura 26 – Beneficiamento – Zona da Mata Sul	96
Figura 27 – Outro tipo de atividade econômica – Zona da Mata Sul	96
Figura 28 – Canais de escoamento da produção – Zona da Mata Sul	97
Figura 29 – Doação – circuito da dádiva – Zona da Mata Sul	98
Figura 30 – Destino das doações – Zona da Mata Sul	98
Figura 31 – Trabalho de forma assalariada – Zona da Mata Sul	99
Figura 32 – Setores do trabalho assalariado – Zona da Mata Sul	99
Figura 33 – Tempo de trabalho – Zona da Mata Sul	100
Figura 34 – Aposentados – Zona da Mata Sul	101
Figura 35 – Rede de proteção social – Zona da Mata Sul	101
Figura 36 – Como os participantes tomaram conhecimento do PAPPS – Zona da Mata Sul	102
Figura 37 – Tempo de participação em projetos de fundos solidários financiados com recursos públicos – Zona da Mata Sul	104
Figura 38 – Experiência em outros projetos de FRS – Zona da Mata Sul	104
Figura 39 – Origem dos recursos do FRS – Zona da Mata Sul	105
Figura 40 – Projeção da produção – Zona da Mata Sul	106
Figura 41 – Decisão sobre os investimentos do FRS – Zona da Mata Sul	107
Figura 42 – Critérios de participação e a inserção de novas pessoas no programa – Zona da Mata Sul	108
Figura 43 – Decisão da devolução e quem faz a prestação de contas – Zona da Mata Sul	109

Figura 44 – Frequência das reuniões – Zona da Mata Sul	111
Figura 45 – Capacitação – Zona da Mata Sul	112
Figura 46 – Órgão responsável pela capacitação – Zona da Mata Sul	112
Figura 47 – Participação por faixa na etária na política do FRS – Lagoa do Jogo	124
Figura 48 – Escolaridade em anos de estudo – Lagoa do Jogo	125
Figura 49 – Média e moda do número de filhos – Lagoa do Jogo	127
Figura 50 – Filiação a redes – Lagoa do Jogo	129
Figura 51 – Benfeitorias realizadas com recursos do FRS – Lagoa do Jogo	130
Figura 52 – Origem dos recursos das benfeitorias – Lagoa do Jogo	131
Figura 53 – Produção principal – Lagoa do Jogo	138
Figura 54 – Produção diversificada – Lagoa do Jogo	133
Figura 55 – Média e moda da produção x consumo – Lagoa do Jogo	134
Figura 56 – Canais de escoamento da produção – Lagoa do Jogo	135
Figura 57 – Tempo de trabalho assalariado – Lagoa do Jogo	137
Figura 58 – Aposentados – Lagoa do Jogo	138
Figura 59 – Rede de proteção social – Lagoa do Jogo	139
Figura 60 – Atividade financiada pelo FRS – Lagoa do Jogo	141
Figura 61 – Experiência em projetos de FRS – Lagoa do Jogo	142
Figura 62 – Origem dos recursos do FRS – Lagoa do Jogo	143
Figura 63 – Decisão sobre os investimentos – Lagoa do Jogo	144
Figura 64 – Devolução dos recursos do FRS – Lagoa do Jogo	146
Figura 65 – Prestação de contas – Lagoa do Jogo	147
Figura 66 – Tipos de capacitação – Lagoa do Jogo	148
Figura 67 – Participação por faixa etária na política do FRS – Santa Paula	156
Figura 68 – Escolaridade em anos de estudo – Santa Paula	158
Figura 69 – Escolaridade dos pais e das mães – Santa Paula	159
Figura 70 – Média e moda dos anos de moradia – Santa Paula	161
Figura 71 – Benfeitorias – Santa Paula	162

Figura 72 – Origem dos recursos para as benfeitorias – Santa Paula	162
Figura 73 – Produção principal – Santa Paula	164
Figura 74 – Criação animal – Santa Paula	164
Figura 75 – Média e moda: produção x consumo – Santa Paula	165
Figura 76 – Canais de escoamento – Santa Paula	166
Figura 77 – Circuito da dádiva – Santa Paula	167
Figura 78 – Aposentados – Santa Paula	168
Figura 79 – Recebimento de ajuda de fora da comunidade – Santa Paula	168
Figura 80 – Rede de proteção social – Santa Paula	169
Figura 81 – Como os participantes tomaram conhecimento das políticas dos FRS’s – Santa Paula	170
Figura 82 – Decisão de investimentos do FRS – Santa Paula	172
Figura 83 – Decisão da devolução dos recursos – Santa Paula	173
Figura 84 – Registro das reuniões – Santa Paula	174
Figura 85 – Quem realiza a prestação de contas – Santa Paula	175
Figura 86 – Prestação de contas – Santa Paula	176
Figura 87 – Responsável pela prestação de contas – Santa Paula	177
Figura 88 – Localidade de origem – Aparecida	195
Figura 89 – Estado civil – Aparecida	195
Figura 90 – Gênero – Aparecida	196
Figura 91 – Envolvimento dos grupos etários no programa FRS – Aparecida	197
Figura 92 – Média e moda da idade dos participantes – Aparecida	197
Figura 93 – Escolaridade em anos de estudo – Aparecida	198
Figura 94 – Média e moda da escolaridade dos participantes – Aparecida	198
Figura 95 – Panorama geral de afiliações a sindicatos, associações e cooperativas – Aparecida	199
Figura 96 – Entidades de mediação de FRS – Aparecida	199
Figura 97 – Visão geral da idade dos filhos e irmãos dos participantes da política do FRS – Aparecida	200
Figura 98 – Acesso à rede pública de ensino – Aparecida	201

Figura 99 – Orientação religiosa – Aparecida	201
Figura 100 – Localidade da propriedade – Aparecida	202
Figura 101 – Modalidade de propriedade – Aparecida	203
Figura 102 – Trabalho em propriedade alheia – Aparecida	203
Figura 103 – Tamanho da propriedade em hectares – Aparecida	204
Figura 104 – Tempo da moradia em anos – Aparecida	205
Figura 105 – Média e moda do tempo de moradia – Aparecida	206
Figura 106 – Benfeitorias – Aparecida	206
Figura 107 – Origem dos recursos – Aparecida	207
Figura 108 – Produção principal – Aparecida	208
Figura 109 – Produção diversificada pelos participantes do FRS – Aparecida	208
Figura 110 – Participantes que utilizam algum tipo de criação animal – Aparecida	209
Figura 111 – Beneficiamento – Aparecida	209
Figura 112 – Outras atividades – Aparecida	210
Figura 113 – Média e moda da produção e consumo – Aparecida	211
Figura 114 – Canais de comercialização da produção excedente – Aparecida	211
Figura 115 – Para quem doa – Aparecida	212
Figura 116 – Trabalho assalariado – Aparecida	213
Figura 117 – Setor do trabalho assalariado – Aparecida	214
Figura 118 – Tempo de trabalho – Aparecida	215
Figura 119 – Aposentadoria – Aparecida	216
Figura 120 – Doação – Aparecida	216
Figura 121 – Rede de proteção social – Aparecida	217
Figura 122 – Experiência em outros projetos de Fundos Solidários – Aparecida	217
Figura 123 – Como os participantes tomaram conhecimento da política dos FRS's – Aparecida	218
Figura 124 – Tempo que os participantes atuam em políticas de ES e FRS – Aparecida	219
Figura 125 – Projeção da produção – Aparecida	220
Figura 126 – Decisão de investimento – Aparecida	220
Figura 127 – Critérios de participação – Aparecida	221

Figura 128 – Decisão de devolução dos recursos – Aparecida	222
Figura 129 – Prestação de contas – Aparecida	223
Figura 130 – Frequência das reuniões – Aparecida	223
Figura 131 – Capacitações – Aparecida	224
Figura 132 – Modalidade de capacitação – Aparecida	225
Figura 133 – Órgão da capacitação – Aparecida	225
Figura 134 – Registro de reuniões – Aparecida	226
Figura 135 – Formas de registro das reuniões – Aparecida	226
Figura 136 – Quem realiza os registros – Aparecida	227
Figura 137 – Quem é responsável pela prestação de contas – Aparecida	227
Figura 138 – Quem realiza a prestação de contas – Aparecida	228
Figura 139 – Levantamento de preços – Aparecida	228
Figura 140 – Localidade de origem dos participantes do FRS – Santa Cruz	235
Figura 141 – Gênero – Santa Cruz	235
Figura 142 – Estado Civil – Santa Cruz	236
Figura 143 – Visão geral da idade dos filhos dos participantes da política do FRS – Santa Cruz	237
Figura 144 – Média e moda da quantidade de filhos – Santa Cruz	237
Figura 145 – Média e moda do número de pessoas que moram na casa – Santa Cruz	238
Figura 146 – Envolvimento dos grupos etários na política do FRS – Santa Cruz	238
Figura 147 – Média e moda da idade dos participantes – Santa Cruz	239
Figura 148 – Panorama geral de afiliações a sindicatos, associações e cooperativas dos participantes da política do FRS	239
Figura 149 – Entidades de mediação de FRS – Santa Cruz	240
Figura 150 – Escola próxima – Santa Cruz	241
Figura 151 – Escolaridade formal em anos de estudo – Santa Cruz	241
Figura 152 – Média e moda da distância para a escola em Km – Santa Cruz	242
Figura 153 – Frequência escolar – Santa Cruz	242
Figura 154 – Orientação religiosa – Santa Cruz	243

Figura 155 – Localidade da propriedade – Santa Cruz	244
Figura 156 – Modalidade da propriedade – Santa Cruz	245
Figura 157 – Trabalho em propriedade alheia – Santa Cruz	245
Figura 158 – Tamanho da propriedade em hectares – Santa Cruz	246
Figura 159 – Tempo de moradia em anos – Santa Cruz	247
Figura 160 – Benfeitorias – Santa Cruz	247
Figura 161 – Origem dos recursos das benfeitorias – Santa Cruz	248
Figura 162 – Produção principal – Santa Cruz	249
Figura 163 – Produção diversificada pelos participantes da política do FRS – Santa Cruz	249
Figura 164 – Participantes que utilizam algum tipo de criação animal – Santa Cruz	250
Figura 165 – Beneficiamento – Santa Cruz	250
Figura 166 – Outro tipo de atividade econômica – Santa Cruz	251
Figura 167 – Média e moda da produção e consumo – Santa Cruz	251
Figura 168 – Canais de comercialização da produção excedente – Santa Cruz	252
Figura 169 – Doação – Santa Cruz	253
Figura 170 – Trabalho assalariado – Santa Cruz	253
Figura 171 – Aposentadoria – Santa Cruz	254
Figura 172 – Recebimento de ajuda de fora da comunidade – Santa Cruz	255
Figura 173 – Rede de proteção social – Santa Cruz	255
Figura 174 – Como os participantes tomaram conhecimento da política dos FRS’s – Santa Cruz	256
Figura 175 – Experiência em outros projetos de Fundos Solidários – Santa Cruz	256
Figura 176 – Atividade financiada pelo FRS – Santa Cruz	257
Figura 177 – Tempo que os participantes atuam em políticas de ES e FRS – Santa Cruz	257
Figura 178 – Média e moda do tempo de atuação no FRS – Santa Cruz	258
Figura 179 – Origem dos recursos do FRS – Santa Cruz	259
Figura 180 – Projeção da produção – Santa Cruz	260

Figura 181 – Decisão de investimento do FRS – Santa Cruz	261
Figura 182 – Critérios de participação – Santa Cruz 333	261
Figura 183 – Decisão da devolução dos recursos – Santa Cruz	262
Figura 184 – Decisão de prestação de contas – Santa Cruz	263
Figura 185 – Frequência das reuniões dos FRS's – Santa Cruz	264
Figura 186 – Capacitação – Santa Cruz	264
Figura 187 – Tipo de capacitação – Santa Cruz	265
Figura 188 – Órgão da capacitação – Santa Cruz	265
Figura 189 – Registros das reuniões – Santa Cruz	266
Figura 190 – Formas de registro das reuniões – Santa Cruz	267
Figura 191 – Quem realiza os registros – Santa Cruz	267
Figura 192 – Responsável pela prestação de contas – Santa Cruz	268
Figura 193 – Levantamento de preços – Santa Cruz	269

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APA – Área de Proteção Ambiental
ASA/PB – Articulação do Semiárido
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
CCHLA – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODISMA – Cooperativa Cultural Universitária da Paraíba
COOAP – Cooperativa dos Apicultores do Estado da Paraíba
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCR – Desenvolvimento Científico Regional
DCS – Departamento de Ciências Sociais
DFC – Departamento de Finanças e Contabilidade
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOU – Diário Oficial da União
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FDR – Fundo de Desenvolvimento Regional
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FRS – Fundos Rotativos Solidários

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSA – Instituto Nacional do Semiárido
INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPP – Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas
M.A.U.S.S. – Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MST – Movimento dos Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NUMAPP – Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PADL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local
PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades
PBF – Programa Bolsa Família
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIVIC – Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROLICEN – Programa de Licenciatura
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RBA – Reunião Brasileira de Antropologia
REDAP – Rede Abelha Paraíba
SBU – Sistema de Bibliotecas da Unicamp

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequena Empresas
SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes
STR – Sindicato dos trabalhadores rurais
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UnB – Universidade de Brasília
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

Prefácio

Ghislaine Duque¹

Quando Alícia me procurou pela primeira vez, percebi que tínhamos uma paixão em comum: a pesquisa sobre o campesinato — mais particularmente sobre as tradições camponesas resgatadas e atualizadas no mundo contemporâneo, respondendo a problemas atuais.

Alícia tinha algum conhecimento sobre o trabalho do PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologias às Comunidades), uma ONG que, de forma muito pragmática, a partir das práticas comunitárias tradicionais (solidariedade entre parentes e vizinhos, trabalho em mutirão) tinha proposto às comunidades aplicar essas práticas à solução de um problema agudo: a falta de água em plena seca no semiárido. Foi aí que os primeiros Fundos Rotativos foram criados, com o objetivo de construir as primeiras cisternas em mutirão. Essa primeira experiência foi em 1993 (desde aquela época, acompanhava o trabalho do PATAC).

Os resultados dos primeiros Fundos Rotativos foram, sem dúvida, econômicos, pois era o que se procurava inicialmente: com uma quantia de dinheiro reduzida, conseguir aos poucos atender todas as famílias da comunidade, cada um contribuindo com sua mão de obra e pagando aos poucos o material até constituir um novo

1 Professora colaboradora da UFCG, pesquisadora do CNPq.
E-mail: ghduque@uol.com.br

Fundo repassado a um novo grupo. Mas, sobretudo, os principais efeitos foram políticos: organização comunitária, autoestima, autonomia (frente ao clientelismo que ainda subordinava as comunidades camponesas em troca de “favores”). Agora não precisava mais esperar por um carro-pipa enviado pelo “coronel”. Quando um político passava na comunidade e perguntava: “Quem foi que lhe deu essa cisterna”, o camponês respondia orgulhosamente: “Ninguém deu. Pagamos.” Quando a ASA/PB (a Articulação do Semiárido Paraibano), que estava se constituindo a partir desse trabalho de organização, pediu a mim uma pesquisa de avaliação sobre o funcionamento dos Fundos Rotativos, chamei Socorro Oliveira², na época orientanda minha no Mestrado em Sociologia da UFCG (hoje ela é doutora e professora da UFRPE). Juntas, fizemos a pesquisa (tema da dissertação de mestrado de Corrinha, como é carinhosamente chamada), e os resultados, discutidos nas diversas comunidades, orientaram algumas decisões importantes.

Conhecendo essa experiência, Alcía nos procurou para ter apoio na pesquisa que pretendia realizar em outras regiões do Estado. Tivemos uma reunião em Campina Grande na sede do PATAC, com a presença da ASA-PB, em que foram discutidas a metodologia, a amostra, o questionário e a entrada da pesquisadora em campo, configurando uma metodologia de avaliação do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários, mediante Fundos Rotativos Solidários (FRS’s), construída em parceria com as entidades citadas acima. Alcía e Victoria, como boas professoras que transmitem sua paixão, envolveram alunos dos cursos de graduação de Ciências Sociais e de

2 Maria do Socorro de Lima Oliveira. E-mail: socorrololiveira@gmail.com

Ciências Contábeis da UFPB. Temos aqui o resultado dessa pesquisa e tenho muito orgulho de ter contribuído (junto com Socorro), especialmente por nossos conhecimentos empíricos profundos do universo simbólico e práticas sociais concretas de fundos solidários na Paraíba, além do incentivo e apoio moral.

Parabéns, Alícia e Victoria! Espero que, graças a sua publicação, muitos pesquisadores e alunos descubram os Fundos Rotativos Solidários e sua importância para a organização comunitária camponesa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
METODOLOGIA	31
1. FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS	47
2. FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NA ZONA DA MATA SUL	69
2.1. Perfil socioeconômico	77
2.2. Perfil da propriedade	88
2.3. Perfil da produção	93
2.4. Perfil da renda	98
2.5. Perfil da gestão	102
2.6. Indicadores de sustentabilidade dos empreendimentos econômicos	113
3. FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO AGRESTE	119
3.1. Fundos Rotativos Solidários em Lagoa do Jogo	120
3.1.1. Perfil socioeconômico	123
3.1.2. Perfil da propriedade	129
3.1.3. Perfil da produção	132
3.1.4. Perfil da renda	136
3.1.5. Perfil da gestão	140
3.1.6. Indicadores de sustentabilidade	151
3.2. Fundos Rotativos Solidários em Santa Paula	154
3.2.1. Perfil socioeconômico	156
3.2.2. Perfil da propriedade	160
3.2.3. Perfil da produção	163

3.2.4. Perfil da renda	167
3.2.5. Perfil da gestão	169
3.2.6. Indicadores de sustentabilidade	178
3.3. Análises das perguntas qualitativas	180
4. FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO ALTO SERTÃO	187
4.1. Introdução	187
4.2. O contexto etnográfico e os territórios de esperança	189
4.2.1. Perfil socioeconômico	195
4.2.2. Perfil da propriedade	202
4.2.3. Perfil da produção	207
4.2.4. Perfil da renda	213
4.2.5. Perfil da gestão	217
4.2.6. Indicadores de sustentabilidade	229
4.3. Santa Cruz	233
4.3.1. Perfil socioeconômico	235
4.3.2. Perfil da propriedade	244
4.3.3. Perfil da produção	249
4.3.4. Perfil da renda	253
4.3.5. Perfil da gestão	256
4.3.6. Indicadores de sustentabilidade	269
5. FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS, RECIPROCIDADE & MERCADO	273
CONSIDERAÇÕES FINAIS	289
REFERÊNCIAS	295
APÊNDICE	303

Introdução

A presente publicação é resultado de dois projetos de pesquisa sobre microfinanças solidárias desenvolvidos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir do segundo semestre de 2009. Entretanto, contatos e negociações foram realizados desde o ano de 2008 com técnicos que atuam no Escritório Técnico do Nordeste (ETENE) do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para a realização de uma pesquisa de base etnográfica sobre a efetividade do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) na modalidade Fundos Rotativos Solidários (FRS's) no Estado da Paraíba, a partir da perspectiva dos agricultores contemplados com os recursos financeiros³. No segundo semestre de 2009, uma pesquisa sobre a mesma experiência foi aprovada pelo CNPq. Enquanto a pesquisa financiada pelo BNB focava a efetividade do Programa do ponto de vista dos agricultores assentados, a segunda pesquisa focava as articulações

3 A pesquisa Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba foi financiada pelo BNB, em parceria com a CODISMA, no ano de 2009, quando foi publicado o convênio no Diário Oficial da União em 24/07/09 (seção três, p. 94), e pelo CNPq (Economia da dívida e os Fundos Rotativos Solidários: Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba, Edital Universal – processo nº 475253/2009-4). A pesquisa tem como consultores e colaboradores a Professora Dra. Ghislaine Duque, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o Professor Livre-Docente Guillermo Raul Ruben, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Quinze alunos de graduação do curso de Ciências Sociais da UFPB participaram da pesquisa, sendo cinco com bolsas do BNB.

entre reciprocidade e mercado a partir da experiência das comunidades rurais com a gestão dos FRS's.⁴ Neste sentido, ambas as perspectivas estavam conectadas, pois a inserção do excedente ao mercado ou a inclusão produtiva da agricultura familiar seria uma das finalidades do PAPPS.

As pesquisas foram realizadas entre 2009 e 2012 em assentamentos e sítios rurais situados na Zona da Mata Sul, Agreste e Alto Sertão do estado (90% das comunidades⁵ situam-se em territórios semiáridos⁶).

4 Silva e Silva (2008, p. 111) define a efetividade como: “a relação entre resultados e objetivos (medida de impacto)”.

5 Comunidade é uma denominação utilizada pelas Comunidades Eclesiais de Base a partir dos anos 70 para se referir ao conjunto de famílias de pequenos agricultores ligadas entre si por laços de sangue, afinidade e compadrio, que habitam um mesmo sítio geográfico pertencente a um determinado município. Sabourin (2001) utiliza a categoria “comunidades rurais” onde persistem lógicas camponesas de resistência e reprodução. Em outros textos, ele utiliza a categoria “comunidades camponesas”, que remete às determinadas condições de vida caracterizadas pelo acesso precário à terra e à água.

6 “A expressão “semiárido” é utilizada comumente para designar um tipo climático caracterizado por forte insolação, temperaturas relativamente altas e um regime de chuvas marcado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações num curto período. A esse tipo climático corresponde a formação vegetal de Caatinga, formação lenhosa, caracterizada por uma máxima adaptação dos vegetais à carência hídrica, com espécies, na sua maioria, caducifólias, espinhosas, com folhas pequenas ou de lâminas subdivididas, existindo, inclusive, algumas sem folhas (áfilas) para reduzir ao máximo a perda de água por transpiração. A sua fisionomia varia de acordo com as condições climáticas e edáficas.” (MOREIRA E TARGINO, 2007).

Metodologia

Para atingir os objetivos propostos nas referidas investigações, ao longo dos 24 meses de vigência dos supracitados projetos, realizamos pesquisa bibliográfica relativa à temática da investigação, discussões teóricas e metodológicas, pesquisa de campo em 19 comunidades rurais (assentamentos e sítios), sistematização, classificação e análise dos dados. A investigação foi realizada por uma equipe de pesquisa composta por alunos da graduação (PIBIC, PIVIC, voluntários e bolsistas do BNB/ETENE) em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).⁷ Ademais, contamos com a participação de uma professora do curso de Ciências Contábeis, responsável pela produção dos gráficos e sistematização dos dados estatísticos.

A pesquisa contou com a participação e o acompanhamento dos movimentos sociais do campo, especificamente Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's) de Remígio e Aparecida, AS-PTA e Articulação do Semiárido (ASA/PB), que nos auxiliaram na confecção do questionário aplicado junto aos participantes do FRS e na definição da amostra. Selecionamos cinco projetos financiados pelo Banco, em três mesorregiões (Litoral Sul, Agreste e Alto Sertão), para abordar a diversidade das experiências com a gestão de fundos públicos. Nessas mesorregiões, focalizamos 19 comunidades e, nestas, as famílias que participavam dos FRS's. Aplicamos 90 questionários que ma-

7 Quinze alunos de graduação do curso de Ciências Sociais da UFPB participaram da pesquisa, sendo cinco com bolsas do BNB

peararam o perfil socioeconômico, da propriedade, da renda, da produção e da gestão do FRS. Além das questões fechadas, os questionários contemplaram questões abertas sobre a experiência da gestão. Por fim, foram realizadas dez entrevistas qualitativas e três visitas ao campo. Quem respondia era o(a) participante do FRS, acompanhado de membros da comunidade e da família. A definição da amostra obedeceu também a critérios de intencionalidade: facilidade de acesso às comunidades, condições básicas para a realização da pesquisa (hospedagem), custos da pesquisa tendo em vista os recursos disponíveis e a aceitação da pesquisa pela comunidade.

A análise da efetividade dos PAPPs mediante FRS em comunidades rurais foi realizada por meio de um estudo de cunho etnográfico e comparativo, cujo foco central é a experiência da gestão dos Fundos em consonância com a organização social e produtiva local.⁸ Nesta perspectiva, a experiência da gestão foi apreendida do ponto de vista da comunidade (êmico) – por meio de entrevistas qualitativas e questionários como contraponto à perspectiva do formulador e do financiador do supracitado Programa. Assim, a pesquisa tem base etnográfica porque, entre outros fatores, considera, na análise, a visão de mundo das pessoas que participam do Programa em

8 É sabido que “etnografia” é um conceito polissêmico na medida em que incorpora vários sentidos, segundo os autores e as suas respectivas filiações teóricas. Entretanto, neste projeto me inspiro na noção de descrição densa formulada por Clifford Geertz (1989). A descrição densa envolve o desvendar dos significados atribuídos aos processos sociais em análise. Segundo essa perspectiva, considera-se, na análise, a perspectiva “êmica”, que se confronta e se articula no texto etnográfico à perspectiva do antropólogo. Contudo, sempre é importante sublinhar que a “boa etnografia”, como diz Mariza Peirano (1986), é aquela que, a partir dos dados etnográficos coletados na pesquisa de campo, reatualiza as categorias e os conceitos clássicos da disciplina, tais como o de dívida e de reciprocidade.

foco, bem como os significados que lhe atribuem. Neste sentido, sua perspectiva epistemológica é hermenêutica e semiótica, porque analisa as diversas visões sobre o Programa: institucional; entidade de mediação, comunidade. Isso significa que os relatos ênicos coletados nas entrevistas se constituem como um componente fundamental na análise, assim como a observação do contexto onde se desenrola a experiência com os Fundos.

Na primeira fase da pesquisa, realizamos mapeamento bibliográfico e fichamentos. Produzimos um banco de dados armazenado em um ambiente virtual em construção: <http://www.ufpb.br/frs/> (disponível para consulta pública). A consulta bibliográfica teve por finalidade acompanhar a discussão teórica (estado da arte) sobre os conceitos (políticas públicas sociais) e categorias (economia da dádiva, economia moral, economia solidária) que nortearam a pesquisa empírica. Consultamos também material disponível na Internet (SBU, UNICAMP, USP, FGV, UnB), na Scielo, sites do IBGE, BNDES, IPEA, DIEESE, BNB, Banco Central, Biblioteca da UFPB e nos sites que abordam as seguintes temáticas:

- a. economia solidária (www.ecosol.org.br e www.caritas.org.br);
- b. problemática das comunidades rurais no semiárido (www.asabrasil.org.br);
- c. Teoria da dádiva, economia social, economia solidária e políticas públicas (www.revuedumauss.com) e (www.jornaldumauss.org).

Coletamos documentos institucionais sobre os FRS's, contendo as informações sobre o desenho do programa,

objetivos, características, inspiração teórica, metodologia, fontes de financiamento e dados quantitativos de investimentos no ETENE/BNB.⁹ A coleta institucional teve por finalidade apreender os objetivos do Programa da perspectiva do agente financiador.

A primeira fase da pesquisa, com duração de seis meses, compreendeu reuniões teóricas e metodológicas na UFPB, totalizando 20 reuniões em 2009, 20 reuniões em 2010 e cinco reuniões em 2011, registradas em atas. Realizamos seminário intitulado *As Ciências Sociais e as Políticas Públicas*, no dia 15 de outubro de 2009, no evento *Ciências Sociais em Debate*, com a participação do Professor Alcides Fernando Gussi e Clarício Santos Filho, técnico do ETENE/BNB. Realizamos, no segundo semestre do ano de 2009, um seminário em Campina Grande, na sede do PATAC, para discutirmos a metodologia da pesquisa, a elaboração do questionário e a definição da amostra. Durante várias ocasiões, realizamos discussões mediante reuniões e seminários da pesquisa com o responsável pelo programa no BNB. Com relação à pesquisa financiada pelo BNB, apresentamos os resultados da pesquisa no ETENE/BNB aos financiadores e técnicos da instituição e discutimos os dados com a participação do PATAC. O relatório final foi apresentado às lideranças do Litoral Sul, Agreste e Alto Sertão.

Nas reuniões teóricas realizadas ao longo de 2010, as seguintes indagações surgiram no grupo de pesquisa da UFPB:

- a. os FRS's seriam um modelo de política pública do BNB? Ou um "modelo institucionalizado e

9 Os contatos no ETENE/BNB se estabelecem com os técnicos responsáveis pelo programa e o coordenador de estudos e pesquisas.

ressignificado pelo Banco”, inspirado em práticas ancestrais tradicionais em comunidades rurais? Neste caso, seria um modelo (res)significado combinando a tradição cultural camponesa e a inovação apresentada pelo Estado via Programas de Desenvolvimento local, como diria Sahlins (1999)? Neste caso, os FRS’s estariam articulando estrutura e história? Ação e estrutura? tradição e inovação? Os FRS’s representariam uma via de acesso para a mudança social nas comunidades etnografadas?

- b. A segunda questão remetia diretamente ao papel dos movimentos sociais rurais no processo de institucionalização dos FRS’s: qual é o papel dos movimentos rurais na institucionalização do referido Programa?
- c. A terceira questão de natureza metodológica sinalizava na direção da observação empírica das práticas sociais com a gestão do FRS, especialmente relevante era a articulação entre solidariedade e individualismo (e, também, solidariedade e mercado). Como o grupo representava e praticava a solidariedade? Os interesses individuais coincidem com interesses do grupo?
- d. A quarta questão remetia à articulação e/ou oposição entre FRS e capitalismo. Os Fundos se opõem ou se articulam ao capitalismo? A reciprocidade seria elemento fundamental para a inclusão produtiva de pequenos agricultores ao mercado?

- e. A quinta questão abordou as relações entre os FRS's e o clientelismo político/patrimonialismo. A política dos Fundos poderia ser mais uma instância onde o patrimonialismo se atualiza?

Com relação à gestão do Fundo, as seguintes indagações nos guiaram durante a pesquisa de campo: como as comunidades gerenciam os FRS's? Quais são os critérios de aplicação dos investimentos? Como estabelecem as contraprestações? Quais as ligações entre a gestão dos Fundos e o circuito da dívida? Em que medida o circuito da dívida via FRS leva à inserção da comunidade à economia mercantil? Qual é o impacto dos FRS's nas condições de vida cotidiana das comunidades locais?

Finalmente, inspirados nos indicadores produzidos para as populações indígenas, trabalhamos no mapeamento e produção de indicadores locais de sustentabilidade dos empreendimentos financiados.¹⁰ Como já foi mencionado anteriormente, os formuladores, gestores e financiadores dos Programas e políticas públicas ignoram a especificidade da organização social e produtiva das comunidades e avaliam tais políticas e programas baseados em critérios universalistas que ignoram as injunções locais e culturais. Nesta linha de raciocínio Duque e Oliveira (2008, p. 134) afirmam que:

10 Os seguintes indicadores do etnodesenvolvimento foram formulados para as sociedades indígenas no Brasil: a) aumento da população com segurança alimentar; b) aumento do nível de escolaridade na língua ou no português dos jovens aldeados; c) domínio das necessidades básicas de produtos do mercado com recursos próprios; d) domínio das relações com Estado e demais órgãos do governo e outras entidades, de modo que a sociedade indígena possa definir essas relações. Cf. Azanha (2002).

Os programas oficiais, que têm prazos rígidos de execução e prestação de contas, vêm dificultar o trabalho (embora sejam indispensáveis para financiar as atividades), pois não respeitam o tempo necessário à maturação de decisões comunitárias e ao trabalho educativo necessário para que os princípios dos Fundos Solidários sejam entendidos e adotados.

A finalidade dos indicadores é revelar as condições locais de vida das comunidades e suas ressonâncias nas políticas e programas. É importante realçar que os indicadores foram mapeados baseados nos relatos dos pequenos produtores rurais a partir de 2006, no semiárido cearense, e a partir de 2009, na Paraíba.¹¹ Neste sentido, os indicadores nos revelam as dimensões por eles consideradas estratégicas para a expansão dos seus empreendimentos econômicos e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. A seguir os indicadores:

- Domínio do ciclo produtivo e arranjos produtivos locais: por exemplo, no caso da apicultura, foi importante observar o processo de produção e escoamento do mel. Especialmente se os apicultores organizados em cooperativa teriam o

11 Estudo realizado por Gonçalves (2009) na região semiárida do Estado do Ceará demonstra a relevância do contexto local e da apreensão etnográfica do semântica na análise das experiências com as políticas públicas de desenvolvimento. Por exemplo, no universo dos assentados do semiárido cearense, a economia solidária é apreendida a partir das categorias classificatórias êmicas. Neste caso, os assentados não opõem solidariedade e patrimonialismo, mas articulam estas duas categorias no plano simbólico, ou seja, ressignificam a economia solidária a partir das relações patrimonialistas constituídas historicamente naquela região. E, essa visão de mundo, ancorada em relações clientelistas, constitui-se um entrave ao desenvolvimento da economia solidária na região.

domínio da cadeia produtiva, eliminando, desta forma, o atravessador.¹² A intenção foi observar, segundo a perspectiva ética, o domínio da cadeia produtiva e a sua gestão pelos agricultores e apicultores. Neste caso, o impacto do FRS será maior – em termos de expansão do empreendimento – quando o agricultor vender diretamente ao consumidor, eliminando o atravessador;

- Identidade e simbolismo: verificamos o grau de coesão social e identidade com a terra e a agricultura familiar. Isto porque, onde há mais densidade nos laços sociais e, além disso, territórios em que a agricultura familiar é tida como um valor e forte componente da identidade da comunidade, mais efetividade terá o FRS;
- Estilo da liderança local: observamos o estilo da liderança local, especificamente, se adotava tons centralizadores ou mais democráticos. Lideranças centralizadoras tendem a inibir a efetividade do FRS – hipótese que merece mais investigações;
- Relações de poder local: neste caso, observamos as relações entre os assentamentos, a gestão municipal, estadual e as entidades. Este indica-

12 Tonneau & Sabourin (2007, p. 282) afirmam que: “Além da venda direta, a integração ao mercado passa sempre por um intermediário que pode ser o patrão, o comerciante, o frentista, o supermercado, a cooperativa, etc. É claro que passar da dependência do patrão para ser sócio de uma cooperativa constitui ganho de autonomia social, mesmo mediante uma perda de autonomia econômica”.

dor revela a capacidade política de articulação das comunidades via lideranças, associações e cooperativas. Quanto mais articuladas em rede estiverem as lideranças, associações, cooperativas e a comunidade, mais acesso terão aos Programas e Políticas Públicas;

- Acesso às tecnologias produtivas e hídricas (de captação, armazenamento e manejo da água): os empreendimentos se tornam mais autossustentados quanto mais domínio tiverem de novas tecnologias produtivas (agroecologia), de irrigação e de armazenamento da água;
- Rede de proteção social: refere-se aos Programas Federais, Estaduais e Municipais que as comunidades acessam;
- Acesso à rede pública de ensino: o acesso à educação formal é outro indicador que consideramos de relevância para a autossustentabilidade das comunidades e de seus empreendimentos;
- Acesso às tecnologias de informação: o acesso à internet é fundamental para a informação sobre editais e cadastramento de comunidades em Programas e Políticas Públicas.

Os indicadores elencados acima foram mapeados e sistematizados para avaliar o impacto do PAPPS mediante FRS, contudo, podem ser aplicados para a avaliação de

qualquer Programa ou Política Pública em territórios rurais semiáridos.¹³

Em relação à avaliação quantitativa utilizada no tratamento estatístico dos dados, utilizou-se, como instrumento de análise, o Microsoft Excel na versão 2007, com compatibilidade para a versão 2003. Para a agrupação dos dados, optou-se por utilizar tabelas e gráficos, para facilitar a visualização dos dados. Foram tabulados os dados referentes a cinco perfis: socioeconômico, da propriedade, da produção, da renda e da gestão. Inicialmente, criou-se um arquivo mestre por comunidade pesquisada, contendo unicamente as questões aplicadas no questionário, separadas pelos perfis acima citados, sendo uma para cada, portanto, cinco planilhas por comunidade pesquisada.

Os questionários foram inseridos nos arquivos mestres com numeração alfanumérica, com a(s) letra(s) indicando a comunidade, seguida(s) do numeral, como são descritos a seguir: C1 a C15 para os assentamentos localizados no município do Conde; A1 a A13 para a comunidade Lagoa do Jogo, no Agreste paraibano; CS1 a CS9 para o assentamento Santa Paula, localizado no município de Casserengue, também localizado no Agreste. Já para os questionários aplicados no Sertão, tivemos, de SA1 a SA16, SA28 a SA31 e SA 35, para os assentamentos e sítios do município de Aparecida; SSC17 a SSC27, SSC32 a 34, SSC36 e SSC39 a SSC45, os sítios localizados no município de Santa Cruz. Posteriormente, foi criado um arquivo para cada perfil, no qual se colocaram todas as perguntas numeradas, quando necessário também com numeração alfanumérica (ex: 1A, 1B, etc).

13 Cf. Gonçalves & Santos (2010).

A parametrização dos dados ocorreu quando do respectivo preenchimento dessas planilhas, que se daria de acordo com as opções de resposta esperadas. Porém, verificou-se a obtenção de respostas não esperadas. Então, foi discutida em grupo a necessidade de sua inclusão ou alteração dos parâmetros previamente estabelecidos, verificando-se também a confiabilidade e validade dos dados encontrados.

Após a conclusão da fase da parametrização dos questionários, procedeu-se a sua padronização. Esses cinco arquivos, com as matrizes das respostas das comunidades, contêm cinco planilhas, uma para cada perfil, totalizando 15 arquivos mestres.

Para a tabulação e elaboração das planilhas para cada perfil da comunidade, criou-se uma pseudomatriz como a primeira planilha de cada arquivo. Após esse procedimento, foram feitas as planilhas das tabelas, contendo a numeração das questões e os desdobramentos que se fizeram necessários, como: distribuição de frequência, intervalos de classe, percentuais e as seguintes medidas de posição¹⁴: média, moda e mediana.

A média aritmética é aqui entendida como uma medida de posição de ampla utilização, que é obtida dividindo-se a soma de todos os valores pela totalidade dos mesmos. É um quociente geralmente representado pelo símbolo.

A moda é outra medida de posição que evidencia o valor (ou valores) que surgem com maior frequência no conjunto de dados analisado, isto é, que apresenta o maior número de observações, o qual não é necessariamente único, ao contrário da média ou mediana. Diante desse

14 São aqueles que descrevem apenas uma a tendência central dos valores numéricos analisados.

quadro, torna-se especialmente útil quando os valores ou observações não são numéricos, evidenciando características como orientação religiosa, ou tipos de produtos produzidos.

A mediana foi utilizada porque representa a metade dos dados, isto é, os dados acima ou a outra metade abaixo desse valor. Vale ressaltar que pode ser utilizada para corrigir distorções que a média apresente quando os dados são assimétricos, porque a média é mais sensível às variações.

Com a conclusão da planilha tabelas, foram elaborados os gráficos em uma terceira planilha com as cores padronizadas já estabelecidas pelo grupo. A seguir, exemplificamos graficamente a utilização das medidas de posição acima descritas.

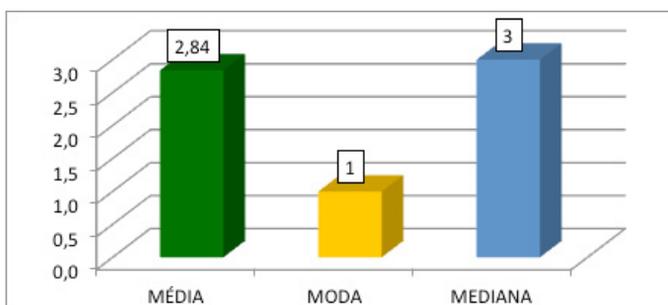


Figura 1. Número de filhos dos participantes do FRS – Lagoa do jogo.

Fonte: pesquisa FRS (2010).

Com relação ao gráfico acima, a média do número de filhos é 2,84, porém, a moda é de 1 filho, o que quer dizer que houve um maior número de participantes que declarou ter somente 1 filho. A moda, neste caso, é alterada pelos participantes mais jovens, que têm a tendência a ter menos filhos. A mediana, enquanto medida de tendência central que separa a metade inferior e superior dos dados, aponta

o número de 3 filhos, o que se mostra coerente com a média encontrada e a caracteriza como representativa do número de filhos da comunidade Lagoa do Jogo.

Finalmente, elaborou-se a quarta planilha, contendo um resumo dos dados obtidos, bem como das medidas de posição tecendo alguns comentários acerca do tratamento dos dados.

Esses procedimentos foram realizados para todas as comunidades pesquisadas, isto é, 20 planilhas por comunidade (quatro planilhas por perfil), totalizando 100 planilhas (20 planilhas por comunidade, considerando as cinco comunidades pesquisadas).

A pesquisa financiada pelo CNPq está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A pesquisa tem como consultores e colaboradores a Professora Dra. Ghislaine Duque e a Professora Dra. Mercia Rangel Batista, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Professor Livre-Docente Guilherme Raul Ruben, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professor Dr. Eduardo Girão Santiago e Professor Dr. Alcides Fernando Gussi, da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Cátia Regina Muniz, Pós-Doutora pela UNICAMP.

Mediante a pesquisa, tivemos a oportunidade de divulgar a experiência dos FRS's em vários eventos científicos nacionais (27^a RBA) e transnacionais. Em outubro de 2010, participamos (coordenadora e Victoria Puntriano Zuniga) do III Colóquio Internacional de Economia Social e Solidária no México, apresentando a experiência dos FRS's. Como resultado de nossa participação no III Colóquio, acordamos a realização de um colóquio brasileiro-mexicano em 2012, a ser realizado na UFC e UFPB, comparando as

experiências contemporâneas dos dois países no campo da economia solidária. Em novembro, os alunos ministraram minicurso em economia solidária e oficinas sobre os FRS's no evento Semana de Humanidades em Mossoró, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Em 19 de novembro, a coordenadora da pesquisa e Clarício dos Santos Filho (ETENE/BNB) participaram do VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, com a apresentação do texto *Os Fundos Rotativos Solidários e a Agro-Ecologia: Mediações culturais em comunidades camponesas no Nordeste brasileiro*. Em julho de 2012, coordenamos, no âmbito do 54^a Congresso Internacional de Americanistas (ICA), realizado em Viena, em conjunto com Laura Collín (Colégio de Tlaxcala/MX), um Simpósio de Finanças Solidárias, comparando experiências do Brasil, México e Argentina.¹⁵ Em 2013, apresentamos os indicadores no Programa Semiárido em Foco, do Instituto Nacional do Semiárido (INSA).

Ademais, produzimos artigos e um Dossiê publicados em revistas indexadas registradas em nosso site: <http://www.ufpb.br/frs/>. Seis projetos PIBIC's e monografias de graduação foram produzidas sobre os Fundos Rotativos Solidários (FRS's), com participação de alunos em eventos científicos, apresentação de trabalhos e produção de artigos em revistas indexadas. Há, ainda, uma dissertação de mestrado defendida no PRODEMA que analisa o papel das entidades de mediação na promoção do FRS e uma em curso sobre os FRS's em assentamentos do Litoral Sul.

Esta publicação está organizada em cinco capítulos: o primeiro capítulo apresenta os significados atribuídos

15 Cf. <http://ica2012.univie.ac.at/>. Simpósio 521 *Economía y Finanzas Solidarias. Los dilemas entre Estado, Mercado y Sociedad en Brasil, Argentina y México.*

aos FRS's pelos atores sociais que compõem o campo das finanças solidárias no Brasil; os três capítulos seguintes apresentam a experiência da gestão do Fundo Solidário no Litoral, Agreste e Alto Sertão, e, no último capítulo, descrevemos as articulações entre práticas de reciprocidade e práticas mercantis mediante as atividades financiadas pelos Fundos. Nas considerações, sinalizamos para as ressonâncias e as potencialidades que os Fundos trazem para as comunidades rurais em relação ao recorte de gênero, alimentar, produtivo, político, ambiental e identitário, resgatando simultaneamente a sua dimensão utópica. Convidamos o leitor a uma incursão ao universo simbólico das experiências com os FRS's!

1. Fundos Rotativos Solidários

*Les hommes des sociétés sauvages
ou traditionnelles n'ignoraient pas
l'intérêt matériel. Mais ils se refusaient
à légitimer son autonomisation*
(CAILLÉ, 2003).

Este capítulo tem o objetivo de apresentar uma breve introdução à temática das microfinanças de base solidária, na modalidade de Fundos Rotativos Solidários. Neste sentido, o leitor poderá apreciar as definições e significados atribuídos aos Fundos Solidários, com atenção especial ao estado da Paraíba. Os FRS's podem ser caracterizados como uma forma de associação de crédito rotativo, neste caso, segundo Duque e Oliveira (2007, p. 1), “baseia-se na cooperação dos atores envolvidos, a partir dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos”. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, que levam qualquer agricultor a compartilhar água de beber, porque “no sertão, água não se nega” ou ainda criar seus animais em áreas de pastagens comuns, como os fundos de pasto.

As autoras afirmam que os FRS's podem ser concebidos como práticas antigas entre as comunidades camponesas, ou seja, são práticas de ajuda mútua baseadas em laços de reciprocidade dentro da comunidade.

Poderíamos identificar a formação de um Fundo nos movimentos camponeses messiânicos, no século XIX, a exemplo de Canudos – Sertão da Bahia: “Exemplo claro de uma multiplicidade de motivações, como reação ao domínio do latifúndio e a resolução do problema da terra, a superação das condições de miséria e o socorro aos desvalidos” (GRUPO ESQUEL, 2008, p. 33). Ou, no movimento social das Ligas Camponesas nos Sertões de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, que se iniciaram em meados dos anos 1940, temos notícia de que, em 1955, o movimento das Ligas se organizou de forma associativa para gerir recursos financeiros, formando uma poupança para enterrar seus mortos. Neste sentido, entre comunidades camponesas, a formação dos FRS’s se configura como práticas ancestrais de ajuda mútua para resolver problemas básicos e imediatos de sobrevivência de comunidades rurais empobrecidas – consideradas obstáculos ao “progresso” da perspectiva da política macroeconômica do Estado.¹

Ora, esses tipos de relações sociais baseadas na troca e na reciprocidade já fora identificada por Marcel Mauss nas sociedades ditas arcaicas, algo que ele denominou de economia moral baseada na dívida, em contraposição à economia mercantil, do tipo capitalista, baseada no egoísmo. A existência de uma economia baseada na dívida foi etnograficamente demonstrada em várias sociedades

1 Para Klaas Woortmann (1990), a noção de campesinidade se refere a uma ordem moral, a um qualificativo presente em maior ou menor grau nos grupos sociais. Segundo o autor, nas sociedades camponesas, a terra, a família e o trabalho são categorias interdependentes: “Nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família.” (WOORTMANN, 1990, p. 23). Trabalho, família e terra se articulam a valores classificatórios como, honra, liberdade, reciprocidade e hierarquia.

por Marcel Mauss no *Ensaio sobre a dádiva*.² No *Ensaio*, o autor contrapõe, a uma economia moral baseada na dádiva, uma economia mercantil baseada no lucro e na competição individual, demonstrando a relevância dos laços de reciprocidade para o tecido social e do equilíbrio entre individualismo e moralidade nas sociedades ditas civilizadas. Em 1924, esse era o argumento de Marcel Mauss.

O argumento do autor vem sendo retomado por um grupo de intelectuais vinculado ao Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), na análise de processos contemporâneos, tais como o fato associativo (associativismo), a economia (dita social ou solidária) e o estatuto político (democracia). O Movimento, dirigido por Alain Caillé, critica a visão economicista e utilitarista presente nas ciências sociais e as políticas neoliberais. Os autores argumentam que onde o Estado e o mercado se mostraram incapazes de apresentar soluções para os problemas por eles mesmos criados (como a desigualdade de renda e a pobreza), os laços sociais presentes nos movimentos associativos e na dinâmica democrática se apresentam como uma dimensão estratégica no combate à desigualdade social e à pobreza em várias regiões, a exemplo da França, Brasil, África e Índia.

No caso brasileiro, as pesquisas empíricas realizadas em comunidades rurais no sertão nordestino têm comprovado a atualidade do pensamento de Marcel Mauss e a pertinência do argumento do M.A.U.S.S. sobre a relevância do laço social para a economia nessa região. Tais

2 No *Ensaio*, o referido autor compila dados etnográficos de várias sociedades para comprovar e demonstrar a existência de um sistema econômico logicamente organizado em sociedades do tipo arcaico, são exemplos do Noroeste Americano, da Melanésia, Polinésia, do direito antigo romano, germânico e do direito Hindu clássico.

pesquisas³ vêm demonstrando que, nessas localidades, paralelamente às relações de trocas mercantis, coexistem prestações econômicas não mercantis baseadas em teias de reciprocidade. São práticas econômicas tradicionais, presentes há muitos anos no seio dessas comunidades, e que têm assumido historicamente um papel crucial para a sua sobrevivência, tal como demonstra pesquisa de campo realizada por Eric Sabourin (1999, p. 41):⁴

Nas comunidades rurais do Sertão Nordestino, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem às permanências de práticas de reciprocidade camponesa, ancestrais ou readaptadas em contexto novo.

A permanência das práticas de reciprocidade pode ser observada mediante mecanismos de dívida, de ajuda mútua e convites essenciais à organização social e produtiva dessas comunidades situadas em territórios rurais e semiáridos, onde as condições de vida são marcadas historicamente pela ausência de infraestrutura tecnológica e produtiva, serviços de saúde, de educação, propriedade da terra e longos períodos de seca.⁵ São condições de vida que

3 Cf. Lanna (1995); Sabourin (2001); Oliveira (2006); Duque (2008); Duque & Oliveira (2007) e Mota (2009), para o caso de comunidades rurais no semiárido cearense, dentre outros.

4 Há distinções entre troca e reciprocidade, segundo Temple (2009). Troca se refere ao ato de intercâmbio de bens e produtos, enquanto que a reciprocidade se configura como a estrutura que se estabelece na relação entre os parceiros.

5 Segundo Lanna (2000, p. 3), Mauss definia a dívida de modo amplo: “presentes, visitas, esmolas, heranças, mulheres, um sem números de ‘prestações’ que podem ser ‘totais’ ou ‘agonísticas’”. Até mesmo os tributos poderiam ser considerados dídivas.

revelam a permanência de “lógicas camponesas”, segundo Sabourin (2009, p. 13), de resistência e de reprodução para responder:

Às situações de acesso precário e insuficiente de recursos produtivos, especialmente a terra e a água. Trata-se de uma singular experiência de gestão da fertilidade destes recursos, diretamente potencializado pelo trabalho, que, por esta razão, é sempre coletivo, no interior da família e da comunidade local.

Nesse contexto, as práticas de reciprocidade, mediante várias formas de dádiva, tais como: o dote da noiva, as festas religiosas e a ajuda mútua – o mutirão, para a construção de casas, cisternas, barragens, poços, dentre outros, têm se constituído há longos anos como uma instância central para a sobrevivência dessas comunidades⁶. Neste sentido, afirma Dominique Temple (1997), a reciprocidade via redistribuição é um fator essencial para a produção da subsistência e do excedente entre os agricultores, promovendo via economia da dádiva a inserção do grupo à economia mercantil. Com esta finalidade de inserir a economia camponesa à economia mercantil e fortalecer as dinâmicas produtivas e as identidades locais, fora instituído, em versão contemporânea, os FRS's, a partir dos anos 1990.

No Estado da Paraíba, a ideia de Fundos que circulam na comunidade é antiga: data de 30 anos, quando pequenos agricultores, apoiados pelas Comunidades Eclesiais

6 “A constituição dos dotes (enxovais), a realização das festas familiares e religiosas, a hospitalidade (estendidas aos rebanhos dos vizinhos em caso de seca), são tantas formas de dádiva que levam ao crescimento da produção, na medida das possibilidades das famílias e das condições do clima” (SABOURIN, 2001, p. 2).

de Base (CEB's), associavam-se para disponibilizar e gerir recursos financeiros, visando atender às necessidades imediatas da comunidade, que ressarcia tais recursos trocando produtos entre si (como porcos, cabras, galinhas e sementes), configurando, desde longa data, a partir das relações de troca, o circuito da dívida.⁷

Nesta fase inicial, os FRS's foram destinados ao programa de construção de cisternas, que surgiu para amenizar a escassez de água na região.⁸ É nesta direção que a publicação organizada pelo Grupo Esquel nos informa que:

Outro elemento comum e de suma importância é o fato de que nas experiências rurais há uma relação do FS com o desenvolvimento e fortalecimento das tecnologias apropriadas a convivência com o semiárido, contrapondo-se à lógica da luta contra a seca e a valorização da identidade cultural, inclusive pelo elemento presente da cultura camponesa, de produzir para o consumo e comercializar o excedente. Assim, a maioria das experiências rurais está construindo estratégias de desenvolvimento local, segurança alimentar e agroecologia. (GRUPO ESQUEL, 2008, p. 38).

Neste cenário, a participação dos movimentos sociais e de entidades como a Articulação do Semi-Árido (ASA/PB), das Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S) e do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAAC) foi de fundamental importância na mobilização

7 Sobre a história e a engenharia político-institucional dos Fundos Rotativos Solidários, consultar Gonçalves (2009a).

8 A trajetória da ASA/PB está relatada em Diniz (2002) e resumida em Duque (2008).

das comunidades rurais, quando debateram a problemática da água e projetaram simbolicamente uma nova concepção do semiárido.⁹

Se, historicamente, no Nordeste, as representações e as ações estavam baseadas no combate à seca, a partir do final dos anos 1980, começou a se gestar uma nova representação social. A convivência com o semiárido, baseada em três eixos: o fortalecimento da organização produtiva do pequeno agricultor, a valorização de suas tecnologias, saberes tradicionais e uma nova relação homem-natureza.¹⁰ Neste contexto, a partir de intensos debates, foi consensual a construção de cisternas que possibilitassem às comunidades rurais a convivência com o semiárido, recorrendo-se aos fundos, como relata Duque (2008, p. 9):

Os FRS's têm um objetivo imediato: permitir aos produtores organizados em grupos ou associações de obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem

9 A ASA/Paraíba foi constituída no ano de 1993 e a ASA/Brasil em 1999 a partir da temática da água. A construção de cisternas foi o grande eixo que articulou a temática da água a uma nova concepção de semiárido. As informações sobre os FRS's no Estado da Paraíba foram coletadas em entrevista realizada no dia 19 de março de 2009, na sede da PATAC, em Campina Grande, onde participaram: a pesquisadora Ghislaine Duque, da UFCG, Camelo e Waldir, ambos da ASA, AS.PTA e PATAC e do Comitê Nacional de apoio aos FRS's, composto por entidades da sociedade civil, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), SENAES, MDA e BNB.

10 Cf. Silva (2007). Após pressão dos movimentos sociais, especialmente ASA/PB, a presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou a lei que institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água da Chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas. Com a Lei nº 12.873, o Governo Federal reconhece as cisternas como ferramentas eficazes de promoção da convivência com o Semiárido, além de diminuir a burocracia na contratação e no repasse de recursos para a construção dos reservatórios. A sanção foi publicada em 25 de outubro de 2013 no Diário Oficial da União.

necessário para sua convivência com o Semi-Árido, sem ter que passar pela burocracia e pelas exigências próprias aos bancos, e assegurando que os recursos devolvidos vão ser utilizados por outras famílias ou para outras necessidades do grupo ou da comunidade. A dívida é paga segundo modalidades definidas localmente, em função das possibilidades dos envolvidos.

Até 2006, mais de 22000 cisternas tinham sido construídas na Paraíba, em 162 municípios. Vale observar que as mesmas têm, no total, uma capacidade de armazenamento de 363920 m³, o que corresponde a 72784 carros pipa. A difusão da cisterna de placas era acompanhada (como ainda hoje) do diagnóstico da situação hídrica da comunidade, de treinamento de pedreiros, cursos de gestão da água, etc. Sua grande aceitação abriu a porta para outras tecnologias ou ações, que foram se multiplicando, atingindo milhares de famílias com centenas de parceiros. As primeiras iniciativas exigiam um mínimo de recursos, mas estes eram limitados. Daí nasceu a idéia de uma espécie de microcrédito privado, que ia constituir um primeiro passo na linha da organização e da ação política. Trata-se dos Fundos Rotativos Solidários, que apresentaremos mais na frente, porque não se limitam às cisternas, mas a todas as iniciativas da ASA na Paraíba.

A experiência-piloto com os FRS's foi desenvolvida na comunidade de Caiçara, no município de Soledade, no ano de 1993 – ano de seca na região, onde os Fundos foram aplicados na construção de cisternas. As primeiras cisternas foram construídas pelo PATAC e em sistema de mutirão,

tomando por base as cisternas de placa projetadas na Bahia. Duque e Oliveira (2007, p. 3), pesquisadoras experientes dos FRS's na Paraíba, nos contam em riqueza de detalhes como funciona a gestão dos Fundos nas comunidades a partir da lógica da reciprocidade e de sua respectiva organização social, baseada no “conselho” formado pelos chefes de família e na unidade básica que é a família do pequeno agricultor, composta por pessoas ligadas por laços de sangue, afinidade e compadrio:

O caso das cisternas é o mais generalizado: um grupo de cinco vizinhos ou parentes recebe o dinheiro correspondendo ao material de uma cisterna. Escolhe-se a família do grupo que receberá a primeira cisterna: aquela que está mais afastada de uma fonte de água, ou que tem mais crianças pequenas, etc. Quando nenhum critério distingue uma família, uma é sorteada. O grupo combina também as condições de construção e de pagamento. Por exemplo, cada família cavará ela mesma o buraco onde a cisterna será construída, ou todos farão esse trabalho em conjunto. Geralmente os cinco chefes de família (ou membros dessas famílias) constroem juntos a primeira cisterna, em regime de “mutirão” (prática tradicional de realização de trabalhos em comum). A construção daquela primeira cisterna vai servir de aprendizagem sob a direção de um instrutor, que depois será dispensado. Após um prazo determinado pelo grupo – por exemplo de seis em seis meses, na oportunidade de uma safra ou da venda de um animal – cada família paga, por exemplo, 20% da dívida, o que permite iniciar a construção de uma segunda cisterna em benefício de uma segunda

família do grupo. Em outros casos, o grupo decide de pagar uma quantia menor, porém cada mês. Quando o prazo de pagamento é cumprido – vários anos – a comunidade prefere adotar um fator de correção, por exemplo o preço atualizado do saco de cimento.

No final de 2000, no Estado da Paraíba, foi lançado, pela ASA/Brasil, o Programa de construção de 1 milhão de cisternas (P1MC), viabilizado pela política dos Fundos. Contudo, se as ações iniciais da ASA/PB e das comunidades foram mobilizadas para a construção das cisternas, os FRS's foram utilizados para viabilizar outros empreendimentos, como a criação de animais, cercado para aves, a criação de um banco de sementes comunitário, beneficiamento e comercialização de frutas nativas, tanque de pedra e barragens subterrâneas, dentre outros¹¹. São empreendimentos que viabilizam a convivência com o semiárido a partir dos saberes e das tecnologias tradicionais da comunidade. Para além da lógica financeira tradicional, é importante ressaltar que os FRS's, segundo seu desenho, objetivos e sua metodologia, têm o papel de fortalecer experiências já existentes, ou seja, fortalecer a organização produtiva e social de pequenos agricultores organizados em associações ou cooperativas e possibilitar a sua autonomia em relação às práticas clientelistas dos poderes locais constituídos.

Em 2008, a ASA/PB avalia que as experiências com os FRS's se desenvolvem em aproximadamente 1000 comunidades, distribuídas em 147 municípios do semiárido paraibano, articulados por ela. Em 2009, seis experiências

11 A construção do banco de sementes comunitário revelou a biodiversidade do semiárido, onde foram identificadas 18 variedades de feijão no Agreste, 20 no Brejo e 26 no Curimataú (DUQUE, 2008, p. 10).

foram financiadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), contemplando comunidades rurais e atendendo aproximadamente 504 famílias, que vivem no Litoral, Agreste e Alto sertão.¹²

Neste sentido, o reconhecimento institucional dos FRS's como instrumento de combate à pobreza no mundo rural foi fruto de pressão de movimentos sociais, como: Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Terra, Movimento dos Sem Terra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cáritas, Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), Articulação do Semiárido e setores do campo acadêmico, principalmente na região Nordeste do país.

No ano de 2008, foi realizada uma publicação pelo PATAC, AS. PTA, Pólo Sindical, Organizações Sindicais da agricultura familiar da Borborema e Coletivo Regional do Cariri, Seridó e Curimataú, em formato de cordel, explicando aos pequenos produtores o que é um FRS e como deve ser a sua gestão. O *Cordel do Fundo Solidário: Gerando riquezas e saberes* traz, também, a sua definição e os procedimentos de gestão do Fundo na comunidade. A publicação é dirigida aos pequenos agricultores que vivem com as suas famílias no semiárido nordestino, realçando uma nova concepção e simbolismo das relações homem-natureza: a da convivência com o semiárido mediante

12 O BNB, criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, é uma instituição voltada para o desenvolvimento regional sustentável, com atuação em 1986 municípios, situados nos nove estados nordestinos e no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Opera como órgão executor de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas entre sua área de atuação e as regiões mais desenvolvidas do país. (BNB, 2005, p. 11).

construção de alternativas produtivas, de irrigação e de armazenamento das águas com as cisternas de placa.

O Cordel resgata práticas ancestrais de solidariedade no mundo camponês como essenciais para produção e reprodução da vida: “Quem nunca dividiu água de beber, a carne do bode ou do gado abatido com os vizinhos? Quem nunca participou de um mutirão para limpar barreiro, para limpar a roça, colher ou debulhar cereais?” (CORDEL, 2008, p. 9). E relaciona a solidariedade ancestral aos FRS’s concebidos como “novas práticas de cooperação e ajuda mútua”. Simultaneamente, representam sistemas estruturados de financiamento das atividades produtivas e poderosa ferramenta de democratização das inovações no mundo rural, como, por exemplo, as mandalas ou cisternas de placas. Quando envolvem recursos financeiros os FRS’s:

Servem para a constituição de uma poupança comunitária para o fortalecimento da agricultura familiar. Por meio desses fundos, as famílias podem adquirir barragens subterâneas ou canteiros econômicos, produzir cercas de tela de arame, plantar campos de palmas, reformar suas casas ou até ajudar a pagar alguma emergência na família. (CORDEL, 2008, p. 10).

O FRS é um Fundo porque reúne recursos monetários e não monetários, é rotativo porque circula na comunidade envolvendo o repasse e as devoluções ao Fundo e, além disso, é solidário “porque você recebe o benefício, mas também pensa no outro, divide com o irmão” (CORDEL, 2008, p.13). Aspectos centrais na metodologia do FRS são: a) o repasse (redistribuição) dos recursos; b) as devoluções ao próprio Fundo e a autogestão: “A gestão do FRS é pela

comunidade. Não se caracteriza como retorno e sim como decisão da comunidade de usar parte destes recursos para suas necessidades comunitárias” (GRUPO ESQUEL, 2008, p. 50-51).

Com esta finalidade, o Cordel ensina didaticamente como proceder: o primeiro passo é a comunidade eleger um Comitê Gestor do FRS composto por três pessoas (presidente, secretário e tesoureiro); o próximo passo é elaborar um regimento interno de funcionamento. Os procedimentos seguintes básicos são: realização de reuniões periódicas, realização das atas, um carnê para registrar os repasses e devoluções, termo de adesão de novos membros, contabilidade mensal e anual e planejamento das ações. Cada comunidade estabelece seu estilo de gestão, contudo, princípios básicos devem ser respeitados, tais como: participação e debates nas reuniões periódicas, transparência na gestão dos recursos, repasse e devoluções aos fundos.

Para além da formação de uma poupança comunitária, a experiência comunitária na gestão de um Fundo é um processo pedagógico porque envolve o aprendizado de novas práticas, até então estranhas ao mundo rural do pequeno produtor que produz para subsistência e quando há o excedente vende ao mercado. Como terra, trabalho e família ainda são fatores indissociáveis no sistema moral dos agricultores (no nosso caso, grande parte assentados), é um desafio separar produção para família e produção para mercado, fazer a contabilidade e planejar suas ações futuras (mesmo porque, até bem pouco tempo, dependiam exclusivamente da natureza). Ao aderirem aos FRS's, as comunidades assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram a sua ata e fazem o controle contábil. Duque (2007) comenta sobre isso:

Trata-se de um processo pedagógico, porque pequenos agricultores com baixo nível de escolaridade formal aprendem a elaborar uma ata, por exemplo, ou a fazer um controle contábil básico dos recursos que entram e circulam. (DUQUE & OLIVEIRA, 2007, p. 8).

A partir do ano de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) vêm se juntar ao movimento dos FRS's. Concomitantemente, fora constituído um Comitê Gestor dos Fundos Solidários, composto por: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); ASA; BNB; FBES; Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Mutirão para superação da miséria e fome; Cáritas e Grupo Esquel Brasil. Este conjunto de atores e articulações promoveram, desde o ano de 2004, seminários e debates sobre os FRS's na região Nordeste e visitaram as experiências locais. Como resultado dos seminários e das visitas, foram publicados dois cadernos no ano de 2007, intitulados *Fundos Solidários: Por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais*, sob a coordenação editorial do Grupo Esquel Brasil e patrocínio do BNB. A finalidade central das publicações é dar visibilidade às experiências e mobilizar e articular uma política pública de apoio aos FRS's. O desenho e a metodologia do programa dos FRS's foram elaborados pelo referido Comitê.

Se o Cordel do Fundo Solidário enfatiza as práticas camponesas ancestrais de solidariedade e de reciprocidade ressignificadas em contexto novo, o Comitê Gestor do Fundo enfatiza a questão do financiamento e do acesso ao

crédito como poderoso instrumento para combater a pobreza extrema no país. Neste sentido, nos apresenta duas definições: a primeira, como uma metodologia articulada aos financiamentos de atividades produtivas da comunidade, que promovem a sua auto-organização e o desenvolvimento territorial a partir de suas próprias injunções produtivas e identitárias. A segunda, define FRS como: “instrumentos de finanças solidárias, que mobilizam recursos monetários e não monetários, por meio de um sistema de créditos e débitos alimentado e gerido de modo compartilhado pelos seus apoiadores” (GRUPO ESQUEL, 2008, p. 23). Assim, os FRS’s viriam suprir uma demanda não coberta pelo microcrédito, o PBF e O PRONAF, incluindo, no mercado de crédito e produtivo, parcelas da população historicamente excluídas. Vejamos a definição do Comitê:

Em linhas gerais, nos fundos solidários constituem-se formas de financiamento da economia popular solidária na perspectiva de promover a cidadania econômica daqueles que se situam fora da dinâmica tradicional do mercado. Não devem se basear nos parâmetros tradicionais do sistema financeiro, quais sejam, uma lógica meramente financeira que cobra juros de uma população que vive em lugares de incipiente dinâmica socioeconômica, além de não se pautar por princípios de racionalidade do processo de acumulação capitalista e do individualismo urbanos. Assim, os fundos solidários se apresentam como uma estratégia eficaz para promover a inclusão produtiva dos segmentos mais pobres e excluídos da população (FUNDAÇÃO ESQUEL BRASIL, 2007, p. 6).

No BNB, as experiências com os fundos foram instituídas no ano de 2004, mediante parceria e convênio firmado entre a instituição bancária, o MTE e a SENAES, para viabilizar a execução de projetos produtivos solidários (PAPPS), prevendo o aporte de recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, que assumam os princípios da Economia Solidária através de Fundos Rotativos Solidários.¹³ Segundo publicação da Esquel Brasil, na qual, o Comitê Gestor (2007, p. 8) afirma que, “O PAPPS surgiu do diálogo entre governo e sociedade civil organizada, com o propósito de servir como programa antecipatório na região Nordeste e modelo para um programa nacional de apoio aos Fundos”. A inovação em termos creditícios é a gestão compartilhada entre estado e sociedade civil, por meio do Comitê composto por entidades estatais e da sociedade.

Os Fundos, por meio de Editais Públicos, são destinados aos assentamentos rurais e urbanos. Após a divulgação do Edital pela SENAES, as entidades como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), ASA, PATAC e Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), elaboram um projeto para concorrer ao recurso. Entre 2005 e 2010, o BNB lançou três editais elaborados pelo Comitê, que selecionaram e financiaram 50 projetos no Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), adotando a metodologia dos FRS’s. Há estimativas de que 15 mil famílias que vivem na região Nordeste estejam envolvidas com o programa. Segundo o coordenador de Estudos e Pesquisas da instituição financeira:¹⁴

13 Artigo desenvolvido em coautoria. Gonçalves & Santos Filho (2011).

14 A pesquisa nacional de mapeamento dos FRS’s foi realizada no ano de 2011 e 2012 pela Cáritas e Fundação Esquel Brasil.

O PAPPS disponibiliza recursos financeiros não reembolsáveis para apoiar instituições que desenvolvam projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços, situados na área de atuação do BNB. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. (SANTOS FILHO, 2011, p. 8).

Da perspectiva institucional, particularmente do BNB, segundo Gonçalves & Santos Filho (2011), a matriz institucional e operacional do PAPPS repousa na metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, que são formas de poupança coletivas no meio popular, na forma dinheiro e/ou produtos, geridos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção e comercialização de bens e serviços. A gestão do PAPPS é compartilhada com organizações comunitárias, entidades governamentais e não governamentais, que formam Conselhos Gestores Nacional e Local.

Portanto, a questão central é compreender, no âmbito do capitalismo contemporâneo brasileiro ainda em disputa entre o neoliberalismo e políticas desenvolvimentistas, os dilemas postos pelas diferentes trajetórias institucionais e fontes de autoridades de um modelo de ação forjado pela tradição camponesa institucionalizada

e incorporada à ritualística de uma política pública governamental, em especial um banco público de desenvolvimento. Assim sendo, quais os limites, avanços e esperanças do aprendizado da gestão compartilhada envolvendo diferentes matrizes institucionais e diferentes estilos de organização e tomadas de decisão que podem ser apreendidos da experiência de gestão social dos Fundos Rotativos Solidários no Nordeste brasileiro?

Como demonstrado até agora, a emergência do PAPPS ocorre no contexto de um processo histórico de luta e acúmulo de força política das redes e movimentos sociais pelo acesso ao crédito, para apoiar seus empreendimentos produtivos solidários. E, por outro lado, o Programa também resulta da estreita interação de técnicos formuladores e gestores de políticas públicas com as demandas históricas destas redes e movimentos sociais, criando uma ambiência favorável para experimentar o PAPPS como unidade de demonstração de inovações na tecnologia creditícia, com base nas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas nessas redes, tecidas no meio popular.

Neste sentido, a economia solidária foi mais uma das boas ideias que, a partir de 2003, o BNB incorporou no seu portfólio de políticas públicas de crédito para fomentar o desenvolvimento regional. Desde então, o BNB adotou, institucionalmente, o apoio à Política Nacional de Economia Solidária, fato que influenciou a implantação da linha “Crediamigo Comunidade”, dentro do Programa de Microcrédito CrediAmigo, gerido pelo BNB. Portanto, o BNB abriu canais de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil era marcado

pela centralização e inexistência de diálogos com os setores populares e seus representantes.¹⁵

Ainda em 2003, o Banco apoiou, em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a autogestão pelos canaveiros da Usina Catende, localizada em Pernambuco, um emblemático empreendimento da Economia Solidária no Nordeste. Paralelamente, o Banco, através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, passou a apoiar a realização de Feiras de Comercialização Solidária na Região, bem como outras iniciativas, a exemplo do *I Encontro Internacional de Economia Solidária*, realizado em Fortaleza, de 8 a 12 de novembro de 2005, com a presença do Secretário Nacional da SENAES, Professor Paul Singer.

Em abril de 2005, foi lançada, pelo BNB e SENAES, através de Carta-Convites, a primeira chamada pública de apoio a projetos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários. Depois desta, foram lançados um Aviso, em Janeiro de 2008, e outro, mais recente, em Julho de 2010. Nas duas primeiras Cartas-Convite, o Comitê Gestor Nacional incluiu no Programa 17 entidades e depois mais 33 projetos, num montante de R\$ 4,8 milhões aplicados, sendo R\$ 2,5 milhões da SENAES e R\$ 2,3

15 Conforme apontou MOTA (2009, p. 40), “embora se saiba que gestões anteriores tenham implantado programas como o BNB/PNUD, o ‘Farol do Desenvolvimento’ e o CREDIAMIGO, orientados por articulações com os movimentos sociais, deve-se reconhecer que isto ocorreu muito mais por conta de posições isoladas do que institucionais”. Explica o autor que o PNUD atua para revigorar as parcerias regionais, e age como mediador e promotor de alternativas de desenvolvimento, como, por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL). A experiência piloto do PADL em parceria com o BNB foi desenvolvida no ano de 1996, em Tejuçuoca-CE e, em seguida, em dois municípios pernambucanos: Catende e Timbaúba-PE.

milhões alocados pelo BNB, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

**Programa de Apoio
aos Projetos Produtivos Solidários - PAPPS**

Distribuição de Crédito / Período de 2005 a 2008

UF	Quant.	Valor (R\$)	Famílias Beneficiárias
PE	10	1.012.395	1.136
CE	10	989.003	112
BA	6	589.850	360
MG	6	572.195	180
PB	6	477.913	359
MA	4	393.228	382
SE	3	335.000	10
PI	2	200.000	90
AL	2	170.000	218
RN	1	70.000	20
TOTAL	50	4.809.885	2.757

Fonte: BNB/ETENE

 Banco do Nordeste

Figura 2. Aplicações do PAPPS de 2005 a 2008.

Fonte: BNB/ETENE, s/d

Dessa forma, foram apoiados 50 projetos, distribuídos por toda área de atuação do BNB, especialmente Ceará e Pernambuco, que concentraram 20% da demanda do Programa. Estima-se que o número de famílias participantes seja bem maior que o apresentado na tabela acitadas e saídas das famílias nos FRS's.

Nesta nova concepção de tecnologia creditícia, o princípio norteador é a participação e o controle social incorporados numa política pública de crédito de âmbito federal, lado a lado com os gestores do setor público, valorizando a organização de redes de cooperação social ligadas aos movimentos populares. Desta forma, agrega-se valor ao desenvolvimento das comunidades através da geração de ocupações, rendas e poupanças coletivas. Por conseguinte, também é valorizada e apreciada a identidade camponesa que se constrói nas interfaces entre rural e

urbano enquanto elemento crucial do desenvolvimento local. São estas as orientações do BNB: a) desenvolvimento comunitário, geração de ocupação e renda e de poupanças coletivas; b) organização de redes de cooperação social ligadas aos movimentos sociais; c) valorização da identidade cultural destacando a diversidade das culturas urbanas e camponesas como elemento de desenvolvimento territorial.

Além disso, o PAPPs foca benefícios e, portanto, quer funcionar como porta de saída para pessoas ingressas no Programa Bolsa Família, incentivando o sentimento de pertença ao lugar onde nasceram e descobrindo as potencialidades locais. Portanto, “Garantir que o público alvo da política dos fundos tenha foco nas famílias mais pobres e no público não atingido pelas políticas de crédito vigente [...] e a partir das comunidades mais pobres, buscando recuperar a autoestima familiar” (GRUPO ESQUEL, 2008, p. 57).

Outro princípio norteador no meio rural é o fortalecimento e desenvolvimento das tecnologias sociais apropriadas à convivência com o semiárido, como as cisternas de placas, que se contrapõe aos programas convencionais de combate à seca. O Programa se propõe a disponibilizar, de forma democrática, recursos financeiros para organizações da sociedade civil, com o objetivo de estimular a criação e o fortalecimento de ambientes territoriais inovadores a partir de formas de convivência solidária e autogestão. Com a finalidade de se monitorar o Programa em foco, foi celebrado, no ano de 2009, convênio de assistência técnica e financeira entre o BNB e a Cooperativa Cultural Universitária da Paraíba (CODISMA), da UFPB, para a realização da pesquisa de avaliação dos FRS’s, que se

vincula à pesquisa financiada pelo CNPq, material de base desta publicação.¹⁶

Nos capítulos seguintes, iremos acompanhar as experiências com os FRS's nos assentamentos e sítios rurais localizados no estado da Paraíba. Nossa incursão se inicia na Zona da Mata Sul – Litoral.

16 Cf. nota de rodapé nº 1.

2. Fundos Rotativos Solidários na Zona da Mata Sul

O Litoral Sul do Estado, com área de 1.042,989 km² e seus 140 km de extensão, situado na mesorregião da Zona da Mata, é cenário de belas paisagens, com suas praias consideradas “selvagens”, porque são pouco exploradas turisticamente em relação a outros litorais do Nordeste (a exemplo de Salvador, Recife e Fortaleza). A praia de Tambaba, por exemplo, é um polo internacional de turismo e Área de Proteção Ambiental (APA)¹. Sobre Tambaba, Souza (2010) nos diz:

Atualmente, as praias citadas e seu entorno são alvo de um acelerado movimento de ocupação imobiliária, com a abertura de loteamentos residenciais e construções de residências de veraneio, condomínios residenciais e resorts. As campanhas e peças publicitárias veiculadas por agências de turismo, pelo governo estadual, empreendimentos imobiliários e turísticos são as principais responsáveis pela criação e propagação de imagens e ideias associadas ao destaque e a valorização das paisagens naturais destes lugares.

1 Segundo Souza (2010, p. 9), criada pelo Decreto Estadual nº 22.832, em 26 de março de 2002, abrangendo uma área de 3.270 ha e ampliada em agosto de 2005, através do Decreto 26.296, quando teve sua área ampliada para 11.320 ha.

No entorno das praias, localizamos vários Projetos de Assentamentos rurais, cuja base econômica é a agricultura em pequena escala para subsistência; Quando há excedente, vendem individualmente ao atravessador.² Porém, comunidades organizadas e articuladas (em rede) escoam seu excedente via políticas públicas, a exemplo, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Aquisição de Merenda Escolar (PNAE), Programas Estaduais e Municipais.

Neste contexto, o território (MOREIRA & TARGINO, 2007, p. 5) em tela é disputado por famílias rurais assentadas, políticos locais e empresários nacionais e transnacionais que atuam no turismo e em fábricas de cimento. Personagem central desta história é Frei Anástacio, nascido no município de Esperança, situado no agreste da Paraíba., descendente de uma família de pequenos agricultores e, atualmente, Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No ano de 1973, Frei Anastácio começou a militar no movimento dos trabalhadores rurais no município de Alhandra, onde fundou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e organizou o movimento pela terra no Litoral Sul do Estado, área de atuação da Pastoral dos Franciscanos, entidade religiosa à qual é filiado.³ Nesta direção, nossa pesquisa sinaliza claramente que as prefeituras locais privilegiam os interesses dos empre-

2 Assentamento, nesta pesquisa, é uma categoria que utilizamos segundo as formulações Moreira & Targino (2007: 5), como territórios de esperança, de lutas e conquistas. A Mata Sul Paraibana destaca-se pela grande quantidade de assentamentos rurais existentes no seu território, sobretudo nos últimos 10 anos, correspondendo a um total de 56 assentamentos no ano de 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio120.pdf. Consulta em 30.05.2014.

3 Realizamos breve contato com Frei Anastácio no dia 11 de outubro de 2011 em seu escritório político, situado no centro de João Pessoa.

sários do turismo em detrimento dos assuntos dos pequenos agricultores. Vejamos: Tambaba e Nova Vida são assentamentos de reforma agrária, áreas de Proteção Ambiental (APA) e de conflito socioambiental.⁴ Há disputa pelo território: de um lado os assentados e nativos da região e de outro lado os empresários e políticos locais que querem construir grandes *resorts*.⁵ Na realidade, as políticas públicas municipais estão em sintonia com a política macroeconômica do país, nas regiões litorâneas, via Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR I).⁶ Há, no entorno dos assentamentos, uma vasta área de ocupação dos espaços, por investimento do capital estrangeiro bem como a forte presença de turistas. Foi percebido que, embora havendo uma grande especulação imobiliária, os assentados não usufruem do “desenvolvimento” ou da “modernização” via turismo na região, pois há diversas ocupações irregulares e a paisagem natural tem seu aspecto modificado por diversas construções de *resorts*, pousadas e fábricas. Populações assentadas desempenham atividades precarizadas, muitas vezes informais, nas construções, na área da limpeza e cozinha. É neste cenário de conflitos socioambientais, fundiários, contrastes entre belas paisagens naturais visitadas por turistas nacionais e estrangeiros e a invisibilidade dos assentamentos que os FRS’s, articulando seis municípios, financiaram entre 2008 e 2010 33 famílias distribuídas em sete assentamentos rurais.⁷

4 Cf. estudo de Souza (2010). Sobre a noção de conflitos socioambiental, cf. (LITTLE, 2006, p. 88).

5 Cf. Estudo de Rafaella Espínola (2012).

6 Cf. estudo de Rodrigues (2010).

7 *Por um Pedaco de Chão*, belíssimo estudo de Moreira (1997), nos mostra o processo de criação dos assentamentos na Paraíba em meados da década

Realizamos, entre 2009 a 2012, diversas aproximações etnográficas em assentamentos de reforma agrária localizados em dois municípios: Conde e Pitimbu, distantes 17 e 34 km, respectivamente, da capital João Pessoa. Nos referidos municípios, as atividades econômicas preponderantes são a agropecuária, o comércio e o turismo. Contudo, há atividades que não aparecem nas estatísticas oficiais, como a pesca artesanal, a agricultura familiar e a apicultura. Muitas famílias nativas da região, de pequenos agricultores assentados, dependem economicamente das referidas atividades. Nos assentamentos que visitamos, vivem aproximadamente 250 famílias (dentre estas, 16 participam dos FRS's). No Litoral Sul do Estado, os FRS's financiaram a atividade apícola intermediada pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), responsável pelo projeto, e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a instituição financiadora. O projeto *Voando com as abelhas: fortalecendo a apicultura, preservando o meio ambiente e incentivando a solidariedade camponesa* foi elaborado pelo SPM e concorreu ao edital público lançado pelo BNB, ganhando a concorrência posteriormente. Segundo agente do SPM, a finalidade do projeto à época era⁸

Construir um Fundo Rotativo Solidário, através de um processo educativo, buscando a transformação social, o acesso ao micro-financiamento, gerenciamento e valorização

de 1990. Sobre a política fundiária no semiárido, Moreira e Targino (2007) dizem que foi baseada na criação de gado e, posteriormente, na cultura do algodão. A base era a grande propriedade, com baixa capacidade econômica e a combinação do trabalho livre e escravo. Nas pequenas propriedades, a organização do trabalho era o arrendamento e o sistema de parceria.

8 As informações foram coletadas na reunião realizada no dia 18 de setembro de 2009, na CODISMA/UFPB, com o agente do SPM e o tesoureiro e ex-presidente do Comitê Gestor do Fundo.

da coletividade, ampliando a compreensão das práticas agroecológicas como modelo de uso sustentável dos recursos naturais. Ou seja, eles buscam difundir a preservação sócio-ambiental de forma sustentável e produzir recursos para apoiar outras famílias que queiram ser inseridas no projeto.

Foi liberado um valor de R\$ 99.000,00, oriundo do BNB, e mais R\$ 37.560,00, do Cáritas e do SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes – vertente católica), para financiamento das roupas, equipamentos, colméias e a construção da casa do mel. O projeto recebe apoio institucional da SPM, Cáritas, COOAP (Cooperativa dos Apicultores do Estado da Paraíba, de Conde, Paraíba), REDAP (Rede Abelha Paraíba) e do BNB (convênio 2008/65). As devoluções foram estabelecidas coletivamente: 150 litros de mel em um prazo de dois anos.

Os FRS's que financiam a apicultura articulam seis municípios no Estado: Conde, Pitimbu, Jacaraú, Curral de Cima, Cruz do Espírito Santo, Rio Tinto e Sertãozinho, distantes entre si. Neste sentido, um dos elementos que caracteriza a gestão do FRS no Litoral é a sua dispersão geográfica. Por exemplo, a distância aproximada entre Tambaba (Litoral Sul) e Rio Tinto (Litoral Norte) é de 90km. Nos referidos assentamentos a apicultura envolve 16 famílias de pequenos agricultores. A pesquisa de campo foi realizada entre Janeiro e Fevereiro de 2010 e de Julho a Novembro de 2011e 2012, cobrindo o universo de 100% dos participantes do FRS. Foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas, realizadas entrevistas qualitativas e registros visuais. No município do Conde, a pesquisa de campo foi realizada nos

seguintes assentamentos: Tambaba⁹ (três participantes), Frei Anastácio (dois participantes), Dona Antonia (três participantes), Rick Charlie (dois participantes), Barra de Gramame (três participantes) e na Granja Nossa Senhora da Boa Vista (dois participantes). Em Pitimbu, a pesquisa foi realizada no assentamento Nova Vida, onde vivem aproximadamente 134 famílias (três participantes). A seguir, descreveremos os assentamentos Tambaba e Nova Vida.

A antiga fazenda Tambaba, de propriedade jurídica da imobiliária Rio Tinto Ltda., situava-se no interior do loteamento Colinas de Jacumã, município do Conde, microrregião de João Pessoa, está há 18 km da capital do Estado e a 12 km da cidade do Conde. Possuía uma área de 150,5 hectares, dos quais 90 foram objeto de conflito. Moreira (1997, p. 37) data o conflito no ano de 1986, envolvendo 62 famílias sem-terra, provenientes de Alhandra, Conde e Pitimbu. Aproximadamente 40 famílias vivem, hoje, em Tambaba.¹⁰ Estes assentados, no caso de Tambaba, ainda não receberam a precatória que lhes concede o direito de propriedade coletiva, nem percebem interesse político em inseri-los no projeto desenvolvimentista liderado pelo setor do turismo. Há uma escola de ensino fundamental, uma pequena capela, uma associação, uma casa de mel e uma cooperativa: a COOAP (Cooperativa de Apicultores do Estado da Paraíba), tem seu endereço no Sítio Tambaba S/N, Zona Rural, Conde, Paraíba. Essa cooperativa é composta por uma comissão

9 No assentamento Tambaba vivem aproximadamente 40 famílias. Não conseguimos dados exatos, segundo liderança local há 33 famílias e 17 posses.

10 Sobre a formação dos Assentamentos na Zona da Mata Paraibana ver Moreira (1997).

gestora formada pelo Presidente, Diretor Administrativo Financeiro, Diretor Comercial, Titulares do Conselho Fiscal e Suplentes do Conselho Fiscal. No total, são 24 cooperados, sendo que três são do Assentamento Tambaba e seis do Assentamento Nova Vida (Pitimbu). Os demais são dos Assentamentos Rich Charles, Dona Antonia, e Frei Anastácio (Conde). Ligadas à COOAP, há quatro Casas do Mel: uma em Tambaba, outra em Rio Tinto, outra em Frei Anastácio e outra em Dona Antonia (observando que a de Tambaba atende também ao Assentamento Nova Vida). A COOAP é uma cooperativa registrada com CNPJ, mas, no entanto, falta ainda uma localização predial própria para acomodar a cooperativa, porque atualmente a mesma utiliza a Associação de Apicultores de Tambaba para fazer suas reuniões e outras atividades afins. As reuniões, por sua vez, são feitas através da participação dos cooperados, por meio de atas, e as decisões dos empreendimentos são feitos a partir de sufrágio. Uma das lideranças locais, que é um de nossos informantes e tesoureiro do FRS, tem família constituída e começou a cursar pedagogia (porém, não terminou). Sua esposa é professora na escola de ensino fundamental do assentamento e tem dois filhos em idade escolar. Sua mãe, que mora ao lado, é aposentada e não recebe benefícios de programas sociais. Para o consumo da família, cria galinhas e planta inhame. Além disso, produz mel (25 L por colméia a cada ano), que vende nos pequenos mercados locais. A liderança tem ambições políticas e pretende se candidatar a vereador, seguindo a tendência dos assentados em eleger seus próprios representantes.

Pitimbu situa-se na microrregião do Litoral Sul Paraibano, a aproximadamente 40 km da capital paraibana João Pessoa e a 85 km de Recife (PE), na mesorregião da Mata Paraibana, cujo bioma é a mata atlântica e possui um

clima tropical. A economia do município tem como polo principal o turismo, além da venda de crustáceos e outros derivados do mar; Pitimbu é conhecida como A Cidade da Lagosta. Em Nova Vida, localizada a dez km da zona urbana – município de Pitimbu, a pesquisa de campo foi realizada entre os meses de Janeiro e Outubro de 2011, envolvendo dois pesquisadores – alunos do curso de graduação de Ciências Sociais, entre 2012 e 2013 (houve monitoramento do Programa). Como resultado das pesquisas, duas monografias foram produzidas. Na comunidade Nova Vida, identificamos seis participantes dos FRS's: entrevistamos oficialmente três e realizamos conversas informais e observações *in loco*. Em 2011, foi realizada uma reunião na UFPB para discutirmos o relatório final com as lideranças dos Fundos.

O Assentamento Nova Vida comporta, hoje, aproximadamente 134 famílias, possui 12 anos de existência e foi organizado pelo MST (Movimento dos Sem Terra) e legalizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo dados da pesquisa, aproximadamente 80% das famílias se declaram evangélicas. O assentamento fica à margem da BR 101, que liga João Pessoa a Recife. Para chegar lá, pega-se dois km de estrada de terra batida (que geralmente não se encontra em boas condições de tráfego). O assentamento tem cerca de 258,70 hectares (cada família assentada que entrevistamos recebeu aproximadamente cinco hectares de terra). As casas, em sua grande maioria, são de alvenaria (contudo, ainda encontramos casas de taipa). Ademais, possui ruas sem pavimentação (ruas de terra batida), conta com um sistema de encanação e distribuição de água próprio (organizado pelos próprios assentados), um sistema de saneamento precário com base em fossas subterrâneas nos quintais de cada residência (é possível que nem todas

as residências possuam tal sistema) e também conta com eletricidade, possuindo iluminação nas ruas, uma escola municipal, igrejas protestantes e católica, mercadinhos, uma casa de farinha organizada pelas mulheres do assentamento e um viveiro de mudas e de hortas orgânicas.

No Litoral Sul, tivemos acesso a 100% dos participantes do FRS. Com a finalidade de obtermos um perfil dos assentados, aplicamos questionário com perguntas abertas e fechadas, além de observações e conversas informais para delinear o perfil socioeconômico dos agricultores assentados. Abaixo, os resultados do questionário:

2.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO

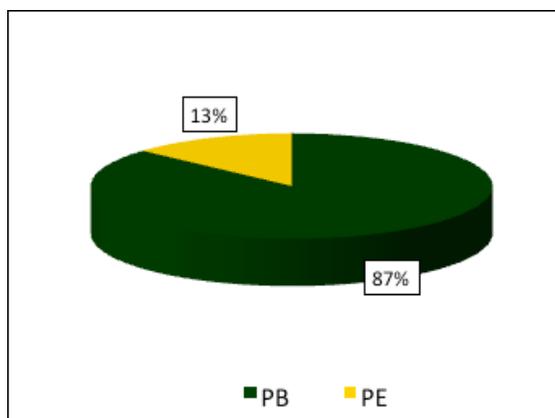


Figura 3. Localidade de origem – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A figura acima sinaliza que 87% dos participantes são originários do interior do estado da Paraíba e 13% de Pernambuco. Os participantes do FRS, na sua maioria, estão classificados no termo da Constituição Federal como “união estável”, que significa uma relação não oficializada,

no entanto sólida, para entrar nos termos de constituição de uma família. Conforme ilustrado no gráfico abaixo, 40% se declararam em união estável e 27% casados, sendo que 33% são jovens solteiros. Há percentual significativo de jovens nas atividades dos FRS's.

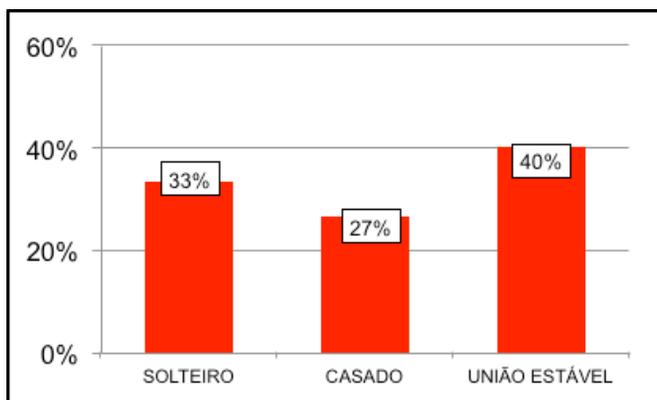


Figura 4. Estado civil - Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Buscamos mapear, em nosso questionário, questões que tratam do número de pessoas que vivem na casa e a partir daí traçar algumas reflexões que nos trouxessem informações a respeito da composição da família, ou seja, abordando, nessa etapa, os filhos e os irmãos dos participantes do FRS.

O gráfico abaixo evidencia um dado importante: a média geracional é de 6,26 irmãos e a média dos filhos é de 1,86, o que demonstra a tendência dos participantes do FRS em ter menos filhos em relação à geração de seus pais.

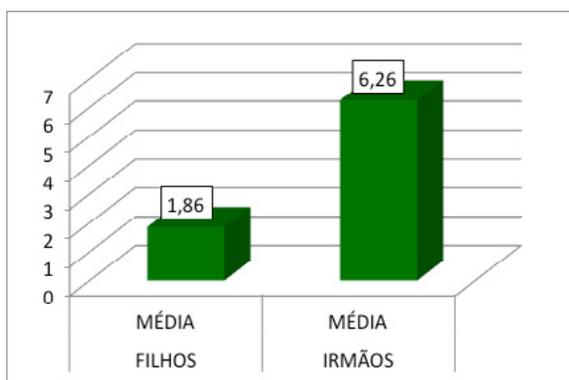


Figura 5. Média da quantidade de filhos e irmãos – Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Esse dado é condizente com o que comentamos a seguir em relação ao número de pessoas que moram na casa. A média é de 3,53 pessoas e a moda é de três pessoas por residência, isto é, o casal e um ou dois filhos.

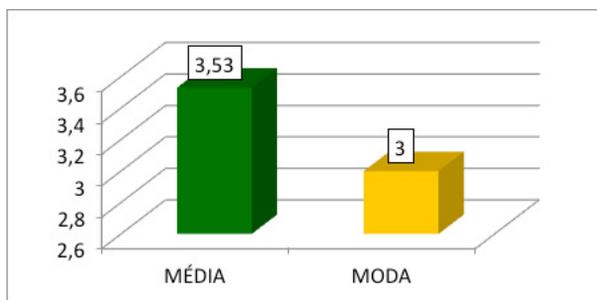


Figura 6. Média dos filhos e irmãos – Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Nesse sentido, traçamos um gráfico que relata de maneira simples a condição social das famílias no que diz respeito ao acesso à rede pública de ensino. Os dados nos

mostram que pouco menos da metade dos irmãos ou dos filhos do participante da política não frequênta a escola regularmente, o que nos remete a um de nossos indicadores locais de sustentabilidade: acessibilidade da comunidade à rede pública de ensino.

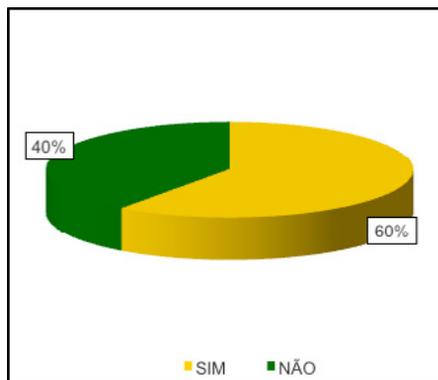


Figura 7. Acessibilidade à rede pública de ensino – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Desses 60% que frequentam a escola regularmente, 60% estão participando das atividades escolares referentes ao ensino fundamental e 40% estão matriculados no Ensino Médio. Uma explicação plausível para esse índice ainda muito alto de pessoas que não frequentam a escola pode ser o fato de que as residências dos participantes estão localizadas em áreas predominantemente rurais, distantes cerca de 9 a 12 km da cidade do Conde (PB) e Pitimbu, onde situam-se a maioria das escolas.

Existem escolas de Ensino Fundamental nas comunidades assentadas, porém, os jovens que cursam o Ensino Médio tem que se deslocar até os centros urbanos, onde se situa a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João da Cunha Vinagre, a nove km de distância do assentamento. Segundo a direção da escola, a mesma cons-

tava com um número inicial de 535 alunos matriculados no ensino médio. O número real, porém, é bem menor, devido aos altos índices de evasão escolar, motivado, sobretudo, pela dificuldade de deslocamento e permanência dos alunos no centro urbano, uma vez que esses jovens constituem parte da força de trabalho de suas famílias.

As Prefeituras Municipais das cidades de Conde e Pitimbu disponibilizam transporte para o deslocamento dos alunos para as aulas na cidade.¹¹ Durante a pesquisa, percebemos que as palestras nas escolas de Ensino Fundamental e Médio que difundam informações sobre economia, finanças solidárias e agroecologia são de fundamental relevância para as futuras gerações. Neste sentido, no âmbito do Programa de Licenciatura (PROLICEN), nossos pesquisadores ministraram palestras nas escolas de Conde e Pitimbu sobre tais temáticas.

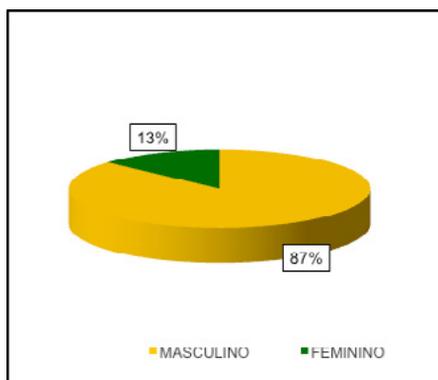


Figura 8. Gênero – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

11 Pesquisa PROLICEN (2010): *Políticas públicas de desenvolvimento local: a experiência contemporânea dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba* está sendo realizada para analisar a acessibilidade dos jovens rurais ao ensino médio.

Um dos indicadores diz respeito à participação das mulheres em atividades financiadas pelo FRS.¹² No caso da apicultura, podemos perceber o predomínio de homens exercendo esta atividade. Entretanto, as mulheres auxiliam os respectivos companheiros na execução dos trabalhos na apicultura. Os FRS's permitem e incentivam uma participação maior das mulheres nas atividades produtivas, a exemplo da apicultura, atividade considerada tipicamente do homem.

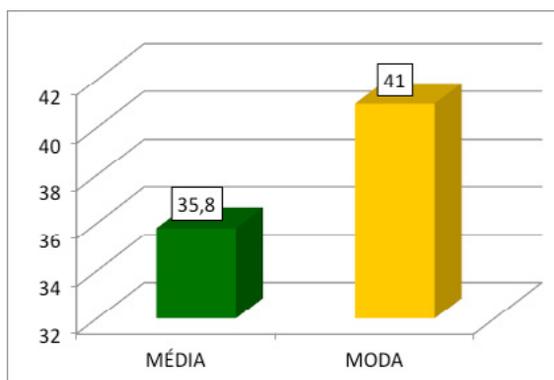


Figura 9. Média e moda da idade do participante do FRS – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação aos grupos etários, a figura acima revela que a idade dos participantes está fixada na média de 35 anos. Contudo, a idade que mais se repetiu no grupo foi de 41 anos.

12 Gênero (Scott, 1992) é uma categoria analítica que nos ajuda a compreender as relações de distinção, oposição e assimetria entre os sexos, enquanto relações construídas histórica e culturalmente. A questão é: como essa diferença se transforma historicamente em assimetria e desigualdade? E quais as implicações desta assimetria?

O gráfico a seguir demonstra que, apesar de 33% dos participantes se encontrarem entre 31 e 40 anos, a participação de pessoas com a idade de 17 anos representa 27%, dado que sinaliza a participação crescente dos jovens nas atividades financiadas via FRS. Desta forma, os FRS's desempenham papel de capacitação e qualificação para os jovens e homens adultos no caso da apicultura.

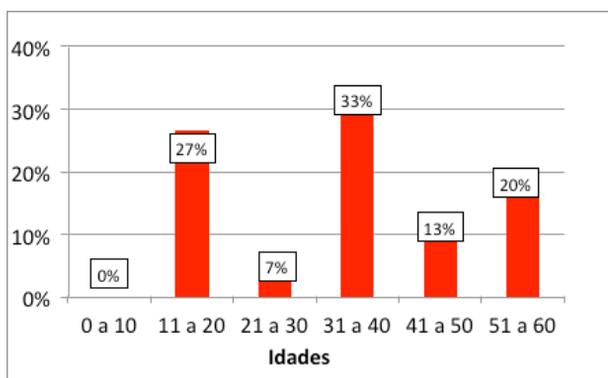


Figura 10. Participação por faixa etária na política do FRS - Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

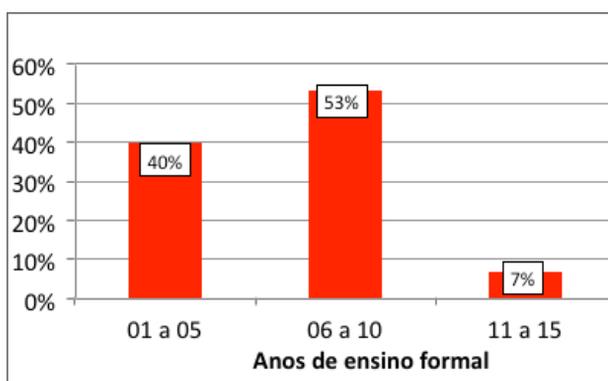


Figura 11. Escolaridade em anos de estudo - Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Com relação à escolaridade, 53% dos entrevistados declararam ter de seis a dez anos de escolaridade formal e 40% de um a cinco anos. Os agricultores entrevistados responderam que não completaram os estudos na época de infância porque não podiam deixar de trabalhar na agricultura com os pais. A geração seguinte a dos filhos estuda no Ensino Fundamental até a idade de corte do PBF, mas, como anunciamos, encontram dificuldades para acessar o Ensino Médio. Entretanto, encontramos em Nova Vida alguns jovens com formação universitária e frequentando a Universidade.

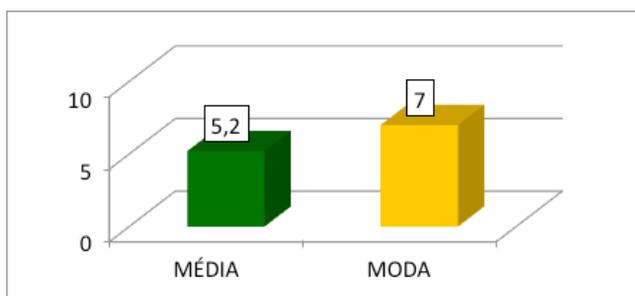


Figura 12. Média e moda dos anos de escolaridade – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Os anos de escolaridade que mais se repetiram (ou moda) está sinalizado em sete anos por participante e a média em anos de estudo por participante está fixada em cinco anos, o que se mostra condizente com a figura anterior, que mostra 53% dos participantes entre seis a dez anos de escolaridade. Todavia, a tendência contemporânea é a migração da nova geração para as capitais próximas em busca de um emprego formal ou informal.

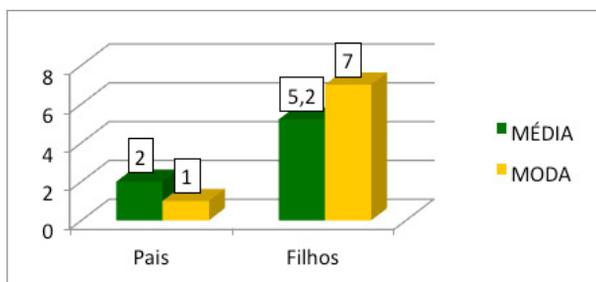


Figura 13. Média e moda dos anos de escolaridade entre gerações – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Na figura acima, pode-se visualizar que houve um incremento nos anos de escolaridade da perspectiva geracional. Enquanto os pais tinham em média dois anos de escolaridade, e moda de um ano, os participantes do FRS apresentam como média 5,2 anos de escolaridade, ou seja, um incremento de mais de três anos de escolaridade. E, ainda, se analisarmos a moda, observa-se que o incremento é ainda maior, tomando-se com conta os sete anos de escolaridade, equivalentes ao Ensino Fundamental completo. Uma hipótese que merece ser esclarecida se refere ao papel da escolaridade formal na efetividade do Programa que estamos analisando. A suposição é que quanto mais escolaridade tiver o grupo mais efetivo será o Programa. Em nossa pesquisa, identificamos pessoas que tiveram pouco tempo dedicado para os estudos (apenas o necessário para escrever o nome em “papéis importantes”, como certidões e escrituras, mas, ao mesmo tempo, essas pessoas têm consciência suficiente de quais são os seus interesses, independente de grau de escolaridade). Um exemplo disto é o caso de um dos assentados que só sabe escrever o nome e tem a melhor cadeia produtiva de todos os participantes

dos Fundos Rotativos Solidários. Em suas terras, possui cercado, cisterna, transporte e criação de gado, e já chegou a produzir mil litros de mel, tendo uma forte identificação com a terra e a agricultura familiar. Ademais, vende diretamente seus produtos na feira agroecológica ao consumidor final.

Outra questão abordada no questionário foi a religião. Podemos perceber que o Programa via FRS tem um princípio de solidariedade difundida pela Igreja, por meio do papel pioneiro das Comunidades Eclesiais de Base e depois pela Cáritas brasileira que aciona princípios da Teologia da Libertação, como base para a economia popular solidária.¹³ Embora a liderança afirmasse que 80% eram evangélicos, verificamos, nos questionários, uma concentração de seguidores que se dizem pertencentes à Igreja Católica seguida por evangélicos e apenas um entrevistado declarou não ter nenhum tipo de vínculo com religião alguma, como mostra a figura abaixo:

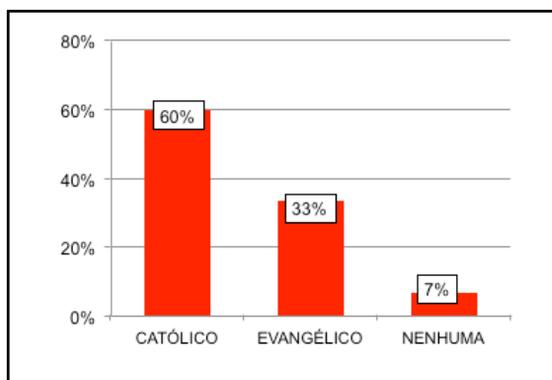


Figura 14. Orientação religiosa – Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

13 Silva Forte & Gonçalves (2013).

Por fim, obtivemos os dados respectivos às associações, cooperativas e sindicatos da rede na qual estavam conectados. Comprovamos que todos são pertencentes à associação dos apicultores, que se transforma em canal de comunicação próximo entre os apicultores participantes da política do FRS e a entidade gerenciadora dos recursos: o SPM. Essa associação foi formada antes mesmo do FRS, conforme constatado nas entrevistas. O quadro geral de associações e afiliações está exemplificado no gráfico abaixo: 40% estão filiados a REDAP; 26,67% à cooperativa e 26,6% estão filiados à associação, cooperativa, sindicato, incluindo a Rede Abelha totalizam 26,7%. A filiação à rede composta pelas entidades supracitadas é um indicador positivo, na medida em que possibilita com mais efetividade o acesso às políticas públicas.

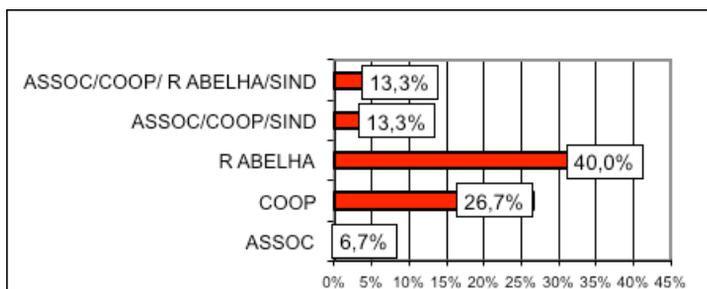


Figura 15. Panorama geral de afiliações – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Com relação à entidade de mediação do Programa – o SPM – 100% declararam sua filiação à referida entidade.

2.2. PERFIL DA PROPRIEDADE

Como afirmamos anteriormente, a região do Litoral Sul do Estado, a Zona da Mata, é um cenário de conflitos fundiários e socioambientais. Impactos negativos correlacionados foram detectados na pesquisa, tais como: disputa pelo território dos assentamentos, especulação imobiliária, venda de terrenos a estrangeiros, construções de redes hoteleiras e *resorts*, aumento da violência, turismo sexual e tráfico de drogas. Contudo, segundo Moreira (1997), o território da Zona da Mata Sul, outrora concentração fundiária da monocultura da cana-de-açúcar, configurou-se via lutas sociais como paisagem dos movimentos sociais rurais. Houve um período, a partir de 1986, de intenso conflito pelas terras, que resultou numa repartição das terras e proporcionou a essas pessoas que vivem da agricultura o tão sonhado “pedaço” de terra, para poderem trabalhar e viverem suas vidas. É nesse desenho de contraste entre belas praias, construção de grandes *resorts* em área de proteção ambiental, turistas e pobreza que verificamos serem 93% os participantes do FRS vivendo em assentamentos e 7% em propriedades da família ou são posseiros.¹⁴

14 “Os “posseiros”, muito comuns na Zona da Mata e no Agreste até os anos 70, são representados pelos agricultores sem terra que ocupavam uma gleba de terceiros, ou do Estado, e nela cultivavam alimentos e outros produtos agrícolas, criavam animais e não pagavam nada a ninguém. Em várias áreas de conflito do Litoral e do Agreste/Brejo, foi identificada essa categoria de trabalhador. As glebas de posse, regra geral, são muito antigas e vinham passando de pai para filho há gerações, antes da eclosão do conflito.” (MOREIRA, 1997, p. 27).

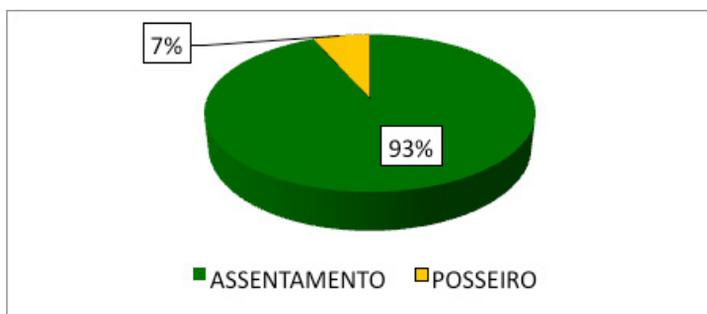


Figura 16. Perfil da propriedade – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Houve um intenso período migratório de pessoas que vieram no Estado do Pernambuco para o Estado da Paraíba no final da década de 1960 e, além disso, foi verificado que esse processo migratório continuou até o final da década de 1980. Não conseguimos constatar os condicionantes de tal fenômeno, porém, extraímos, de algumas entrevistas, que, nesse momento, na Paraíba, estaria havendo um intenso conflito pelas terras situadas nas proximidades da região da cidade do Conde (PB), o que contribuiu bastante para que esse processo migratório fosse intensificado. A média declarada do tamanho das propriedades foi de cinco hectares. A figura seguinte demonstra que, dessas propriedades, 40% foram regularizadas por meio da ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 13,33% declararam ser a CPT, INTERPA e INCRA totalizam 20,1%, CPT e INCRA e 26,67% outras entidades. Podemos considerar que INCRA e INTERPA regularizam a posse das terras assentadas com apoio da CPT. Muito embora Tambaba esteja irregular, segundo depoimento de uma liderança local.

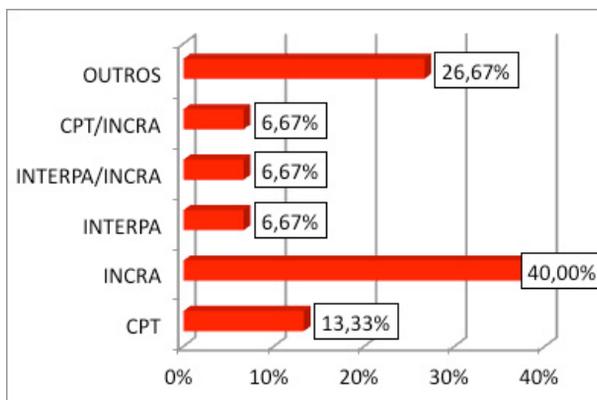


Figura 17. Entidades que atuaram na condução da regularização das terras – Zona da Mata Sul.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico a seguir evidencia que, em média, os participantes residem nesse lugar há 15,6 anos e a moda demonstra que este assentamento tem mais participantes residindo há 18 anos. No início, eram casas de palha, agora, todas são de alvernaria e a igreja foi construída em sistema de mutirão.

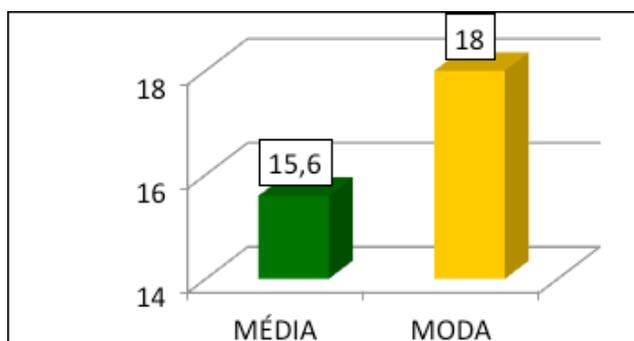


Figura 18. Média e moda do tempo de moradia – Zona da Mata Sul.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

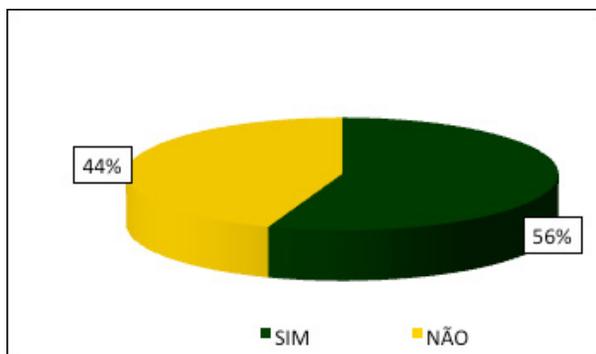


Figura 19. Trabalhadores que exercem função remunerada em outros setores – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Na figura acima, 56% dos participantes responderam que executam atividade remunerada fora da agricultura familiar, para complemento de suas rendas. Um dos líderes trabalhava em uma repartição pública e o outro, além de ser pequeno agricultor, apicultor, presidente da associação e do comitê gestor do FRS, vendia picolé na praia aos finais de semana. Outro jovem participante trabalha como garçom em um restaurante da cidade. Entretanto, há percentual significativo (44%) que se dedica somente às atividades agrícolas. Ainda, 53% trabalham em terras alheias na própria agricultura. O gráfico abaixo demonstra o percentual de agricultores que realizaram benfeitorias em suas propriedades e o tipo de benfeitoria: 44% não realizaram nenhum tipo de benfeitoria, 25% instalaram cisternas, 19% poço, 6% cercado e 6% outras benfeitorias.

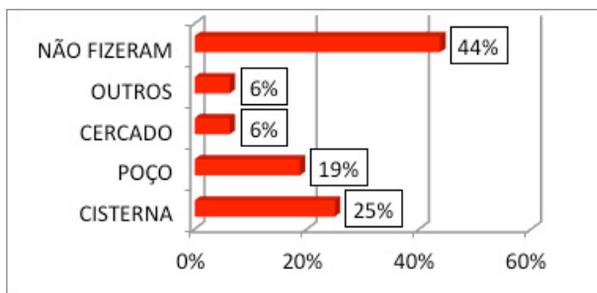


Figura 20. Panorama das benfeitorias – Zona da Mata Sul.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Além do mais, 75% relataram que os recursos para a realização das benfeitorias originaram-se da organização política da comunidade. Neste caso, podemos afirmar que poços, cisternas e cercados foram fruto de reivindicações coletivas via associação e 25% de recursos particulares.¹⁵

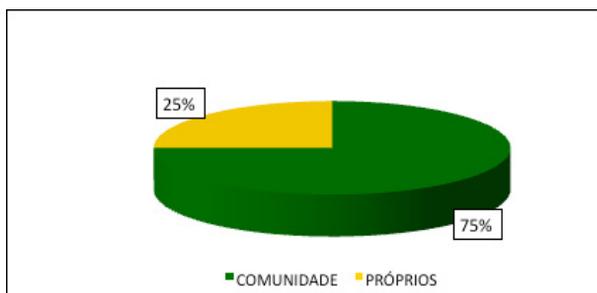


Figura 21. Recursos para benfeitorias – Zona da Mata Sul.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

15 Sobre a estrutura fundiária e as lutas pela terra no Brasil e Nordeste, consultar Melo (2006).

2.3. PERFIL DA PRODUÇÃO

Esta etapa do questionário teve por finalidade extrair dados dos participantes do FRS relativos à renda e a sua produção independente do projeto da apicultura financiado pelo BNB. O princípio desta parte do questionário é saber o quanto o FRS pode complementar a renda do participante, buscando saber se há articulação com outras políticas, como o Programa Bolsa Família (PBF). As culturas principais são a macaxeira e o inhame, seguido da produção apícola, feijão, batata e manga. Estão diversificando a sua produção, aprendendo o cultivo da horticultura de base agroecológica e produzindo polpa de frutas, em especial no assentamento Nova Vida.¹⁶

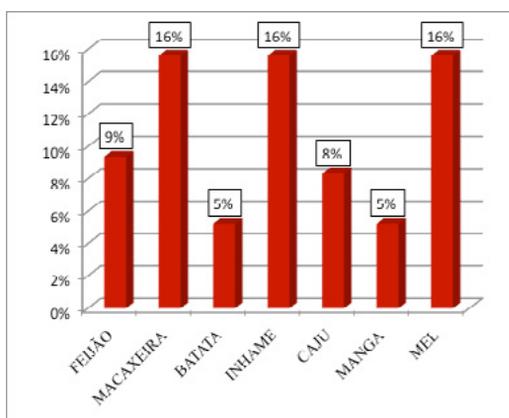


Figura 22. Produção principal – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

16 “O modelo agroecológico é construído a partir da mobilização e articulação dos conhecimentos práticos e técnicos dos agricultores, confrontando-os com os conhecimentos científicos. Este modelo exige, portanto, a mobilização da pesquisa aplicada, pois depende de bastante informação de capital humano [...] Nesta perspectiva, o modelo agroecológico pode ser qualificado de “camponês”, na medida em que os objetivos contribuam para uma crítica do modelo “produtivista” da “modernização conservadora”, salientando os aspectos ambiental e social.” (SABOURIN et alii, 2004, p. 6).

Para complementar a sua renda, os agricultores ensaiam também o cultivo de frutas como banana, laranja, acerola, abacate e milho. Observa o gráfico a seguir:

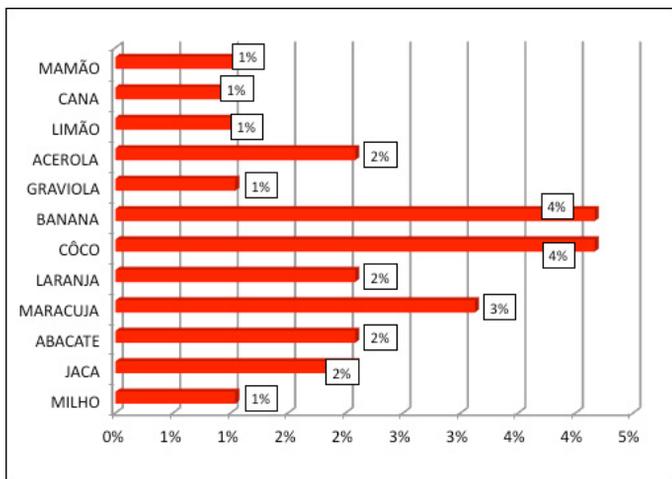


Figura 23. Produção diversificada – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A produção do excedente depende das condições produtivas da família e do assentamento. Famílias bem estruturadas para a venda produzem, em média, 75% de excedente para venda direta ao consumidor, enquanto a maioria (moda) produz 80% de excedente. Em relação ao consumo, a média informa que 25% da produção é destinada para consumo familiar e a moda é de 20%, como demonstra o gráfico seguinte.

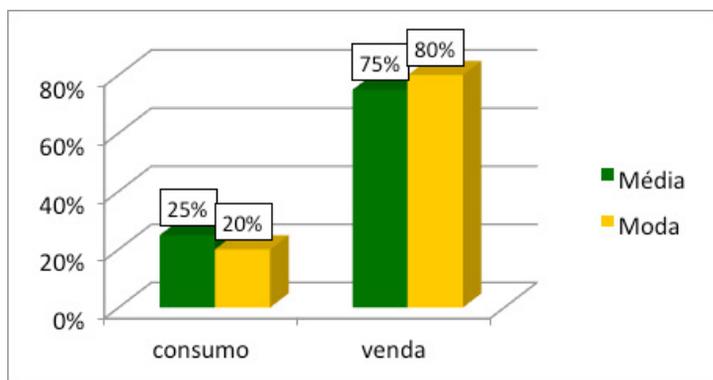


Figura 24. Média e Moda da produção para excedente e produção para consumo familiar – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Sobre a criação de animais em sua propriedade, 50% dos entrevistados afirmaram não ter criação de animal, 38% criam aves e, o restante, porco ou cabra.

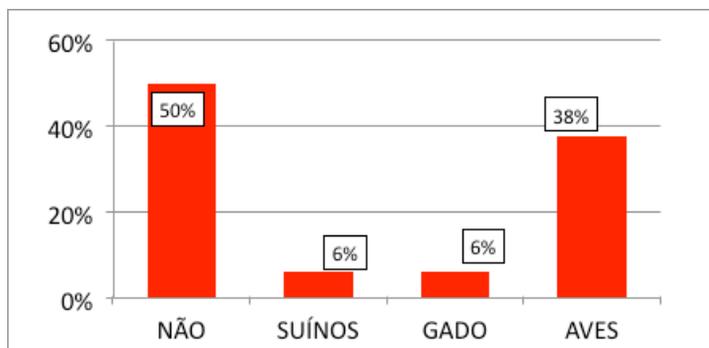


Figura 25. Participantes que utilizam algum tipo de criação animal – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Outra informação obtida foi que 47% dos participantes do FRS não realizam beneficiamento, 24% beneficiam frutas, 18% ovos e 12% praticam outros tipos de beneficiamento, conforme exposto pela figura abaixo.

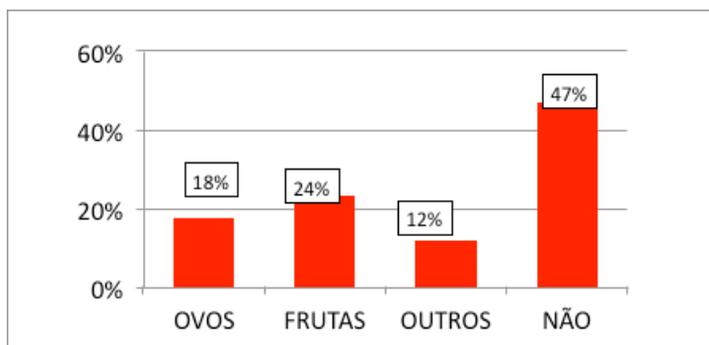


Figura 26. Beneficiamento – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação a outros tipos de atividades econômicas desenvolvidas, 44% trabalham com o cultivo de hortaliças, 6% artesanato e 50% declararam que não exercem outras atividades. Porém, observamos que alguns são servidores públicos e outros são informais, mas não declararam no questionário.

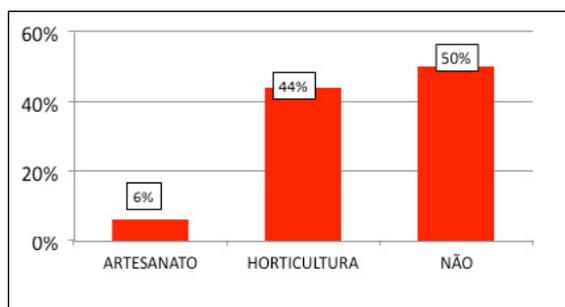


Figura 27. Outro tipo de atividade econômica – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Por fim, um dos problemas mais enfrentados pelos agricultores, no que diz respeito à comercialização dos seus produtos, é o “sistema-atravesador”. O atravessador é aquela pessoa responsável por comprar os produtos dos agricultores nas comunidades a um preço muito abaixo do mercado e revender para seus clientes a um preço altíssimo, chegando a lucrar mais de 50%. A figura abaixo demonstra que 65% dos participantes vendem para o atravessador, um percentual bastante considerável, enquanto que somente 30% vendem diretamente ao consumidor na feira ou mercado local.

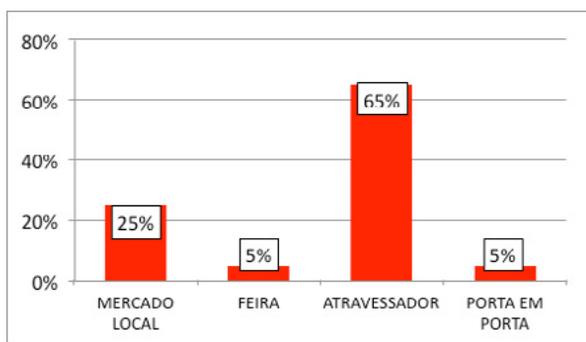


Figura 28. Canais de escoamento da produção – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quanto ao circuito da dádiva (a doação), 53% dos participantes declararam doar parte de sua produção ao vizinho, igreja ou familiar necessitado, porque sabe que, em outra ocasião, ele poderá contar com a dádiva alheia. Neste sentido, a doação é prática ancestral em comunidades camponesas, mas está sendo menos praticada, como demonstra o gráfico abaixo, em que 47% dos entrevistados não praticam doação.

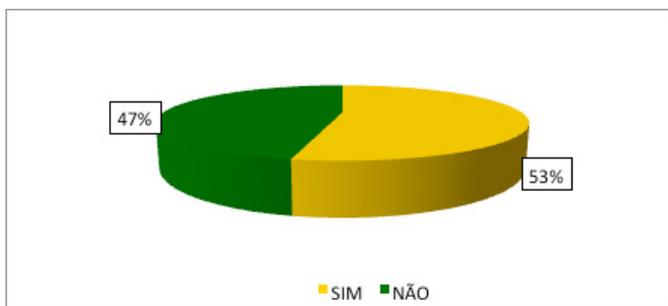


Figura 29. Doação – circuito da dívida – Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quando questionados para quem eram destinadas as doações, 57% dos respondentes informaram que as efetuavam para a igreja e 43% responderam que o faziam só quando alguém precisava dos alimentos, seguindo a lógica da reciprocidade.

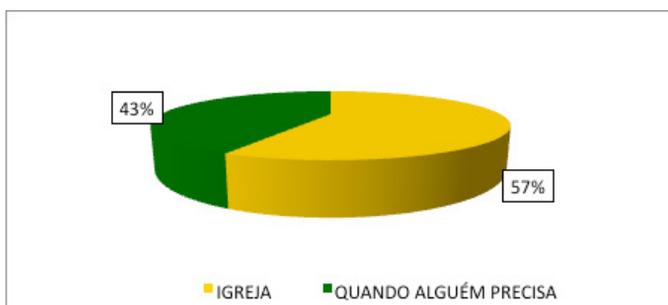


Figura 30. Destino das doações – Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS, (2010).

2.4. PERFIL DA RENDA

Em 2010 e 2011 (à época da pesquisa de campo), 40% dos participantes dos Fundos Rotativos Solidários

trabalhavam de forma assalariada e 60% extraíam a sua renda exclusivamente da sua propriedade agrícola, como mostra a figura abaixo.

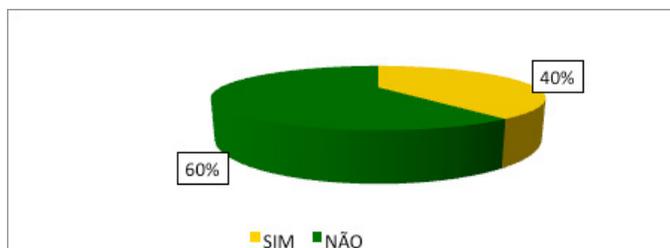


Figura 31. Trabalho de forma assalariada – Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Das pessoas que trabalham de forma assalariada, 40% atuam na agricultura em propriedade alheia e outros no comércio, serviço público e indústria local.

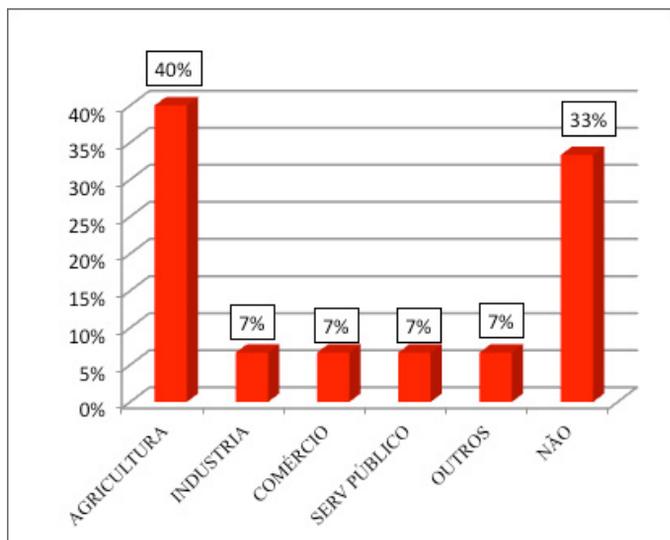


Figura 32. Setores do trabalho assalariado – Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

No que diz respeito ao tempo que desenvolvem as atividades, 50% dos entrevistados declararam que sempre trabalharam na agricultura. Neste caso, há uma ancestralidade camponesa, mas nem todos os assentados têm ancestralidade na agricultura: 20% relataram que trabalham na agricultura há um ano, 20% há dois anos e 10% de dois a três anos.

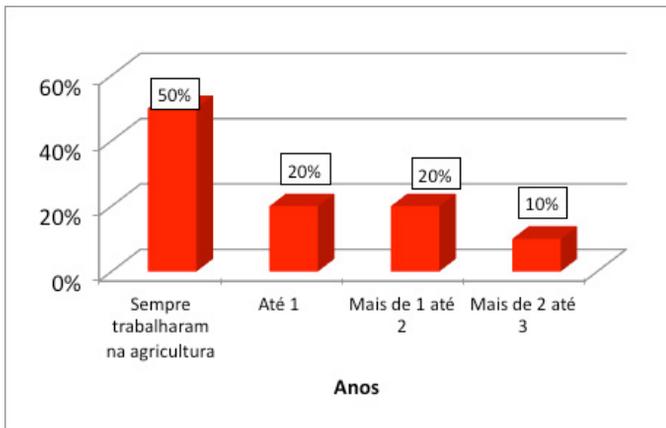


Figura 33. Tempo de trabalho – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Um dado alarmante constatado nas análises do questionário diz respeito às pessoas participantes do FRS que estão aposentadas. Quase 90% das pessoas nos disseram que tentaram conseguir a aposentadoria, mas estas lhes foram negadas por falta de documentos que lhes comprovassem o trabalho executado na agricultura. O gráfico abaixo demonstra em números percentuais a proporção de pessoas que não são aposentadas, as que são aposentadas e as pessoas que não souberam informar (NI).

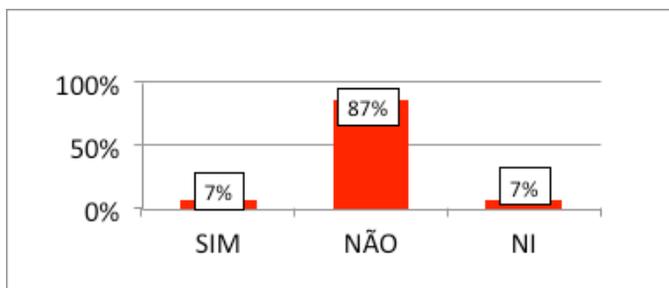


Figura 34. Aposentados – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Indagamos se as pessoas recebiam algum tipo de auxílio fora da comunidade e 100% nos disseram que não. Uma das questões que mais nos chamou a atenção diz respeito ao alto número de pessoas (60%) que não acessa nenhuma modalidade de Política Pública: 13% acessam o Programa Bolsa Família, e o PRONAF e 7% o Programa COOPERAR do governo do Estado.

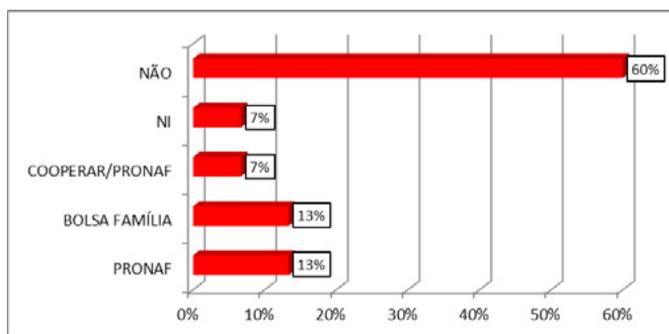


Figura 35. Rede de proteção social – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

2.5 PERFIL DA GESTÃO

Este tópico do questionário visa avaliar a gestão do Programa em foco sob o ponto de vista dos sujeitos que participam do referido Programa. Desta forma, coletamos informações dos participantes e as enquadrámos em gráficos, para melhor retratar as informações coletadas. A primeira questão abordada foi de que forma os participantes tomaram conhecimento do PAPPS – na modalidade FRS. A resposta que mais se repetiu é de que tomaram conhecimento do Programa por meio dos laços de amizade (73%) seguido de outras entidades, como CPT ou igreja, PATAC e CÁRITAS.

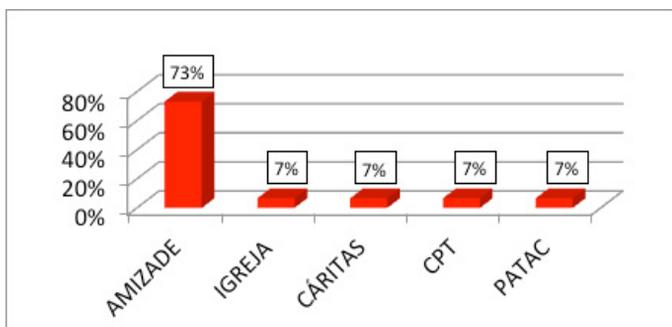


Figura 36. Como os participantes tomaram conhecimento do PAPPS – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Nesse contexto, percebemos que as relações de amizade, parentesco e de vizinhança foram determinantes para a escolha das pessoas a participarem do Programa em foco. Entretanto, não podemos afirmar que a escolha ficou restrita às pessoas conhecidas: houve uma espécie de “convite”, no qual foi estendido a todas as pessoas da comunidade que se interessassem pela participação no

Projeto. A liderança local já trabalhava com apicultura e teve acesso ao projeto, difundindo-o pela comunidade. Como anunciamos anteriormente, a entidade de mediação, responsável pela gerência e aplicabilidade dos recursos oriundos do BNB é o SPM, que é apoiado pela Cáritas Brasileira, que, por sua vez, desempenha papel central na promoção da economia solidária no Brasil, atuando intensivamente junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), segundo nos informou em entrevista o Secretário Nacional da Cáritas Brasileira sobre o modo de funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários:

São várias discussões que vão... Os fundos solidários. Não estamos querendo fundos solidários padronizados. Fundo solidário pode ter retorno, pode não ter retorno integral, pode ter retorno em dinheiro, pode ter retorno em cisterna, animais, alimentos. O que importa no fundo solidário é que a comunidade seja, cada vez mais, a gestora e que decidam quais são os critérios do retorno... Porque, nessa discussão dos fundos solidários, o retorno em moeda é o que menos importa. Numa comunidade em que seu retorno... O retorno das comunidades que eu conheço é diferente... Isso é muito mais do que aquilo que ela estaria devolvendo de juros, financiamento. O banco não quer financiar alguém que não vai lhe dar o retorno ou que diz que o retorno é a ação solidária. Não vai. (Secretário Nacional da Cáritas Brasileira)

A figura abaixo demonstra que 73% dos entrevistados participam de projetos de fundos solidários há menos de quatro anos, 20% estimam a sua participação entre 15 a 19 anos e 7% não souberam informar.

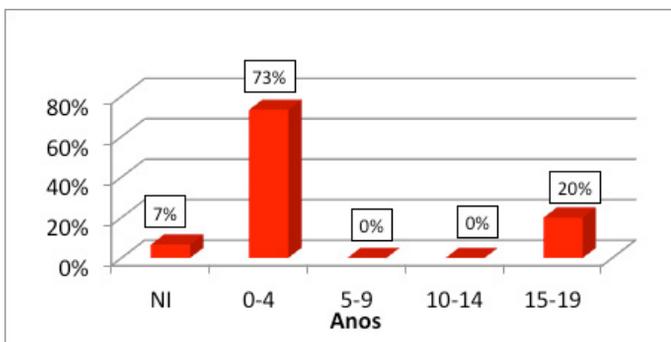


Figura 37. Tempo de participação em projetos de fundos solidários financiados com recursos públicos – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

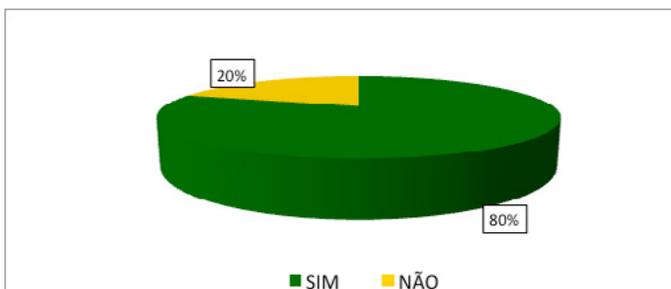


Figura 38. Experiência em outros projetos de FRS – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima demonstra o percentual de pessoas envolvidas em outras experiências de Fundos, de modo a tentar evidenciar as inovações que o PAPPS apresenta em relação às práticas antigas de FRS: 80% responderam que já haviam participado de outros FRS's e 20% declararam que o PAPPS era a sua primeira experiência.

Perguntamos aos nossos entrevistados sobre a origem dos recursos que financiam a apicultura via PAPPS: algumas pessoas ficaram confusas e não souberam passar com muita precisão as informações sobre a origem dos recursos, mas, mesmo assim, traçamos um gráfico a partir

das informações repassadas para o questionário que foi aplicado. Algumas pessoas (7%) nos disseram que o projeto era financiado pela Cáritas brasileira, 40% não sabiam a origem dos recursos, 13% afirmaram que era a liderança que financiava o FRS e 27% responderam que era o BNB, conforme observamos na figura seguinte:

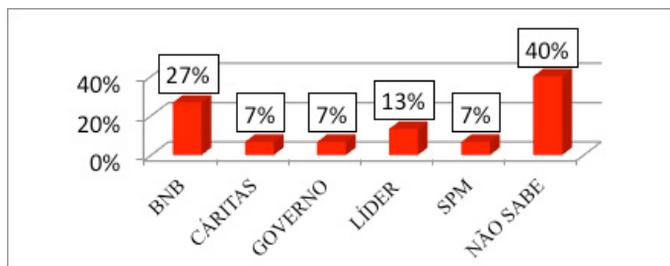


Figura 39. Origem dos recursos financeiros do FRS - Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Ainda sobre a figura acima, alguns agricultores nos disseram que as origens dos recursos vinham de um banco internacional, mostrando total desinformação da trajetória do Programa. Há um problema sério no que diz respeito à comunicação entre os participantes do FRS e a entidade responsável pelo atual projeto. Esse pode ser um fator de intensa importância e que pode refletir de maneira negativa nos objetivos do Programa, no sentido da sua não efetividade. A informação é um mecanismo que conecta todos os participantes ao mesmo objetivo da política dos FRS's, que é, em resumo, o desenvolvimento sustentável dos territórios, fundamentado nos princípios da economia solidária. Democratização das informações é uma variável fundamental para o êxito do Programa. Por isso mesmo, se os participantes demonstraram não saber nem o nome da instituição bancária que tem uma história e papel decisivo

no desenvolvimento da região nordeste, há um problema grave na comunicação.

Abordamos, no questionário e na figura seguinte, a projeção da produção apícola e o tempo de colheita do mel (que consta no projeto original), fixado em duas vezes ao ano, ou seja, semestral. Logo em seguida, esse mel colhido pelos participantes fica estocado na “Casa do Mel”, que fica localizada na propriedade de uma das lideranças, para depois serem comercializadas. As respostas sobre a projeção da produção variaram: 33% declararam que não fazem a projeção da produção apícola, 40% responderam que colhem o mel uma vez ao ano e 27% responderam que projetam uma produção semestral.

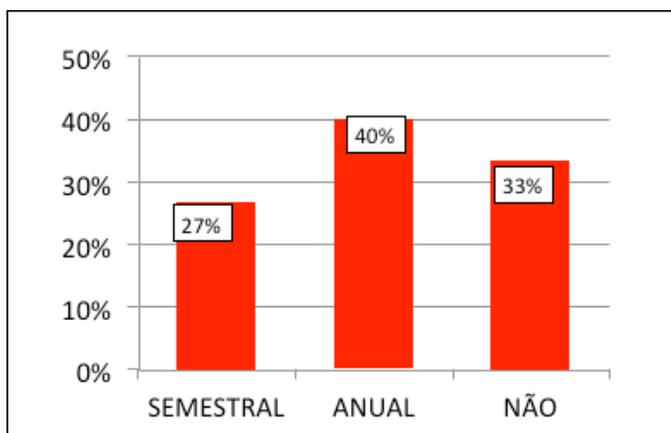


Figura 40. Projeção da produção – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Na análise qualitativa do questionário, percebemos que há uma concentração de responsabilidades e informa-

ções nas lideranças locais e que formam o comitê gestor do FRS. São pessoas que detêm um conhecimento mais amplo do projeto, conhecem as outras pessoas que fazem parte do projeto e mantêm uma comunicação mínima e direta com a entidade de mediação. Este tópico remete ao estilo de liderança local, com tendência mais centralizadora ou democrática e à uma cultura política e associativista que se configura nas lutas sociais a partir do tecido social. A figura abaixo nos informa sobre o processo de tomada de decisões a respeito dos investimentos no âmbito do PAPPS. Enquanto 73% afirmaram que decisões sobre investimentos de recursos financeiros são tomadas em assembleias, 27% afirmaram que as lideranças decidiam sobre a alocação de recursos do Fundo.

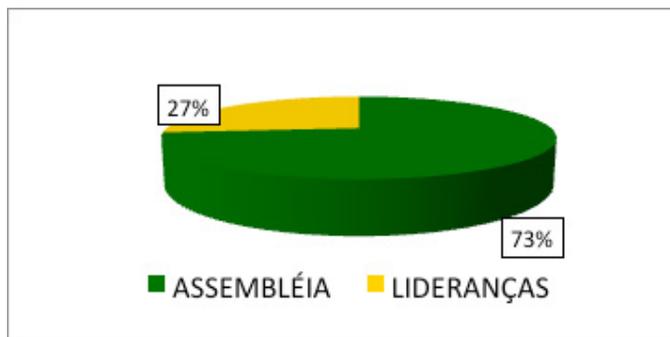


Figura 41. Decisão sobre os investimentos do FRS – Zona da Mata Sul.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

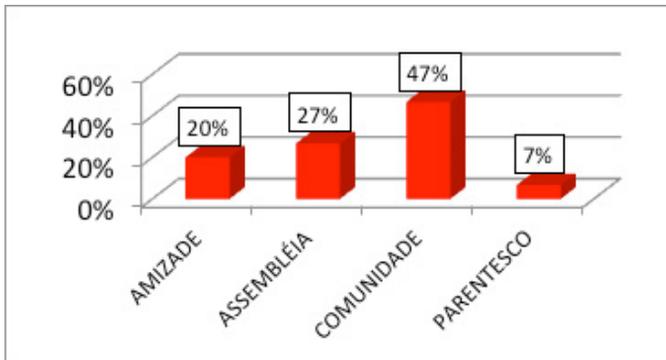


Figura 42. Critérios de participação e a inserção de novas pessoas no programa – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Elaboramos, no questionário, uma pergunta sobre como e quem é responsável pela escolha de novas pessoas a ingressarem na política do FRS. Segundo a figura acima, 47% nos responderam que esse assunto é tratado pela comunidade e logo sem seguida tivemos a visão (27%) de que a questão é tratada em assembleia. Além disso, 20% disseram que as pessoas ingressavam no Programa pelas teias de amizade e 7% por parentesco.

Há uma confusão, do ponto de vista das informações absorvidas pelos participantes do FRS, quanto à condução do Programa que os deixam; ora com a política na mão, ora “entregando” a condução do Programa na mão dos líderes pelo fato de não terem certeza de como é tal procedimento. Entretanto, todos confirmam, quando perguntados, que há prestação de contas. A decisão sobre a forma de devolução dos recursos, segundo relatos, é discutida em assembleia por todos os participantes. Ao mesmo tempo, há uma questão sutil, que é a prestação de contas do projeto ao ente financiador. A figura seguinte demonstra que 60% responderam que as devoluções e a prestação de contas

são realizadas pelas lideranças e 40% responderam que as decisões relativas à prestação de contas e formas de devolução eram tomadas em assembleia.

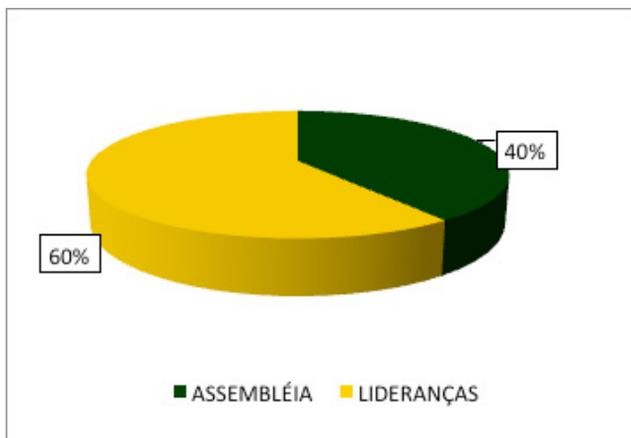


Figura 43. Decisão da devolução e quem faz a prestação de contas – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quando entrevistado, o tesoureiro da associação nos relatou que a devolução dos recursos não estava acontecendo porque não haviam tido ainda o retorno econômico do empreendimento financiado: a apicultura. O recurso financeiro inicial foi investido em roupas adequadas ao trabalho com apicultura, insumos para produção, construção da casa de mel e a aquisição de uma máquina para fazer o sachê. Ademais, vale ressaltar que há sempre uma prestação de contas por parte de cada participante do FRS. O tesoureiro nos relatou que existe uma ficha onde cada apicultor coloca seu nome e o peso do mel que produziu, servindo dessa forma para registro. Ao final, cada um recebe de acordo com sua produção, ressaltando que a venda está acontecendo de forma individual.

Outro dado que tivemos cuidado em analisar e que se relaciona com os temas mencionados refere-se às reuniões estabelecidas para discutir os horizontes da política do FRS. Conforme nos foi passado pelo agente da SPM, houve apenas duas reuniões com todos os apicultores (37) que fazem parte do projeto atual dos FRS's. Várias pessoas não sabiam ao certo se tinham havido reuniões periódicas para discutir questões acerca da referida política, outras afirmaram que houve reuniões a mais do que realmente foram feitas.

O tesoureiro, membro do Comitê, considera que a falta de articulação entre eles é a maior dificuldade, e que, durante o processo de formação pela SPM na política dos fundos rotativos, muitos participaram de alguns encontros realizados em João Pessoa e essa falta de articulação, segundo ele, é por causa da distância entre os membros associados. Em entrevista, o tesoureiro relatou que participava mais ativamente, dedicando três dias para visitar os outros participantes do comitê gestor. Contudo, tivemos uma pessoa (um jovem participante), que foi o único dos 15 entrevistados, a falar sobre a necessidade de comparecer às reuniões, porque a mesma funciona como mecanismo de integração e de difusão de informações sobre o Programa. A figura abaixo evidencia as visões dos participantes acerca da frequência das reuniões.

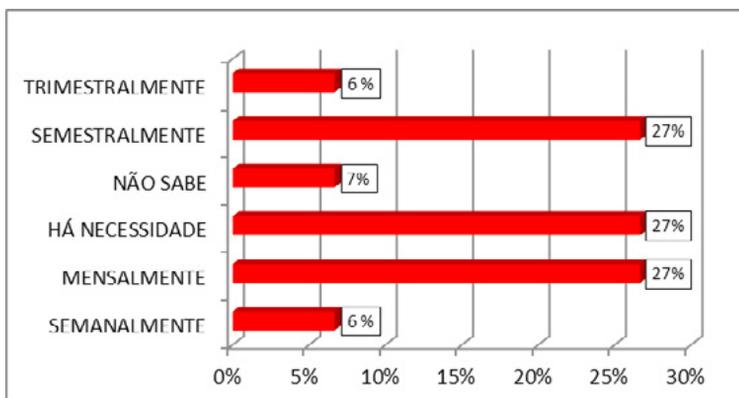


Figura 44. Frequência das reuniões – Zona da Mata Sul.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Nesse sentido, perguntamos aos participantes se há um registro das reuniões e de que forma eram realizados tais registros. As respostas foram quase unânimes em dizer que há um registro das reuniões em atas que são feitas para armazenar as questões tratadas na reunião ou assembleia. Interrogamos, também, se os participantes da política do FRS receberam algum tipo de treinamento ou curso específico para que o participante pudesse exercer as funções de apicultor. Todos os participantes da política afirmaram que receberam cursos e visitas técnicas de especialistas na área de apicultura para iniciar a produção, conforme mostra a figura abaixo:

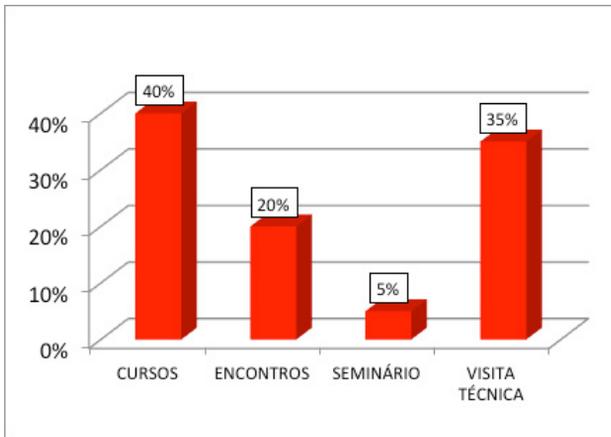


Figura 45. Capacitação – Zona da Mata Sul.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

As entidades que forneceram as capacitações citadas foram: a própria entidade – SPM (44%); assessoria (19%); SEBRAE (6%); liderança (13%); ainda, 13% não souberam nos informar e 6% responderam “outros”, conforme mostra a figura abaixo:

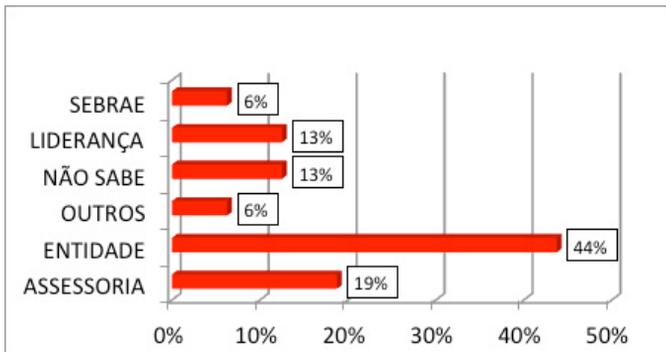


Figura 46. Órgão responsável pela capacitação – Zona da Mata Sul.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Os dados que coletamos no perfil da gestão atestam que há uma completa desinformação a respeito do funcionamento do Programa e uma centralização das informações pelas lideranças. Esses dados podem ser interpretados a partir das lentes de uma cultura associativista ainda em construção na Zona da Mata Sul do Estado, altamente suscetível às ações da indústria do turismo, da especulação imobiliária, das indústrias que lá se instalaram, da violência, do tráfico de drogas, do turismo sexual e das obras do PAC em curso na fronteira do estado de Pernambuco. Diante deste cenário, como se reinventa a agricultura familiar? Como se ressignificam as identidades?

2.6. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS

- Economia (domínio da cadeia produtiva e arranjos produtivos locais): a base econômica dos assentamentos é a agricultura familiar, porém, muitas pessoas trabalham de forma assalariada na própria agricultura, de forma informal e sazonal, na indústria, comércio, na indústria do turismo e no serviço público. São estratégias individuais para o incremento da renda. A maioria dos participantes necessita buscar trabalho em outra propriedade para complementar sua renda. Do total da produção dos agricultores, estes ficam em média com 20% para as necessidades do consumo próprio. Com relação à apicultura, a atividade ficou estancada por quase 12 meses, por razões de ordem burocrática do convênio entre a instituição financiadora e o SPM. Atual-

mente, desenvolvem estratégias individuais de venda do mel e práticas solidárias e recíprocas no processo de produção do mel. Com relação à produção agrícola, 65% declararam que vendem ao atravessador. Apenas um produtor, cuja tradição é a agricultura familiar, afirmou vender diretamente ao consumidor final na feira agroecológica e extrair em torno de pouco mais de R\$ 1.000,00 de renda mensal. Especificamente com relação à cadeia produtiva do mel, a pesquisa demonstrou que dependem de atravessadores, pois a comercialização via cooperativa está longe de ser uma realidade, por vários fatores, sendo um deles o Serviço de Inspeção Federal (SIF), necessário à comercialização do mel em escala maior. Entretanto, realçamos que o mel poderia ser escoado via PAA ou PNAE.

- Relações de Poder (estilo de liderança local): há uma boa relação entre os participantes da política e a associação que representa os apicultores, de modo que não foi identificado aparentemente nenhum desgaste na relação. As lideranças locais, que são também membros do Comitê Gestor dos FRS's, aparentemente atuam de forma democrática, embora centralizem a gestão, por vários fatores: o principal deles é a dispersão geográfica e a falta de interesse de alguns participantes. Como dissemos anteriormente, vários assentamentos elegeram seus próprios representantes como estratégia política de ocupar espaços institucionais de poder. A prefeitura do Conde não possui uma boa relação com os agricultores porque estes não

conseguem, junto à prefeitura, entrar num acordo para comercializar seus produtos, a fim de obterem melhores condições no mercado, uma vez que há um predomínio muito forte (ou um *lobby*) da indústria do turismo para que haja incentivos somente nessa área. Com relação ao Assentamento Nova Vida, há uma organização política sólida em torno da cooperativa: uma liderança arrojada e carismática que se articula aos poderes locais, Estadual e Federal, objetivando o acesso ao mercado via políticas públicas, garantindo, desta forma, o escoamento da produção agrícola mediante PAA, PNAE, Cooperar e programas municipais.

- Acesso e domínio das tecnologias de armazenamento da água: a região do litoral sul da Paraíba não é considerada, institucionalmente, território semiárido. No entanto, em épocas de grande estiagem, não produzem em quantidade adequada por não terem acesso às tecnologias hídricas. O acesso à água nas comunidades rurais é geralmente por meio de poços comunitários e algumas comunidades dispõem de água encaçada e um incipiente sistema de irrigação.
- Domínio de novas tecnologias de cultivo: nos assentamentos pesquisados, há indícios da horta orgânica e a tentativa de cultivar sem agrotóxicos – uma espécie de transição agroecológica. Como anunciamos, um dos participantes que extrai a sua renda somente da agricultura familiar escoar diretamente a sua produção na feira agroecológica (às sextas feiras, na UFPB).

- Rede de Proteção Social: observamos a presença do PBF, PRONAF, PAA, PNAE e COOPERAR, Programas governamentais essenciais para a escoação do excedente agrícola e no caso do PBF para incremento da renda das famílias.
- Acessibilidade à rede pública de ensino: no quesito educação, constatamos que, em todos os assentamentos, existem escolas de Ensino Fundamental. Já o acesso ao Ensino Médio só é possível através do deslocamento até a zona urbana, que conta apenas com a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João da Cunha Vinagre, a nove km de distância dos assentamentos. Segundo a direção da escola, esta consta com um número inicial de 535 alunos matriculados no Ensino Médio. O número real, porém, é bem menor, devido aos altos índices de evasão escolar, motivados, sobretudo, pela dificuldade de deslocamento e permanência dos alunos no centro urbano, uma vez que esses jovens constituem parte da força de trabalho de suas famílias. É interessante ressaltar que o ensino de sociologia não consta como um componente curricular das escolas do município.
- Institucionalidade: agricultores organizados politicamente acessam políticas públicas destinadas à agricultura familiar, dentre elas, o PAA e PNAE. Porém, agricultores com documentação irregular, inadimplentes com o governo, com falta de conhecimento para produzir o projeto e sem acesso às tecnologias de informação (como o computador ligado à internet), não acessam

tais políticas, sem mencionar o descaso e o desrespeito flagrante das prefeituras locais para com os assentados.

- **Acesso às Tecnologias de Informação:** o acesso às tecnologias de informação e a apropriação cognitiva das tecnologias é fator fundamental para concorrerem aos editais, realização de projetos, envio *online* e acesso às políticas públicas, além de notas fiscais eletrônicas.
- **Assistência Técnica:** o acesso à assistência técnica é vetor fundamental de sustentabilidade dos empreendimentos agrícolas, em especial, na transição agroecológica. Fundamental porque a transmissão de conhecimentos técnicos aliado aos saberes tradicionais permitiram maior efetividade na transição agroecológica.

Realizamos reunião na UFPB para discutir os dados de nossa pesquisa com o agente da SPM e uma das lideranças¹⁷. O agente do SPM agregou em entrevista aspectos limitantes da gestão do Programa: concorda com nossa análise a respeito da grande dificuldade de reunir os participantes do Programa para debater questões essenciais de operacionalização, os atrasos no repasse de recursos pelo BNB, atraso dos fornecedores, transporte, atrasos na prestação de contas e fraca organização política e cultura associativista das entidades locais para gerir os recursos do FRS. A prestação de contas, segundo a lei 8666,

17 As informações foram coletadas na reunião realizada no dia 18 de setembro de 2009 na Cooperativa Cultural Universitária da Paraíba (CODISMA)/UFPB com o Grupo de pesquisa, o agente do SPM e o tesoureiro e ex-presidente do Comitê Gestor do Fundo.

também é outra dificuldade, em função das exigências burocráticas de comprovação dos gastos do projeto. No caso do Litoral Sul, as devoluções dos recursos recebidos (decidido em reunião coletiva) ao Fundo seriam em mel: 150 litros de mel por apicultor em um prazo de dois anos. A Associação ficaria responsável por transformar o produto *in natura* em dinheiro, para investir na reposição de materiais para os apicultores, assim como a manutenção da sede e pagamento de profissionais (agrônomos). Segundo o tesoureiro da associação, a devolução dos recursos não estaria acontecendo porque os participantes não tiveram o retorno do empreendimento, portanto, o recurso foi investido em roupas adequadas ao trabalho com apicultura, equipamentos e insumos para produção.

3. Fundos Rotativos Solidários no Agreste

Pavão misterioso, pássaro formoso, um conde raivoso não tarda a chegar. Não temas, minha donzela, nossa sorte nessa guerra, eles são muitos, mas não podem voar...

Ednardo Sousa (1974)

Na região Agreste do Estado da Paraíba, a análise das experiências da gestão do Fundo se concentrou em dois assentamentos: Agrovila Lagoa do Jogo, que pertence ao assentamento Oziel Pereira, localizado no município de Remígio, e assentamento Santa Paula, localizado em Casserengue. Em Lagoa do Jogo, os FRS's financiam as atividades de cisternas, tela e lona. Em Santa Paula, os Fundos financiaram as ovelhas matrizes, com a finalidade de estabelecer uma fonte de renda para os agricultores, tornando o dinheiro simbólico.

A pesquisa de campo foi realizada em 2009, 2010 e 2011, sendo realizadas três visitas aos assentamentos nesse período. A metodologia desenvolvida ao longo da pesquisa foi de cunho exploratório, etnográfico e comparativo, baseada em observações *in loco* e entrevistas qualitativas, com o desenvolvimento de indicadores locais articulados aos dados quantitativos coletados em questionários com perguntas abertas e fechadas.

Vinculado à pesquisa em tela, foi desenvolvido, ao longo de dois períodos de dois anos (2009-2010 e 2010-2011), o Plano de Trabalho PIBIC *Os Fundos Rotativos Soli-*

dários no Agreste Paraibano e suas Ressonâncias, na Vida Cotidiana, Geração de Renda e Identidade dos Pequenos Agricultores, por Fabricia Milena Grisi de Araújo Fulgêncio. Além disso, foi feita uma pesquisa de campo, por Aline Myrtes de Souza Vieira, no escopo do projeto *Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba*, esta última financiada pelo BNB. Como fruto da pesquisa PIBIC e da “Avaliação”, foram produzidas duas monografias de final de curso no ano de 2011: a primeira, que analisa interfaces entre o capital social e as práticas sociais concretas de gestão dos FRS’s; e a segunda, que mapeia as representações sociais (êmicas) acerca do desenvolvimento social.

A primeira aproximação etnográfica se realizou em dezembro de 2009. A pesquisa de campo foi realizada entre Janeiro e Fevereiro, no assentamento Oziel Pereira, comunidade (agrovila) Lagoa do Jogo e, no mês de julho de 2010, no assentamento Santa Paula. Os pesquisadores responsáveis foram: Aline Myrtes de Souza Vieira (bolsista BNB), Fabricia Milena Grisi de Araújo Fulgêncio (PIBIC) e Davi Rodrigues Cavalcanti (bolsista BNB). Foram aplicados 22 questionários, sendo 13 em Remígio e 9 em Casserengue, cobrindo 100% do universo dos participantes dos FRS’s. Em novembro de 2011, duas pesquisadoras retornaram ao campo para realizar entrevistas em profundidade, totalizando oito entrevistas.

3.1. FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO EM LAGOA DO JOGO

Primeiro a minha família. Viver bem, com saúde. Ter o que comer todos os dias, não faltar nunca, ter fé em Deus, não perder ela

também. Meu sítio, meu trabalho, tem as minhas atividades, que eu tenho ao redor de casa. Meu trabalho, a questão do trabalho no dia a dia, isso pra mim é “tá” dentro de viver bem, ter a minha inspiraçõzinha, criar minhas coisas. (agricultora, In: VIEIRA, 2011).

O assentamento Oziel Pereira está localizado a 9 km do Município de Remígio e foi organizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Posteriormente, foi legalizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O assentamento está dividido em duas comunidades (uma delas se tornou foco de nossa pesquisa de campo): a comunidade (agrovila) Lagoa do Jogo, composta por 13 famílias que participam do FRS. Em Lagoa do Jogo, os Fundos Rotativos Solidários financiam as atividades da lona, tela e cisternas. A tela é executada pelas mulheres, a lona é uma atividade desenvolvida pelos homens e a cisterna envolve a família. Segundo Socorro Oliveira (2011, p. 198), “a cisterna rural é um reservatório cilíndrico, construído geralmente com placas de cimento, por pedreiros das comunidades e com a participação das famílias beneficiadas”.

Segundo os relatos, a construção das cisternas teve impacto imediato nas condições de vida da comunidade. Vieira (2011) nos traz o relato de um agricultor que demonstra a mudança social que as cisternas de placa construídas em sistema de mutirão provocaram na vida das famílias:

Desenvolvimento aqui foi a questão da água, das cisternas, foi muito bom. O Fundo Rotativo é uma coisa muito legal aqui na comunidade. Se você olhar, você pode

até perceber o desenvolvimento que teve aqui, porque há 11 anos se você sentasse aqui, numa casa, você não via nada, só via terra, chão. Hoje em dia você olha aqui é só árvore, isso é desenvolvimento, a comunidade criou... (agricultor, In: VIEIRA, 2011, p. 39).

Segundo o relato, para as famílias, desenvolvimento é a construção das cisternas para a comunidade, ou seja, o acesso aos recursos hídricos que os liberta de práticas clientelistas, como o carro-pipa da prefeitura em época de seca. A gestão dos recursos hídricos e o acesso à água, historicamente, constitui-se em problema para as comunidades que vivem em região semiárida de clima seco. Por exemplo, na comunidade estudada, o acesso à água é relativamente distante (a dois km) e, geralmente, é tarefa das mulheres buscar água para abastecer sua casa.

Após parceria com o STR¹ em 2003, foi executado o projeto de instalar as cisternas em sete casas do assentamento. O critério para a escolha das famílias que receberiam as cisternas foram as atividades de roçado. Neste sentido, receberam as cisternas as famílias que já trabalhavam com o roçado. Assim, nasceu o Fundo Rotativo Solidário na comunidade-agrovila Lagoa do Jogo.

Da mesma forma com que foi feito no Litoral Sul, adotamos os procedimentos de pesquisa baseados na aplicação dos questionários, observações *in loco*, entrevistas em profundidade, registros visuais e conversas informais. Em um primeiro momento, no ano de 2010, traçamos o perfil socioeconômico, da propriedade, da produção, da gestão e da renda das famílias que participam

1 Sindicato dos Trabalhadores Rurais

dos FRS's. Mediante o perfil da renda, da gestão e da produção, pudemos apreender as interfaces entre práticas solidárias e mercantis das atividades financiadas pelo Fundo.

Nesta comunidade, foi formado um comitê gestor do FRS e as devoluções foram estabelecidas por meio de carnês, com os quais cada participante devolve ao Fundo segundo as suas possibilidades. Há um grau de participação massivo nas reuniões dos FRS's.²

Discutiremos, a seguir, o perfil socioeconômico: qual o perfil das famílias; de onde vêm; qual a religião. É importante notar que, nos assentamentos rurais, nem todas as pessoas tem ancestralidade na agricultura familiar. Entretanto, segundo nossas observações, as relações de parentesco e vizinhança são densas e um componente da atividade agrícola e do FRS.

3.1.1. Perfil Socioeconômico

Constrastando com a situação do Conde, onde muitos migraram de Pernambuco, os participantes do FRS dessa comunidade nasceram no Estado da Paraíba: são famílias que migraram de pequenas cidades para Remígio. 77% dos participantes do FRS são casados, 8% relataram que tem união estável com o parceiro (não é casado formalmente) e 15% dos participantes são solteiros. Um dado importante foi revelado pela pesquisa: a participação dos jovens nas atividades financiadas pelo FRS, que sinaliza futuramente para a construção de uma cultura democrática e autogestionária e para uma remodelação de suas identidades.

2 Cf. monografia de Aline Myrtes de Souza Vieira (2011).

A figura seguinte revela a participação dos grupos etários no FRS. Há expressiva participação de pessoas entre 21 a 30 anos (31%) e entre 41 a 50 anos (38%). Estudos do perfil desses agricultores de ascendência na agricultura familiar e que, historicamente, estão excluídos do mercado formal de trabalho, não conseguindo mais se inserirem, mostram que, por isto, estes agricultores apostam nos FRS's como estratégia de geração de renda alternativa.

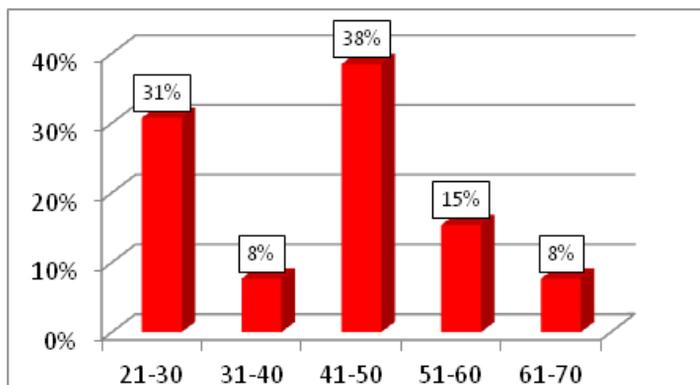


Figura 47. Participação por faixa etária na política do FRS – Lagoa do Jogo.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A média de idade dos participantes do FRS é de 42,85 anos. Esse dado é considerado representativo da agricultura familiar e condizente com o gráfico anterior, no qual 38% da população se encontra na faixa de 41 a 50 anos.

Em relação ao gênero, 62% dos participantes do FRS são mulheres e 38% são homens. As mulheres do Assentamento têm presença considerável nas reuniões, gerenciamento e conhecimento dos fundos rotativos na comunidade. É interessante ressaltar que a atividade da tela é executada pelas mulheres, enquanto que o trabalho de preparo do silo na lona é executado pelos homens e

a cisterna envolve toda a família. Isto demonstra que os FRS's permitem uma participação maior das mulheres nas atividades da agricultura familiar e outras atividades, fato que confirma a tendência contemporânea das políticas sociais com recorte no gênero, tal como o Programa Bolsa Família, o PRONAF MULHER, dentre outros. Portanto, isso nos leva a sinalizar a importante problemática de gênero e aprofundamento desta dimensão na análise em pesquisas futuras.³

No gráfico seguinte, procuramos mapear o acesso da comunidade à rede pública de ensino. A figura seguinte demonstra que o nível de escolaridade formal ainda é baixo, se comparado a outros países: 31% dos participantes declararam que não foram alfabetizados e 54% cursaram de 1 a 5 anos de escolaridade formal. A pesquisa demonstra que os participantes do FRS cursaram, em média, 3,23 anos de escolaridade formal, sinalizando o baixo nível de escolaridade nos assentamentos rurais, ao menos no Estado da Paraíba.

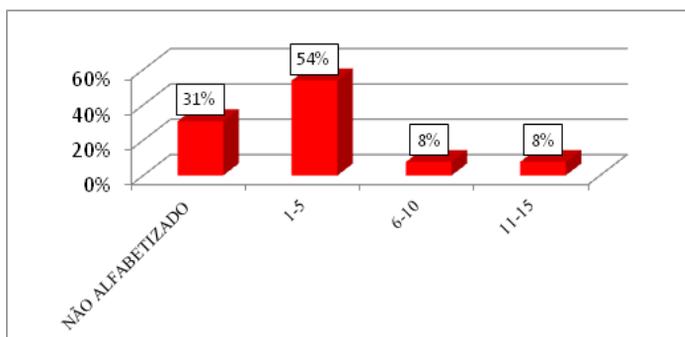


Figura 48. Escolaridade em anos de estudo – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

3 Há uma pesquisa PIBIC/CNPq/UFPB sob minha orientação, intitulada *Os Fundos Rotativos Solidários no Agreste Paraibano. Reciprocidade, Mercado & Relações de Gênero*.

No assentamento, existe apenas Ensino Fundamental. As pessoas que precisam concluir o Ensino Médio têm bastante dificuldade para fazê-lo, pois só há Ensino Médio em Remígio, a 9 km. Por outro lado, a prefeitura não disponibiliza transporte, tornando o acesso ainda mais difícil. Uma questão a ser explorada em pesquisa futura é se a escolaridade formal é um indicador importante na efetividade da política em tela. É importante lembrar que o PBF atrela o benefício à frequência da criança na escola. Contudo, no debate acerca da efetividade das políticas públicas, vários autores enfatizam a necessidade de combiná-las com políticas estruturantes, como a educação formal. Deste modo, argumentamos que não basta o Estado implementar políticas sociais assistencialistas: as pessoas “focos” da política necessitam do acesso às políticas estruturantes, como a educação formal e o serviço de saúde, dentre outras, garantidas constitucionalmente.

Em relação aos filhos, destacamos a idade de 16 anos como ponto de corte em função do PBF. Observa-se que a média geral é de 2,85 filhos, mas a moda, ou seja, o número de filhos que mais se repetiu foi um, logo, a maioria dos participantes só tem um filho. Porém, quando realizamos essa análise por idade, considerando como universo o total dos filhos que são menores de 16 anos, a média foi de dois filhos, embora entre os participantes com filhos menores a maioria tem três filhos, o que tem impacto no recebimento do PBF. Já para aqueles que têm filhos maiores de 16 anos, isto é, que não participam mais no PBF, a média é de 2,5 filhos e a moda é de só um filho. Ressalta-se que, apesar de poderem participar de outros programas, como o Projovem Rural ou Menor Aprendiz, nenhum deles participa e alguns filhos adultos residem em outras cidades da região su-

deste como São Paulo. Isto é, a pesquisa sinaliza que, após os 16 anos, os filhos de pequenos agricultores desenvolvem estratégias de sobrevivência que não consideram a educação formal.

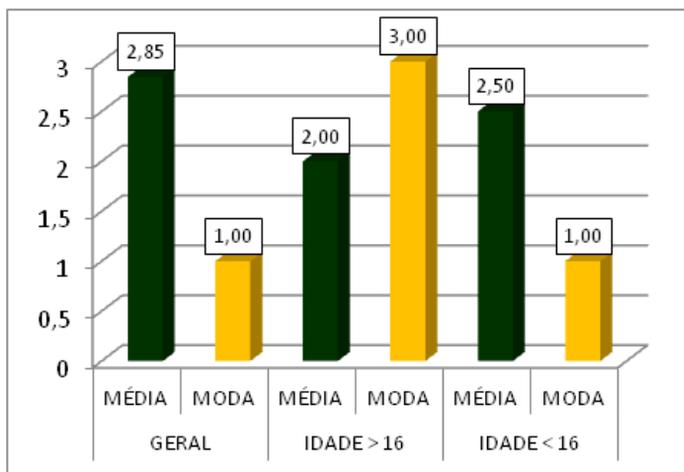


Figura 49. Média e Moda do número de filhos – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Ademais, 46% dos filhos frequentam a escola, mas, destes, 92% cursam o Ensino Fundamental no próprio assentamento e tão somente 8% dos filhos cursam o Ensino Médio, revelando as dificuldades dos jovens estudarem, devido ao acesso à rede pública de ensino ser limitado.⁴ A limitação do acesso à rede pública de ensino, especialmente no Ensino Médio, é um dado relevante, pois demonstra a tendência de se reproduzir a exclusão histórica das comunidades rurais ao ensino público. Se os jovens que vivem nos assentamentos não estão cursando

⁴ Pesquisa realizada no Litoral Sul nos municípios do Conde e Pitimbu sobre a questão do acesso à rede pública de ensino médio, do ensino de Sociologia e Economia Solidária. Cf. Projeto Prolicen 2010 e 2011.

o Ensino Médio, quais serão as chances desses jovens cursarem o Ensino Superior? Abaixo, um relato de uma agricultora a respeito da necessidade da educação para as novas gerações (reforçando a discussão sobre os dados dos gráficos):

Aqui o que a gente precisa muito é do investimento pro jovem, que hoje a gente tem nosso jovem aqui, pra eles que moram no sítio é mais difícil, aqui a educação pra nós é fraca, porque a gente não tem o transporte, que é fraco, passa semana sem vir transporte, meus filhos não estudam no Município que a gente mora, estuda no Município de Arara já através do transporte. (VIEIRA, 2011, p. 38).

Como já anunciamos no capítulo anterior, no caso do Litoral Sul, a distância do assentamento à escola com Ensino Médio gira em torno de 9 km. A mesma distância se repete no Agreste, com o agravante de que a prefeitura não disponibiliza transporte escolar nos assentamentos do estudo.

Sobre a moradia, a média das pessoas que vivem na casa é de 4,31, o que equivaleria a dizer que são os pais e dois filhos. Já a moda informou 3 residentes, o que equivale a dizer que são os pais e um filho. A média informou um valor menor porque, na maioria das famílias pesquisadas, o filho mais velho mora em outra cidade ou já constituiu família e mora em outra residência.

Ainda neste perfil, indagamos se as pessoas eram vinculadas a alguma entidade de representação sindical: 92% dos entrevistados manifestaram seu vínculo com o STR – entidade de representação dos pequenos agricultores 8% dos entrevistados não informaram ou não entenderam a pergunta. Quanto à filiação a redes, 62% dos participantes dos Fundos Rotativos do Assentamento

Oziel Pereira estão associados à Cooperativa da comunidade (Cooperativa Agrícola e Agro-ecologia do Assentamento Oziel Pereira) e ao STR. Sendo 31% vinculados às duas redes, 23% são vinculados apenas ao Sindicato e a mesma porcentagem de 31% relatou que está associada apenas à Cooperativa da comunidade. Os restantes (15%) não informaram. Esses dados são relevantes na medida em que é por meio de entidades de representação sindical e de redes sociais que as comunidades tem acesso às políticas sociais de diversos matizes (dentre elas, os FRS's).

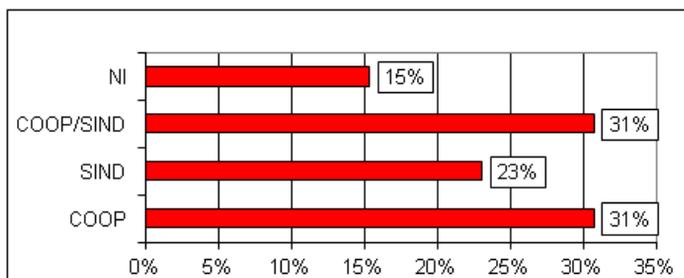


Figura 50. Filiação a redes – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

3.1.2. Perfil da Propriedade

Os participantes dos FRS's vivem no Assentamento Oziel Pereira, comunidade Lagoa do Jogo, próxima a vários outros assentamentos na região. A maioria dos participantes que moram no assentamento relataram, em entrevistas, que passaram anos embaixo de barracas de lona preta. A luta pela terra foi organizada pelo MST e posteriormente as terras foram legalizadas pelo INCRA. O tamanho da propriedade é padrão, sendo, para todos os participantes, 10,5 hectares. Em média, moram há oito

anos na propriedade, porém, a maioria dos participantes já reside no assentamento há 10 anos, evidenciando o caráter de luta pela terra desde longa data. Muitas famílias realizaram benfeitorias em sua propriedade, como demonstra a figura abaixo. Dentre elas, a cisterna é a que causou maior impacto na melhoria de suas condições de vida. Observemos o próximo gráfico:

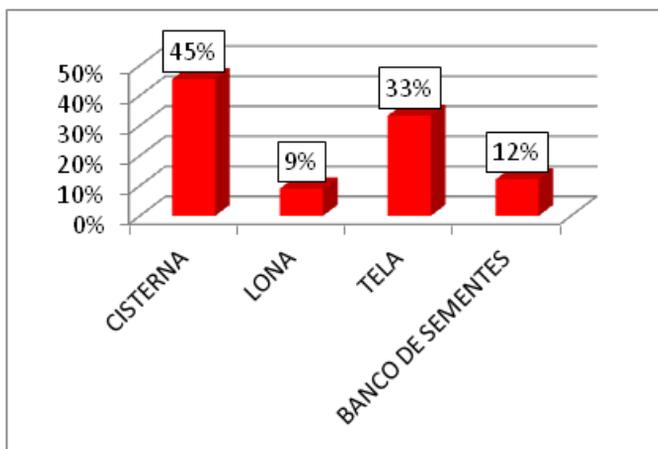


Figura 51. Benfeitorias realizadas com recursos do FRS – Lagoa do Jogo.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Todas as famílias (100%) possuem cisternas, contudo, 45% das famílias construíram a cisterna via FRS. Além disso, 33% usaram o FRS para a confecção da tela; 12% possuem banco de sementes via FRS; 9% possuem lona via FRS, também para o auxílio das atividades agrícolas.

As benfeitorias via FRS causaram impacto imediato nas condições de vida da comunidade, na produção agrícola e saúde das famílias, por meio de alimentação e dieta familiar. É o que confirma o relato seguinte de uma agricultora:

As famílias hoje tão vivendo bem, porque as famílias plantam, colhem, tira a sua segurança alimentar da própria terra, né? E antes ninguém tinha uma criação assim de gado e de ovelha, e hoje tem, né? Quer dizer que todos tão vivendo mais bem. (VIEIRA, 2011, p. 40).

Quanto à origem dos recursos financeiros para a realização das benfeitorias, conforme demonstra gráfico abaixo, os entrevistados relataram a importância dos Fundos Rotativos Solidários, que equivale a 50% do total de recursos: 13% dos recursos são providos pelo Sindicato e 25% do recursos são oriundos de outros meios. Apenas 6% citaram respectivamente o governo ou o INCRA, ficando claro a distância entre a comunidade e o aparelho estatal.

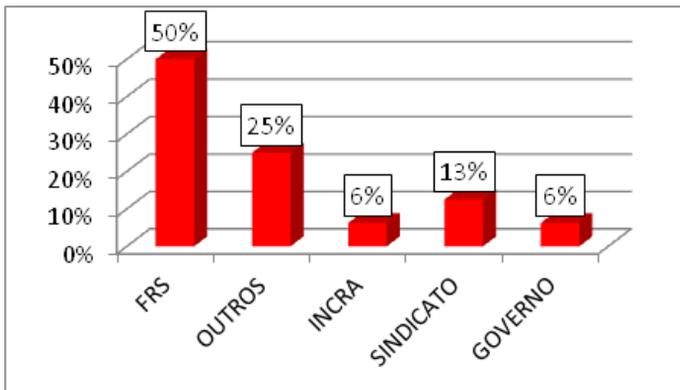


Figura 52. Origem dos recursos das benfeitorias – Lagoa do Jogo.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Ao contrário dos assentamento do Litoral Sul e Santa Paula, no Agreste todos em Lagoa do Jogo têm conhecimentos sobre a origem dos recursos para as suas benfeitorias (informação e conhecimento sobre a política e sua trajetória são fundamentais para a sua efetividade).

3.1.3. Perfil da Produção

A produção é destinada para o consumo da família e o excedente é vendido no comércio local. Entre os itens mais produzidos no Assentamento estão: o feijão, prevalecendo com 23% da produção local; em segundo lugar, o milho, com 21%; em terceiro lugar, a batata, com 12%; por fim, a macaxeira, que se iguala a outros itens com 9% da produção. Vejamos os gráfico seguintes:

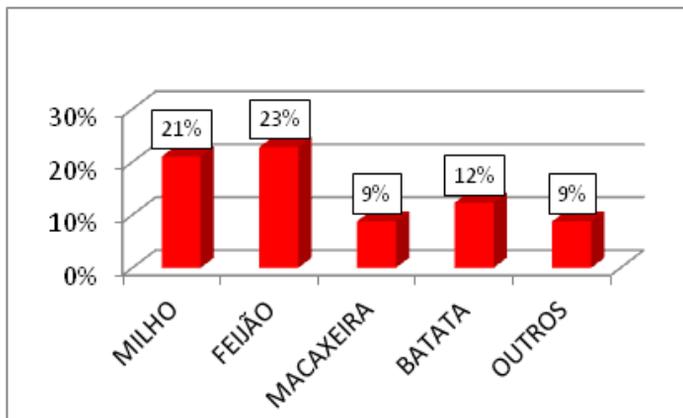


Figura 53. Produção principal – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

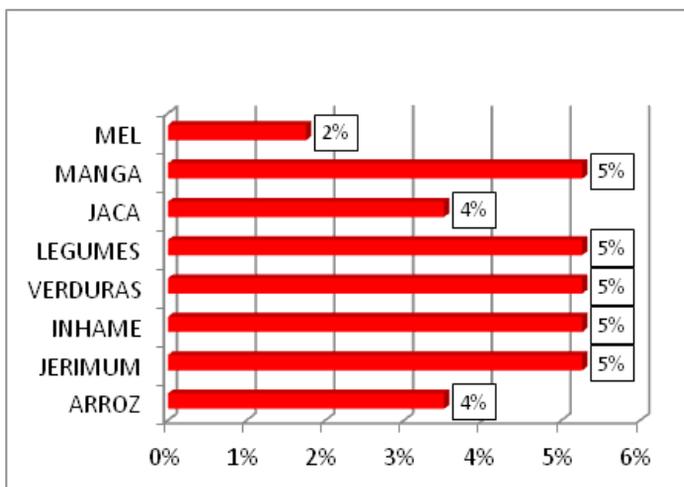


Figura 54. Produção diversificada – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Como mostra a figura, os participantes também diversificam a sua produção basicamente com frutas, legumes, verduras e raízes, que complementam a alimentação da família.

Sobre o planejamento da produção, 69% nos disseram que não realizam uma projeção e 31% não sabem ou não entenderam a pergunta. Sabemos que a atividade é sazonal e depende de vários fatores, inclusive do solo e clima. Por outro lado, como não produzem em grande escala para comercializar, não possuem um planejamento sistemático de sua produção agrícola.

O gráfico seguinte representa a relação “consumo e venda” da produção. Em relação ao consumo, evidencia que, na média, como medida de dispersão central, 75% da produção total foi consumida. Porém, a moda, que representa a tendência da maioria dos participantes do FRS, mostra que o consumo da produção foi de 90%. Já na venda, a média indica que 25% da produção foi comercializada, todavia, a moda aponta que a maioria dos participantes só conseguiu vender 10% da sua produção, constituindo o excedente.

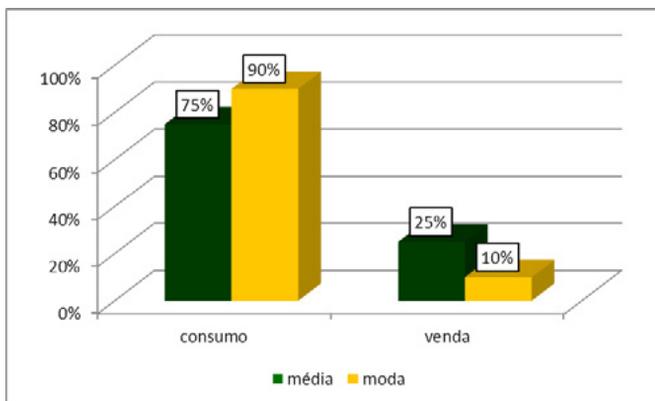


Figura 55. Média e Moda da produção x consumo – Lagoa do Jogo.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Ademais, 34% declararam que trabalham com a criação de gados, 28% com a criação de aves, 21% com a criação de caprinos, 7% com a criação de ovinos e, por fim, 3% da produção está dividida na criação de suínos e outros animais e 3% não criam animais.

O maior índice de beneficiamento relatado pelas famílias é a produção de leite, que equivale a 31%. 15% afirmaram ter maior benefício nos derivados do leite e o beneficiamento dos ovos, frutas e outros equivalem

respectivamente a 12%. Uma parcela considerável de 19% dos entrevistados relataram não ter beneficiamento. Esse dado é preocupante, no sentido de que os beneficiamentos contribuem para o desenvolvimento local do assentamento e que têm por finalidade fazer os agricultores e agricultoras serem independentes na suas produções e consumo.

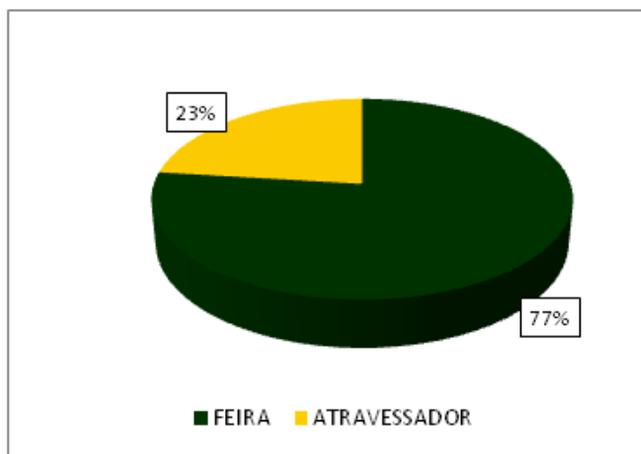


Figura 56. Canais de escoamento da produção – Lagoa do Jogo.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Segundo relatos das entrevistas, os excedentes da produção são vendidos diferenciadamente e ocasionalmente: 77% das vendas acontecem na feira das cidades de Remígio ou Arara (cidade vizinha), pois nesta opção se foge do atravessador, e 23% vendem o excedente para atravessadores na região, diminuindo as sobras para o pequeno agricultor.

Sabemos, por meio de pesquisas realizadas, que a reciprocidade e a doação são práticas ancestrais em comunidades rurais. Neste sentido, perguntamos se haveria doações dentro da comunidade às famílias necessitadas:

46% doam dentro da comunidade para as famílias que necessitam, alimentando, desta forma, o circuito da dívida como prática ancestral em comunidades camponesas⁵; 54% dos entrevistados declara não realizar nenhum tipo de doação, mas também há de se considerar que existe uma moda do consumo da produção na ordem de 90%, o que acaba afetando a doação.

3.1.4. Perfil da Renda

Nesse perfil, procuramos traçar a renda familiar. Contudo, é difícil realizar uma aproximação da renda devido à natureza das atividades realizadas pelos participantes, a agricultura, que apresenta diversas variações em função do clima, chuvas, entre outros fatores. Por outro lado, os agricultores não têm o costume de realizar anotações e ter um controle da sua produção, em função também que boa parte é para seu próprio consumo.

De acordo com os dados coletados nas entrevistas, 69% dos participantes do FRS não trabalha de forma assalariada e 31% são assalariados que trabalham em outra cidade. Isso significa que a maioria trabalha e vive em torno de atividades agrícolas. Alguns responderam, neste item, que prestam serviços pagos de forma informal. Dos 31% assalariados, 75% trabalham no setor informal e 25% trabalham na agricultura.

5 Cf. Sabourin (2001) e Duque (2007).

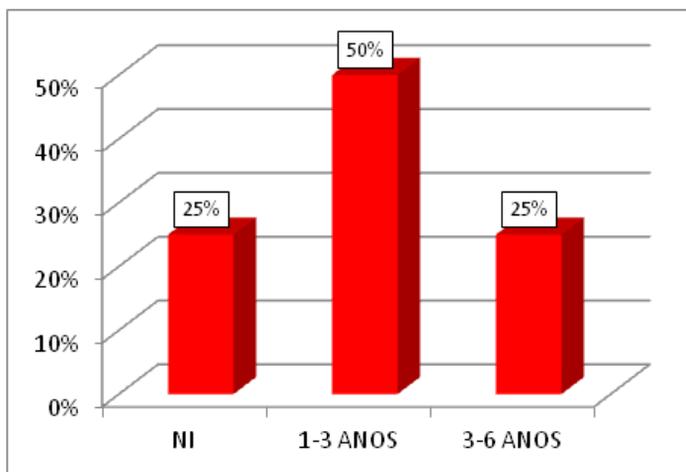


Figura 57. Tempo de trabalho assalariado – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação à média do tempo de trabalho, foi calculada em três anos, mas a moda indica que a maioria dos participantes o faz há 2 anos. Esses dados são correspondentes com os dados anteriormente apresentados, evidenciando que 50% dos participantes trabalham de forma assalariada entre 1 e 3 anos.

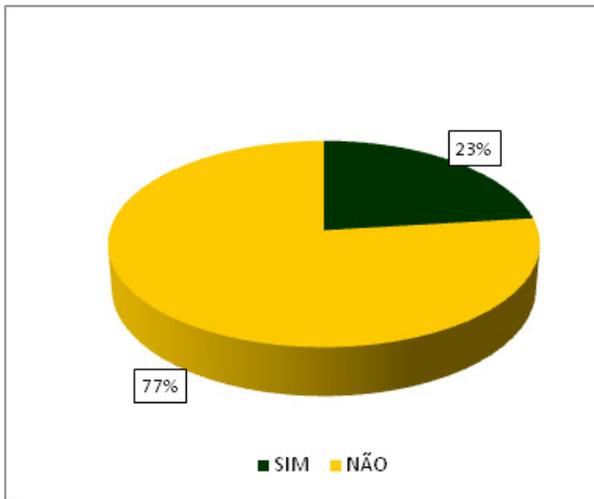


Figura 58. Aposentados – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Sobre o gráfico acima, 23% recebem aposentadoria e 77% não são aposentados. Este índice demonstra que a população de aposentados não é maioria dentro da participação dos fundos rotativos, o que nos ajuda a observar e entender o modo como os mais jovens vêm participando ainda como minoria, apesar do crescimento gradativo neste aspecto tão importante para o fortalecimento da cultura agrícola das famílias participantes.

Nas entrevistas realizadas, 92% dos participantes afirmaram não receber nenhum tipo de ajuda de fora da comunidade e 8% afirmaram receber algum tipo de ajuda. Ou seja, o circuito da dívida se realiza no interior da comunidade.

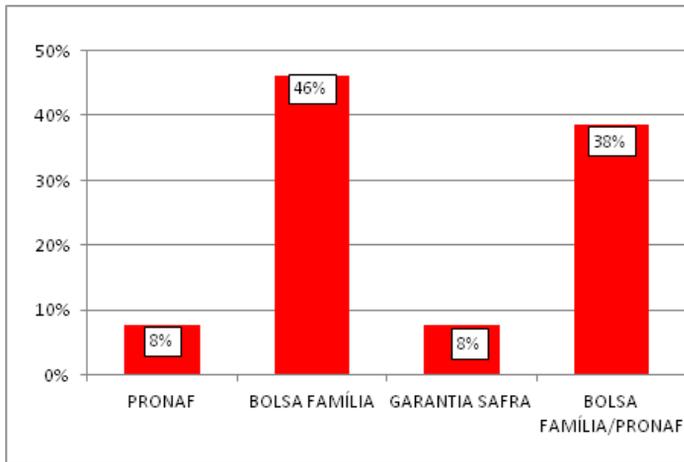


Figura 59. Rede de proteção social – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima demonstra a existência de outros programas na comunidade. O Programa Bolsa Família (46%) e Bolsa Família e Pronaf (38% somam 84%, o que aponta a grande participação desta política pública. Além disso, 8% participam apenas do Pronaf, com a mesma porcentagem valendo para os que participam do Garantia Safra.

Os gráficos indicam que a renda das famílias é composta pela junção da produção agrícola (venda do excedente) com o subsídio dos programas articulados pelo Estado (exemplos: bolsa família, auxílio doença, entre outros). Não é uma renda quantificada especificamente, depende de vários fatores: da época do ano, da safra e do que se é utilizado para a própria subsistência. Os entrevistados afirmaram não contar como garantia as políticas do Estado, pois elas são incertas para a comunidade. Falaram da manutenção do FRS a fim de garantir suas necessidades

básicas através da poupança, que fazem o possível para contribuir.

3.1.5. Perfil da Gestão

Procuramos identificar como é realizada a gestão dos fundos rotativos solidários, incluindo a devolução por parte da comunidade. Em teoria, o FRS é autogerido pela própria comunidade segundo o princípio da reciprocidade e um dos elementos centrais da política é a devolução dos recursos recebidos ao próprio Fundo. Em um primeiro momento, procuramos saber como as famílias tiveram conhecimento da política em foco. No assentamento, há um comitê gestor do Fundo formado por três pessoas que são as principais lideranças e que atuam em conjunto com o STR. A primeira questão importante é saber como entraram em contato com os FRS's.

No Assentamento em tela 54% dos participantes do FRS tiveram conhecimento sobre a referida política por meio do STR e 46% por meio de amigos e vizinhos. Posteriormente, aprofundaram o conhecimento comparecendo às reuniões sobre o FRS na comunidade.

Percebemos que o STR e a rede de amizades e vizinhança foram centrais para a divulgação da política dos FRS's na comunidade, seguindo a tendência do Litoral Sul. Entretanto, a seguir, indagamos se aquela teria sido a primeira experiência da comunidade com os FRS's, uma vez que a dinâmica de fundos via reciprocidade é prática ancestral nessas comunidades. A inovação contemporânea é a institucionalização de práticas de reciprocidade e solidariedade pelo Estado, bem como o financiamento e a divulgação pública por meio de editais.

Das pessoas entrevistadas, 77% estão tendo sua primeira experiência com os FRS's e 23% afirmaram que já tinham algum tipo de contato e experiência com os FRS's. Portanto, a política do FRS nas comunidades pesquisadas está em processo de construção de novos saberes e práticas em torno da solidariedade, reciprocidade e novas práticas de cultivo, com foco na agroecologia.

A metodologia dos FRS's pressupõe que a comunidade elegerá o foco do financiamento: cisternas, telas, lonas, artesanato, dentre outros. Neste sentido, perguntamos qual foi a atividade financiada pelo Fundo.

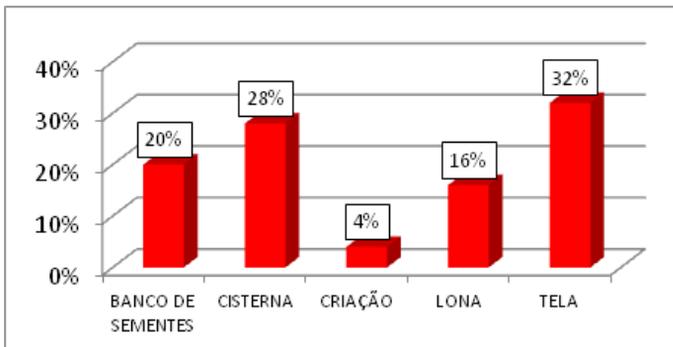


Figura 60. Atividade financiada pelo FRS – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A tela, que auxilia a proteção para a criação de animais e plantações, é a principal atividade financiada, atraindo 32% dos recursos. O financiamento da cisterna está em segundo lugar, com 28% dos recursos. O banco de sementes, 20%, a lona tem 16% e por fim a criação de animais tem 4% dos recursos investidos na comunidade. A ordem das atividades demonstra como vem se desenvolvendo estas atividades de acordo com as necessidades dos agricultores e agricultoras.

Em relação ao tempo, 46% dos agricultores e agricultoras participam dos FRS's entre um a cinco anos, 38% não informaram há quanto tempo estão inseridos e apenas 15% estão participando há mais de seis anos, chegando a dez anos. Justamente as pessoas que praticam há mais tempo são as que demonstraram um fortalecimento de suas práticas e têm confiança nos resultados deste processo (que são em longo prazo). Em suma, a média de participação é de quatro anos e a moda indica que tem mais participantes com três anos de atuação, o que a caracteriza como uma atividade relativamente nova.

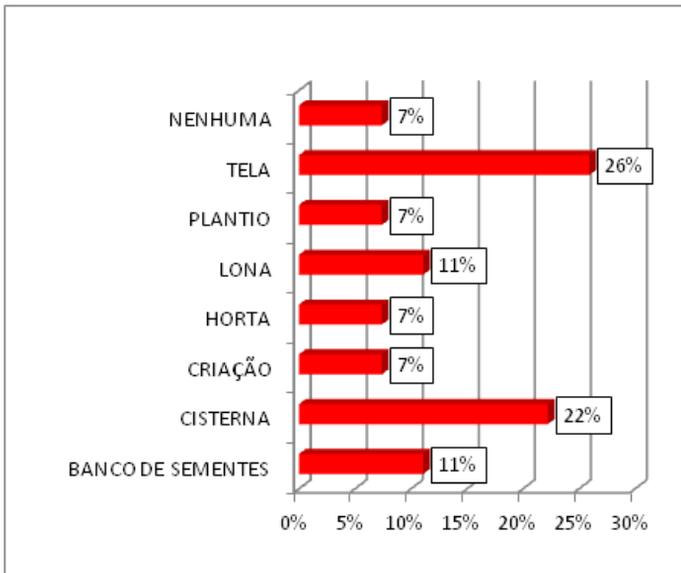


Figura 61. Experiência em projetos de FRS – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima revela que as experiências com as atividades financiadas são, principalmente, tela (26%) e cisterna (22%). Logo após temos a lona e o banco de sementes, respectivamente. Outras atividades, como plantio, horta e criação, possuem índice menor de importância na perspectiva da comunidade.

Indagamos, ainda, se os participantes dos FRS's tinham conhecimento da origem dos recursos recebidos. As respostas foram variadas: descobrimos que 31% não têm conhecimento da fonte de financiamento, o que compromete a efetividade da política, especialmente a devolução dos recursos; 46% afirmaram que o recurso vem do STR, a entidade sindical a qual 92% estão vinculados; apenas 8% indicaram que a origem dos recursos é do BNB. Eles sabem que os recursos para cisternas, telas e lonas são do FRS, mas afirmam não ter conhecimento claro da origem do recurso que financia o FRS. Observe a figura a seguir:

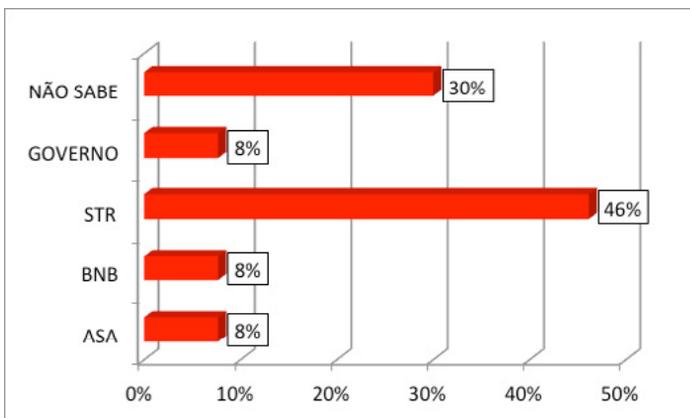


Figura 62. Origem dos recursos do FRS – Lagoa do Jogo.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A gestão do FRS é, aparentemente, democrática, pois 46% dos participantes afirmaram que as decisões de investimentos são exclusivamente decididas pela comunidade, dentro de uma lógica de consensos e acordos. 38% afirmaram que as decisões de investimento são feitas através de Assembleias na comunidade, onde se fazem presentes o Comitê Gestor do FRS e o STR. Apenas 15% dos entrevistados afirmaram não saber como são tomadas as decisões de investimento.

Segundo as respostas, o critério central de investimentos são as necessidades das famílias. Por outro lado, o desconhecimento da metodologia de gestão dos FRS's por 15% dos seus participantes é outro fator que pode comprometer a efetividade da política.

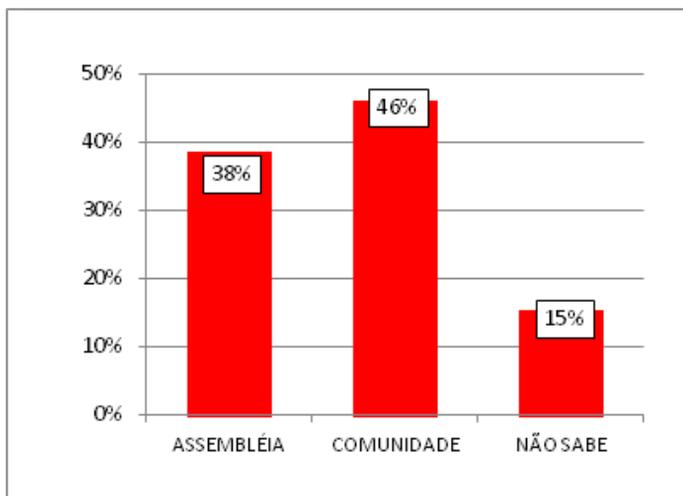


Figura 63. Decisão sobre os investimentos – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Perguntamos quais eram os critérios para a inserção de novos participantes no FRS: 92% declararam que essa decisão cabe à comunidade⁶, caracterizando-a como coletiva, e apenas 8% disseram que era uma atribuição do sindicato.

A entidade sindical (STR) é a entidade de proximidade, ou seja, a entidade que mais acompanha a vida cotidiana do assentamento, sendo responsável pelo projeto que trouxe à comunidade o FRS. Significativo para eles são as entidades mais próximas, onde reconhecem a pessoa do líder sindical. Desta maneira, a instituição financiadora é uma instituição distante e impessoal. Por outro lado, há uma cultura personalista que permeia as relações sociais e representações confusas entre público e privado (a efetividade da política pressupõe o rompimento desta cultura).

Com relação à prestação de contas, 69% dos participantes afirmaram que são feitas através de reuniões e um carnê que controla a devolução dos recursos adquiridos a fim de repassar estes investimentos de forma mais igualitária entre a comunidade; 23% afirmaram que não existe nenhum tipo de prestação de contas e mostraram certa insatisfação; apenas 8% relataram não saber se existe prestação de contas, o que também enfraquece a organização e a solidariedade do grupo.

6 Faz-se necessário realizar uma reflexão antropológica sobre as representações sociais de nossos assentados a respeito do que consideram “a comunidade”. Devemos atentar que, para nossos entrevistados, os termos “comunidade” e “assembleia” têm significado similar, ou seja, acreditam que há um processo de discussão no seio da comunidade que participa dos FRS’s.

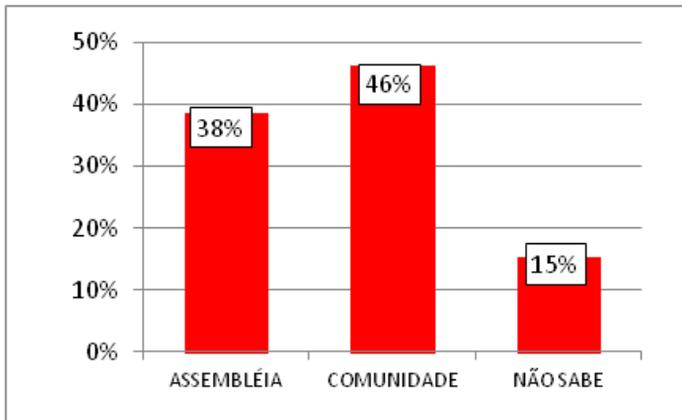


Figura 64. Devolução dos recursos do FRS – Lagoa do Jogo.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A devolução dos recursos ao Fundo é ponto modal da política dos FRS's. Sobre isso, 15% responderam não saber como ocorre a devolução dos recursos, 46% responderam que é por meio de assembleia e 38% pela comunidade. As devoluções não têm valor fixo porque são realizadas conforme as possibilidades dos participantes (e são emitidos carnês para o pagamento e controle dos valores).

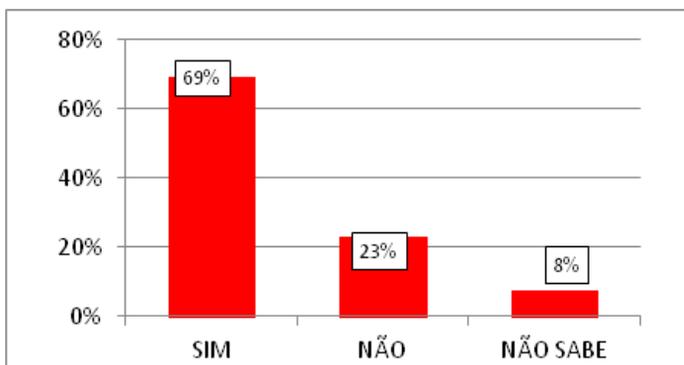


Figura 65. Prestação de contas – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Ademais, 85% dos participantes informam que as reuniões ocorrem sem um calendário previamente definido e o critério seria de acordo com a necessidade, enquanto que 8% informou que seria trimestral, constituindo, talvez, respostas complementares, visto que, trimestralmente, podem coincidir as necessidades de reuniões e esses 8% não sabem informar qual a temporalidade das mesmas.

Capacitação é outro elemento relevante nos FRS's: 62% informaram que tem capacitações e 32% responderam negativamente. No gráfico seguinte, observa-se que em 67% dos casos as capacitações são visitas técnicas, 22% são cursos e 11% se enquadra em capacitações diversas e de curta duração. Vejamos a figura 66:

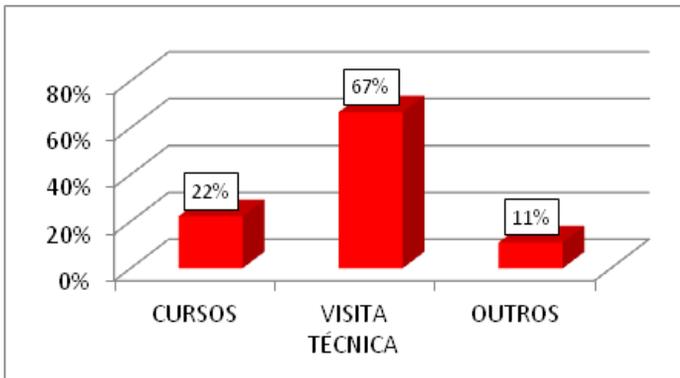


Figura 66. Tipos de capacitação – Lagoa do Jogo.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Os entrevistados comentaram que as capacitações são, em 43% dos casos, das ocasiões promovidas pelas assessorias e em 29% são organizadas pelo próprio fundo. 28% declarou não conhecer quem era a entidade responsável por essas capacitações.

Sobre as mudanças que o FRS ajudou a promover na comunidade, os agricultores e agricultoras relataram aspectos que transcendem o incremento da renda e valorizam a solidariedade. A seguir, um conjunto de relatos compilados e registrados em Vieira (2011):

Foi a mudança pro jovem, foi a mudança pros adulto. Hoje eu tenho minha cisterna que veio do fundo rotativo, foi um presente de Deus, a tela... Então, pra mim, o fundo rotativo foi uma base que nos proporcionou muita bondade. Hoje a gente vê um filho cuidando do que é dele... é orgulho, é gratificante você hoje ver, isso veio de onde? Do fundo rotativo. Então, o fundo rotativo pra mim é igualzinho assim: é pai com filho, mãe com filho, que ele tem aproximação dos os vizi-

nhos, discutir os problemas. Tem um dinheiro em caixa na hora que a gente precisa pra um remédio, que a gente precisa pra alguma coisa aqui, a gente chega ali, tem aquela “mãe” pra dar a mão, que eu chamo “a mãe”, é aproximar não só nós, como aproximar nossos filhos, que esse fundo rotativos veio pra unir, veio pra valorizar nós, agricultor...” (Entrevista 1).

Ajudou, alguma coisa ajudou. Muito não, mas pouco, ajudou. Aproximou a vizinhança, pra mim tem diferença, a gente senta junto, conversa, explica o que a gente não sabe. Cisterna e tela, melhorou. (Entrevista 2).

Eu acho que o fundo rotativo ele vem pra ajudar as famílias, ele vem também pra unir as famílias, não unir na questão de todo mundo ter raiva um do outro, tô dizendo assim, na questão da gente se reunir, discutir os problemas que a gente tem na comunidade, que a gente tem em casa, as dificuldades, o fundo rotativo serviu pra isso. Todo primeiro domingo de cada mês a gente se reúne, aí nessa reunião sai conversa, sabe? Conversa de amizade, de vizinho, de fundo rotativo... É nessa questão que eu tô falando, de unir, o fundo rotativo, até isso ele trouxe, além de melhorar a vida de cada um de nós que faz parte desse fundo rotativo. Olhe, melhorou na questão da criação, na questão do trabalho, antes quando não tinha fundo rotativo, quando não tinha tela, todo ano aqui era assim, o pessoal começava a criar, quando era na época do inverno ele tinha que se desfazer da maior parte daqueles animais, porque a gente tem o nosso lote, e tem aqui o nosso quintal, o arredor de casa... Antes você tinha que se desfazer daquilo, hoje não, você

amplia. Então, só é benefício, só benefício (Entrevista 3).

Com certeza, porque as famílias começaram a criar galinha, peru, e hoje, vamos supor, eles não são obrigados a comprar carne no mercado, eles têm. Uniu mais famílias na comunidade, quando é nas reuniões por mês, escuta os problemas, aproximar a vizinhança. Eu sei que só trouxe crescimento pra comunidade, o fundo rotativo, hoje cresceu, graças a Deus, quem faz parte do fundo rotativo com certeza tá vivendo mais bem na comunidade em termos de união e de situação financeira. (Entrevista 4).

Em todos os relatos, podemos verificar que a menção não é ao incremento da renda, mas, sim, às dimensões significativas para uma vida digna, como as cisternas, telas e lonas, alimentação, solidariedade, as relações intergeracionais, pais e filhos em torno de um projeto comum (união, amizade) e o resgate de suas identidades de pequenos agricultores.

Sem dúvida nenhuma, em nossa visão, a maior mudança e transformação na vida rural foi o acesso à tecnologia de armazenamento da água, especialmente as cisternas de placa. O acesso à água de boa qualidade produz incremento e diversificação na produção agrícola, melhoria na dieta das famílias e distanciamento de práticas clientelistas com o carro-pipa. Todos mencionaram o adensamento das relações de reciprocidade entre as famílias. Com relação à tela, uma tecnologia simples e barata que ajuda a manter a criação de animais na propriedade da família. Desta forma, o FRS promove a segurança alimentar das famílias.

3.1.6. Indicadores de Sustentabilidade

- Economia – domínio da cadeia produtiva: todas as famílias que participam dos FRS's têm a sua economia baseada nas atividades agrícolas. Produzem alimentos, frutas e também criam animais para sua própria subsistência: 77% vendem o excedente na feira da Cidade de Arara, que também fica muito próxima do assentamento; 33% vendem ao atravessador. Como se trata de agricultura em pequena escala, o atravessador é um personagem que retira dos agricultores parcela significativa dos ganhos com a venda. Neste sentido, nosso indicador robusto é o domínio da cadeia produtiva pelos pequenos agricultores via feiras locais, feiras solidárias e aos Programas de Aquisição de Alimentos ou, ainda, para a merenda escolar (esta é a situação ideal). Isto é, quanto mais domínio da cadeia produtiva pelos próprios produtores, mais efetividade alcançaria a política dos FRS's.
- Relações de Poder – estilo de liderança local: as lideranças do assentamento compõem o comitê gestor do FRS, que atua em conjunto com o STR de Remígio, realizando gestões para atender os interesses da comunidade, como por exemplo, aposentadoria rural, PRONAF, dentre outros. Já em relação à Prefeitura, é consenso que não existe o mínimo de diálogo entre o poder público local e a comunidade.

- **Organização social:** a pesquisa demonstra que a família, como uma ordem moral, é extremamente relevante nas atividades financiadas pelos FRS's, na medida em que, embora o participante seja o marido ou a mulher, as decisões são tomadas no âmbito familiar. A rede de vizinhança é importante nas comunidades assentadas devido às práticas sociais de ajuda mútua, a exemplo do mutirão para a construção de casas e cisternas. A identidade com a agricultura ainda é um elemento significativo entre eles, a despeito do contanto intenso com os centros urbanos.
- **Domínio das tecnologias de armazenamento da água:** o assentamento Oziel Pereira se localiza no Agreste da Paraíba, de clima bastante quente e seco. Existem poucos açudes na região e a principal forma de armazenamento de água na comunidade é a utilização de cisternas. Portanto, a gestão eficiente e efetiva dos recursos hídricos e o acesso às tecnologias de armazenamento da água é outro indicador robusto de sustentabilidade.
- **Rede de Proteção Social** – A pesquisa aponta que o principal benefício recebido pelas famílias é o PBF,⁷ totalizando 84%, o Pronaf e garantia safra também estão presentes mas em uma ordem menor, representando 8% cada. Ademais, 23% recebem a aposentadoria rural.

7 O benefício do recurso depende da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos; o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200 reais à época da pesquisa.

- **Acessibilidade ao sistema público de ensino** – nos assentamentos rurais, geralmente é construída a escola de Ensino Fundamental. No entanto, quando os jovens concluem o Ensino Fundamental, têm bastante dificuldade de acesso ao Ensino Médio. No caso em tela, as escolas de Ensino Médio se situam a 9 km do assentamento. Outra dificuldade é a falta de transporte, o qual a prefeitura não disponibiliza para a comunidade. Neste contexto, vários jovens não concluem o Ensino Médio, reproduzindo a histórica exclusão de comunidades rurais nas políticas públicas de ensino. Assim, as políticas sociais não causam o tão almejado desenvolvimento das comunidades, tão somente repetem o padrão patrimonialista característico da administração pública brasileira desde os tempos de nossa colonização.
- **Institucionalidade** – os assentados em tela não têm acesso às políticas do PAA e PNAE. Tais programas asseguram um “mercado” para o escoamento do excedente da produção. Assim, questionamos: se a política foi elaborada para esse segmento da população brasileira, por que não há acesso? A política seria muito burocrática? Os assentados não teriam o nível de conhecimento suficiente para acessar a política? Sabemos que a burocracia exige documentos como CPF e a DAP regularizados, bem como um projeto de venda da produção e também a abertura de um edital pela prefeitura. No Litoral Sul,

há problemas com a documentação e faltam conhecimentos e informações para os assentados acessarem a política junto às prefeituras.

3.2. FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS EM SANTA PAULA

O município de Casserengue está localizado na microrregião do Curimataú Oriental. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010, sua população era estimada em 7.058 habitantes e a área territorial de 201 km². Além disso, o clima é predominantemente quente e seco.

A pesquisa etnográfica realizou-se no mês de Junho de 2010, no Assentamento Santa Paula, distante 11 km de Casserengue. No assentamento, moram 25 famílias e nove participam dos FRS's. Foram realizadas nove entrevistas, cobrindo 100% do universo dos participantes da política. O acesso ao assentamento se realiza por estrada de terra, com áreas de difícil acesso para transportes pequenos. Nessa região, a agricultura tem permanecido como principal fonte de renda das famílias. Alguns agricultores moram na zona urbana e fazem seus roçados no assentamento. Quando em época de chuvas, alguns agricultores se deslocam de suas casas para o campo para fazerem suas plantações nos roçados.

O sistema de gestão dos FRS's se diferencia do que observamos em Lagoa do Jogo. O diretor do sindicato, que é diretor do comitê gestor do FRS, por exemplo, tem sua casa em Casserengue. Os processos sociais de constituição dos dois assentamentos diferem: enquanto que em Oziel

Pereira o assentamento nasceu de um conflito territorial envolvendo a mobilização dos pequenos agricultores e uma estadia longa embaixo das lonas pretas, com o apoio do MST, em Santa Paula, o assentamento foi constituído via crédito fundiário. Essas diferentes formas de instaurar um assentamento têm fortes impactos nas representações sociais sobre a noção de propriedade. As respostas revelam essas diferentes significações: para os agricultores de Lagoa do Jogo, sua propriedade é o Assentamento Oziel Pereira, comunidade Lagoa do Jogo – um território construído socialmente, um “território de esperança”, nos dizeres de Emília Moreira (1997). Já para os agricultores de Santa Paula, a propriedade é da família e trata-se de uma aquisição privada via transação financeira.

Em Santa Paula, o FRS chegou por meio do diretor do STR, que participou de uma reunião em outro sítio rural e trouxe a novidade para a sua comunidade. No assentamento, não há a movimentação de dinheiro: o que existe é uma rotatividade de ovelhas matrizes que têm a função de estabelecer uma fonte de renda para as famílias. O equivalente de troca são as ovelhas que, após se reproduzirem, devem circular na comunidade, o que de fato contribui para a autogestão dos FRS's, evitando algum tipo de desvio financeiro e, conseqüentemente, conflitos entre participantes e as suas atividades agrícolas.

Da mesma forma como procedemos com os assentamentos descritos anteriormente, a primeira fase da pesquisa de campo consistiu na aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas, que mapearam o perfil socioeconômico, da propriedade, da produção, da renda e da gestão. Iniciamos com perguntas sobre a localidade de origem dos assentados.

3.2.1. Perfil socioeconômico

Todos os participantes do FRS em Casserengue são originários do interior do Estado (alguns participantes moram na zona urbana e vão para os seus roçados no tempo da colheita).

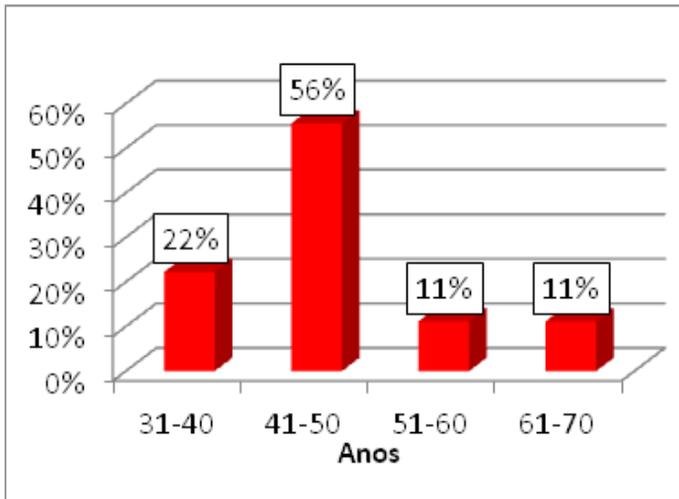


Figura 67. Participação por faixa etária na política do FRS – Santa Paula.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Os grupos etários de maior participação nos FRS's são os agricultores na faixa de 41 a 50 anos, correspondendo a 56%, e 22% tem de 31 a 40 anos. A média de idade do participante é de 46 anos e a moda, representando a idade que mais se repete no grupo pesquisado, é de 48 anos, o que aponta a falta de participação dos jovens nesta comunidade.

56% dos participantes dos FRS's são casados, 33% têm união estável com o parceiro(a) e 11% declararam que são viúvos, não existindo nenhum participante solteiro, decorrente do panorama descrito acima. Em média, os casais declararam ter cinco filhos e o número de filhos mais frequente na comunidade foi quatro.

No Assentamento Santa Paula, 88,89% dos participantes do FRS são homens e 11,11% mulheres. Em relação à Lagoa do Jogo, as relações de gênero sinalizam para uma participação menos quantitativa das mulheres, o que não quer dizer menos significativa. As entrevistas foram realizadas com os homens da família, uma vez que os homens, aparentemente, estão à frente das questões relacionadas à sua propriedade. Algumas vezes, as mulheres até estavam presentes nas entrevistas, mas, em sua maioria, ficavam somente ao lado, escutando e concordando com o marido, e poucas vezes opinavam.

Quanto à escolaridade dos participantes do FRS, 44% se declararam analfabetos funcionais (sabem apenas assinar o nome) e a mesma porcentagem (44%) relatou ter entre 1 a 5 anos de ensino formal. 11% afirmaram ter mais de 6 anos de ensino. Esses dados podem diminuir, tendo em vista que há uma escola no assentamento com o Programa Federal EJA (Educação de Jovens e Adultos), especialmente para os agricultores que têm vontade de continuar a estudar e que, por vários motivos, não tiveram a oportunidade. Isto nos leva a pensar se esse é um fator relevante e comprometedor no funcionamento da política social no assentamento. Como isso irá influenciar? Observemos o gráfico seguinte:

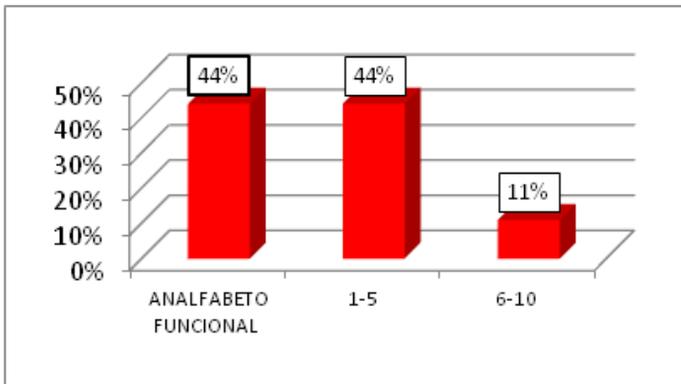


Figura 68. Escolaridade em anos de estudo – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A média de escolaridade obtida na pesquisa é de 2,33 anos e a moda é de 3 anos. Podemos comparar esses dados com os gráficos a seguir, sobre a escolaridade dos pais do participante do FRS. Em relação aos pais, 44% não são alfabetizados e 44% não sabem informar, com 11% dizendo que teve até 5 anos de ensino formal. Já para as mães, 50% representam não alfabetizadas e 38% não sabem o que indicar, sendo 12% a porcentagem que afirmou ter 9 anos de escolaridade.

No geral, observa-se que, para as comunidades asentadas, houve poucas mudanças no campo da educação. Isto é, as gerações adultas dos FRS's reproduzem o padrão de exclusão histórica. A figura abaixo evidencia que tão somente 12% das mães e dos pais foram alfabetizados e frequentaram a escola. Resta observar se seus filhos que frequentam o Ensino Fundamental, mas tem acesso limitado ao Ensino Médio, poderiam reverter a exclusão histórica, principalmente com o PBF.

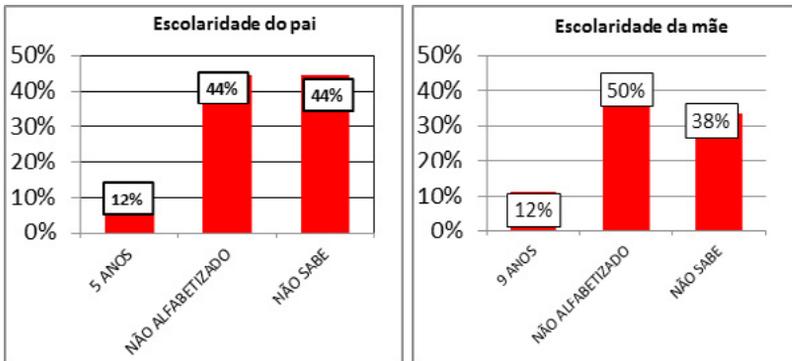


Figura 69. Escolaridade dos pais e das mães – Santa Paula.

Fonte: Projeto FRS (2010).

Sobre a frequência escolar dos filhos dos participantes, 89% dos que estão em idade escolar e cursam Ensino Fundamental frequentam a escola e recebem o PBF (a distância média para escola é de 3,38 km).

A respeito da religião que seguem, a maioria dos agricultores entrevistados se declarou católico (89%), à exceção dos agricultores de Nova Vida, que se declararam evangélicos (11%).

Ademais, 100% dos agricultores entrevistados relataram que estão filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O dado sinaliza certo nível de organização social e também consciência dos benefícios para eles próprios. Com o sindicato rural, segundo os agricultores, a relação é harmoniosa e cordial, e, antes de tomar qualquer decisão para a comunidade, o assunto é tratado em reunião e aprovado (ou não) pelos agricultores. Contudo, a gestão do FRS adota tons centralizadores na figura do presidente do comitê, que é também presidente do STR.

Em relação à filiação a redes que os agricultores estão associados, nas entrevistas, 100% relataram que também são associados à Associação Comunitária. A Associação foi formada pelos próprios agricultores do assentamento, que decidiram e tomaram a iniciativa de fundar a associação para tratar de assuntos e questões relacionadas à comunidade. O dado demonstra a união que existe dentro do assentamento dos pequenos agricultores em relação às questões que podem e devem ser tratadas com transparência e seriedade, supondo, assim, um afastamento de práticas clientelísticas e/ou patrimonialistas. Por outro lado, somente por meio de associações e cooperativas que os pequenos agricultores podem concorrer aos editais públicos das políticas públicas para o setor.

3.2.2. Perfil da Propriedade

Neste perfil, procuramos identificar questões como: tipo de propriedade, origem do assentamento, tamanho da propriedade, tempo de moradia, realização (ou não) de benfeitorias na propriedade (com quais e com que recursos).

No perfil da propriedade, obteve-se que 100% dos participantes dos FRS's declararam ser da família a propriedade, diferindo das respostas dos participantes de Lagoa do Jogo, que declararam ser do assentamento.

Como já foi comentado, tais diferenciações remetem às diferentes representações sociais em torno da noção de propriedade, que, por sua vez, remete aos processos sociais de constituição. Diferente de Lagoa do Jogo, que foi constituída por meio de luta pela terra e organizada pelo MST, 67% dos participantes em Santa Paula declararam que o assentamento foi constituído

pelo crédito fundiário e 33% pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA), vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP).

Na prática, todos os assentados tiveram acesso à terra por meio do crédito fundiário, que consiste em uma política de crédito rural executada pelo INTERPA, órgão do governo do Estado responsável pela política fundiária na Paraíba.⁸ No assentamento, todas as propriedades possuem o mesmo tamanho: 15 hectares. 100% dos participantes não trabalham em propriedade alheia ou possuem qualquer outro vínculo empregatício. Todas as famílias se dedicam inteiramente às atividades agrícolas de suas propriedades, refletindo a importância e os impactos que o FRS pode trazer para uma comunidade com ocupação agrícola.

A respeito da moradia, 67% declararam que vivem no assentamento entre seis a dez anos e 33% de um a cinco anos.

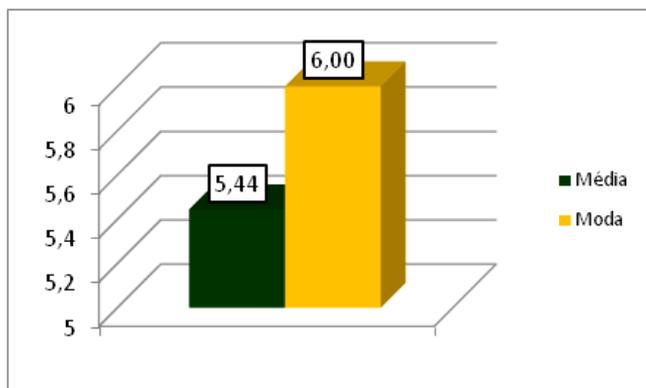


Figura 70. Média e moda dos anos de moradia – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

8 Disponível em: <http://www.interpa.pb.gov.br/>. Consulta em: 23/10/2011.

A média e a moda do tempo de moradia, neste caso, estão muito próximas: 5,44 e 6 anos, respectivamente. Observou-se que duas famílias possuem casa em Casse- rengue e vão plantar seus roçados no Assentamento, isto é, somente ficam no assentamento enquanto desenvolvem as suas atividades agrícolas.

67% citaram a cisterna e as ovelhas como principais benfeitorias em sua propriedade e 33% somente a cisterna. Vejamos os gráficos abaixo:

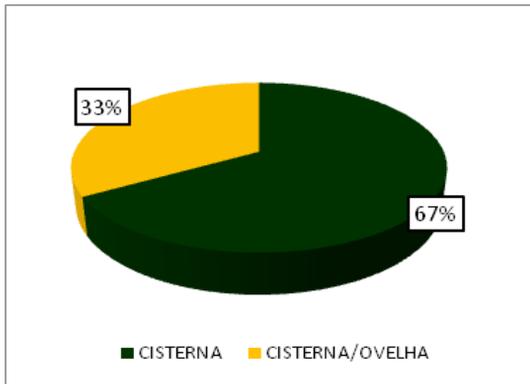


Figura 71. Benfeitorias – Santa Paula.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

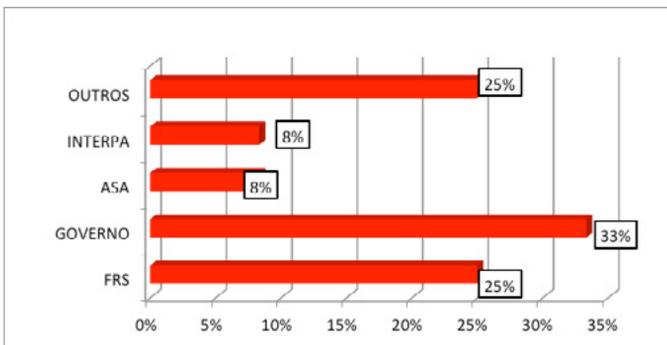


Figura 72. Origem dos recursos para as benfeitorias – Santa Paula.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quando questionados acerca do conhecimento que tinham da origem dos recursos que os possibilitaram realizar as benfeitorias em suas propriedades, 33% relataram que os recursos foram oriundos do Governo Federal, 25% da política dos FRS's, 8% da ASA, outros 8% da Interpa e 25% dos participantes relataram que os recursos têm origem de outros meios. Os dados do gráfico acima mostram que os participantes dos FRS's no Assentamento não têm o conhecimento pleno sobre a origem dos recursos que eles recebem para realização de benfeitorias em suas propriedades, assim como os participantes do litoral sul do Estado. O dado sinaliza para a necessidade de se aperfeiçoar os canais de comunicação e o repasse de informações sobre os FRS's (desenho, metodologia e canais de financiamento). A falta de conhecimento da origem dos recursos dá margem para representações patrimonialistas sobre a política e incentiva a não devolução dos recursos ao próprio Fundo.

3.2.3. Perfil da Produção

A produção principal é a agricultura familiar de subsistência e o excedente é comercializado no mercado local: 30% da produção é a semente de milho, 30% produzem o feijão, 7% a macaxeira e 15% produzem variados tipos sementes, como mostra o gráfico abaixo:

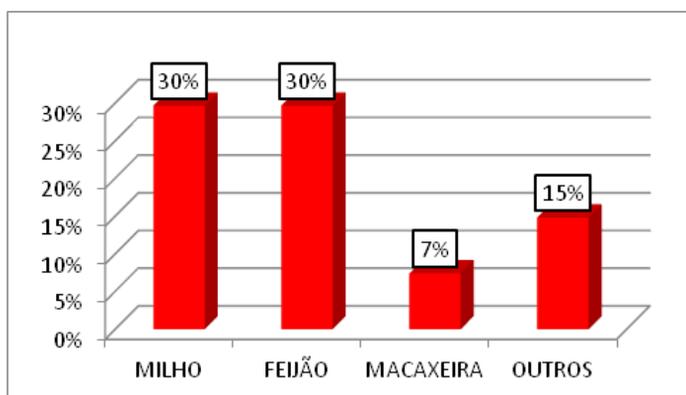


Figura 73. Produção principal – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Referente à diversificação das culturas, todas apresentaram o mesmo percentual (4%), não se sobressaindo nenhuma, sendo estas: verduras, legumes e frutas (jaca e manga).

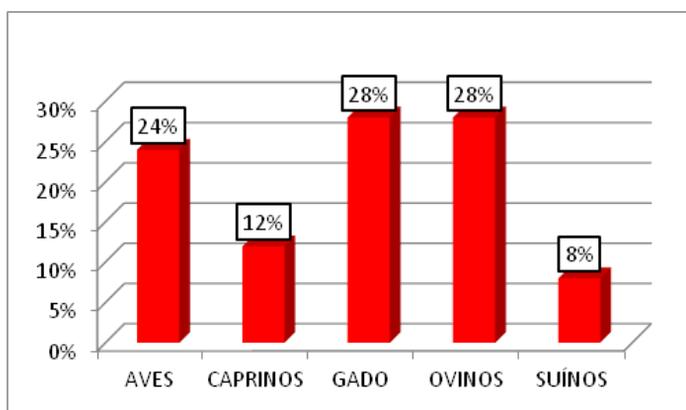


Figura 74. Criação animal – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Vale ressaltar, sobre o gráfico acima, que, no assentamento, todos têm criação de animais na propriedade, principalmente gados, ovinos e aves em consequência da cultura regional que prioriza essas criações, salienta-se que o bioma também é favorável a essas criações.

Ainda sobre o beneficiamento dos produtos na propriedade, 36% responderam que beneficiam o leite de sua criação de gado, 36% também disseram que obtém o beneficiamento de ovos, 7% manifestou que realiza o beneficiamento de frutas e 21% relataram que não realizam beneficiamentos na sua propriedade.

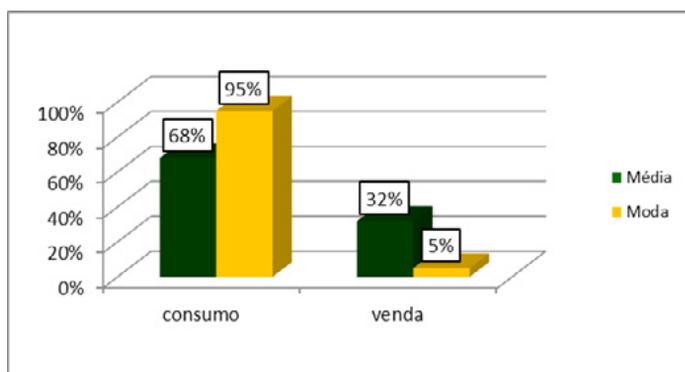


Figura 75. Média e moda: produção X consumo – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação a este item, pode-se observar que, em média, 68% da produção agrícola é destinada para consumo familiar e 32% é o excedente para comercialização local. No entanto, a moda sinaliza que 95% da produção é destinada ao consumo e 5% à venda. Essa situação é explicada porque três participantes conseguem vender

entre 70% e 90% da produção, elevando, assim, a média. Isso remete às assimetrias entre os participantes: um grupo que consegue uma maior produção e, assim, além de suprir suas necessidades de consumo, obtém maior excedente para comercialização, e os outros agricultores, cuja plantação é basicamente de subsistência.

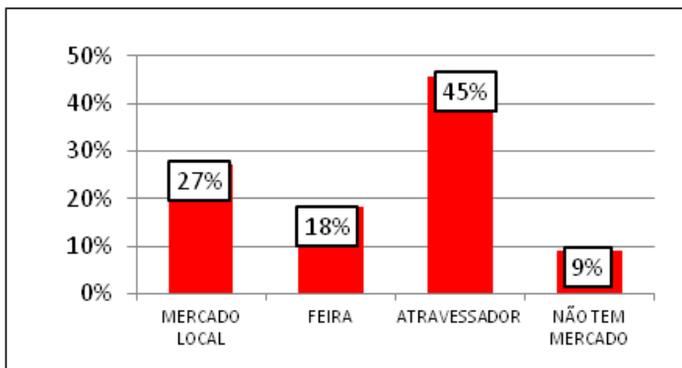


Figura 76. Canais de escoamento – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Essa conjuntura apresenta uma fragilização ainda maior quando observamos os canais disponíveis para escoar o excedente da produção. Vejamos: 45% dos agricultores realizam a venda para atravessadores, o que diminui a margem de ganhos; 27% vendem no mercado local; 18% vendem na feira (ou de Casserengue ou de municípios vizinhos), o que envolve custo no deslocamento, e apenas 9% afirmaram que não tem mercado ou não produzem excedente.

Perguntamos aos entrevistados se a família realizava doações na comunidade: 56% declararam que fazem doações às famílias necessitadas e 44% afirmaram não fazer doações. Esta pergunta merece um melhor apro-

fundamento, pois temos que mapear as representações sociais que a comunidade faz sobre a doação: o que é doação da perspectiva dessas pessoas (um copo da água ou uma festa, por exemplo, poderiam muito bem ser considerados doações, dentre outras práticas e ações).

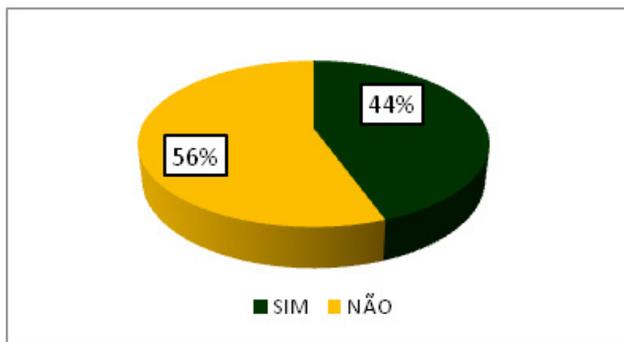


Figura 77. Circuito da dádiva – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

3.2.4. Perfil da Renda

Devido às novas configurações no mundo rural, como a execução de trabalho fora da agricultura, procuramos quantificar a renda das famílias, questionando se trabalham de forma assalariada, em um primeiro momento.

Por contraste ao Conde (Zona da Mata Sul), onde 90% trabalham de forma informal e assalariada, 100% dos participantes dos FRS's em Santa Paula não trabalham de forma assalariada (em outras propriedades e/ou empregos). Isso mostra disponibilidade de maior parte de tempo para trabalhar no cultivo da sua produção agrícola.

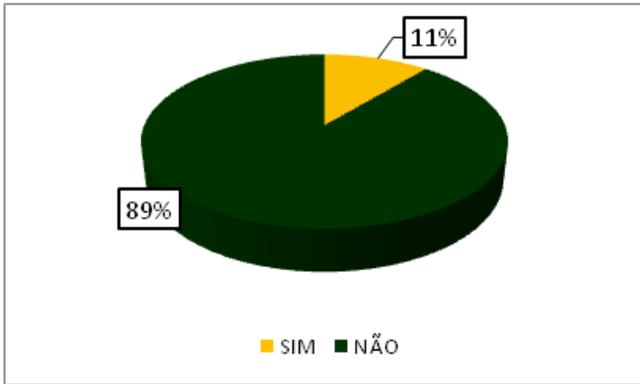


Figura 78. Aposentados – Santa Paula.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A fonte de renda oriunda da aposentadoria é usufruída por apenas 11% dos agricultores, logo, 89% não recebem a aposentadoria do Governo. Pesquisas futuras podem apontar maiores detalhes acerca desta questão, para verificar se alguns dos participantes já teriam direito a este benefício e se, por algum motivo, ainda não o obtiveram.

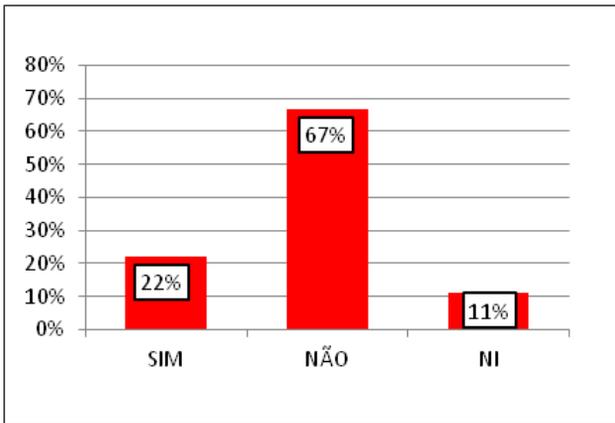


Figura 79. Recebimento de ajuda de fora da comunidade – Santa Paula.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

67% dos participantes do FRS não recebem ajuda de fora da comunidade, 22% relataram que recebem ajuda da sua família que mora distante e 11% não informaram se recebem qualquer outro tipo de ajuda.

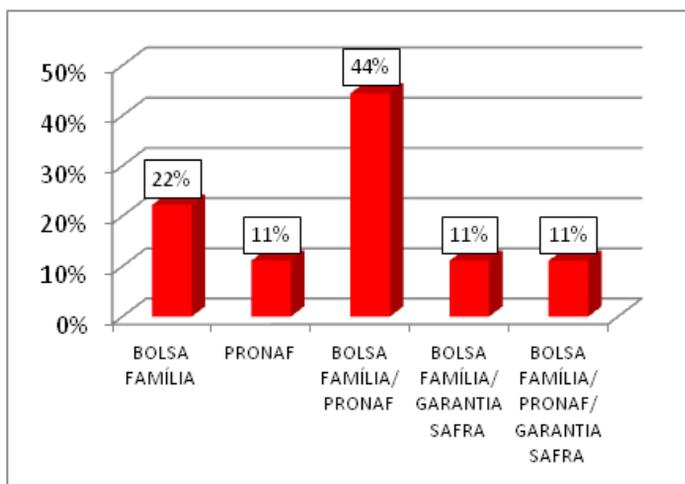


Figura 80. Rede de proteção social – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O PBF é o mais importante benefício para esta comunidade: 44%, além do PBF, relataram que também recebem o PRONAF (estão pagando as prestações por ano); 11% recebem o PRONAF e a Garantia Safra juntamente com o PBF; 22% recebem somente o PBF e 11% recebem somente o PRONAF.

3.2.5. Perfil da Gestão

A seguir, traçamos o perfil da gestão do FRS, buscando identificar, na referida gestão, práticas sociais auto-gestionárias, solidárias e recíprocas.

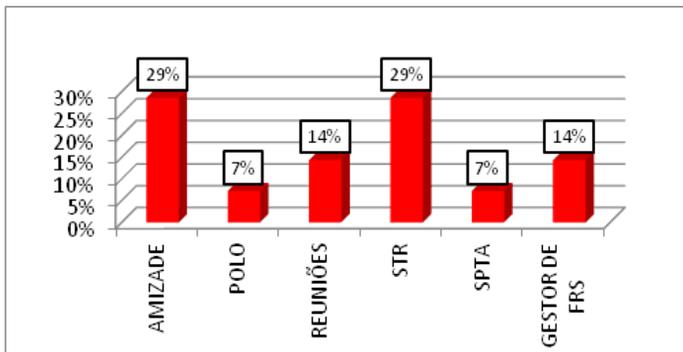


Figura 81. Como os participantes tomaram conhecimento da política dos FRS's - Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

De forma similar à experiência na comunidade Lagoa do Jogo, nas entrevistas realizadas em Santa Paula, 29% dos participantes relataram que tomaram conhecimento sobre os FRS's via STR, 29% conheceram através das amizades, 14% relataram que tomaram conhecimento através do gestor dos FRS's (presidente do STR), outros 14% informaram-se sobre a política através de reuniões e apenas 7% disseram que conheceram através da SPTA e Polo Sindical.

Portanto, o STR totaliza 43% das indicações ao FRS, mas, ao mesmo tempo, revela a liderança centralizadora do presidente, ao identificá-lo como único gestor do fundo. O diretor do STR informou como tomou conhecimento do FRS: "Por ser da diretoria do sindicato em uma reunião no Cariri, conversei com alguém que já era do FRS e daí me interessei em trazer para a comunidade." (Diretor e Comitê Gestor, 08, junho, 2010.)

Os agricultores entrevistados afirmaram que essa é a sua primeira experiência com os FRS's. O dado é relevante devido à criação de ovelhas ser a primeira e única atividade financiada pela política. Há a expectativa da ampliação da política dentro da comunidade através do financiamento de outras atividades, como, por exemplo, a construção da tela em suas propriedades.

A comunidade funciona com a atividade da rotatividade de ovelhas: foram adquiridas cinco matrizes. Portanto, a ovelha matriz é o principal e único financiamento dos FRS's no assentamento, atividade esta que eles escolheram juntamente com o STR. Foram financiadas cinco ovelhas, que circulam nas famílias para procriação. Os participantes entrevistados relataram que essa rotatividade de ovelhas é um benefício para eles, pois a criação de ovelhas é mais fácil na região em que eles moram, devido a diversos fatores externos tais como: culturais, a facilidade de transporte e deslocamento, pode ser criados em área pequena e junto com outros animais ou culturas como por exemplo frutas.

Com a atividade da criação de ovelhas no assentamento, não há a movimentação do dinheiro dentro da comunidade: o que se tem é a rotatividade das ovelhas. O dinheiro é simbólico porque a ovelha representa o dinheiro, tornando a organização da comunidade interessante, pois contribui para a não existência de algum tipo de desvio financeiro e conseqüentemente problemas entre participantes. Porém, o tempo do retorno da atividade é longo: dois anos, aproximadamente.

Os habitantes da comunidade participam dos FRS's no período de um a dois anos (é uma experiência em gestação): 67% relataram que estão de 1 a 2 anos

participando dos FRS's (isto corresponde às primeiras famílias que receberam a ovelha e já fizeram o repasse da procriação para outras famílias); 33% relataram que faz apenas 1 ano que estão participando (no caso, são as famílias que já receberam o repasse de uma ovelha, mas ainda não fizeram o repasse da ovelha para outra família).

No assentamento Santa Paula, todos projetam a produção da agricultura familiar anualmente.

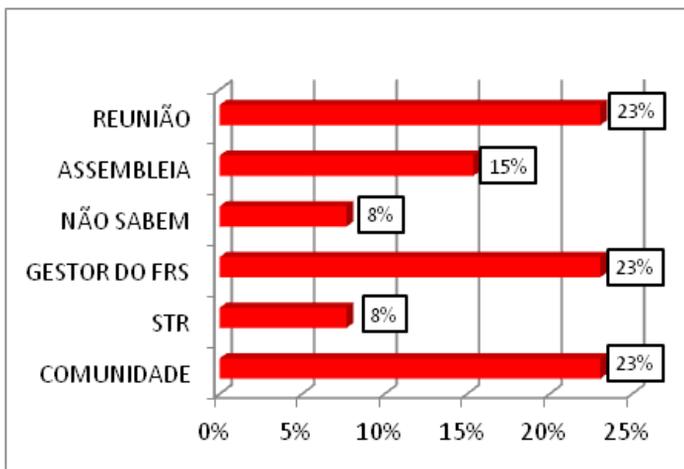


Figura 82. Decisão de investimentos do FRS – Santa Paula.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Nas entrevistas realizadas sobre a decisão de investimentos do FRS, 23% dos participantes relataram que a decisão (nesse caso, qual será a próxima família a receber o repasse da ovelha) é decidida pelo gestor do FRS, outros 23% relataram que é decidido em reuniões, outros 23% declararam que essa decisão é feita pela própria comunidade, 15% disseram que há assembleias para decidirem onde será o próximo investimento, 8% afirmaram que é decidido pelo STR e outros 10% não sabem como a decisão do investimento é tomada. Nota-se

que há uma confusão sobre o funcionamento dos FRS's, o que dificulta a expansão da política.

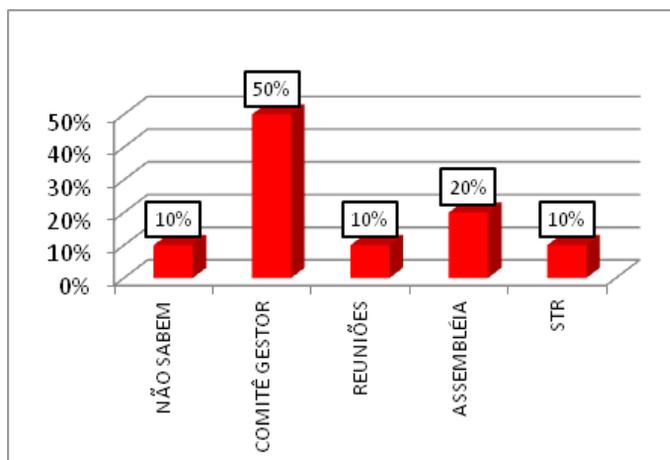


Figura 83. Decisão da devolução dos recursos – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Os dados sinalizam para a falta de informação sobre a gestão do FRS. 50% declararam que a devolução dos recursos é decidida pelo comitê gestor, 20% pela assembléia, 10% pelo STR, 10% em reuniões e 10% não sabem.

No referente à periodicidade com que ocorrem as reuniões, 40% afirmaram que são anuais, 20% comentaram que são realizadas eventualmente e mensalmente, 10% informaram que só ocorrem quando há necessidade e 10% declararam não saber. Percebem-se informações conflitantes nestas respostas, que poderão ser investigadas com maior profundidade em pesquisa futuras.

Quanto às capacitações, 56% declararam que receberam cursos de capacitação e 44% disseram que não receberam ou não participaram. Quando questionadas acerca da modalidade de capacitação das quais tiveram oport-

tunidade de participar, declararam tratar-se de visitas técnicas e seminários, na mesma proporção: 50% para cada uma delas.

Sobre a ocorrência de algum tipo de registro das reuniões realizadas, 78% se manifestaram positivamente e 22% não informaram, conforme gráfico a seguir:

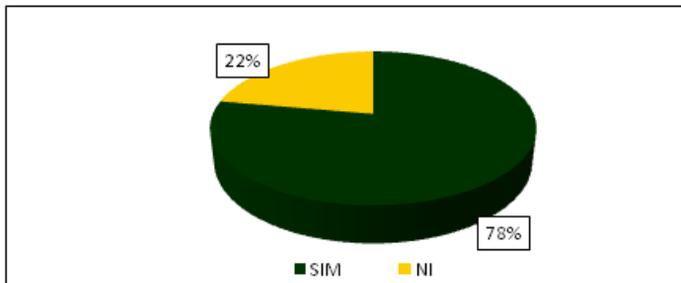


Figura 84. Registro das reuniões – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Na pergunta seguinte, acerca das modalidades nas quais esses registros são efetuados, 67% declararam que são realizados registros das reuniões em atas e 33% não souberam informar a modalidade em que são registrados. No concernente à realização dos registros, 70% dos entrevistados declararam que é responsabilidade do comitê gestor realizar os registros, 10 % citou o STR e 20% não souberam informar. Vejamos a figura 85:

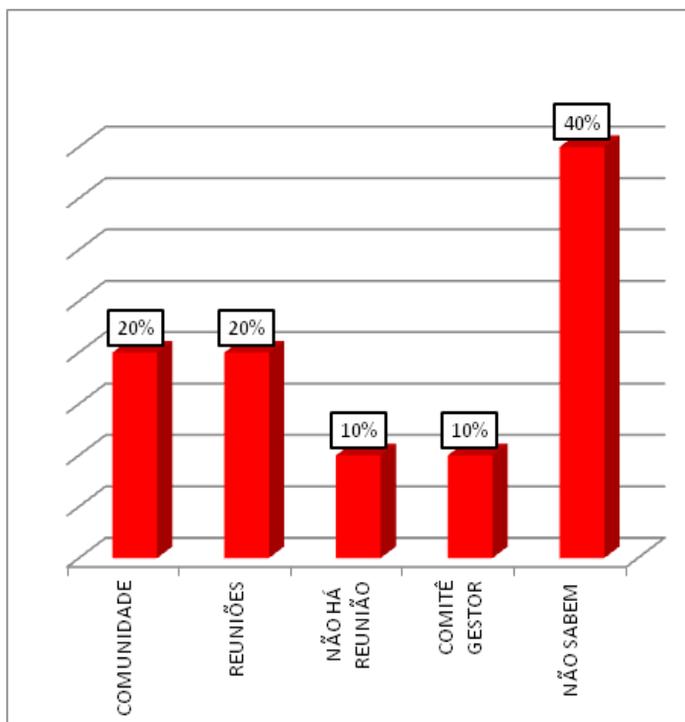


Figura 85. Quem realiza a prestação de contas – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Entre os participantes dos FRS's, 40% afirmaram não saber quem faz a prestação de contas (neste caso, tornar público as famílias que já receberam as ovelhas e quais ainda não realizaram o repasse). 10% dizem que não há e nunca houve prestação de contas para comunidade; 20% declararam que a prestação de contas é realizada nas reuniões, 20% declararam que a prestação de contas são realizadas na comunidade. Essas informações apontam para a necessidade de melhoria nos canais de comunicação e informação sobre a gestão da política dos Fundos.

Com relação à prestação de contas, devido a este item ser muito controverso. Mas, há de se observar que existem moradores que, apesar de participarem do FRS, a participação ainda é limitada e isso talvez seja um fator que influencia nestas respostas, de acordo com o gráfico a seguir:

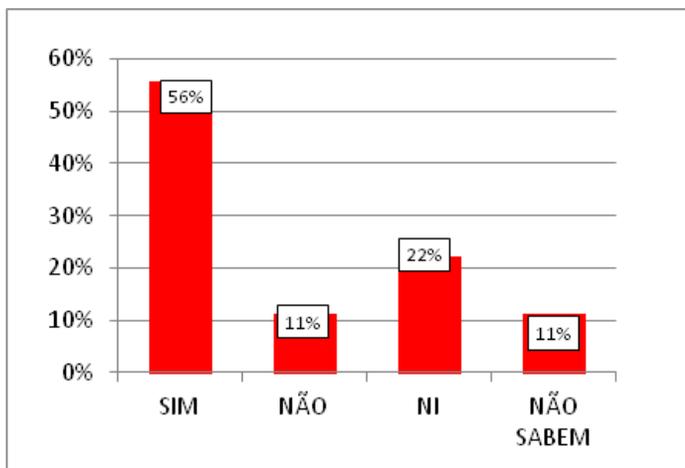


Figura 86. Prestação de contas – Santa Paula.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quando indagados sobre a responsabilidade da prestação de contas do FRS das ovelhas, as respostas obtidas foram: 46% declararam que a prestação é de responsabilidade do comitê gestor, 27% não sabem informar e 18% afirmaram ser da comunidade. Quando vinculamos esta resposta com a anterior, referente a quem realizava a prestação de contas, 40% afirmou não saber, o que aponta para um melhor conhecimento acerca da responsabilidade de fazer (contudo, não acompanham essa etapa).

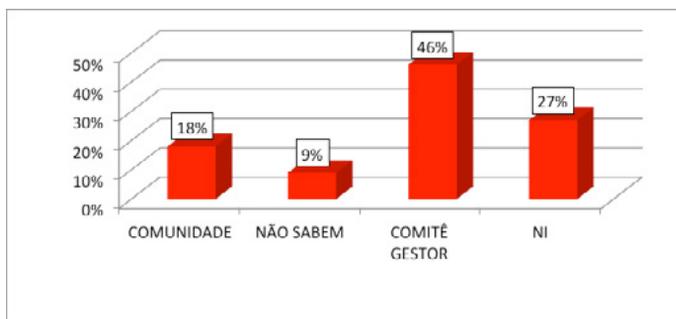


Figura 87. Responsável pela prestação de contas – Santa Paula.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quanto ao levantamento de preços, 34% declararam que não há levantamento de preços dos itens financiados pelo FRS, no caso das ovelhas matrizes, 33% não informaram, 22% não sabem se há levantamento de preços e 11% afirmaram que o levantamento é realizado pelo comitê gestor.

Os critérios de participação nos FRS's são definidos pela comunidade, segundo 56% dos entrevistados. Contudo, 33% afirmam ser definidos pelo gestor e 11% pelo STR. É interessante lembrar que o gestor é o presidente do STR, ou seja, esta entidade acumularia 44%. Novamente, os dados revelam a necessidade de se criar canais efetivos de comunicação sobre a gestão do FRS entre o agente financiador e a entidade, entre a entidade e a comunidade e entre a liderança comunitária, comitê gestor e as famílias que participam da política.

3.2.6. Indicadores de Sustentabilidade

- Economia – domínio da cadeia produtiva: a base econômica das famílias que participam dos Fundos Rotativos Solidários é a agricultura familiar para a subsistência. De 5% a 10% é produção do excedente e, deste percentual, 45% é vendido ao atravessador e 45% na feira da cidade de Casserengue, distante 11 km do assentamento. A criação de animais é relevante para o consumo da família: como não têm o domínio da cadeia produtiva, o impacto dos FRS's pode ser menor na composição geral da renda das famílias.
- Relações de Poder: nessa primeira observação, os participantes demonstraram ter boa relação com o gestor do FRS e diretor do STR, mesmo o próprio demonstrando ter um estilo centralizador na gestão do FRS. Resta analisar o impacto de um estilo centralizador de gestão, respaldado pela comunidade nos resultados dos FRS's.
- Organização social e simbolismo: parece haver forte afinidade com as atividades agrícolas, uma vez que é a base econômica de subsistência das famílias. A coletividade é presente em atividades como mutirões para o roçado comunitário e a religião católica é predominante no assentamento, existindo uma pequena capela para os fiéis.

- Domínio das tecnologias de armazenamento da água: o armazenamento de água na região é mantido através de cisternas e carros pipa.
- Tecnologias de cultivo: há, na comunidade, novas tecnologias de cultivo, como o banco de sementes⁹.
- Redes de Proteção Social: PBF, PRONAF, Garantia Safra e aposentadoria rural. A rede de proteção social, especialmente o PBF, após a agricultura em pequena escala, é a principal fonte de renda para as famílias.
- Acesso à rede pública de ensino: no assentamento, existe apenas o Programa Brasil Alfabetizado, com aula para jovens e adultos (EJA) que moram no próprio assentamento. A única professora também é uma moradora da região. As escolas de Ensino Fundamental e Médio estão localizadas na Cidade de Casserengue.
- Institucionalidade: não conseguimos obter informação sobre a participação das famílias no PAA e PNAE.

9 Utilizado pelos agricultores familiares como forma de preservar as sementes nativas e também como forma de fazer troca e ajudar a outros agricultores que precisam de sementes na época do plantio se tornando menos dependentes das empresas produtoras.

3.3. ANÁLISES DAS PERGUNTAS QUALITATIVAS

No questionário, foram elaboradas três perguntas de caráter avaliativo da política dentro comunidade, no qual os participantes expuseram as suas opiniões e visões sobre a política, sobre a melhoria na vida cotidiana das famílias, melhoria da comunidade e sobre a atual gestão dos FRS's. Ademais, puderam apresentar sugestões para a melhoria da política dentro da comunidade Lagoa do Jogo.

As perguntas qualitativas correspondem às seguintes: “Qual a sua opinião sobre a gestão do FRS? Pontos positivos e negativos”; “O que mudou na vida da família, do grupo (cooperativa, associação) e da comunidade com os FRS's?”; “Qual a sua sugestão para melhorar a política dos FRS's?”.

Lagoa do Jogo

Em Lagoa do Jogo, os FRS's financiaram as telas, lonas e cisternas. São três tecnologias fundamentais para a melhoria das condições de vida das famílias. As cisternas de placa possibilitaram o acesso à água dentro dos quintais das famílias e com melhor qualidade, impactando de imediato na dieta e saúde das famílias e na produtividade agrícola. A tela para proteção da criação de animais é de fundamental relevância para o sustento da comunidade (e a lona também). As pequenas mudanças nas condições de vida aparecem nos relatos dos participantes :

Agora a cisterna foi uma coisa importante mesmo, essa cisterna ela foi importante porque antes quando nós chegamos aqui nós bebíamos água lá de pedra, água velha de

barreira aí sem futuro, aí depois com essa cisterna, aí depois que a cisterna chegou a gente começou a tomar umas águas de boa (entrevista 01)

Depois do fundo rotativo foi bom demais minha “fia”, porque do jeito que aqui era seco só com uma cisterna nós recolhia água da bica, né? Aí tendo a outra é uma encanada pra outra nisso tudo a gente fica à vontade, graças a Deus, aí a gente fica com água a vontade, Deus mandando água a gente não se preocupa pra comprar água. (entrevista 03)

Eu acho que mudou muito, vissi? Porque a maior parte das pessoas daqui não tinha aonde criar as suas galinhas, onde prender e jamais eu acho que dependendo das condições das pessoas não ia ter condições assim de pegar do seu bolso, adquirir a máquina que é muito difícil e o dinheiro pra comprar o arame para fazer a tela, e com o fundo rotativo as pessoas tem aonde criar. Melhorou muito porque quando eu cheguei aqui eu criava de pouquinho coisa, não tinha aonde prender à noite na época do inverno, aí melhorou muito. (entrevista 02)

Em relação a possíveis melhorias na política dos Fundos Rotativos, os participantes também expuseram suas opiniões e muitas sugestões para o aprimoramento dos FRS's, dentre eles:

Precisa o pessoal se organizar e trabalhar em grupo, pelo menos duas pessoas, duas cabeças pra família, porque se for pra trabalhar individual como tava sendo é melhor não existir o fundo rotativo. (entrevista 01)

Tá andando direitinho, as pessoas quando tem vão lá e paga, cada um deve ter sua consciência, né? Porque sabendo que tá contribuindo vai vir mais benefício e você vai poder, através do fundo rotativo, ajudar outra pessoa e se ajudar também, né, porque você contribuindo com o fundo rotativo, quando você precisar, você tem aonde vir e se você não contribuir na hora da precisão você vai vir aonde? Não vai ter de onde tirar, você sabendo que é uma renda que você tá construindo pra você na hora da precisão, se um dia você precisar, né? (entrevista 02)

Se as pessoas participassem mais, como eu, como pai, procura que eles também se incentivassem em buscar participar de reuniões, seria muito legal que acontecesse, seria uma ajuda boa, não só a gente como mais pessoas. (entrevista 03)

Em Lagoa do Jogo, é nítida, nas falas dos participantes entrevistados, a satisfação com a política dentro da comunidade. Percebemos consenso de opinião na maioria dos participantes, relatando que as atividades financiadas pelos FRS's causaram impactos em suas vidas e na comunidade. Para eles, os FRS's reconhecem e valorizam a figura do pequeno agricultor, e neste processo o STR teve papel de destaque. A solidariedade é presente entre todos, porém não existe um padrão: todos tentam se ajudar, dependendo da ocasião e de suas possibilidades. A coletividade é mais elaborada entre eles, uma vez que desenvolvem várias atividades coletivas em sistema de mutirão: plantando, construindo casas, cercas, etc. Sendo assim, é nítido que lá os agricultores se fortalecem com

base na união, onde cada um visa o bem comum entre todos, ou seja, há uma preocupação individual com relação ao coletivo.

Segunda as entrevistas realizadas, é unânime que os Fundos Rotativos facilitaram o trabalho no roçado, com o banco de sementes e a construção de cisternas, telas e lonas, pois antes os agricultores não tinham condições de retirar do próprio bolso para construir cisternas e telas (os animais, então, prejudicavam a sua plantação e a plantação dos vizinhos). A água das cisternas melhorou diretamente a saúde da família, pois agora têm a água apropriada para o consumo.

Entretanto, houve um participante da política que expressou suas opiniões, sugestões e certo desgosto com a gestão do FRS. Mencionou, especialmente, a devolução dos recursos ao Fundo. Falou sobre certa desorganização, uma vez que muitas pessoas estavam ali participando da política e já tinham recebido o benefício para sua família, mas não estavam cumprindo com a responsabilidade da devolução do dinheiro para a poupança da comunidade. Dessa maneira, atrasando o pagamento da devolução, atrasava, também, o benefício para outras famílias que ainda não tinham sido contempladas e, por causa disso (falta de compromisso dos seus vizinhos), ele também deixou de devolver o recurso.

Durante a pesquisa, também foi possível perceber os limites da política; Alguns agricultores expuseram que ainda falta participação e organização no gerenciamento dos recursos na comunidade. Não existe uma frequência de reuniões, só quando há necessidade e nem todos estão sendo informados sobre os fundos rotativos. Outra dificuldade na comunidade é a falta de conhecimento dos

FRS's por parte de alguns membros, os quais nem sempre sabem do que se trata realmente.

Santa Paula

No assentamento Santa Paula, os participantes entrevistados relataram que essa rotatividade de ovelhas é um benefício para eles, pois a criação de ovelhas é mais fácil na região em que eles moram, uma vez que ela come a plantação seca, sendo também um animal pequeno, facilitando o deslocamento e até mesmo a venda em feiras locais.

Porém, ainda não é possível ver o grande impacto dessa rotatividade em relação aos Fundos Rotativos, pois poucas famílias fizeram o repasse e muitas famílias estão esperando receber a ovelha para que ocorra a procriação e assim poder passar adiante a ovelha nascida. Depois que a família cumpre com o repasse da ovelha, todos os outros filhotes que nascerem ficam para a própria família, aumentando assim a fonte de renda familiar. A comunidade e o comitê gestor relataram que os Fundos Rotativos oferecem grande expectativa para o crescimento e desenvolvimento do assentamento, por isso, eles estão interessados e articulam mais atividades a serem beneficiadas pelo FRS. Uma delas é o financiamento de telas nas propriedades, para facilitar na criação das ovelhas e outros animais. Portanto, no Assentamento Santa Paula, os FRS's também trazem melhorias para as famílias. No entanto, isso é percebido em longo prazo, devido à espera da reprodução entre as ovelhas.

A principal atividade que move o assentamento Santa Paula é a agricultura familiar. As famílias cultivam o roçado na própria propriedade e também trabalham em conjunto em um roçado comunitário, organizado por eles mesmos para sustentar o banco de sementes que existe dentro do assentamento. Dessa maneira, é possível supor que a noção de solidariedade está presente entre os moradores da comunidade, na qual cada um se ajuda da maneira que pode e trabalham coletivamente para o aperfeiçoamento da vida da comunidade e de cada um individualmente.

Dessa maneira, a política do FRS no assentamento Santa Paula mostra grandes expectativas e um desenvolvimento gradativo da comunidade com relação à política. No entanto, há limites, como, por exemplo, a presença de um líder centralizador à frente das decisões relacionadas à política e qualquer outro assunto que esteja relacionado à comunidade.

Deste modo, percebemos, nas observações empíricas, que, em ambas as comunidades, tanto os membros do comitê gestor da política como os participantes relataram as possíveis dificuldades e desafios. As principais dificuldades dos FRS's observadas inicialmente nas comunidades foram em relação ao conhecimento da política social dos Fundos Rotativos pelos próprios agricultores.

Muitas vezes, nas entrevistas realizadas, o agricultor e/ou agricultora não sabia exatamente o que são os FRS's e não sabia de onde vem o recurso que é repassado para o STR, que possibilita a implementação e funcionamento da política na comunidade.

Há casos em que os agricultores simplesmente não se importam com essas questões, achando que a gestão da

política é somente responsabilidade dos que fazem parte do comitê gestor e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, muitas vezes pensando que os benefícios financiados para comunidade foi uma dívida do Sindicato. Isso resulta na falta de participação de alguns agricultores no funcionamento da política dos FRS's, muitas vezes por falta de interesse do próprio agricultor, outras pela falta de conhecimento do que se trata a política e também pela falta de organização por parte da comissão de gestão dos FRS's na comunidade, algo que poderá ser objeto de estudo na continuidade da pesquisa.

4. Fundos Rotativos Solidários no Alto Sertão

Mas eu enfrentarei o Sol divino,
o Olhar sagrado em que a Pantera arde.
Saberei porque a teia do Destino
não houve quem cortasse ou desatasse

(Ariano Suassuna)

4.1. INTRODUÇÃO

No Alto Sertão da Paraíba, a pesquisa sobre os FRS's concentrou-se nos municípios de Aparecida e Santa Cruz. Foi realizada uma primeira aproximação etnográfica entre os dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2009, no Assentamento Acauã (Aparecida) e na comunidade do Tigre, em Santa Cruz. Os pesquisadores estabeleceram um primeiro contato com as duas comunidades por meio do STR, entidade responsável pelos FRS's na região. O objetivo da visita foi estabelecer uma primeira aproximação com a entidade e os participantes do projeto relacionado aos FRS's. Nesta visita, foi realizada a apresentação dos pesquisadores, do projeto, sua metodologia e articulação das entrevistas para início de 2010.

No mês de fevereiro, os pesquisadores permaneceram 28 dias em campo nos assentamentos. Neste período, foram aplicados 59 questionários nos municípios de Aparecida e Santa Cruz. 40 questionários foram aplicados no município de Aparecida aos participantes do FRS dos projetos de Apicultura, Artesanato, Produção Agroecológica

e viveiro de mudas e 19 questionários foram aplicados no município de Santa Cruz, junto aos participantes dos projetos de Produção Agroecológica (horticultura) e do Artesanato.¹ No mês de novembro de 2011, Celly Souza Santos retornou ao campo para realizar 19 entrevistas com as mulheres que produzem artesanato no Assentamento Acauã (11) e no Sítio Tigre (8),²

Os pesquisadores responsáveis pela coleta de dados são Celly de Souza (PIBIC/CNPq), Michele Nunes Rufino (PIVIC/CNPq) e Marcio Melo (voluntário), alunos do curso de Ciências Sociais. Os dados apresentados a seguir foram coletados por meio de: observações *in loco* e participante; aplicação de 59 questionários com questões abertas e fechadas; registros visuais; mapeamento e desenvolvimento dos indicadores locais de sustentabilidade. As entidades que mediarão a pesquisa foram a ASA/PB e o STR. O município de Aparecida situa-se a cerca de 450 km da Capital João Pessoa e sua população é composta de 7.607 habitantes, com IDH de 0,68, o clima é tropical, seco e quente, sem um período definido de chuvas. A economia do município gira em torno da agricultura familiar de subsistência, aposentadoria e pequenos comércios de artesanatos.

Em Aparecida, a pesquisa foi realizada no assentamento Acauã, distante 3 km da zona urbana, onde foram aplicados 24 questionários³. No assentamento Nova Vida (2,5 km) foram aplicados 3 questionários, no sítio Extrema (16 km) foi aplicado 1 questionário, no sítio Várzea

1 Sobre o diário de campo da pesquisa, consultar Rufino (2010).

2 Cf. monografia de Santos (2011). *Finanças solidárias & relações de gênero no universo rural do Estado da Paraíba*.

3 Faltou aplicar questionário com um participante porque não foi possível aos pesquisadores aplicar o questionário no período da noite.

do Pintado, 1 questionário, em Várzea do Cantinho também 1 questionário e em Várzea de Sousa foram aplicados 2 questionários. Essas comunidades ficam aproximadamente a 7 quilômetros da cidade. A experiência com os Fundos iniciou-se há doze meses e os projetos financiados são horticultura, artesanato, laticínios e apicultura. A comunidade-base do relatório é Acauã, composta por 114 famílias, dentre estas, 25 famílias participam do FRS.

4.2. O CONTEXTO ETNOGRÁFICO E OS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA

A partir dos anos 1700, foram surgindo as primeiras fazendas de gado no sertão. Uma delas foi a Fazenda Acauã, a qual deu início ao município de Aparecida. A fazenda Acauã tem importância para a região sertaneja, pois é um Patrimônio Histórico Nacional:

O patrimônio é constituído de uma capela da Imaculada Conceição, construção barroca datada de 1757, acompanhada de um casarão da época. Ele pertenceu a um padre revolucionário, Luiz Correia de Sá, e abrigou Frei Caneca, prisioneiro das forças que sufocaram o movimento revolucionário chamado de Confederação do Equador, em 1824. (AZEVEDO E FILHO, 2002, p. 19).

Por sua importância econômica, a Fazenda Acauã foi cortada pela estrada de ferro que ligava os Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, ganhando uma estação de passageiros e cargas através da qual era escoada toda a produção algodoeira da região (conseqüentemente, chegou a possuir uma indústria de algodão e oiticica⁴).

4 A oiticica (*Licania rigida*) é uma planta típica da caatinga e no semi-árido do Nordeste. É utilizada para fins medicinais.

Os agricultores assentados relatam que, nos anos 1930, Acauã foi moradia do presidente da província da Paraíba, Dr. João Suassuna, pai do escritor Ariano Suassuna, onde este viveu parte de sua infância. Por vários anos, a Fazenda Acauã pertenceu a vários proprietários e, por um período, o Patrimônio Histórico ficou abandonado, chegando à degradação da capela e do casarão.

Diante dessas circunstâncias, o patrimônio Acauã está sendo restaurado pelos governos federal e estadual, após a luta do Movimento Desperta Acauã, organizada pelos grupos culturais Acauã Produções Culturais (APC). Foi na fazenda Acauã que foram realizadas as primeiras feiras, festas religiosas e políticas da região, pois já existia a Fazenda Acauã que pertencia ao município de Sousa.

O assentamento, antigo latifúndio da família Gadelha, foi constituído nos anos 1995, fruto das lutas sociais, e foi organizado pela CPT e MST. Acauã foi a primeira ocupação, neste sentido, a incorporar um simbolismo forte, e é modelo para outros assentamentos, segundo o relato de uma liderança local e membro do STR de Aparecida:

Noventa e cinco aconteceu Acauã, Acauã foi a primeira ocupação em terra privada. Depois de Acauã agora são mais de vinte e cinco assentamentos. São mais de vinte acampamentos, posso até ver com a CPT esses dados concretos. Foi difícil porque havia todo um fechamento para a questão da reforma agrária no sertão. Na época o MST estava no auge das suas grandes ocupações aqui na Paraíba. O brejo paraibano, também com grandes conflitos, com ameaças de morte, na época fundamos a pastoral rural, foi o período que mataram o padre Josinco. Então foi muito difícil para gente, mas depois a ocupação de Acauã serviu até de abertura aqui no sertão, a se pensar a questão da reforma agrária que até então o próprio INCRA dizia que

reforma agrária no sertão é inviável, era inviável a reforma agrária no sertão, porque o INCRA compreendia mais a região do litoral, brejo sem experiência nenhuma aqui no alto sertão. (Entrevista com liderança, 2010)

O relato acima sinaliza para as tendências da política fundiária no Estado da Paraíba, formada, nos três primeiros séculos da colonização portuguesa, com a exploração da pecuária e, posteriormente, com a cultura do algodão por grandes latifúndios. A pequena produção se desenvolve sob a dependência do latifúndio via sistema de parceria e arrendamento (MOREIRA, 1997). A paisagem agrária começou a se modificar nas lutas sociais que se seguiram entre os anos de 1985 e 2005. Ora, em 1985 estávamos em pleno processo de redemocratização da sociedade, articulação dos partidos ditos de esquerda e reconfiguração dos movimentos sociais no campo e na cidade. Contudo, na região semiárida do estado esse processo iniciou-se em meados dos anos 1990, como nos conta Moreira e Targino (2007, p. 12).

Assim, tem-se que a grande maioria dos assentamentos do semiárido paraibano foram criados a partir da segunda metade dos anos 90, em virtude de uma conjugação de fatores, tais como: a) uma presença mais atuante da CPT na região, possibilitando o crescimento da organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra; b) a crise da economia do semiárido decorrente do desmantelamento da atividade algodoeira e das sucessivas secas que se abateram sobre a região, provocando a queda no preço da terra de modo que a desapropriação passou a se constituir num “bom negócio” para muitos proprietários, tendo estes disponibilizado suas terras

para aquisição pelo Incra; c) a atuação da FE-TAG que, de forma burocrática, encaminhou vários pedidos de desapropriação que foram acolhidos pela Superintendência do Incra, que via nessas demandas uma forma de atender, burocraticamente, as metas anuais da política fundiária do Governo FHC para a Paraíba.

Ao longo deste período, houve uma reorganização do espaço agrário, por pressão dos movimentos sociais no campo, por meio de formação de projetos de assentamentos rurais. Neste sentido, Acauã é expressão por excelência dessas lutas sociais e da configuração de um território de esperança. Segundo Moreira & Targino (2007, p. 11):

Entende-se que no campo, o “Território de Esperança” é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de

Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semiárido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. (...) Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de recriação, redefinição, redelimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas.

Diante do exposto, é neste cenário dos territórios de esperança que o FRS financia quatro grupos produtivos. Segundo relato abaixo, a ideia e a prática social dos fundos em Acauã é antiga. No entanto, a inovação é a institucionalização dessa prática pelo Estado via SENAES e BNB, a fundo perdido e a gestão dos fundos públicos pela comunidade. A liderança local nos revela que foi mediante o STR que a comunidade foi contemplada com recursos financeiros do FRS:

A CPT desde início já discutia a questão dos fundos solidários, tiveram muitas experiências de fundo solidário na diocese, a própria pastoral rural antes de formar a CPT ela tinha várias experiências de fundos solidários, onde agricultores adquiriram carroças e outros implementos. A comissão trabalhadora tinha essa liberação de recursos que era devolvido. Depois vieram as experiências dos bancos de sementes que tá dentro dessa discussão ainda do fundo solidário da devolução. O fundo solidário já é presente assim na história do povo, ora mais acentuado, ora mais com problemas. Como agora, com a grande crise dos bancos de sementes, hoje tá trabalhando a semente mais das guardiãs, as sementes das famílias.

Acauã mesmo perdeu quatro quilos de sementes de milho e feijão, aí o pessoal deixou de colocar a semente no banco, aí houve o projeto pelo Banco do Nordeste e o sindicato. Para as mulheres e para as famílias que trabalhavam com hortaliças e agroecologia. Fez um projeto só com esses dois grupos.

Os grupos produtivos se dividem em: a) artesanato, composto por 15 mulheres que confeccionam redes com bordas e varandas; b) apicultura, composto por 35 participantes articulados em rede; c) horticultura, composto por 15 participantes que produzem sem agrotóxicos na horta comunitária do assentamento; d) grupo de Viveiro de Mudas, composto por treze adolescentes que ainda estão estudando e se ocupam com os afazeres domésticos. Na horta, cultivam alface, coentro, pepino, cenoura, couve, cebolinha e Viveiro de Mudas, composto pelos 13 adolescentes citados e também crianças, que produzem mudas de algaroba, andiroba e frutas. Os grupos produtivos recebem apoio do STR, articulado ao ASA/PB. Em um primeiro momento, a pesquisa mapeou o perfil dos participantes dos FRS's, com o seguinte questionamento: quem são as pessoas que participam da política dos fundos? Ficamos surpresos com a expressiva participação de jovens, crianças e mulheres, e com o alto grau de identificação das pessoas com a terra e a agricultura, especialmente no assentamento Acauã. Ainda, mapeamos o perfil socioeconômico das famílias analisadas na pesquisa.

4.2.1. Perfil Socioeconômico

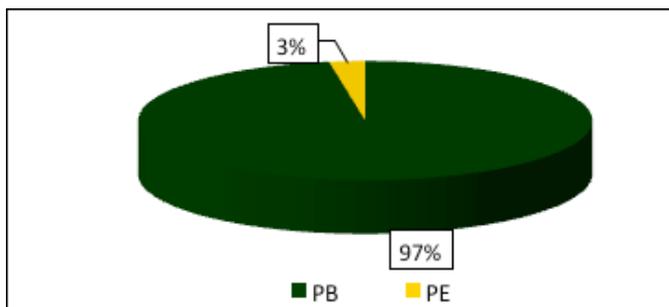


Figura 88. Localidade de origem – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

De acordo com o gráfico acima, 97% dos participantes declaram-se de origem paraibana e 3% afirmaram ter como localidade de origem o Estado de Pernambuco. Este dado se confirmou, também, no caso dos assentamentos do Litoral Sul do estado, que recebe migrantes assentados de Pernambuco.

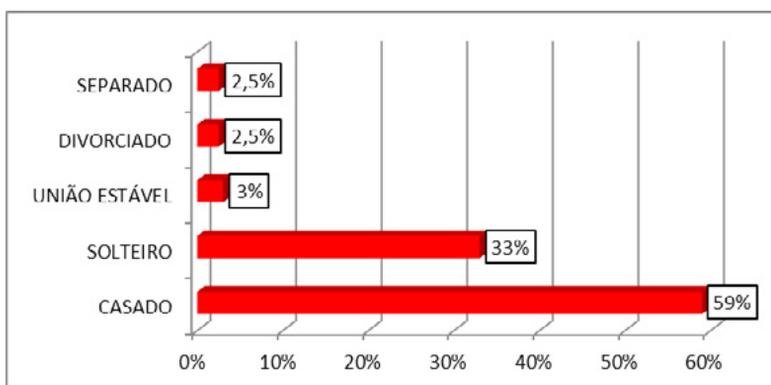


Figura 89. Estado civil – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O alto número de solteiros entre os participantes do FRS deve-se à presença de muitos jovens que estão inseridos nos projetos FRS.

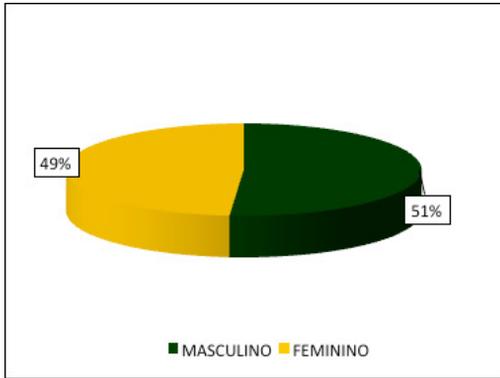


Figura 90. Gênero – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS2010).

As atividades obedecem a uma divisão sexual e social do trabalho: somente as mulheres produzem o artesanato. Na apicultura, são 47 homens e duas mulheres. Nas demais atividades, horticultura e viveiro de mudas, essa segregação não existe, contudo, o maior número de participantes é do sexo masculino. Ademais, o dado sinaliza a relevante e expressiva participação das mulheres no artesanato, via FRS, e de jovens e crianças na horticultura.⁵

26% dos participantes têm entre 11 a 20 anos, o que mostra uma significativa participação de jovens em atividades como viveiro de mudas e artesanato. Relevante é a participação das crianças e dos jovens no FRS, dado que sinaliza para a construção de uma cultura agroecológica e solidária na comunidade, e com perspectivas de transmissão às gerações futuras.

5 Há uma pesquisa PIBIC sobre FRS e relações de gênero no Alto Sertão da Paraíba e uma monografia defendida por Santos (2011).

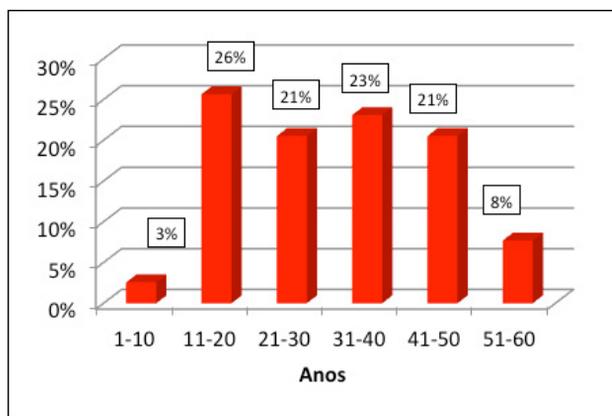


Figura 91. Envolvimento dos grupos etários no programa FRS – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A média e a moda das idades dos participantes no FRS são de 31,9 anos e 37 anos, respectivamente, evidenciando que, apesar de terem uma boa participação de crianças e jovens, há uma maior concentração de pessoas na faixa dos 37 anos meia idade.

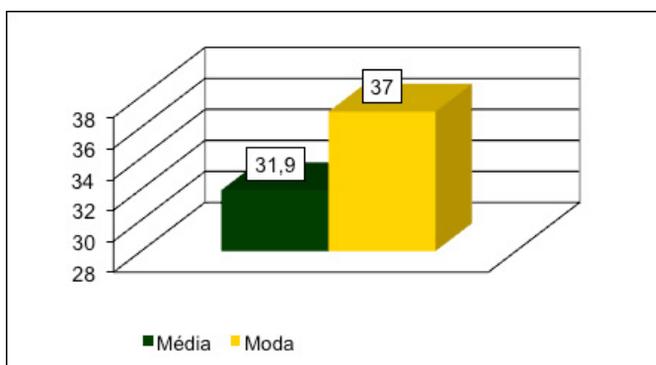


Figura 92. Média e Moda da Idade dos Participantes – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Sobre a escolaridade, 44% dos participantes cursaram entre um a quatro anos de escolaridade formal e 28%

entre seis a dez anos. Os dados indicam o baixo nível de escolaridade formal entre os assentados. Contudo, há uma valorização da escolaridade formal com a educação de jovens e adultos (EJA) nas comunidades. Os mais velhos têm aprendido novas tecnologias produtivas e ressignificado a educação para suas vidas e para a agricultura familiar. Veja os gráficos abaixo:

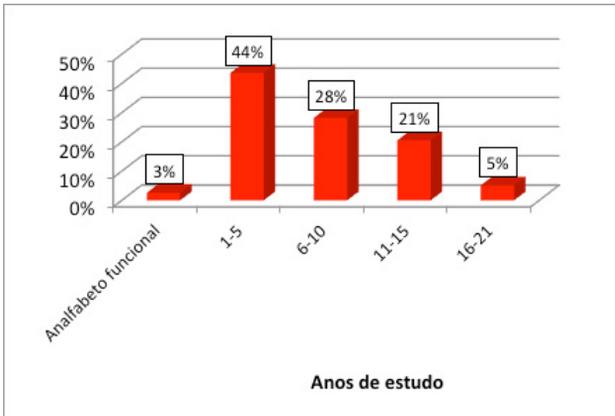


Figura 93. Escolaridade em anos de estudo – Aparecida.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

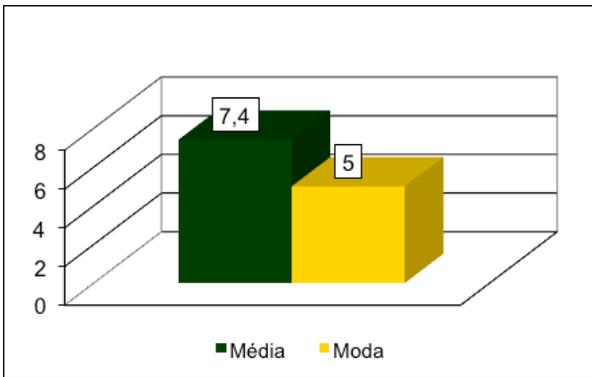


Figura 94. Média e Moda da Escolaridade dos Participantes – Aparecida.
 Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação aos assentamentos do Litoral Sul e Agreste, os assentamentos do Alto Sertão, especialmente Acauã, têm demonstrado maior nível de escolaridade formal. Um dos fatores que explica o envolvimento da comunidade com a escola é o alto grau de organização política e articulações com entidades sindicais e a ASA/PB.

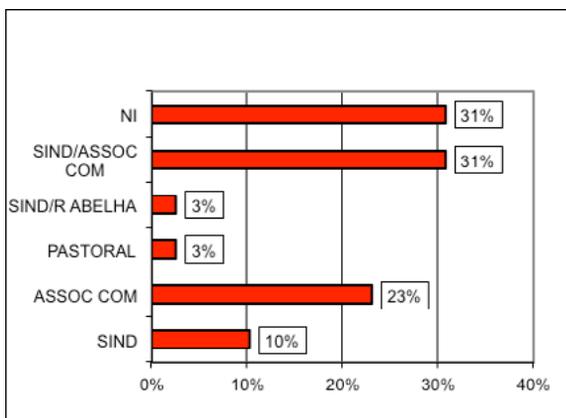


Figura 95. Panorama geral de afiliações a sindicatos, associações e cooperativas – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

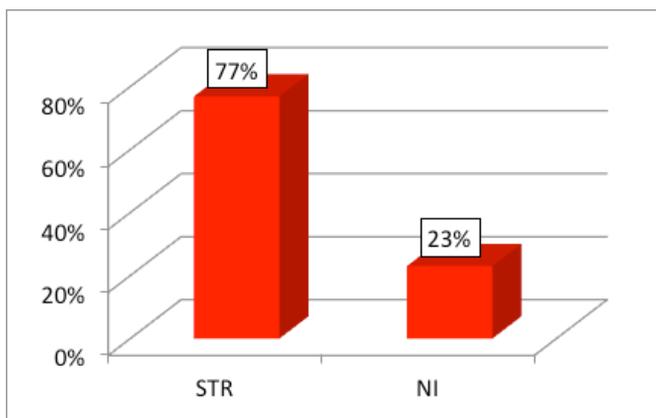


Figura 96. Entidades de medição do FRS – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Devemos considerar que o STR exerce um papel relevante na vida cotidiana das comunidades, principalmente na organização política e no acesso às políticas públicas.

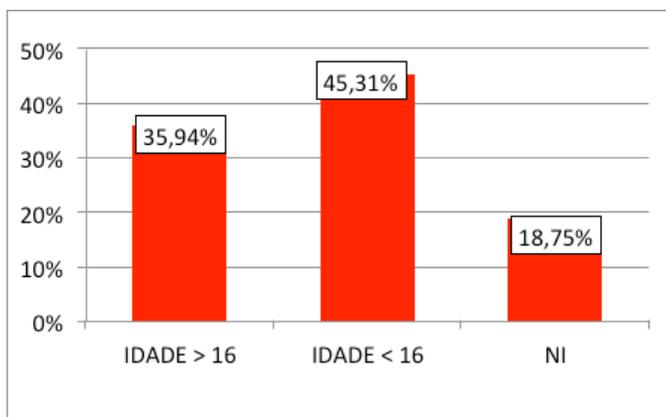


Figura 97. Visão geral da idade dos filhos e irmãos dos participantes da política do FRS - Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação aos filhos, 45% têm filhos menores de 16 anos, isto é, em idade escolar e potenciais beneficiários do PBF.

O acesso à rede pública de ensino é outro indicador de sustentabilidade das comunidades assentadas. Nos assentamentos pesquisados, 82% frequentam a escola e 5% não o fazem (13% não informaram). Cabe destacar que o acesso ao Ensino Fundamental fica à distância de 3 km. Já para o Ensino Técnico e Médio, a distância pode chegar até 70 km.

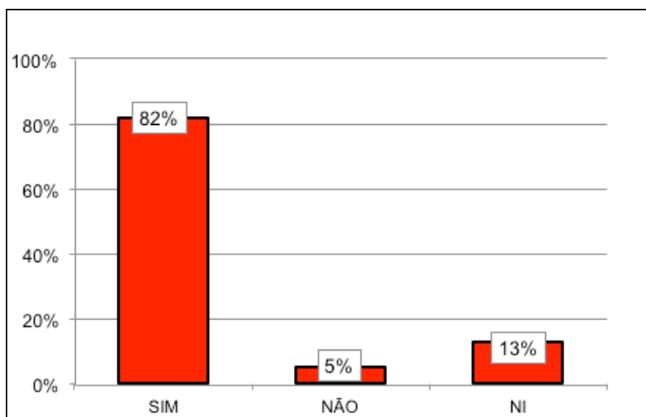


Figura 98. Acesso à rede pública de ensino – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

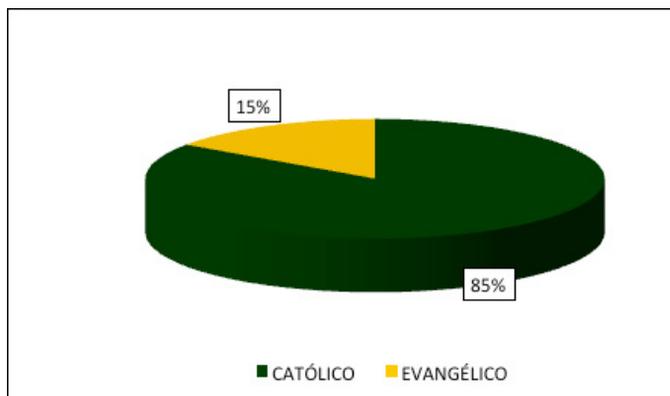


Figura 99. Orientação religiosa – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Seguindo a tendência dos outros assentamentos, 85% informaram serem católicos e 15% evangélicos. A orientação religiosa predominante é a católica, embora esteja ocorrendo uma expansão das denominações evangélicas, a exemplo do assentamento Nova Vida, composto por evangélicos no Litoral Sul. Futuras pesquisas poderão

nos indicar se os laços sociais se adensam mais em comunidades evangélicas.⁶

4.2.2. Perfil da Propriedade

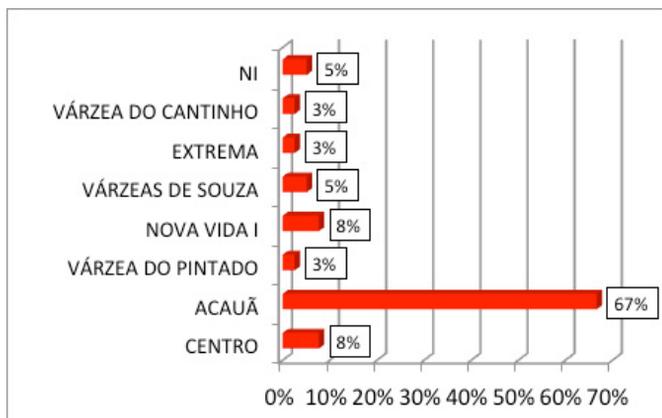


Figura 100. Localidade da propriedade – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

67% dos nossos entrevistados moram no Assentamento Acauã e o restante das famílias em outros assentamentos e sítios do entorno e na zona urbana. Deste modo, uma parte expressiva dos dados de Aparecida são provenientes das famílias de Acauã.

6 Moreira e Targino (2007, p. 15) afirmam que a presença de evangélicos é fator de fissuras nas comunidades assentadas. “Pode-se citar ainda como dificuldades a serem superadas pelos assentamentos: o baixo grau de capitalização inicial; a disseminação do protestantismo, provocando cisões no interior das comunidades assentadas; a permanência de uma visão assistencialista por parte dos trabalhadores; a persistência de uma agricultura com baixo índice de diversificação e de incorporação tecnológica, etc.”. O dado é significativo e precisa ser investigado, podemos ver se há conflitos e porque e se há o ethos protestante de que nos falou Max Weber na Ética protestante e o espírito do capitalismo.

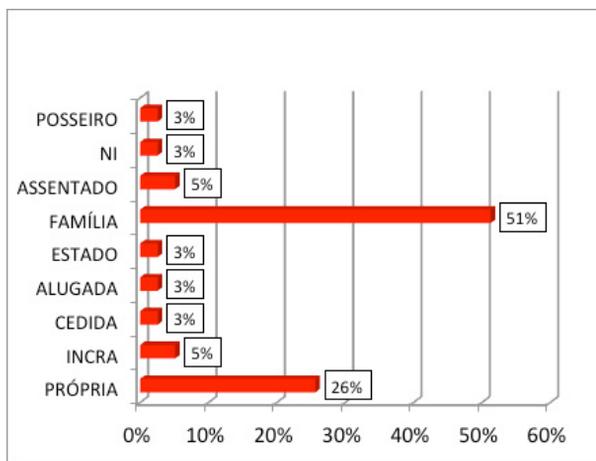


Figura 101. Modalidade de propriedade – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

51% dos participantes declararam que a propriedade é da família, 21% dizem que é própria, 5% declararam que é do INCRA, 3% alugada, 5% assentado, 3% posseiro e 3% não informaram. As respostas do gráfico acima refletem as várias significações atribuídas por eles à terra e à noção de propriedade. Esta questão precisa ser mais bem explorada em relatórios futuros.

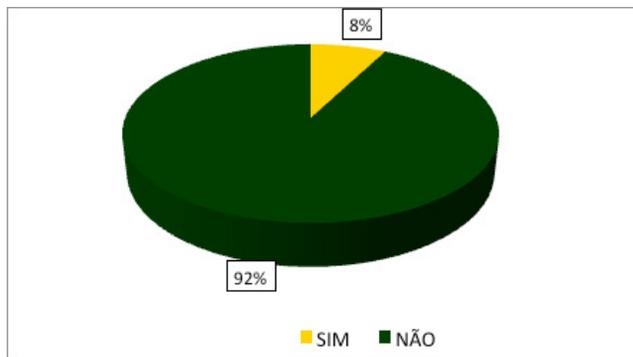


Figura 102. Trabalho em propriedade alheia – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

8% dos entrevistados declararam que trabalham em propriedade alheia (em outras terras, na agricultura, ganhando por dia) e 92% disseram que não trabalham para outras pessoas. O dado é importante porque faz parte das novas configurações no mundo rural (o trabalho fora da propriedade), caso que se confirma no Litoral Sul pela extrema proximidade com o turismo.

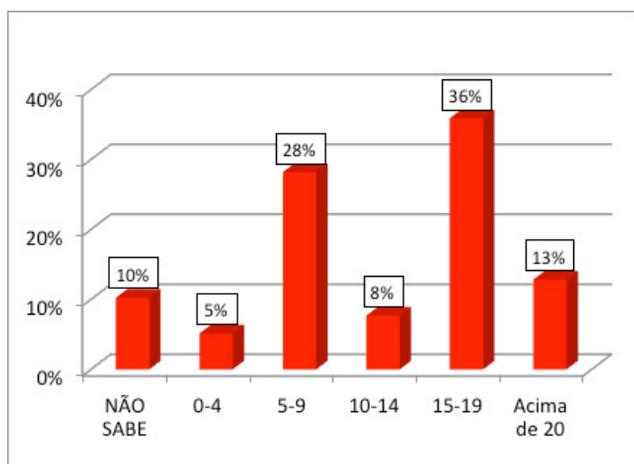


Figura 103. Tamanho da propriedade em hectares – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Embora a base da pesquisa seja Acauã, o gráfico acima representa visualmente as respostas dadas pelos agricultores que residem em vários assentamentos. 36% responderam que o tamanho da terra oscila entre 15 e 19 hectares, 28% afirmaram que o tamanho varia de 5 a 9 hectares, 13% responderam que residem em lotes acima de 20 hectares e 10% não souberam informar.

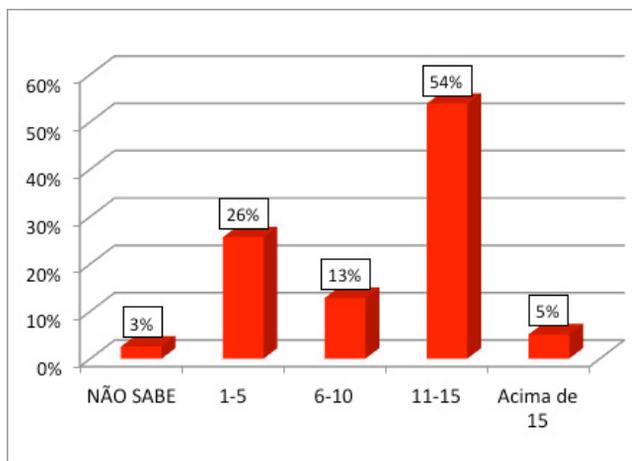


Figura 104. Tempo da moradia em anos – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima refere-se ao tempo de moradia nos assentamentos: 54% dos entrevistados responderam que vivem na propriedade de 11 a 15 anos, correspondendo ao tempo de fundação do Assentamento, ou seja, 54% das famílias vivem em Acauã desde a conquista do território. 5% vivem há mais de 15 anos, o percentual se refere àquelas famílias que tinham vínculo com a fazenda e que, por ocasião da desapropriação, continuaram nas terras; 13% de 6 a 10 e 3% não souberam informar.

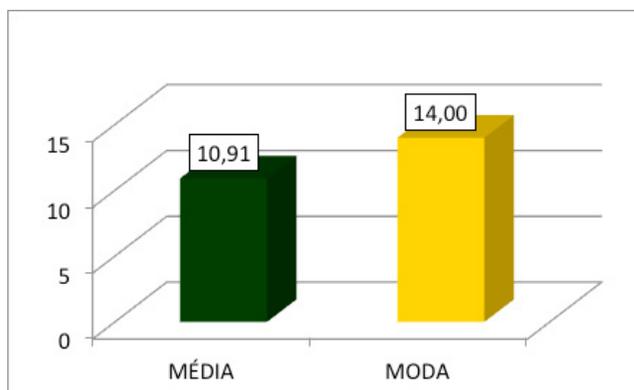


Figura 105. Média e moda do tempo de moradia – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima representa a média e a moda de tempo na moradia. Em média, os agricultores que entrevistamos vivem na propriedade há dez anos, entretanto, a pesquisa sinalizou que há mais moradores vivendo na propriedade há 14 anos, o que caracteriza um forte vínculo com a atividade agrícola.

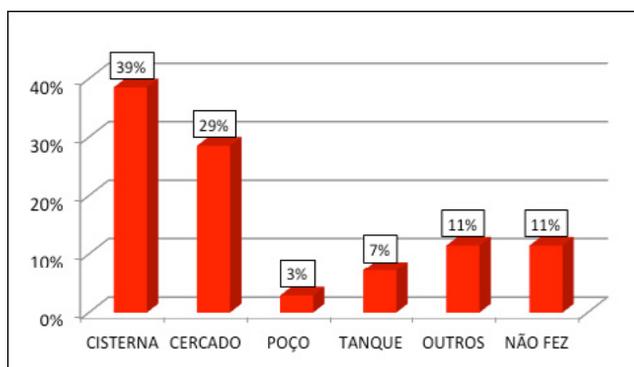


Figura 106. Benfeitorias – Aparecida
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Os dados acima sinalizam que as principais benfeitorias são as cisternas e os cercados nos assentamentos, tecnologias extremamente relevantes para o incremento

da produção agrícola e para a dieta alimentar das famílias que podem contar com água de qualidade. Sobre a origem dos recursos para benfeitoria em suas propriedades, o gráfico abaixo demonstra a falta de informação da fonte desses recursos, dado que 54% não informaram ou não souberam informar, 31% declararam que a origem dos recursos são provenientes de outras fontes que não o FRS, 13% afirmaram que realizaram as benfeitorias com recursos próprios e 2% com recursos da própria comunidade. Vale ressaltar que os recursos do FRS ficam na comunidade, portanto, essa resposta remete ao FRS.

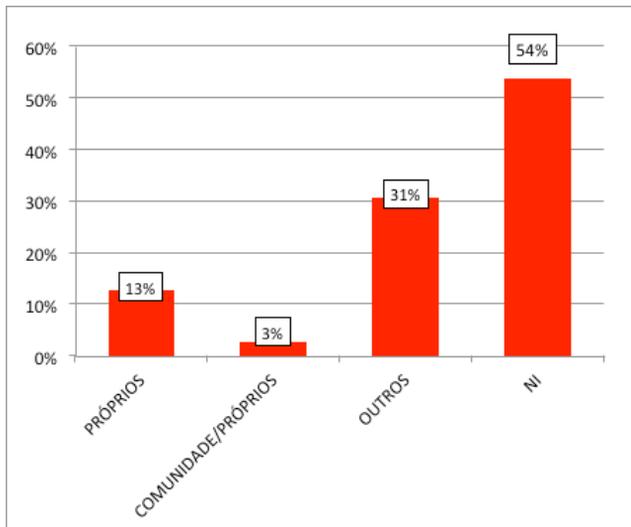


Figura 107. Origem dos recursos – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

4.2.3. Perfil da Produção

As duas produções agrícolas principais são o milho e o feijão. 13% produzem milho, 13% dos participantes produzem feijão, 11% produzem mel e apenas 12% afir-

maram que produzem outros tipos de culturas (gráfico abaixo).

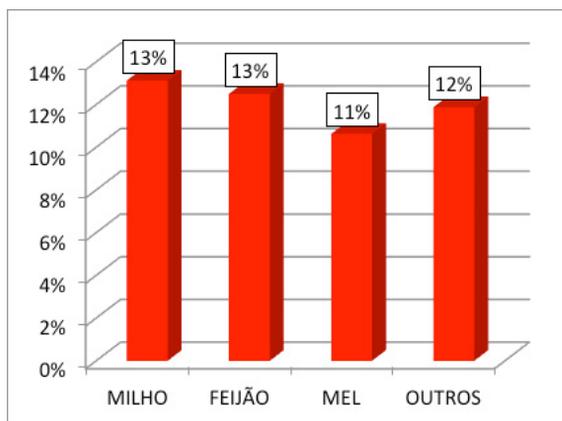


Figura 108. Produção principal – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A produção diversificada demonstrada pela figura abaixo é a macaxeira (7%), legumes (7%) e verduras (8%), seguida de jerimum, batata e jaca (5%).

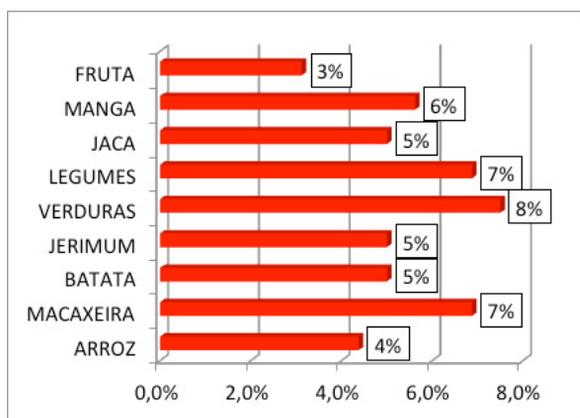


Figura 109. Produção diversificada pelos participantes do FRS – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

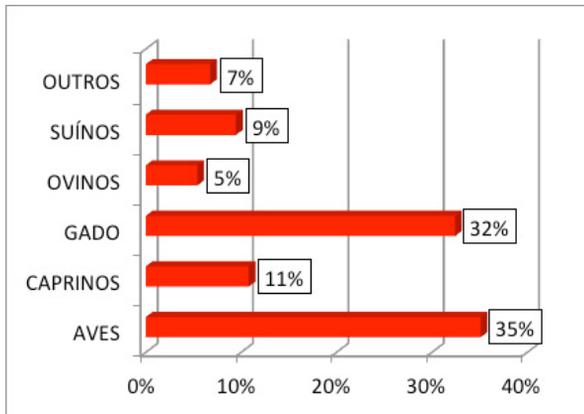


Figura 110. Participantes que utilizam algum tipo de criação animal – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima mostra que a principal criação é a de aves (35%), seguida do gado (32%), suínos (9%), ovinos (5%), dentre outras (7%).

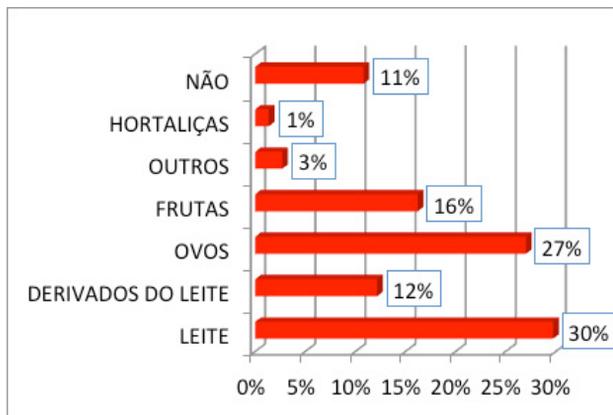


Figura 111. Beneficiamento – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima demonstra que, segundo os participantes, o maior beneficiamento é o leite, com o total de 30%, e o dos ovos tem o percentual de 27%. Além disso, 16% dos participantes afirmaram que realizam o beneficiamento das frutas, 12% derivados do leite e 1% relataram hortaliças. 11% dos participantes afirmaram que não realizam nenhum beneficiamento e apenas 3% disseram que obtém outros tipos.

O programa FRS nos assentamentos localizados no município de Aparecida financia diversas atividades, como artesanato, horticultura, viveiro de mudas e apicultura. Neste ponto, difere dos assentamentos situados no município de Santa Cruz, que financia somente as atividades de artesanato e horticultura. Segundo o gráfico abaixo, 44% dos participantes são apicultores, 21% estão inclusos no artesanato e 18% participam das atividades do viveiro de mudas e horticultura.

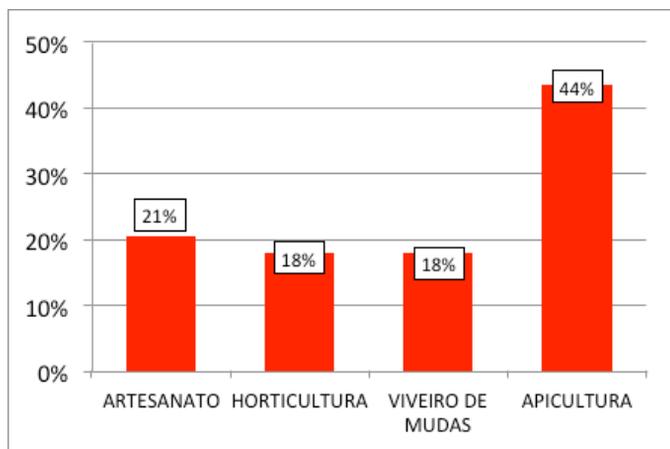


Figura 112. Outras atividades – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

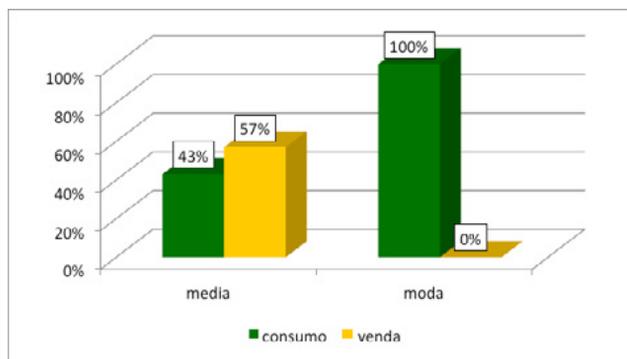


Figura 113. Média e Moda da produção e consumo – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

No gráfico acima, podemos observar que, apesar da média indicar que 43% da produção é consumida e conseqüentemente 57% vendida, a moda indica consumo de 100% da produção. Esta situação é explicada porque existem participantes que desenvolvem a atividade de artesanato e, portanto, a produção deste tipo de atividade é destinada à venda, enquanto que para os produtos agrícolas, como milho e feijão, o consumo é quase total, caracterizando a agricultura como de subsistência.

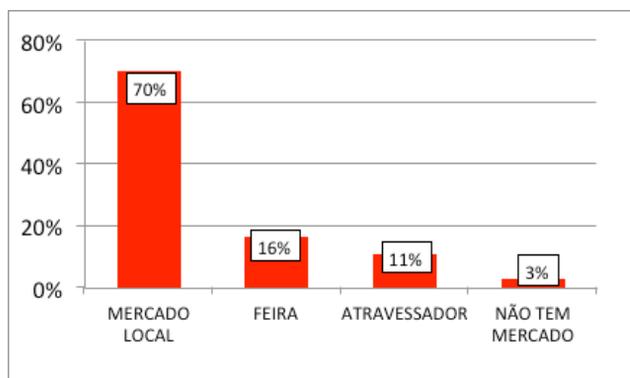


Figura 114. Canais de comercialização da produção excedente – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Com relação à comercialização da produção dos participantes do FRS, 70% afirmaram que vendem seus produtos no mercado local e 16% afirmaram que vendem na feira livre (neste ponto, difere do Município de Santa Cruz, devido à proibição do mesmo a expor seus produtos na feira livre do município). Ademais, 11% vendem ao atravessador e 3% afirmaram não ter mercado.

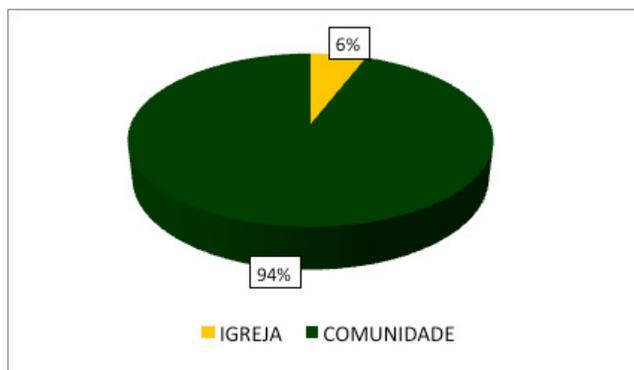


Figura 115. Para quem doa – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima mostra que 94% dos participantes afirmaram que fazem doações dentro da comunidade, ou seja, entre vizinhos, e 6% afirmaram que doam para a igreja. Este dado confirma práticas de doação dentro das comunidades assentadas como práticas ancestrais em comunidades camponesas. Doam-se sacos de feijão, milho, inhame e outros alimentos de necessidade imediata das famílias. Neste caso, a doação e a retribuição ocorrem entre as famílias e para a comunidade da igreja.

4.2.4. Perfil da Renda

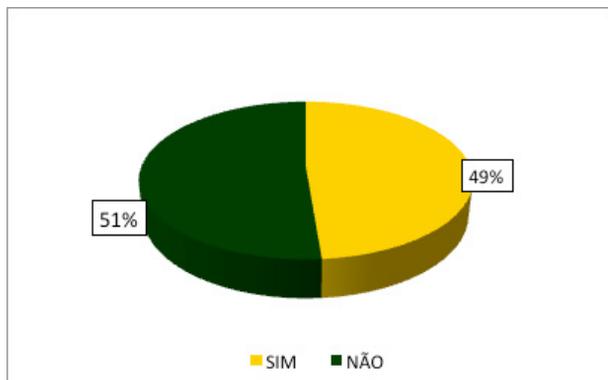


Figura 116. Trabalho assalariado – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Como se pode ver na figura acima, 49% dos participantes declararam que trabalham ou que alguém da sua família possui emprego formal (o trabalhador assalariado, nesse caso, não é necessariamente o participante do FRS: pode ser o pai, a mãe, o irmão ou qualquer outro parente que resida na mesma residência que o participante) e 51% dos participantes afirmaram não ter emprego formal (vivem da agricultura familiar e de programas de estado como o PBF, além de também fazerem o que denominam de “bicos”, ou seja, alguns pequenos consertos, vendendo sua força de trabalho quando encontram quem compre). O dado sinaliza para as mudanças em curso no mundo rural, onde as famílias desenvolvem estratégias de sobrevivência fora da atividade agrícola, empregando-se no setor público local, trabalhando no comércio ou fazendo bicos. Isso significa um

incremento na renda da família composta pelo PBF, aposentadoria e excedente da produção agrícola. O FRS tem como foco também o incremento na renda, neste caso, no artesanato, laticínio, apicultura e hortaliças.

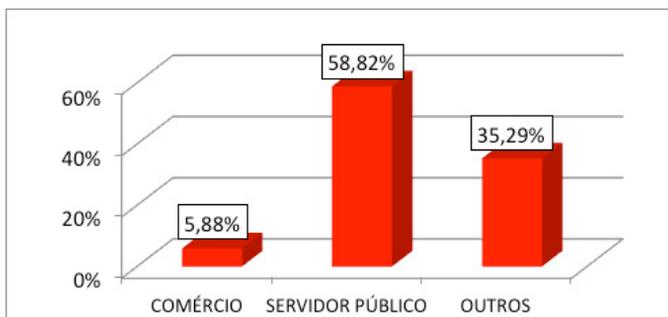


Figura 117. Setor do trabalho assalariado – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A figura acima demonstra os setores do trabalho assalariados dos agricultores entrevistados: 58,82% são servidores públicos, o que informa estabilidade no emprego, 5,88% trabalham no comércio⁷ e 35,29% afirmaram trabalhar em outras atividades, sinalizando para as novas configurações do universo rural – a busca de fontes alternativas de geração de renda fora da atividade agrícola.

7 A região tem poucas oportunidades de trabalho, logo o funcionalismo público é um grande empregador ou então o comércio, se constitui como outra opção, porém em condições de trabalho mais precárias, a área de serviços é pouco desenvolvida.

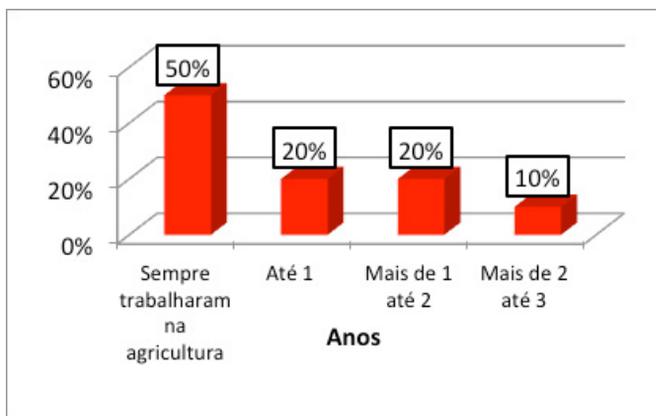


Figura 118. Tempo de Trabalho – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

No universo dos assentamentos, podemos encontrar uma heterogeneidade de grupos sociais, por contraste ao universo camponês homogêneo, cuja ancestralidade é a agricultura em pequena escala e terra, trabalho e família compoendo uma unidade moral. Nos assentamentos, 50% relataram uma ancestralidade do tipo camponesa e 50% são famílias que não tem ancestralidade na atividade agrícola (é o que demonstra o gráfico acima). Ainda, 20% responderam que trabalham na agricultura em torno de um a dois anos e 10% entre 2 e 3 anos. São as novas configurações no mundo rural: os desafios da agricultura em pequena escala de base familiar sempre em concorrência com a agricultura de larga escala para exportação, com referência à disputa por fundos públicos e à complexidade das interfaces entre o rural e o urbano.

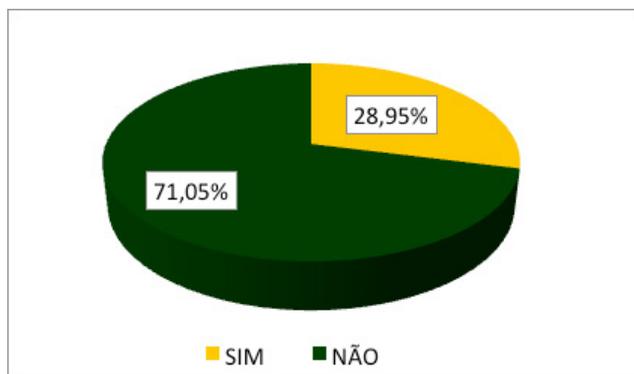


Figura 119. Aposentadoria – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

É necessário ressaltar que a pergunta feita nesse questionário é “se há algum aposentado na família”, então, não significa que é o próprio participante que é aposentado: 28,95% dos participantes declararam que são aposentados ou que há aposentados em sua residência e 71,05% dos participantes declararam que não são aposentados ou que não há aposentados em sua família (considerando como “família” aqui, os parentes que residem na mesma residência).

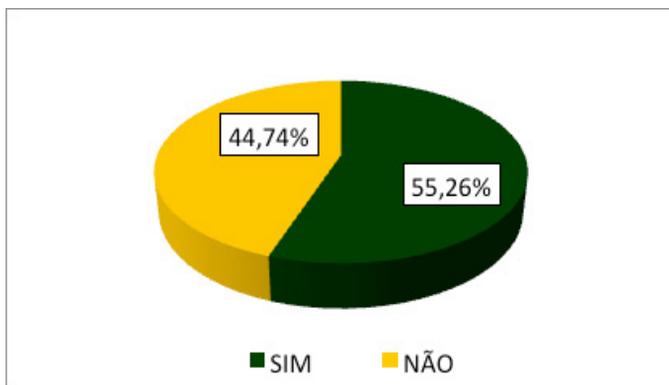


Figura 120. Doação – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quanto à ajuda fora da comunidade, 55,26% dos participantes do FRS declararam receber ajuda fora da comunidade. Os participantes consideram como “ajuda” as políticas sociais, como o Bolsa Família. Ademais, 47,74% dos participantes declararam não receber ajuda de fora da comunidade.

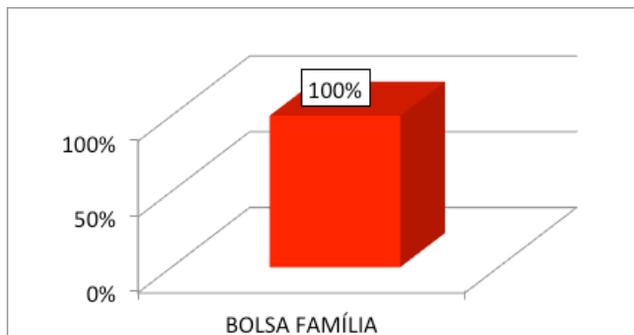


Figura 121. Rede de proteção social – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Todos os participantes do FRS que foram entrevistados afirmaram que são beneficiários do “Programa Bolsa Família”.

4.2.5. Perfil da Gestão

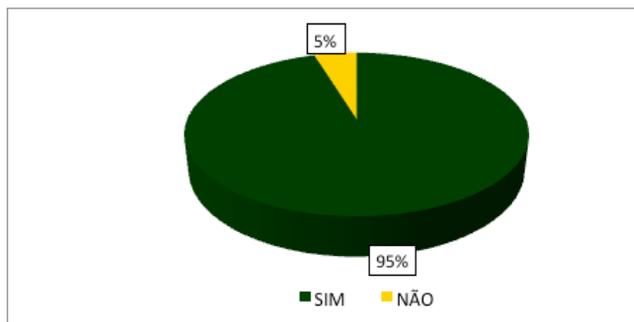


Figura 122. Experiência em outros projetos de Fundos Solidários – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Sobre o gráfico acima, 95% dos participantes relataram que adquiriram sua primeira experiência com a política do FRS financiada pelo BNB/SENAES e 5% relataram que já haviam participado de outros programas de FRS.

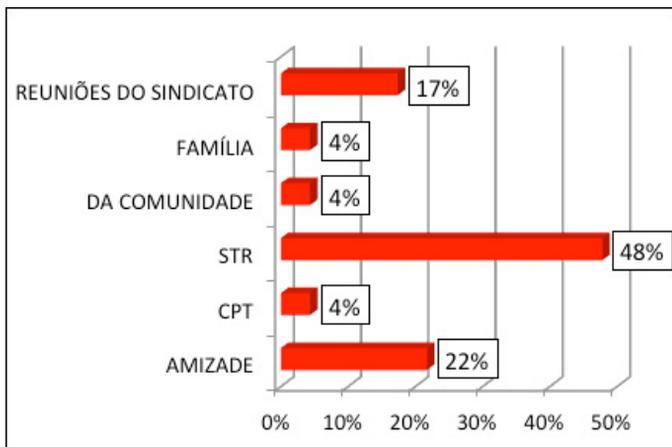


Figura 123. Como os participantes tomaram conhecimento da política dos FRS's - Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima sinaliza que: 48% dos participantes entraram em contato com a política via STR, que realiza um trabalho importante de organização política dos assentamentos; 22% souberam pelas redes de amizade, 17% souberam através de reuniões do sindicato e 4% relataram que foi mediante as relações de parentesco. Os dados sinalizam para a relevância das articulações em redes sindicais e com demais entidades como, por

exemplo, a ASA/PB. A principal contribuição dessas entidades é a organização política das comunidades, que lhes permite o acesso às políticas como o FRS e demais políticas, como o PAA e PNAE, que fortalecem a produção agrícola e possibilitam o seu escoamento. Outro dado importante são as redes de parentesco e de vizinhança para o acesso às informações. A figura abaixo demonstra o tempo de participação dos agricultores em atividades de economia solidária e de fundos solidários. 48% afirmam que a experiência em foco de FRS é recente (11 meses), 33% afirmaram ter de 1 a 2 anos de participação em experiências com FRS e 19% não informaram.

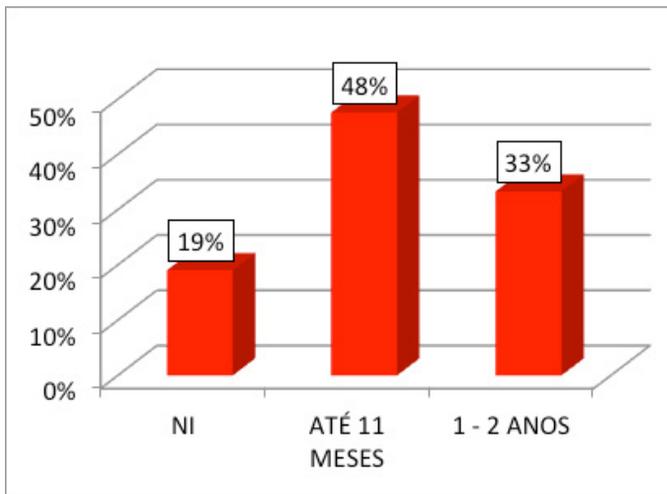


Figura 124. Tempo que os participantes atuam em políticas de ES e FRS – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

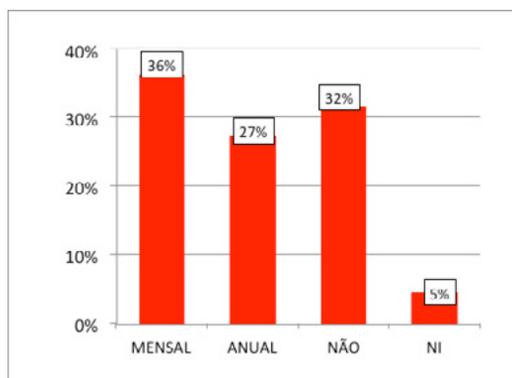


Figura 125. Projeção da produção – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Como a atividade é sazonal, a projeção da produção é realizada de forma informal, ano a ano. No caso do artesanato, tem que haver projeção da produção e dos beneficiamentos, para não criar estoques. No entanto, é importante realçar que o planejamento da produção é um processo pedagógico: as pessoas estão aprendendo a planejar, a contabilizar e a prestar contas dos recursos recebidos via FRS.

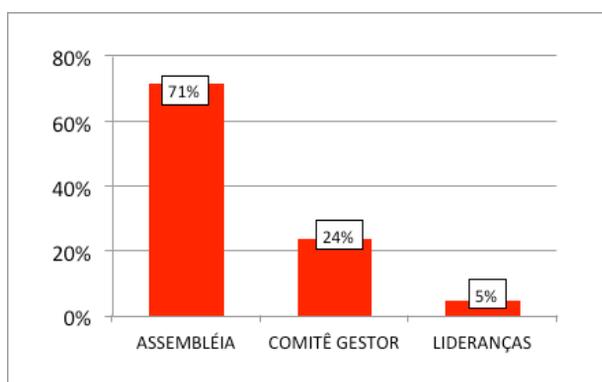


Figura 126. Decisão de investimento – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quando o Fundo chega à comunidade, elege-se um comitê gestor composto por três pessoas, geralmente lideranças locais. Segundo a sua metodologia, é a própria comunidade que decide onde será investido o Fundo. Neste sentido, 71% dos entrevistados nos disseram que as decisões são tomadas em assembleias, de forma deliberativa, juntamente com o sindicato. 24% das pessoas nos disseram que as decisões são tomadas pelo comitê gestor e 5% responderam que as decisões são tomadas via lideranças. Analisando as respostas, podemos afirmar que o processo de tomada de decisões é democrático, pois existem assembleias deliberativas (apesar de, geralmente, o poder de fala ser exercido de forma mais intensa pelas lideranças que compõem o comitê gestor). Muitos agricultores não se manifestam, por vários motivos (um deles remete à cultura política no mundo rural, baseada na dicotomia “mando e obediência”). Após o processo de redemocratização da sociedade e a formação de novos movimentos sociais, dentre eles, o MST, está havendo uma mudança da cultura política, inclusive, por meio de políticas como o FRS.

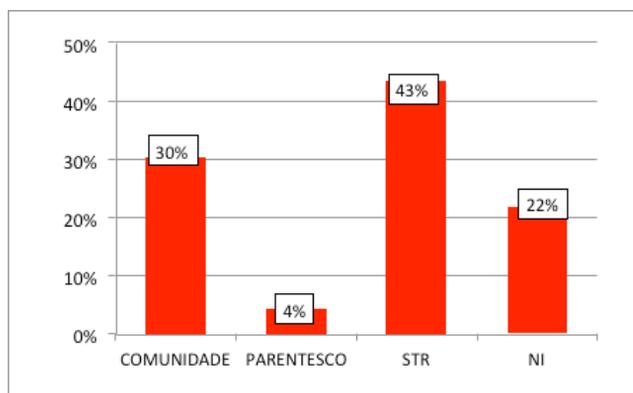


Figura 127. Critérios de participação – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Questionamos como são escolhidas as famílias que irão participar do FRS. Vejamos: o STR, como entidade de mediação entre o ente financiador e a comunidade, atua ativamente, junto aos assentamentos, em vários projetos. Há uma excelente articulação entre o sindicato e os assentados, segundo observações e conversas informais. Desta forma, nossa pesquisa indica que, quanto mais imersos em redes os assentamentos estiverem, melhor será o acesso às políticas governamentais, aos projetos de desenvolvimento e ao mercado via feiras locais e feiras solidárias.

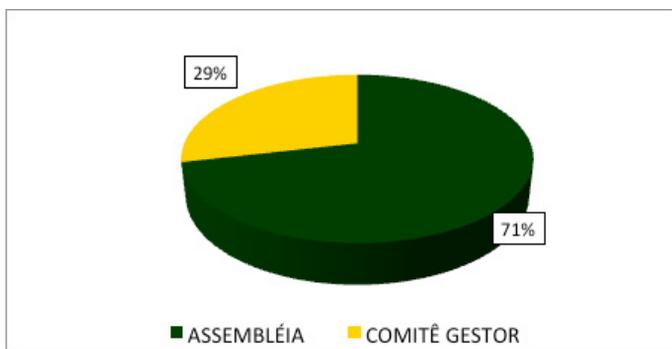


Figura 128. Decisão de devolução dos recursos – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O ponto nodal da política é a devolução do recurso, não ao ente financiador, mas ao Fundo. Sem as devoluções, o Fundo não se sustenta e perde sua efetividade. Assim, 71% afirmaram que as decisões sobre a devolução são tomadas na assembleia, onde o comitê gestor e os participantes do FRS discutem as formas de devolução (pode ser monetária ou não monetária). Além disso, 29% relataram que somente o comitê gestor decide a questão da devolução dos recursos. No Litoral Sul, a devolução é em litros de mel, no Agreste, em quantias de cinco reais e também segundo as

possibilidades das famílias, e no Alto Sertão a devolução é monetária.

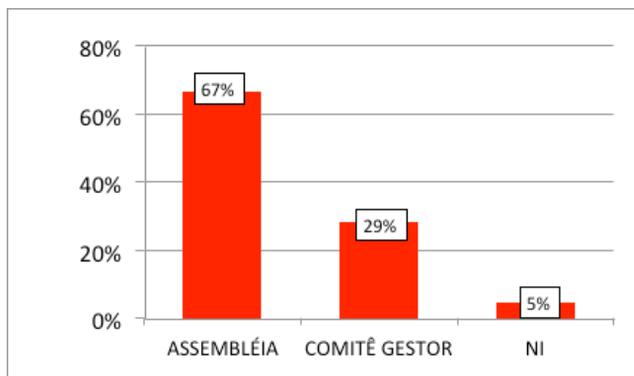


Figura 129. Prestação de Contas – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Como dissemos anteriormente, o comitê gestor, formado pelas lideranças, exerce mais intensamente o poder de fala, enquanto muitos não debatem nas reuniões. Fica a impressão, para alguns, que as decisões são tomadas somente pelo comitê.

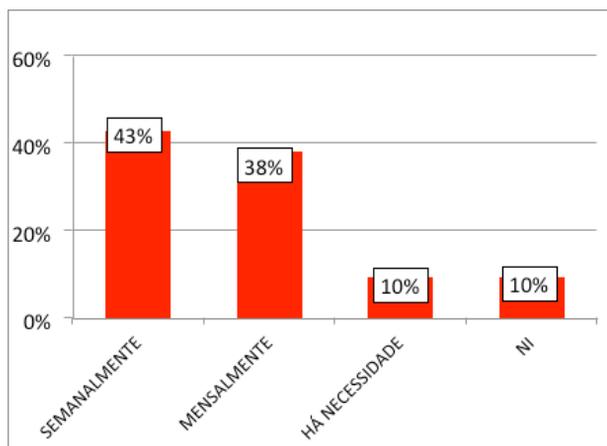


Figura 130. Frequência das reuniões – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A participação nas reuniões é outro aspecto fundamental para a efetividade da política. Muitos agricultores não participam de todas as reuniões (há um índice de evasão) – as mulheres, por exemplo, participam ativamente das reuniões. A participação e o debate também requerem um aprendizado, portanto, transcender a cultura política dicotômica ou a cultura política da dívida às avessas é um desafio.⁸

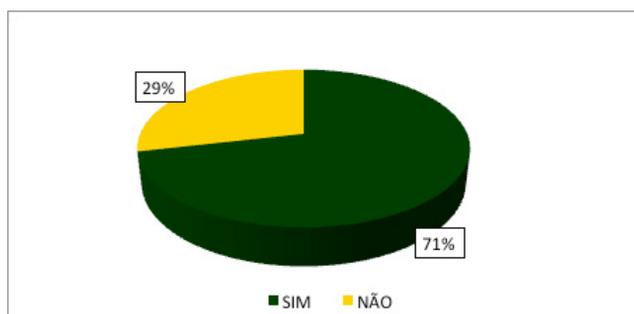


Figura 131. Capacitações – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A política dos FRS necessita de acompanhamento, formação em economia solidária e capacitação técnica. 71% dos participantes afirmaram que realizaram capacitações e 29% declararam que não realizaram capacitação. O dado é explicado pela evasão, também, nas capacitações que não são obrigatórias (figura acima). Sobre isso, 93% responderam que os cursos são a modalidade de capacitação que realizam e 7% não informaram a modalidade de capacitação (figura abaixo).

8 Ver estudo de Marcos Lanna (1995) no Nordeste do Brasil.

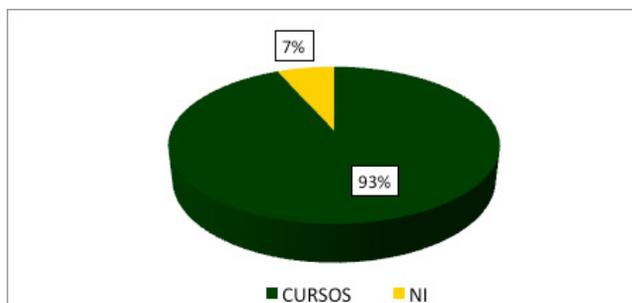


Figura 132. Modalidade de capacitação – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

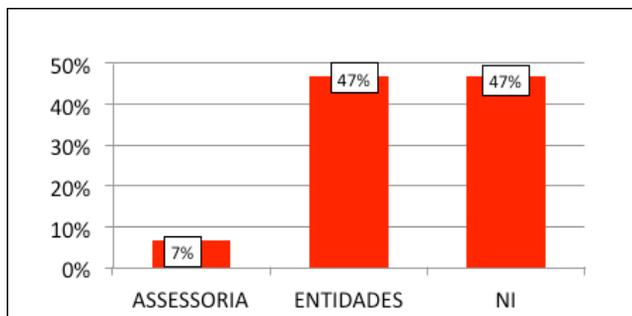


Figura 133. Órgão da capacitação – Aparecida.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Os órgãos responsáveis pelas capacitações são 47% entidades, ou seja, o STR. Já 7% relataram que foram a assessoria e 47% não informaram ou não sabiam qual era o órgão responsável pela capacitação (figura acima).

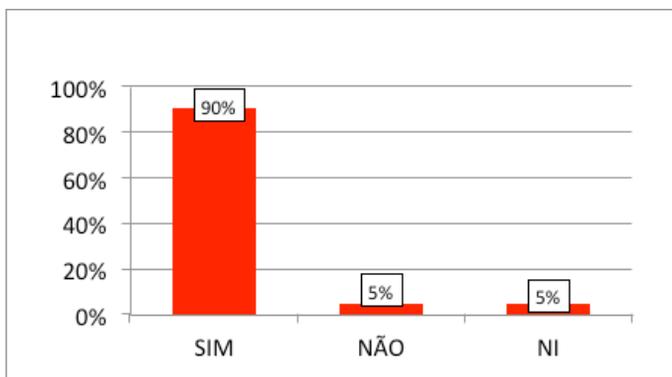


Figura 134. Registro de reuniões - Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A metodologia dos FRS's prevê o registro das reuniões em atas. Os dados indicam que há atas das reuniões e que há muitos participantes do FRS que não participam ativamente das reuniões, além de não possuírem informações adequadas sobre o funcionamento dos FRS's.



Figura 135. Formas de registro das reuniões - Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima demonstra que, em relação às formas de registros das reuniões, 55% dos participantes afirmam que há “registros”, que são feitos através de anotações, explicitando todos os pontos discutidos durante a reunião, e 35% afirmam que os registros são feitos através de atas.

Ademais, 10% dos participantes não informaram sobre essa questão.

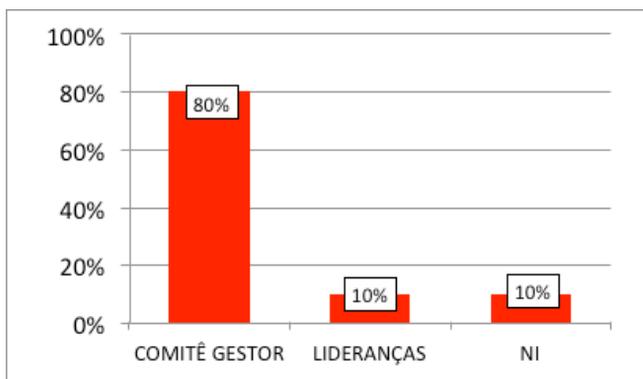


Figura 136. Quem realiza os registros - Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico aborda a questão de quem realiza os registros das reuniões. Novamente, as respostas sinalizaram que o comitê, geralmente formado pelas lideranças locais, é responsável pelos registros das reuniões, fato que se repetiu nos assentamentos do Litoral Sul e Agreste. A figura abaixo refere-se ao agente responsável pela prestação de contas: 86% responderam ser o Comitê Gestor e 14% não souberam informar.

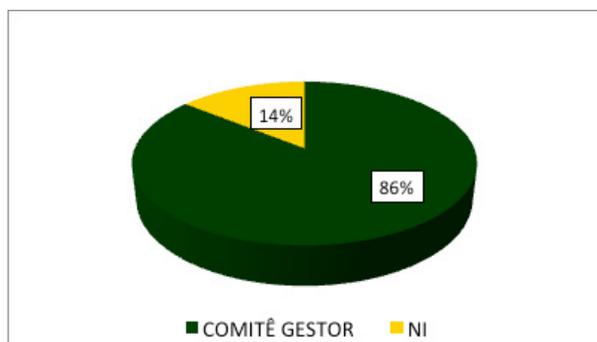


Figura 137. Quem é responsável pela prestação de contas - Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

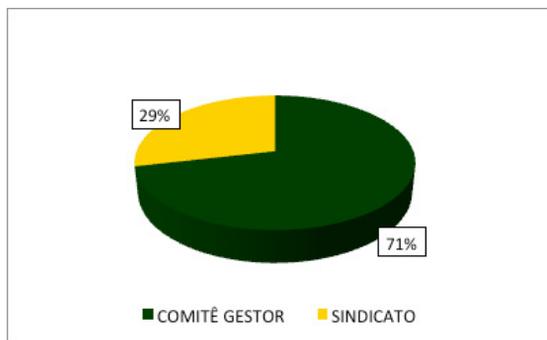


Figura 138. Quem realiza a prestação de contas – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima aborda a questão de quem realiza a prestação de contas. Como se pode observar, a maioria dos participantes (71%) afirmou que é o comitê gestor e apenas 29% dos participantes afirmaram que a prestação de contas é realizada pelo sindicato.

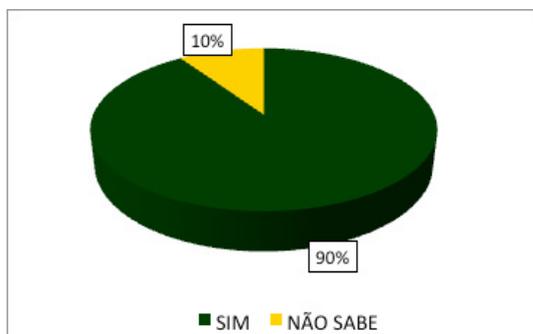


Figura 139. Levantamento de preços – Aparecida.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação ao levantamento de preços dos insumos das atividades financiadas pelo FRS, 90% declararam que há levantamento de preços para aquisição dos materiais e 10% dos participantes não informaram sobre essa questão.

A partir dos questionários e entrevistas realizadas com agricultores, agricultoras, entidades, lideranças dos assentamentos e sítios e lideranças sindicais, técnicos do agente de fomento, ASA/PB e atores da Cáritas, mapeamos os indicadores de sustentabilidade dos assentamentos, especialmente de seus empreendimentos financiados via FRS, promovido pelo BNB/SENAES.

4.2.6. Indicadores de Sustentabilidade

- Domínio da cadeia produtiva e arranjos produtivos locais: em Aparecida, a base produtiva nas comunidades é a agricultura familiar, com o cultivo de milho, feijão, batata, tomate, pepino e outras culturas tradicionais. O FRS financia quatro grupos produtivos. Com exceção das artesãs que não têm o domínio do mercado, isto é, clientes que lhes compre o artesanato, os demais grupos têm o domínio da cadeia produtiva para seus produtos, ou seja, vendem diretamente na feira livre (horticultura) e ao PAA (mel). Neste sentido, o impacto do FRS em termos de incremento na renda se torna mais expressivo em relação aos grupos que vendem ao atravessador.
- Gênero: a expressiva participação das mulheres nos FRS's sinaliza para reconfigurações nas relações de gênero na família sertaneja. As artesãs organizadas como grupo informal (quinze mulheres) vendem seus produtos em eventos típicos da região e produzem na associação comunitária do assentamento. Em nossa pesquisa, observamos que, a partir da participação

nas atividades dos FRS's, as agricultoras, em várias Oficinas, refletem conjuntamente sobre sobre o papel da mulher na família e no assentamento e a violência a que são submetidas.

- Relação de poder – estilo da liderança: não há relações de dependência com políticos locais ou famílias tradicionais da região nos dados obtidos durante a pesquisa de campo. O vice-prefeito é assentado e presidente do STR, o que facilita a interação entre comunidade e prefeitura. A liderança local é democrática e legítima, segundo os relatos.
- Organização social e simbolismo: todos os participantes entrevistados demonstraram grande apego e identificação com a “terra”. A grande maioria possui os seus antepassados ligados também à questão da terra. Todos se identificam como agricultores que, apesar de todas as dificuldades encontradas para manter-se na zona rural (seja pelo clima ou por falta de incentivo das grandes autoridades), permanecem lá, pon-do em prática a solidariedade que aprenderam com seus pais. Este indicador necessita ser mais investigado, pois como demonstramos anteriormente em vários gráficos, muitos assentados trabalham de forma assalariada como servidores públicos, no comércio e em outras atividades, as mulheres como diaristas nos centros urbanos, fenômeno que sinaliza para mudanças no universo rural, onde a atividade agrícola outrora se constituía como base de suas identidades. A nova geração coloca em questão suas iden-

tidades de agricultores familiares, pois estão migrando em direção aos centros urbanos, em busca de alternativas de geração de renda (caso do Agreste e Alto Sertão e Litoral Sul). Ademais, como demonstramos no capítulo sobre a Zona da Mata Sul, Litoral, os assentamentos são foco de conflitos socioambientais e fundiários porque disputam o território com os agentes imobiliários e empresários nacionais e estrangeiros do setor de turismo, com a conivência de gestores públicos locais. Muitos assentados venderam suas terras para os agentes de turismo.

- Tecnologias de armazenamento da água: com exceção dos moradores do Assentamento Nova Vida I, que ainda não possuem casas de alvenaria, todos os participantes visitados possuem uma cisterna – para consumo da família – e a maioria tem duas ou mais cisternas para uso no cultivo e na criação de animais. No caso do Assentamento Nova Vida I, o abastecimento de água é feito por carro-pipa e por uma caixa d'água comunitária, que fica no meio do assentamento, e todos podem ter acesso. O acesso para todas essas comunidades é através de “estrada de barro” de “terra batida”, em péssimo estado de conservação. O acesso aos recursos hídricos é um problema social nesta região, pois até pouco tempo dependiam do carro-pipa. Deste modo, o domínio de tecnologias de armazenamento da água (como as cisternas de placa e as mandalas) pela comunidade é um fator central para a sustentabilidade de suas comunidades e atividades agrícolas.

- Redes de proteção social: 100% dos participantes entrevistados são beneficiados com o Programa Bolsa Família e, ainda, há um número significativo de participantes que não possuem aposentadoria (71,05%).
- Concepções e projetos de desenvolvimento local: podemos considerar os Fundos Rotativos como uma política de desenvolvimento local, uma vez que esta visa à melhoria e à mudança na vida cotidiana dos agricultores. Por exemplo, o FRS financia a mandala, nova tecnologia agrícola que acompanha um sistema lógico, ou seja, serve para facilitar na irrigação da horta, acompanhando o ciclo das plantações. Por exemplo, as plantações em círculos favorecem o desempenho uma da outra: no primeiro ciclo, banana, no segundo, o mamão, no terceiro, as hortaliças e a macaxeira. No grupo das hortaliças via mandala percebemos laços densos de solidariedade, pois estes utilizam a mandala maior, para que em grupo produzam com qualidade, facilitando o processo de comercialização.
- Acessibilidade à rede pública de ensino: nos assentamentos, existem escolas até o Ensino Fundamental I. Já para cursar o Ensino Fundamental II, os filhos das famílias assentadas encontram dificuldades pela distância ou por ter que trabalhar para contribuir na renda familiar. O município fica próximo de um grande pólo sertanejo, a cidade de Sousa, que fica há 18 quilômetros de Aparecida, para onde muitos estudantes que concluem o Ensino Médio se deslocam

para fazer o Ensino Superior ou Técnico em Universidade Federal. A prefeitura local disponibiliza transporte para a locomoção dos estudantes, embora não esteja em bom estado de conservação. Foi justamente nos assentamentos em Aparecida que encontramos um maior nível de escolaridade.

- **Institucionalidade:** o poder público local atende às questões do marco legal e compra a produção de mel para a merenda escolar no PAA. O FRS causa maior impacto quando há um marco legal propício aos empreendimentos econômicos solidários e quando eles são respeitados pelos políticos locais. O acesso ao PNAE e PAA depende também da capacidade de organização dos agricultores.

4.3. SANTA CRUZ

O município de Santa Cruz está localizado a 460 km da capital, sua população é composta de 6.471 habitantes, possui um clima tropical, seco e quente, sem um período definido de chuvas e a economia gira em torno da agricultura familiar de subsistência, aposentadoria, prefeitura e criação de alguns animais. Em fevereiro de 2010, foram aplicados 21 questionários com as famílias que participam dos FRS's nas seguintes comunidades: Distrito de São Pedro, distante 5 quilômetros da cidade, Sítio Tigre, a 2 quilômetros e meio da cidade, Sítio Vale da Carnaúba, que fica a cerca de 15 quilômetros da cidade, Sítio Timbaúba, a 5 quilômetros da zona urbana e Comunidade Mata Fresca, que fica a 17 quilômetros da cidade de Santa Cruz.

Nestas comunidades, os FRS's envolvem 50 famílias – 20 participam da atividade de hortaliças e 30 do artesanato.

Os participantes do FRS residem em lugares diversificados, situados em zona urbana, que correspondem ao município de Santa Cruz, e na zona rural, que são designados por sítios⁹. As atividades financiadas são: artesanato, composto por um grupo de 15 mulheres que produzem redes com varandas com pinturas à mão, panos de pratos, bonecas em garrafas pet e conjunto de cama; horticultura, composta por 17 homens que produzem cebolinha, alface, coentro e pimentão. Sobre a divisão sexual do trabalho, podemos perceber que há uma maior predominância do sexo masculino ocupando a função principal na horticultura, o que não quer dizer que as mulheres não façam parte, pois elas auxiliam os respectivos companheiros na execução dos trabalhos na horticultura.

9 Sítio, segundo as categorias êmicas ou nativas, refere-se, normalmente, a uma propriedade rural de área modesta, frequentemente usada para lazer ou para lavoura. Vale ressaltar que o sítio é o local de subsistência de onde se tira o sustento, através da plantação de hortaliças e legumes e de pequenas criações de gado, aves e suínos, sendo o excedente de produção trocado ou vendido. Alguns sítios se originam de uma grande fazenda dividida em lotes para os herdeiros, como descreve Socorro Oliveira (2011).

4.3.1 Perfil socioeconômico

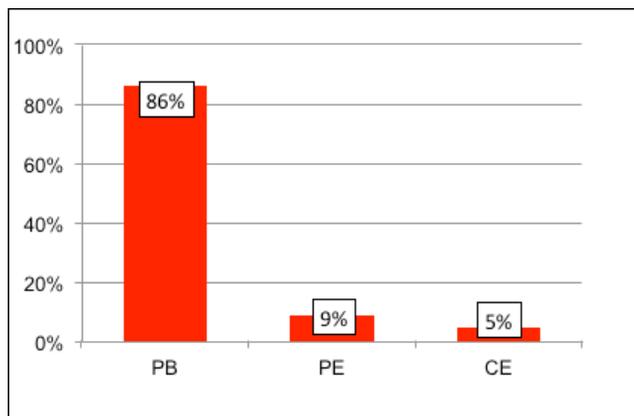


Figura 140. Localidade de origem dos participantes do FRS – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

86% dos participantes declaram-se de origem paraibana, 9% disseram que sua localidade de origem é o Estado de Pernambuco e 5% afirmaram ser do Estado do Ceará.

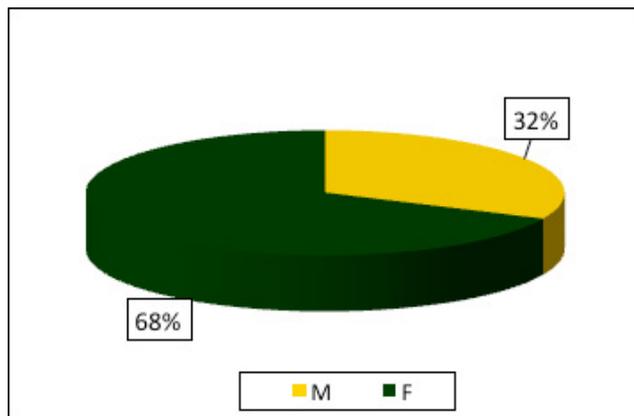


Figura 141. Gênero – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

É nítido que as mulheres predominam (68% dos participantes do FRS no município de Santa Cruz são mulheres e 32% homens). Isso porque a atividade financiada pelo FRS que se sobressai é o artesanato, considerada, nesse município, uma atividade tipicamente feminina, embora na agricultura, que é considerada uma atividade masculina e também é financiada pelo FRS, os homens também encontram-se presentes em menor número. Isso nos remete à problemática das relações de gênero na política do FRS: em que medida as experiências em economia e finanças solidárias permitem maior participação das mulheres e quais as ressonâncias nas relações de gênero; estariam os FRS's permitindo a essas mulheres e homens ressignificar as relações de gênero na comunidade e no âmbito da família? Seguindo a tendência dos outros assentamentos, a maioria das pessoas que participam do circuito do FRS é casado ou em união estável (figura abaixo).

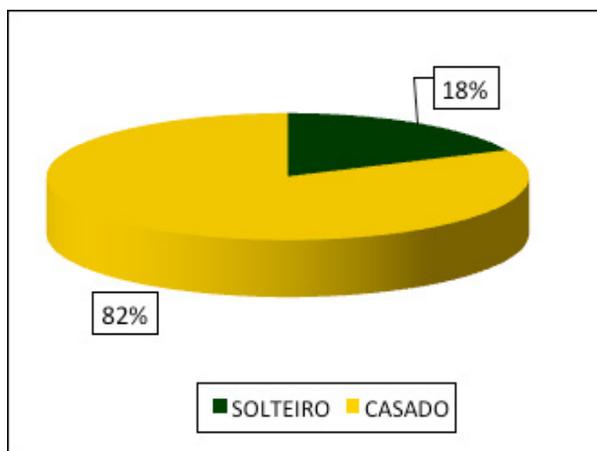


Figura 142. Estado civil – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

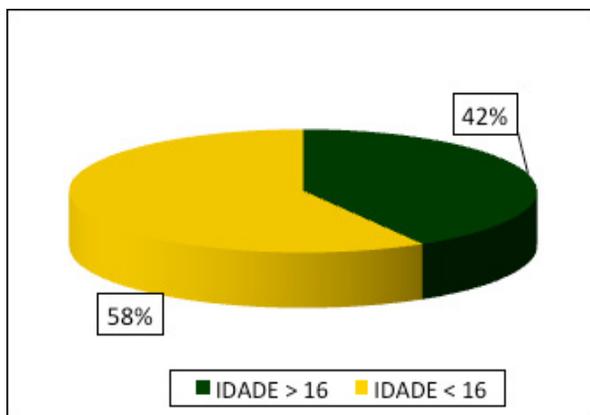


Figura 143. Visão geral da idade dos filhos dos participantes da política do FRS – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

No município de Santa Cruz, nos sítios e comunidades visitadas, 58% responderam que os filhos tem mais de 16 anos e 42% menos de 16 anos, idade de corte do PBF. 42% são beneficiários do Programa e isso reflete na composição da renda familiar.

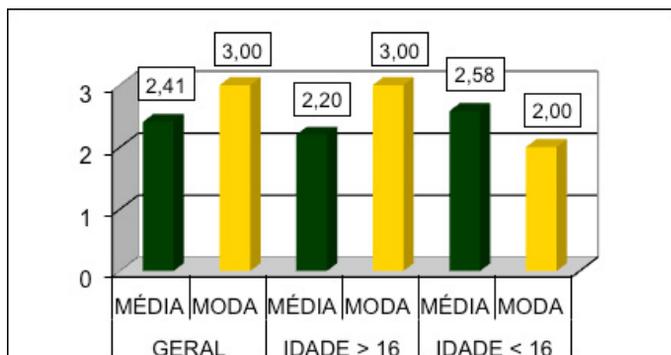


Figura 144. Média e Moda da quantidade de filhos – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima indica que as famílias têm, em média, 2,41 filhos e a moda é de três filhos. Considerando os dados acima, podemos afirmar que a moda é um dado representativo da realidade dessa comunidade de três filhos por família. Quanto ao número de pessoas que vivem na casa, o gráfico abaixo sinaliza que, em média, são 4,4 pessoas e a moda é de 4 pessoas por casa.

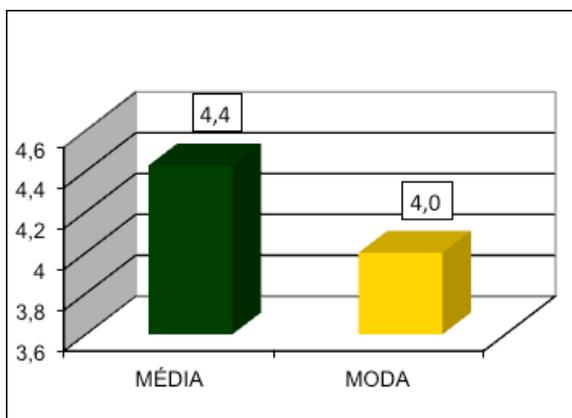


Figura 145. Média e moda do número de pessoas que moram na casa – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

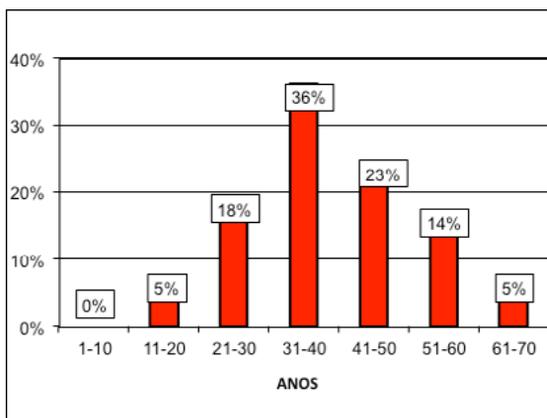


Figura 146. Envolvimento dos grupos etários na política do FRS – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quanto à idade dos participantes do FRS nesse município, há 36% de participantes com idade de 31 a 40 anos e 23% dos participantes com 41 a 50 anos. Observa-se, no gráfico abaixo, que a média de idade é de 39,9 anos e a moda é de 40 anos, o que é condizente com essa informação. Portanto, há pouca participação dos jovens: 5%, de 11 a 20 anos.

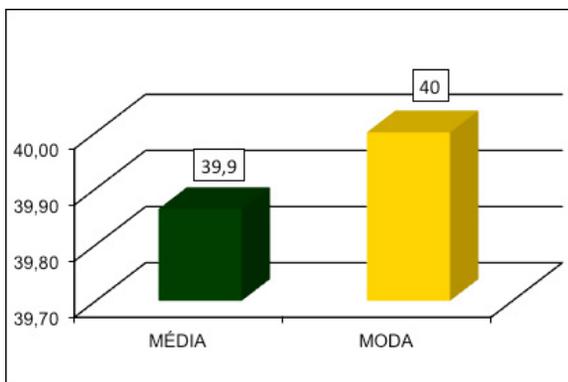


Figura 147. Média e moda da idade dos participantes – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

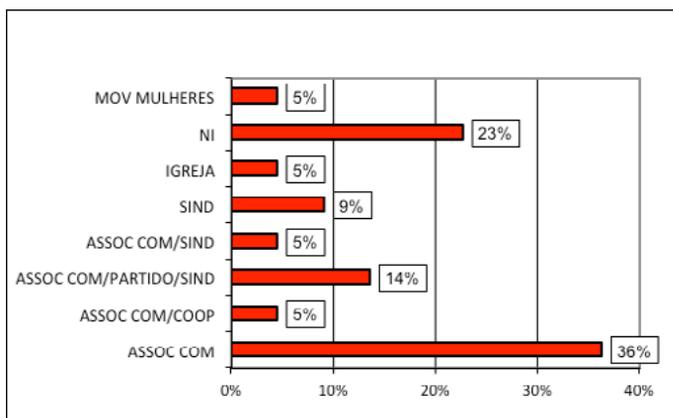


Figura 148. Panorama geral de afiliações a sindicatos, associações e cooperativas dos participantes da política do FRS – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

36% dos participantes do FRS estão vinculados a associações comunitárias, 23% declararam não possuir vínculos com nenhum tipo de “redes”, 14% estão associados simultaneamente a partidos políticos, associações comunitárias e a sindicatos, 9% encontram-se associados ao sindicato rural (STR) e 5% encontram-se vinculados simultaneamente à associação comunitária/cooperativa. Ainda, 5% são vinculados ao movimento de mulheres, 5% à igreja e 5% são vinculados simultaneamente à associação comunitária e ao sindicato (STR). 23% não informaram. Entretanto, quando perguntamos sobre o STR, 100% responderam estar vinculados à entidade de representação sindical (figura abaixo).

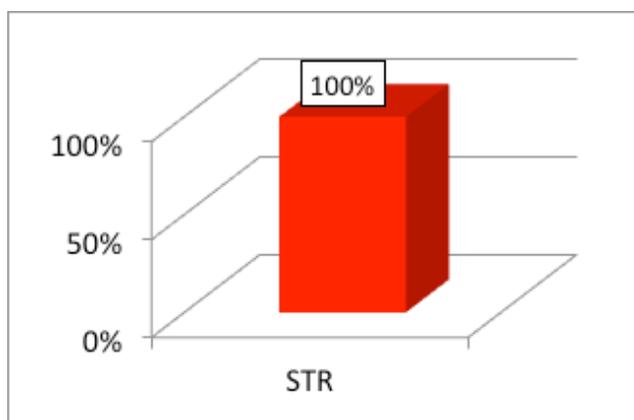


Figura 149. Entidades de mediação do FRS – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

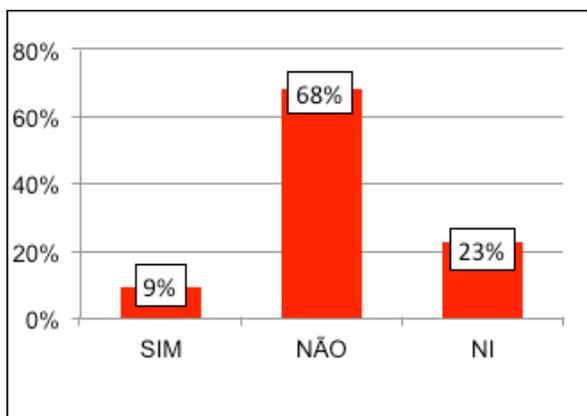


Figura 150. Escola próxima – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Há uma variação das distâncias para a escola de Ensino Fundamental: para 68% dos entrevistados, as escolas de Ensino Fundamental estão localizadas a três km dos sítios; 9% têm acesso próximo (são as pessoas que residem na zona urbana) e 23% não responderam a questão.

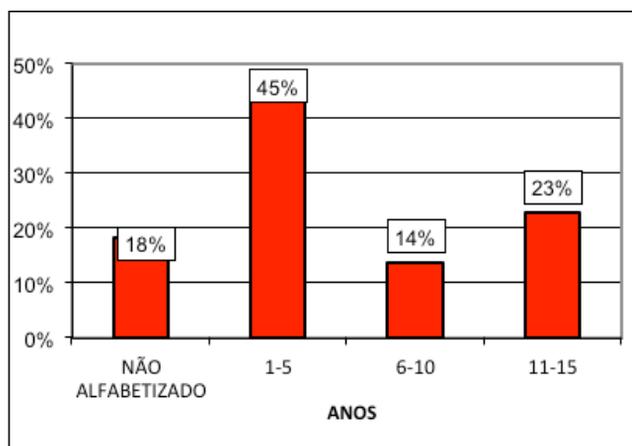


Figura 151. Escolaridade formal em anos de estudo – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Pode-se concluir, pelos dados do gráfico acima, que 37% dos entrevistados concluíram ao menos o Ensino Médio, o que indica uma melhoria na escolaridade no universo dos assentamentos rurais.

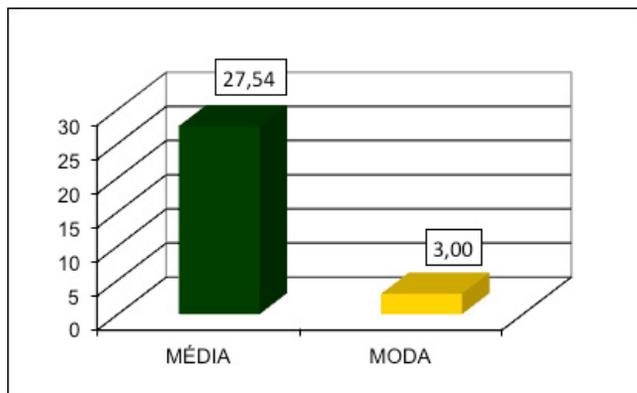


Figura 152. Média e Moda da distância para escola em Km – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Observa-se que a média apresenta-se em 27,54 Km (distância para o Ensino Médio e Superior) e a moda em 3 km (distância para o Ensino Fundamental).

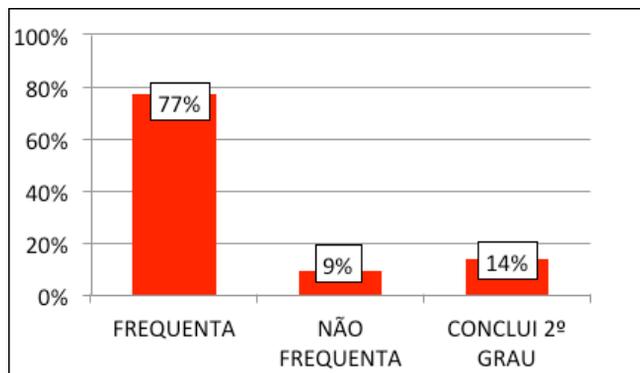


Figura 153. Frequência escolar – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A frequência escolar se constitui como requisito indispensável para o recebimento dos recursos do PBF até os 17 anos. Nas famílias dos participantes do FRS, 77% frequentam a escola e 9% não frequenta, mas, neste percentual, estão incluídos aqueles fora da faixa etária do PBF e, além do mais, 14% não frequenta mais a escola porque concluiu o segundo grau e não continuou estudos superiores.

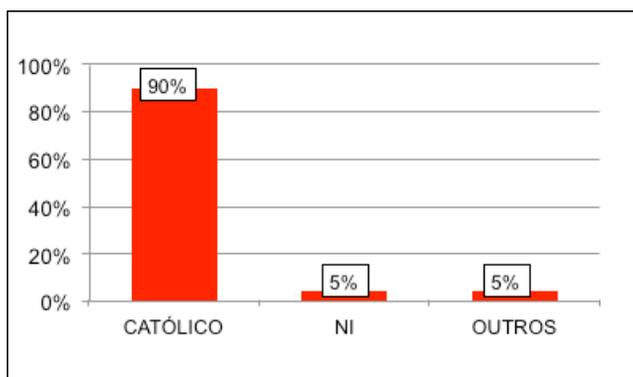


Figura 154. Orientação Religiosa – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em Santa Cruz, a orientação religiosa predominante é a católica, tal como a figura acima demonstra (90%). Pressupõe-se que os laços de solidariedade cristã influenciam positivamente nas relações sociais na comunidade e nas atividades do FRS e demonstra principalmente a presença significativa e histórica das Comunidades Eclesiais de Base e as Comissões Pastorais da Terra nas lutas sociais pelo território.

4.3.2 Perfil da Propriedade

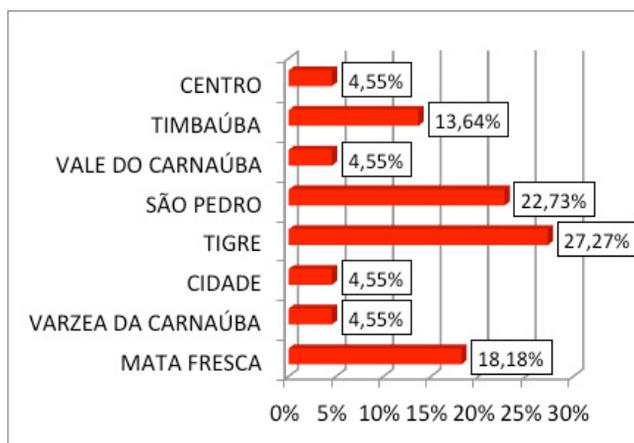


Figura 155. Localidade da propriedade – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

No município de Santa Cruz, os participantes do FRS residem em sítios, na zona rural. A maior concentração é no Sítio Tigre, localizado a 2 km da cidade de Santa Cruz, com 27,27% dos participantes. No Distrito de São Pedro, que fica, aproximadamente, a 5 km da cidade de Santa Cruz, há 22,73% dos participantes. No Sítio Mata Fresca, que fica a 17 km da cidade, estão 18,18% dos participantes. Além disso, 13,64% residem no Sítio Timbaúba e 4,55% no Vale da Carnaúba. Na Cidade de Santa Cruz residem 4,55% dos participantes.

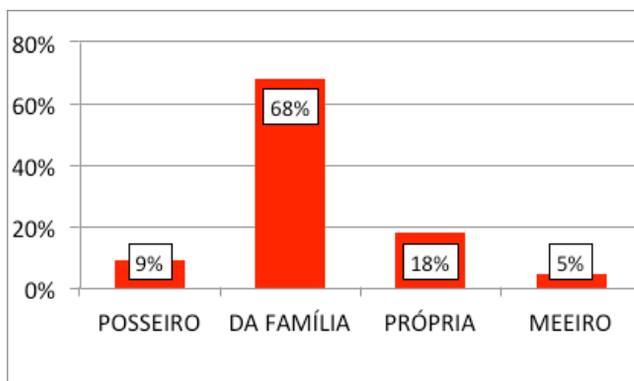


Figura 156. Modalidade da propriedade – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Com relação à propriedade dos participantes do FRS: 68% declararam que são da família; 18% relataram que a propriedade é própria; 9% da propriedade é fruto de posse e 5% são meeiros. Novamente, a questão das noções de propriedade segundo a visão êmica e de terra precisam ser investigadas em cada situação etnográfica.

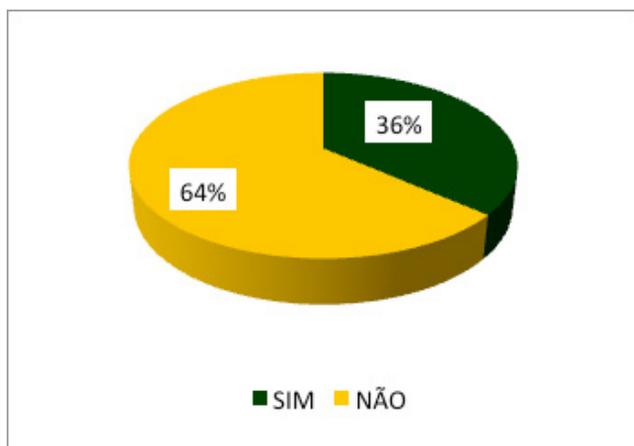


Figura 157. Trabalho em propriedade alheia – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima mostra que 64% dos participantes não trabalham em propriedades alheias e 36% relataram que trabalham informalmente em terras alheias.

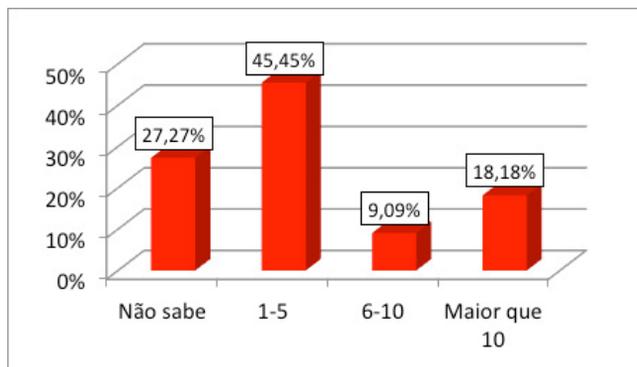


Figura 158. Tamanho da propriedade em hectares – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Com relação ao tamanho da propriedade, o gráfico mostra que 45,45% dos participantes têm de 1 a 5 hectares de terras, 9,09% dos participantes relataram que o tamanho da propriedade está entre 6 a 10 hectares de terra e 18,18% dos participantes relataram que possuem mais que 10 hectares de terra. Ainda, 27,27% relataram que não sabem o tamanho de sua propriedade. Desta forma, observa-se que não existe um padrão pré-estabelecido para o tamanho da propriedade e que isso possibilita sustentabilidade e variação nas culturas e plantios em propriedades maiores¹⁰. Contudo, predominam as propriedades de até 5 hectares.

10 Em outras comunidades como em Lagoa do Jogo todas as propriedades possuem o mesmo tamanho e pode se constituir como fator limitante para expansão de outras criações ou culturas.

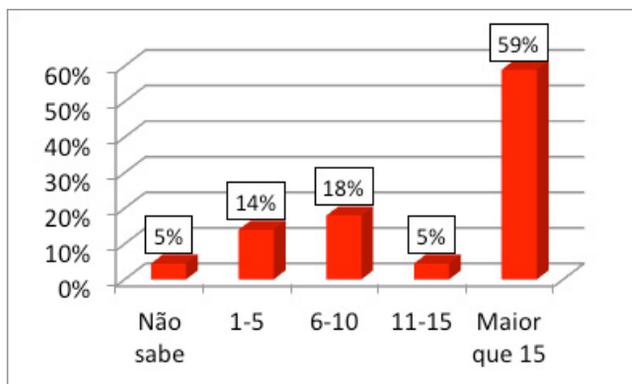


Figura 159. Tempo de moradia em anos – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Dentre os agricultores entrevistados, 59% residem em suas propriedades há mais de 15 anos, 5% residem de 11 a 15 anos, portanto, 64% residem na localidade há mais de uma década. Ademais, 18% dos participantes relataram que residem aproximadamente de 6 a 10 anos, 14% de 1 a 5 anos, tão somente 5% dos participantes relataram que não sabem o tempo de sua moradia naquela localidade.

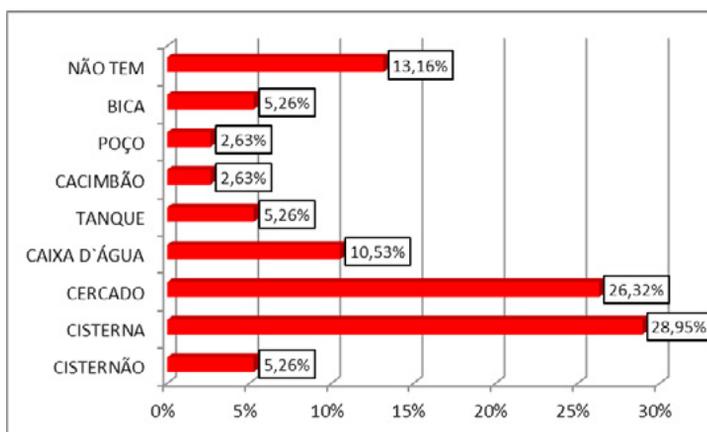


Figura 160. Benfeitorias – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Entre as benfeitorias realizadas, destacam-se a cisterna (28,95%) e o cercado (26,32%), e, com menos expressividade, consta a caixa de água (10,53%). Observa-se que todas as benfeitorias realizadas, mesmo aquelas em pequena escala, como bica, tanque e cisternão (6,06%), e poço e cacimbão (2,63%), são tecnologias sociais que permitem o armazenamento de água. Importante realçar que o acesso à água é um dos indicadores de sustentabilidade dos empreendimentos nas comunidades rurais, porque é fundamental para a produção agrícola e na dieta alimentar das famílias. Ainda, 13,16% dos participantes informaram que não possuem benfeitorias em suas propriedades.

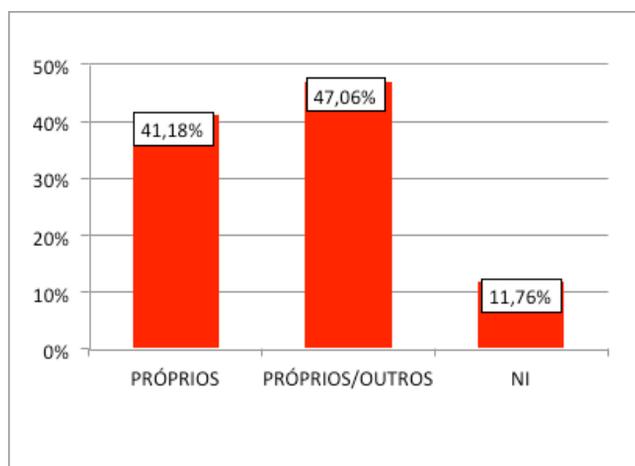


Figura 161. Origem dos recursos das benfeitorias – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima mostra que a maioria realizou as benfeitorias com recursos próprios e de outras fontes não informadas que não tem relação com o FRS.

4.3.3. Perfil da Produção

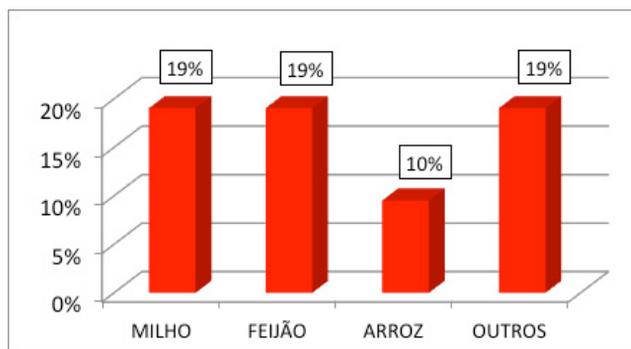


Figura 162. Produção principal – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima comprova que os itens mais produzidos pelos participantes do FRS são: milho, com 19% da produção; feijão, com 19%, e arroz, com 10%. Trata-se de uma cultura de plantação de subsistência, pois os mesmos relataram que o milho e o feijão são primordiais para o consumo, tanto no âmbito familiar como para alguns animais.

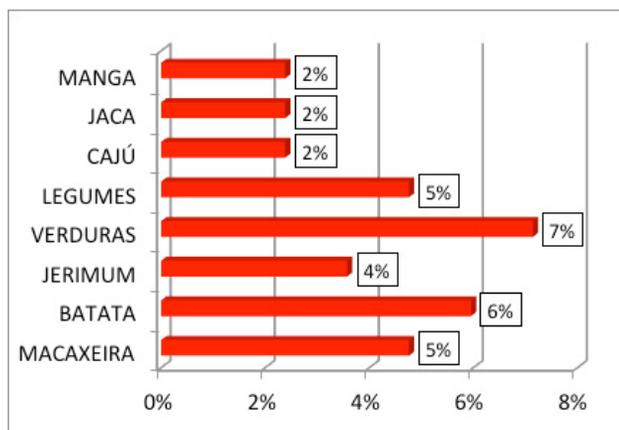


Figura 163. Produção diversificada pelos participantes da política do FRS – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

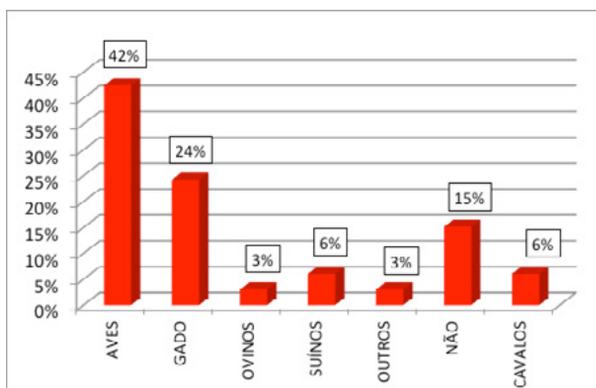


Figura 164. Participantes que utilizam algum tipo de criação animal – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Segundo as observações da pesquisa, 42% criam aves e 24% gado. Isso ocorre devido às necessidades de consumo das famílias. Já a criação de ovinos é apenas de 3% e a criação de suínos e cavalos corresponde a 6%. Além disso, 15% dos participantes do FRS não criam nenhuma espécie de animal.

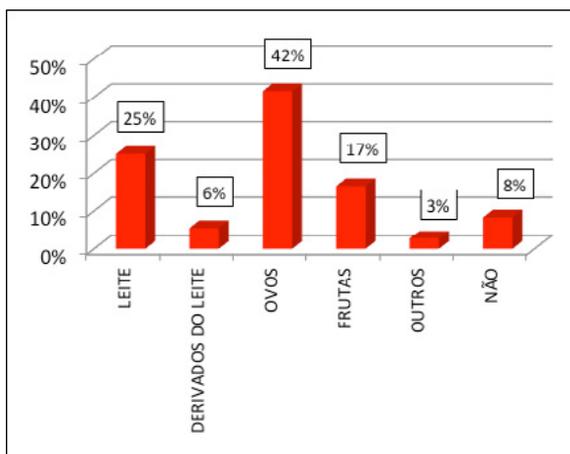


Figura 165. Beneficiamento – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O principal beneficiamento são os ovos e leite, con-
dizentes com o gráfico anterior da criação de aves na or-
dem de 42% e de gado em 25%, respectivamente.

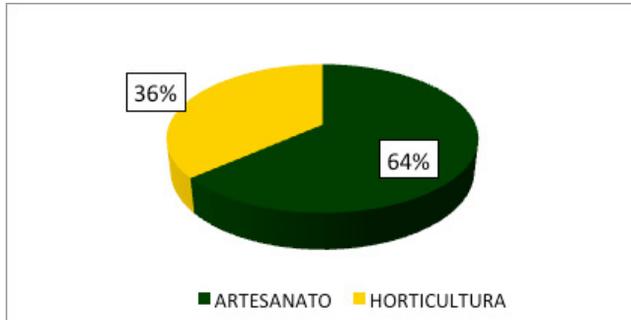


Figura 166. Outro tipo de atividade econômica – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

64% produzem artesanato, atividade considerada tipicamente de mulheres, para complemento da renda da família, e 36% praticam a horticultura, com envolvimento dos homens e ajuda das mulheres.

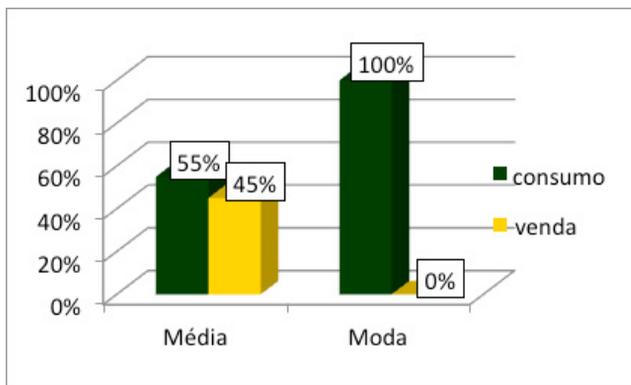


Figura 167. Média e moda da produção e consumo– Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Apesar de a média mostrar que 55% da produção é consumida e 45% vendida ao mercado, a moda evidencia o consumo de 100%. Este dado é explicado porque quatro produtores, do total de vinte e dois, realizam venda acima de 60%, elevando a média. Outro aspecto a ser destacado é que também foi considerada a atividade de artesanato dentro da produção. Diante das análises, vale ressaltar o dado apontado pela moda, de consumo total da produção, caracterizando uma agricultura de subsistência.

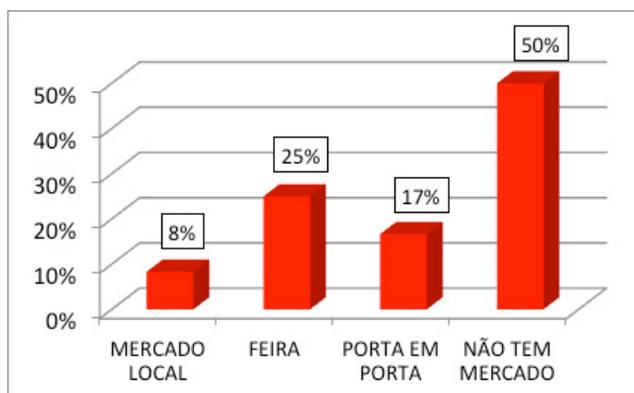


Figura 168. Canais de comercialização da produção excedente – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Com relação à venda da produção dos participantes do FRS, o gráfico demonstra que 50% não tem mercado. Segundo alguns relatos, isso ocorre devido à dificuldade de locomoção de alguns participantes que residem em lugares de difícil acesso, como em sítios. Uma das limitações à expansão das atividades econômicas é a não acessibilidade às regiões circunvizinhas. Há, também, uma grande dificuldade dos participantes do FRS do município de Santa Cruz em venderem seus produtos na feira livre local, por conta da proibição da venda pela prefeitura. Sendo assim,

8% vendem no mercado local e 25% vendem seus produtos nas feiras de outros municípios. Ademais, 17% vendem de porta em porta, segundo os relatos de alguns participantes. Há uma desvalorização dos produtos, por causa da dificuldade de locomoção das mercadorias.

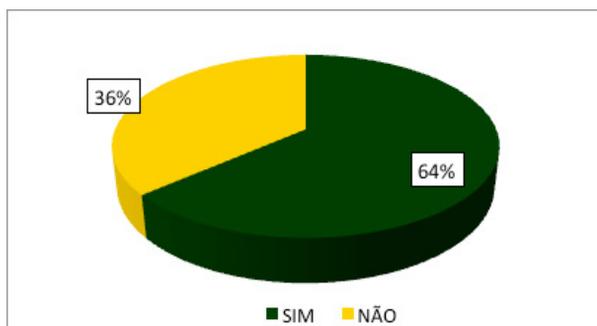


Figura 169. Doação – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico acima demonstra que 64% dos participantes doam seus produtos na própria comunidade (entre vizinhos), fortalecendo os laços de solidariedade dentro da comunidade.

4.3.4. Perfil da Renda

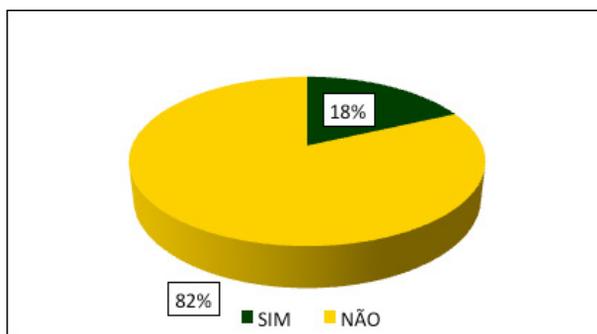


Figura 170. Trabalho Assalariado – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

82% dos participantes declararam que não possuem trabalho com carteira assinada. Os participantes responderam que vivem da agricultura familiar, de programas sociais como o PBF e de “bicos”, ou seja, alguns pequenos consertos, além de venderem sua força de trabalho quando encontram quem compre. Apenas 18% dos participantes afirmaram ter emprego formal.

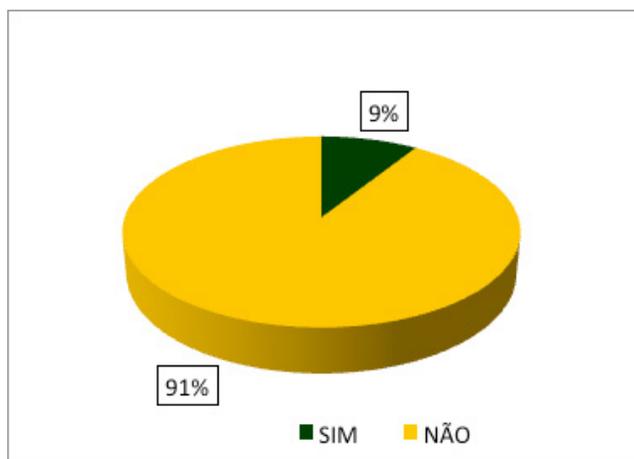


Figura 171. Aposentadoria – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

91% dos participantes declararam não ter aposentadoria e 9% dos participantes declararam-se ser aposentados ou possuem algum membro da família que é aposentado.

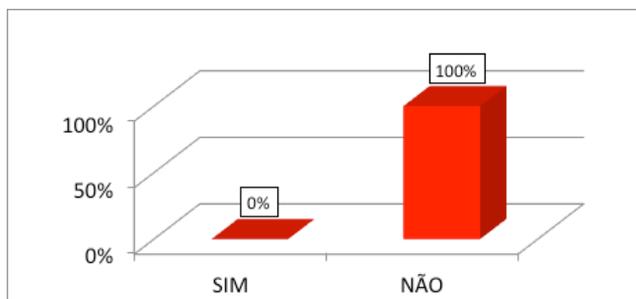


Figura 172. Recebimento de ajuda de fora da comunidade – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Todos os participantes do FRS desse município afirmaram que não recebem ajuda de fora da comunidade.

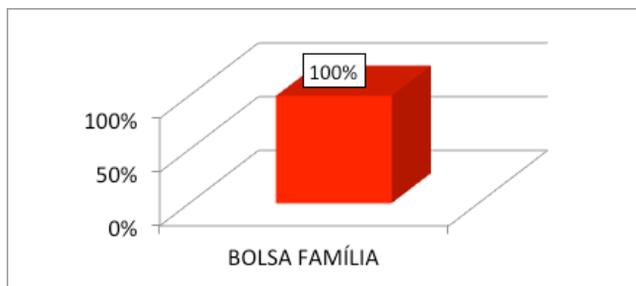


Figura 173. Rede de proteção social – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Todos os participantes do FRS afirmaram que recebem o benefício do PBF.

4.3.5. Perfil da Gestão

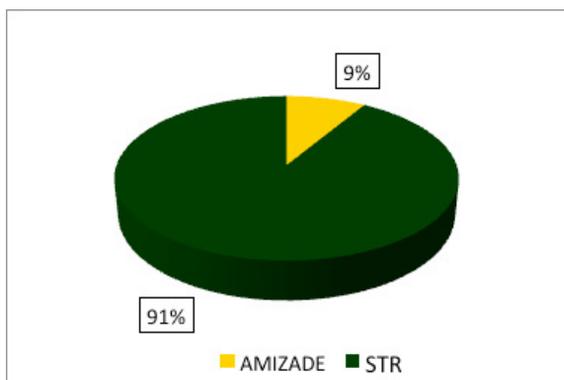


Figura 174. Como os participantes tomaram conhecimento da política dos FRS's - Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

91% dos participantes declaram que tiveram um “primeiro contado” com o FRS através do STR do município e 9% dos participantes informaram que “conheceram” o FRS através de amigos. Da mesma forma que em Aparecida, o dado demonstra a importância da atuação do STR e das redes de vizinhança na difusão de informações relativas às políticas sociais disponíveis às comunidades.

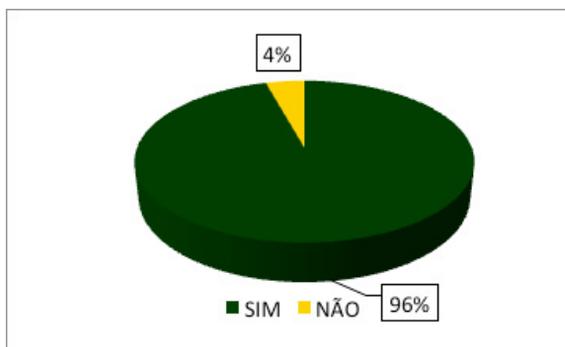


Figura 175. Experiência em outros projetos de Fundos Solidários - Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

4% dos participantes do FRS declararam que já haviam tido outra experiência com o FRS, enquanto que 96% dos participantes afirmaram que essa (FRS financiado pelo BNB) é a primeira experiência com os FRS's.

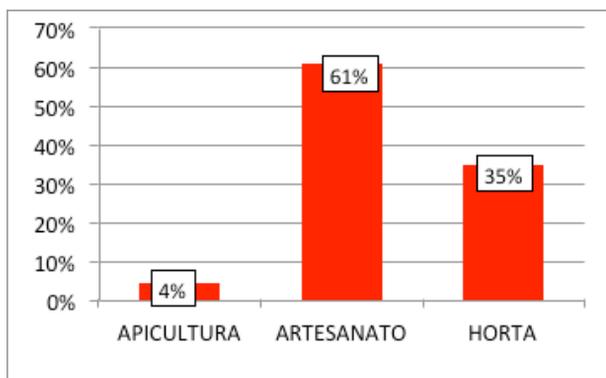


Figura 176. Atividade financiada pelo FRS – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Atualmente os projetos financiados pelo FRS são: o artesanato, que conta com a participação de 61% dos participantes (é válido ressaltar que esse grupo é composto só por mulheres); além disso, 35% dos participantes estão engajados na produção de hortaliças e 4% dos participantes têm como atividade atual a apicultura.

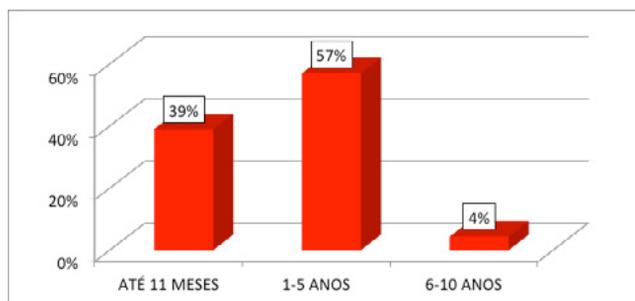


Figura 177. Tempo que os participantes atuam em políticas de ES e FRS – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O tempo em que os participantes atuam em políticas do FRS mostra a inovação do grupo de artesãs que, através de cursos, aprenderam a produzir as redes e os panos de pratos em 11 meses (correspondendo a 39% dos participantes). 57% dos participantes declararam que dedicam-se à atual atividade de 1 a 5 anos. Esse percentual corresponde aos agricultores que, entre esse período de anos citados, começaram a produzir hortaliças (alguns começaram a criar abelhas). Ainda, 4% dos participantes afirmam que dedicam-se a essas atividades de 6 a 10 anos.

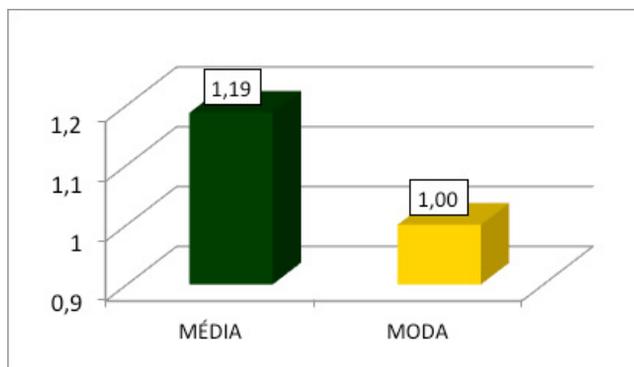


Figura 178. Média e Moda do tempo de atuação no FRS – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em razão dos comentários tecidos no item anterior, pode-se observar que a média e a moda são bastante próximas, pois trata-se da primeira experiência com os FRS's, além do projeto ser recente.

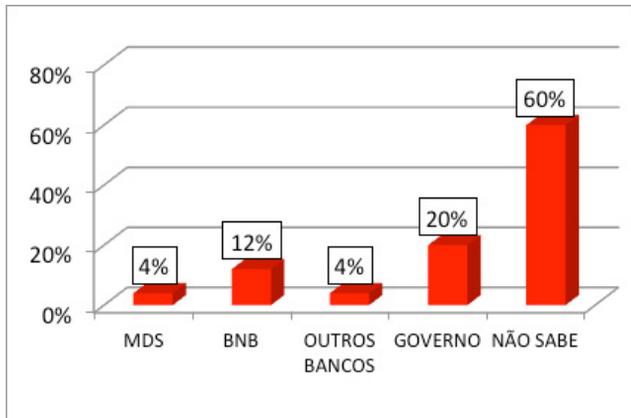


Figura 179. Origem dos recursos do FRS – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O gráfico demonstra claramente que, nas comunidades localizadas em Santa Cruz, os participantes da política não têm informações precisas sobre a origem dos recursos que financiam o Fundo. Os dados indicam que faltam cursos de capacitação em Fundo Solidário “a fundo perdido”. Uma informação mais precisa é necessária, pois, afinal, o FRS tem sua gênese em práticas camponesas e, em sua versão contemporânea, é fruto dos movimentos sociais e tem como finalidade fortalecer a agricultura familiar. Do ponto de vista do movimento, é preciso saber exatamente que os recursos são de origem orçamentária, contudo, disponíveis por pressão dos movimentos sociais.

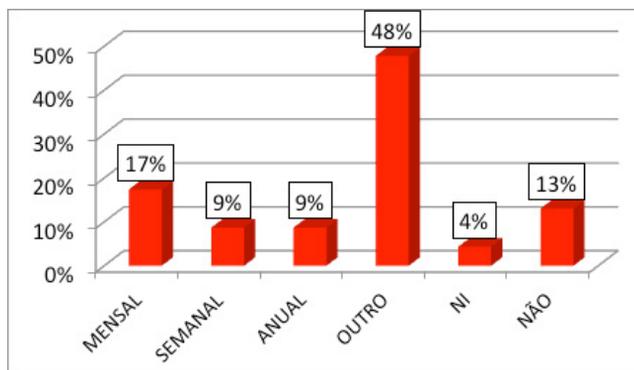


Figura 180. Projeção da Produção – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

A projeção da produção é um assunto delicado para os participantes desse município pelo motivo de que, nesse município, não há “mercado” para os produtos, dificultando a rotatividade de produção. 17% dos participantes realizam projeção mensal da produção, 9% realizam projeção semanal (são os participantes que produzem hortaliças), 9% afirmaram que a projeção é anual e 48% declararam ter outros meios de projeção de produção. Alguns exemplos citados foram: “Produzimos como dá”, disse a artesã do sítio Timbaúba; “Produzimos de acordo com as encomendas”, disse outra artesã da comunidade do Tigre. Além disso, 4% dos participantes não informaram sobre a projeção de produção e 13% dos participantes afirmaram que não fazem nenhum tipo de projeção para a produção. Não faz parte da cultura camponesa uma projeção da agricultura familiar. Todavia, no caso do artesanato, das hortas e da apicultura, é diferente, porque tem que haver um planejamento mínimo para a compra dos insumos, com a finalidade de escoamento da produção.

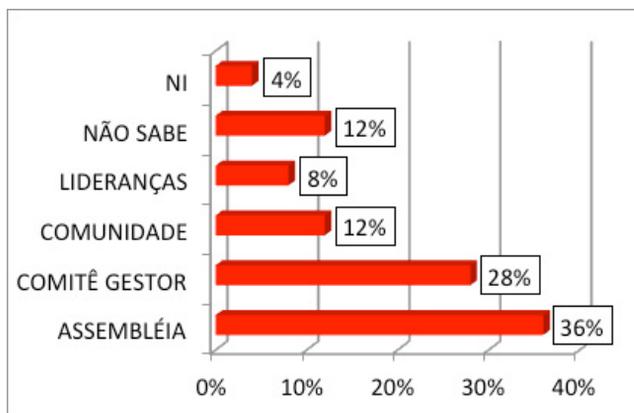


Figura 181. Decisão de investimento do FRS – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

36% dos participantes afirmaram que as decisões sobre investimentos dos recursos financeiros via FRS são tomadas em assembleias, democráticas, com exposição de opiniões e votação. 28% afirmaram que as decisões de investimento são “tomadas” pelo comitê, contudo, ao afirmarem isso, os participantes também declaravam que as decisões não eram tomadas exclusivamente pelo comitê: os participantes sempre estavam nas reuniões e podiam opinar.

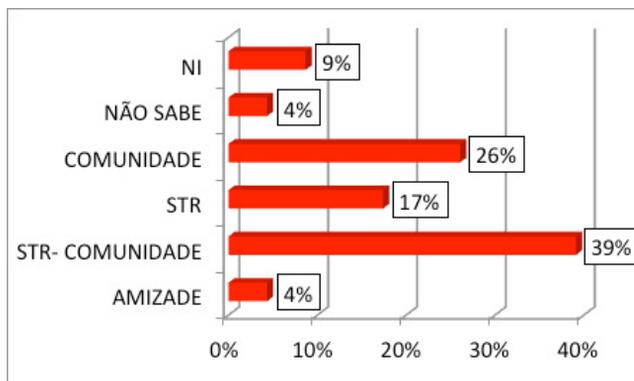


Figura 182. Critérios de Participação – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação aos critérios de participação na política dos FRS's: 39% dos participantes declararam que a comunidade, juntamente com o STR, convidou a população interessada para participar do FRS; 26% afirmaram que a comunidade, através de reuniões e cursos de capacitação, elegeu critérios de participação nos FRS's; 17% dos participantes relataram que foi o STR que estabeleceu os critérios de participação; 4% dos participantes disseram que o critério de participação foi por amizade (nesse caso, é válido pensar como ocorreu); 4% dos participantes responderam não saber nada a respeito dos critérios de participação e 9% dos participantes não informaram essa questão.

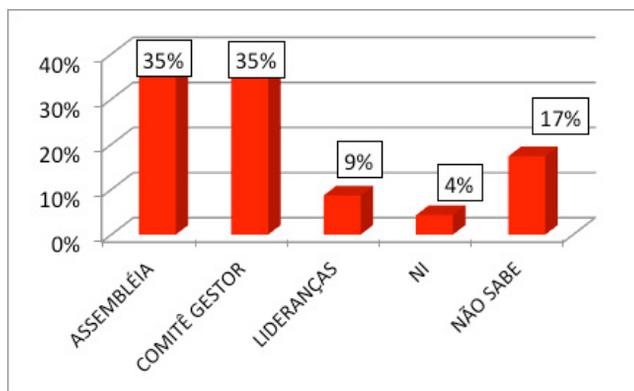


Figura 183. Decisão da devolução dos recursos – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quanto à devolução dos recursos, 35% dos participantes afirmaram que as decisões sobre a devolução dos recursos são tomadas em assembleias e a mesma porcentagem dos participantes afirmou que as decisões de investimento são “tomadas” pelo comitê (contudo, ao afirmarem isso, novamente os participantes declararam que as

decisões não eram tomadas exclusivamente pelo comitê, e os participantes sempre estavam nas reuniões e podiam opinar). Além disso, 9% dos participantes declararam que as decisões sobre a devolução dos recursos são feitas pelas lideranças, 4% não informou essa questão e 17% dos participantes afirmaram não saber quem toma as decisões sobre a devolução dos recursos.

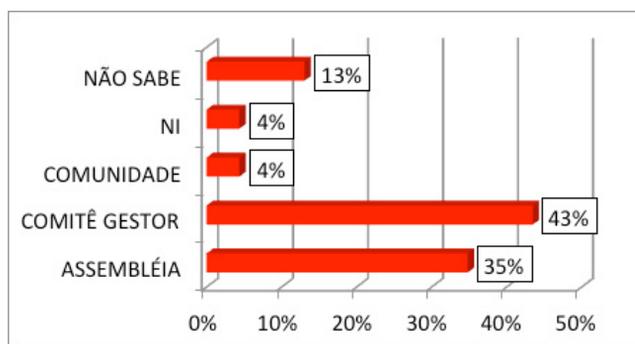


Figura 184. Decisão de prestação de contas – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Sobre o gráfico acima, 43% dos participantes afirmaram que a prestação de contas é realizada pelo comitê gestor (afirmaram, também, que esse comitê trabalha com transparência e toda prestação de contas é pública). Neste sentido, segundo as respostas, todos que se interessam podem ter acesso aos documentos da prestação de contas. Ademais, 35% dos participantes relataram que a prestação de contas acontece em assembleias e 4% declararam que isso ocorre na comunidade, no sentido de que todos se reúnem e discutem sobre o andamento do FRS. Para finalizar, 4% dos entrevistados não informaram essa questão e 13% disseram que não sabem.

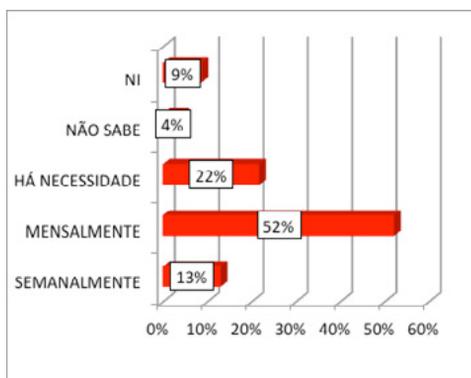


Figura 185. Frequência das reuniões dos FRS's – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Para 52% dos participantes, as reuniões acontecem mensalmente e para 22% quando há necessidade. Contudo ambas as temporalidades podem coincidir. A gestão do FRS pela comunidade demanda cursos de capacitação em contabilidade, planejamento, economia solidária e cursos de capacitação técnica em artesanato, apicultura e horta orgânica, dentre outros. Quanto a isso, 65% dos entrevistados afirmaram que fizeram algum tipo de capacitação, 30% declararam não ter feito capacitação e 4% dos participantes não informaram essa questão.

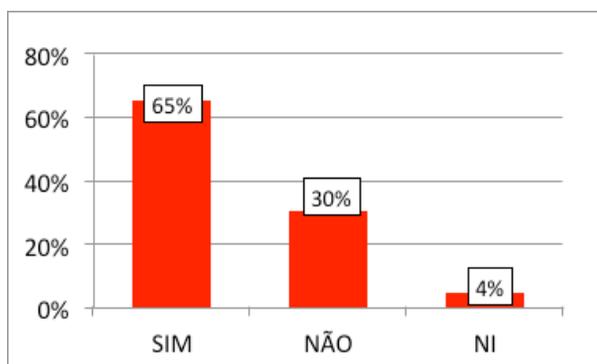


Figura 186. Capacitação – Santa Cruz.
Fonte: Pesquisa FRS (2010).

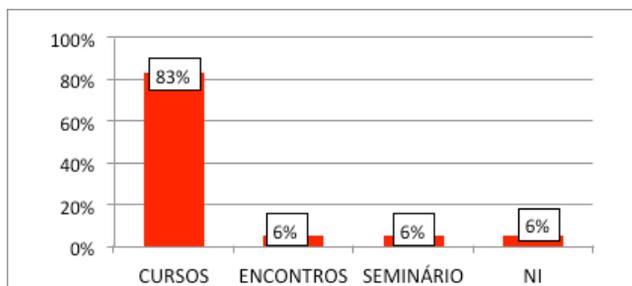


Figura 187. Tipo de capacitação – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

O tipo de capacitação que fizeram foi “cursos”: 83% dos participantes declararam que fizeram algum tipo de curso, como, por exemplo, as artesãs, que fizeram cursos de pinturas, costura e bordados, e os produtores agroecológicos, que afirmaram ter feito cursos de defensivos naturais; 6% dos entrevistados participaram de capacitações através de encontros; 6% obtiveram capacitação por meio de seminários e 6% dos participantes não informaram sobre essa questão. Em todos os assentamentos pesquisados, os participantes do circuito do FRS realizaram algum tipo de capacitação promovido pela entidade de mediação, relacionadas à atividade financiada.

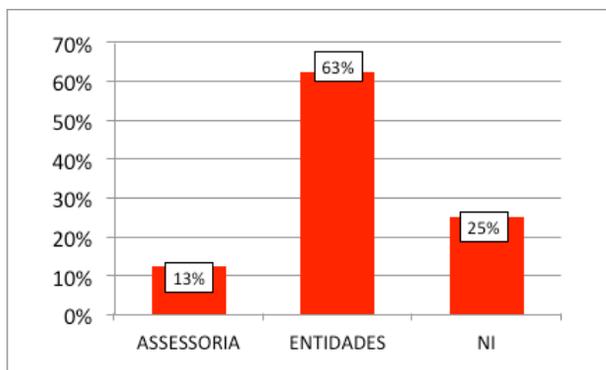


Figura 188. Órgão da capacitação – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Quanto aos órgãos que proveram ou organizaram as capacitações, 63% dos participantes declararam que as capacitações foram organizadas por entidades, 13% dos participantes afirmaram que as capacitações foram realizadas por assessoria, e 25% dos participantes não informaram essa questão. Nesse sentido, as entidades, principalmente o STR, são os principais órgãos responsáveis pelas capacitações, outro fator indispensável para a sustentabilidade dos empreendimentos.

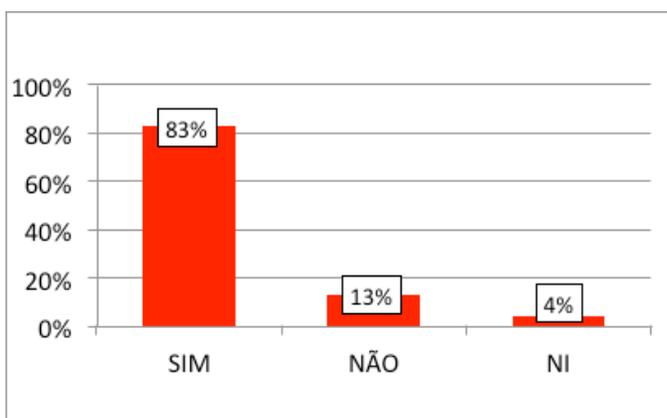


Figura 189. Registros das reuniões – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

As reuniões realizadas são registradas em atas, embora muitos participantes desconheçam a metodologia de gestão dos FRS's.

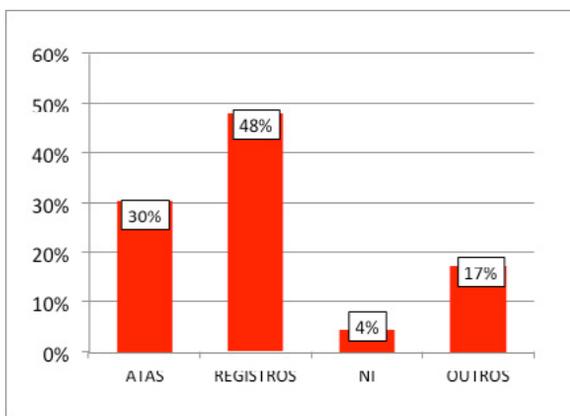


Figura 190. Formas de registro das reuniões – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Em relação às formas de registros das reuniões, 48% dos participantes afirmaram que há “registros” por escrito, onde é explicado tudo que se passou na reunião. 30% dos participantes afirmam que os registros são feitos através de atas, 17% dos participantes declararam que há outras formas de registros das reuniões e 4% dos participantes não informaram sobre essa questão.

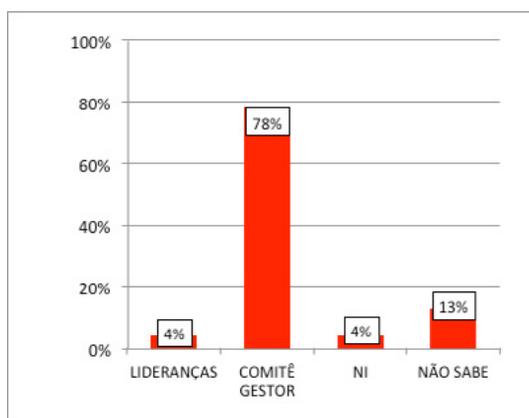


Figura 191. Quem realiza os registros – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

78% dos participantes declararam que os registros são realizados pelo comitê gestor, 4% afirmaram que os registros são realizados pelas lideranças. Como afirmamos anteriormente, geralmente o comitê gestor é composto pelas lideranças locais. Assim, 82% afirmaram que os registros das reuniões são realizadas pelo Comitê. Já entre os que não sabem ou não informaram temos 13% e 4% respectivamente. Pelo perfil da pesquisa, não foi possível identificar se esses respondentes participam com frequência das atividades do FRS.

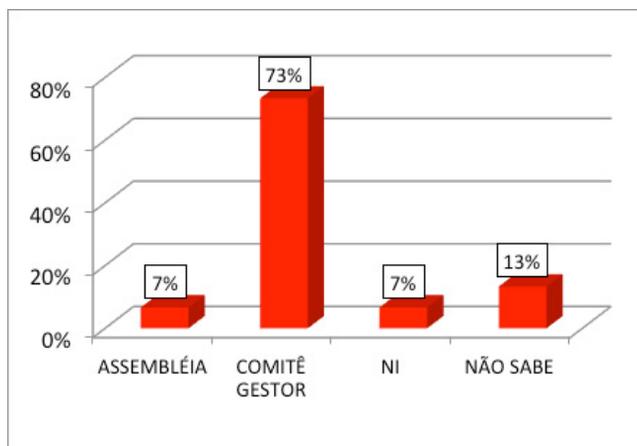


Figura 192. Responsável pela prestação de contas – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

Outro aspecto central da gestão do FRS é a prestação de contas dos recursos recebidos e informações sobre a sua aplicação e a devolução dos recursos ao Fundo. 73% dos participantes afirmaram que é o comitê gestor o agente responsável pela prestação de contas, 7% declararam que quem é responsável pela prestação de contas é a assembleia, 13% disseram que não sabem sobre a prestação de contas e 7% dos participantes não informaram sobre essa questão.

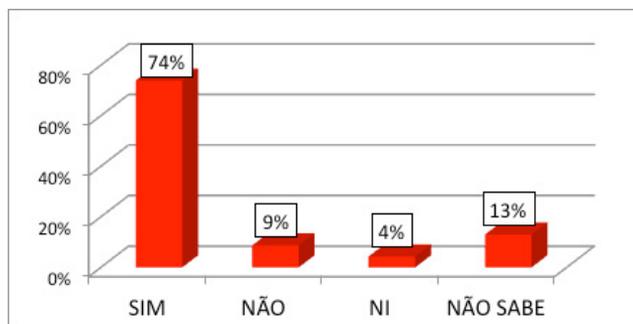


Figura 193. Levantamento de preços – Santa Cruz.

Fonte: Pesquisa FRS (2010).

74% dos participantes declararam que há levantamento de preços para aquisição dos materiais, 9% afirmaram que não há levantamento de preços, 13% dos participantes não sabem informar e 4% não informaram sobre essa questão.

4.3.6. Indicadores de Sustentabilidade

- Domínio do ciclo produtivo e arranjos produtivos locais: nos sítios pesquisados no município de Santa Cruz, há dois grupos produtivos: artesanato, composto por 15 mulheres, que se ocupam com os afazeres domésticos e ajudam o marido no plantio; o segundo grupo cultiva horta orgânica e é composto por 17 participantes, onde a maioria são agricultores e criam animais. As artesãs vendem seus produtos de casa em casa, sem dispor de um local para venda. A produção é para subsistência (segundo os dados, a média é de 100% para o consumo familiar). Quando produzem excedente, o escoamento é realizado por meio de atravessador. Diferente do município

de Aparecida, que autorizou um espaço para as feiras solidárias, em Santa Cruz as feiras foram proibidas.

- Relação de poder/estilo de liderança: as lideranças dos assentamentos atuam junto ao STR na defesa dos interesses da agricultura familiar. As lideranças, segundo os relatos, seguem uma tendência democrática. A relação com a prefeitura local não é muito satisfatória, por causas de conflitos relacionados à proibição da feira livre na cidade, em que houve a proibição de barracas utilizadas pelos participantes para expor e vender seus produtos. Assim, os participantes ficaram sem ter como escoar a sua produção.
- Identidade: todos os participantes entrevistados demonstraram grande apego e identificação com a “terra”. Todos se identificam como agricultores que, apesar de todas as dificuldades encontradas para manter-se na zona rural (seja pelo clima ou por falta de incentivo das grandes autoridades), permanecem lá, pondo em prática a solidariedade que aprenderam com seus pais. Entretanto, o contato com as zonas urbanas, por meio dos estudos e do trabalho informal, tem como impacto um refletir sobre a identidade de pequenos agricultores. A fragilidade da agricultura familiar a despeito do PRONAF e o contato intenso com o estilo de vida urbano estão ressignificando identidades ditas tradicionais ou até fragmentando-as. O grande desafio posto aos assentados rurais é inverter a dinâmica e, como diria Marshall Sahlins (2004), ressignificar

as mudanças em curso a partir de suas próprias cosmologias e interesses.

- Domínio de novas tecnologias de armazenamento da água: os sítios possuem cisterna de calçadão comunitário.
- Rede de Proteção Social: as famílias com filhos na escola são beneficiárias do Programa Bolsa Família e 9% dos participantes são aposentados rurais. A aposentadoria rural representa uma fonte importante de renda como uma das políticas que compõem a rede de proteção social do Estado.
- Concepções e projetos de desenvolvimento local do município e da comunidade: podemos considerar os Fundos Rotativos como uma política de desenvolvimento local, uma vez que visa à melhoria e à mudança na vida cotidiana dos agricultores. Podemos ressaltar a existência de uma cisterna de calçadão comunitário, no qual alguns participantes a utilizam para o armazenamento de água, para o próprio consumo, para irrigação e para o consumo dos animais, consequentemente melhorando a produção, em prol do benefício da comunidade.
- Acesso à rede pública de ensino: nos sítios, as escolas de Ensino Fundamental I situam-se a três km dos sítios e comunidades rurais. As escolas de Ensino Fundamental II estão situadas na cidade. A prefeitura local disponibiliza transporte para a locomoção dos estudantes, embora não esteja em bom estado de conservação.

5. Fundos Rotativos Solidários, Reciprocidade & Mercado

Eric Sabourin (2001) argumenta que políticas públicas de desenvolvimento local deveriam raciocinar em termos da “dupla referência”: a da reciprocidade e a do mercado. Neste sentido, Sabourin (2001, p. 8), inspirado em Temple (1997), fala da “dupla referência” referindo-se às interfaces entre a lógica da reciprocidade e a lógica mercantil, necessárias às políticas públicas de desenvolvimento:

De fato, hoje, em termos de desenvolvimento local ou regional, não se trata de reivindicar a exclusividade de uma dialética ou de outra, mas sim, de chamar para uma dupla referência (...) Tal debate permitiria também discutir os valores que devem orientar ou fundar os projetos de desenvolvimento econômico e social.

Desta forma, poderíamos indagar: de que forma, paradoxalmente, as práticas não mercantis baseadas na dádiva e financiadas pelo FRS estariam contribuindo para a inserção de nossos agricultores à economia mercantil? Seguindo a trilha dos autores, poderíamos entender, mediante os dados etnográficos, que os FRS’s, quando envolvem recursos monetários e não monetários, são acionados como um capital inicial para os agricultores das

comunidades assentadas rurais do Nordeste se inserirem à economia local e, deste modo, incrementar suas rendas. De fato, o FRS é acionado também com a finalidade de alavancar os empreendimentos financiados pelo Programa, como: apicultura, artesanato, horta orgânica, cisternas de placas, cercado, telas, ovelhas matrizes, banco de sementes, viveiros de mudas e o beneficiamento do leite. Assim, trata-se, segundo nosso ponto de vista, de uma política de finanças solidária não assistencialista, porque um dos focos é a geração de renda por meio de trabalho organizado de forma cooperativa e/ou associativa. Desta forma, o FRS se contrapõe às políticas assistencialistas. Sobre tais políticas, Duque e Oliveira (2008, p. 132) afirmam que:

Quando recebe benefícios de graça do poder público, ele não percebe isso como um direito dele. Ele se acha obrigado a retribuir segundo a lógica “um favor contra um voto”. Ele permanece na cultura da subalternidade, cultivada pelo assistencialismo. Quem já não viu cisternas construídas a fundo perdido, sem os canos que trazem a água dos telhados, porque só foram feitas para receber a água de carro-pipa da prefeitura?

Entretanto, mesmo que o FRS tenha em seu desenho institucional uma matriz solidária em contraposição à racionalidade patrimonialista, ele pode ser ressignificado segundo uma lógica clientelista e patrimonialista,¹ principalmente se as pessoas contempladas não tiverem ciência

1 A principal característica do patrimonialismo é a indistinção entre as esferas pública e privada (FAORO, 1993). O clientelismo é um sistema de relações sociais fundamentado na troca de favores entre o patrão e o cliente e suas raízes estão na sociedade rural patriarcal baseada em laços de confiança, lealdade e reciprocidade assimétricas.

da finalidade da política e de como ela está articulada aos movimentos sociais que apóiam a agricultura familiar e a origem dos recursos, como indicaram nossos dados. Esse risco está mais presente nos assentamentos do Litoral Sul, onde os participantes afirmam desconhecer a origem do financiamento do FRS e as devoluções ao Fundo ainda não ocorreram.

O FRS visa, simultaneamente, à sustentabilidade do empreendimento, à emancipação política com relação a práticas patrimonialistas e, no médio prazo, ao desenvolvimento do território. Ou seja, tem como finalidade o fortalecimento das dinâmicas locais da agricultura familiar, a ressignificação de suas identidades articuladas à problemática da água (gestão dos recursos hídricos) e do semiárido. A etnografia nos revela que nossos assentados operam nas interfaces entre reciprocidade e mercado, ou seja, raciocinam e agem em termos da “dupla referência”. Assim, seu modelo híbrido de economia (mercantil e não mercantil) apresenta as características de uma economia plural porque obedece às várias lógicas de ação, além de estar submerso em relações sociais. Os casos etnográficos apresentados na pesquisa confirmam o modelo híbrido.

Em termos da efetividade dos FRS’s, a etnografia demonstra que, apesar do Programa financiado pelo BNB/SENAES ser recente (desde 2005), ele se torna mais efetivo² em territórios onde as comunidades assentadas constituíram, historicamente, por meio de lutas sociais, laços de reciprocidade, uma identidade de interesses e,

2 Silva e Silva (2008, p. 111) define “eficiência” como a relação “entre os custos despendidos e os resultados dos programas”; eficácia “é o grau em que os objetivos foram alcançados na população beneficiária, num determinado período de tempo”; e efetividade “é a relação entre resultados e objetivos (medida de impacto)”.

simultaneamente, estão imersas em redes sociais, como entidades sindicais, pastorais, ong's e similares. Em tais contextos, laços de reciprocidades anteriores ao Fundo se adensam em relação à lógica mercantil. Por contraste, em contextos onde assentamentos estão isolados de redes sociais, prevalecem a racionalidade mercantil: é o caso dos assentamentos do Litoral Sul, altamente impactados pela indústria do turismo, pelas fábricas cimenteiras e a penetração do tráfico de drogas e da violência para dentro dos assentamentos. Embora estejam unidos em torno a um conflito socioambiental e na luta pela terra, não constroem articulações políticas mais amplas.³

Neste sentido, no caso etnográfico da Zona da Mata Sul, a principal característica é a dispersão geográfica do projeto que abrange um raio de 200 km. A dispersão limita a comunicação entre os participantes do FRS: a maioria dos participantes está com a produção do mel parada. Os investimentos iniciais do Fundo foram realizados segundo as demandas da comunidade. Contudo, atualmente, a gestão é realizada pelo comitê gestor, que se restringe a duas lideranças. As devoluções do FRS serão realizadas em mel (a quantidade foi estipulada em reunião, democraticamente). Porém, as devoluções não estão acontecendo. As principais dificuldades são: dificuldade na comunicação entre os participantes do FRS, entre o Comitê Gestor e a entidade que media o projeto e a dificuldade de comunicação da entidade que media o FRS e o BNB; dificuldades na prestação de contas segundo a Lei 8.666 e

3 Socorro Oliveira (2011), baseada em extensiva pesquisa de campo em uma comunidade rural na Paraíba, argumenta que o FRS fortalece laços recíprocos e simétricos anteriores à política e reforça laços assimétricos anteriores a política.

no que tange à interpretação do texto legal; comercialização do mel (mercado) e ausência de assistência técnica.

Nossos apicultores da Zona da Mata Sul vivem atualmente um dilema: assistirem passivamente a fragmentação da agricultura familiar e de suas identidades (construídas historicamente nas lutas sociais) e inserirem-se à economia da indústria do turismo, automobilística e cimenteira de forma precária ou ressignificar as mudanças em curso, suas identidades e as suas vidas cotidianas a partir de seus próprios interesses na belíssima paisagem do Litoral Sul do estado da Paraíba.⁴

Em Lagoa do Jogo, os FRS's financiaram a produção das lonas, cisternas e telas, que tiveram impacto imediato no aumento da produção agrícola e na dieta alimentar das famílias. 69% de nossos entrevistados vivem basicamente da agricultura familiar de subsistência, uma vez que 90% da produção é para o consumo da família. No entanto, 31% declararam exercer atividades informais na agricultura e na cidade. Ademais, 77% não recebem aposentadoria. Assim, podemos imaginar que a renda é composta pelos programas assistenciais como PBF (84%) e do excedente agrícola que comercializam nas feiras locais. Segundo os relatos, o excedente da produção é escoado diferenciadamente e ocasionalmente: 77% das vendas acontecem na feira das cidades de Remígio ou Arara (cidade vizinha). Nesta opção, foge-se do atra-

4 Sahlins (1997) elabora a tese da indigenização da modernidade, a partir de suas etnografias realizadas junto às sociedades insulares do Pacífico, definidas como "sociedades transculturais", outrora inseridas em uma estrutura de dominação colonial. Tais sociedades estão interpretando as mudanças aceleradas e se inserindo na economia de mercado a partir de suas próprias categorias cosmológicas.

vessador (23% vendem o excedente para atravessadores na região), diminuindo as sobras para o pequeno agricultor. Há, também, as doações e contradoações dentro da comunidade: 46% doam (alimentos, sementes, dentre outras coisas dentro da comunidade para as famílias que necessitam, alimentando, desta forma, o circuito da dívida como prática ancestral em comunidades camponesas⁵; além disso, 54% dos entrevistados declararam não realizar nenhum tipo de doação. Todavia, há de se considerar que existe uma moda do consumo da produção na ordem de 90%, o que acaba afetando a doação.

Deste modo, para além do ganho estritamente econômico, o grande impacto dos FRS's nas condições de vida das famílias assentadas está na melhoria da dieta alimentar (com uma água de melhor qualidade) e no incremento da produção agrícola e da criação de animais com as telas e as lonas. Ademais, outras dimensões foram afetadas: aquelas que nos remetem ao plano das representações sociais como, por exemplo, a construção de uma cultura agroecológica, práticas de participação nas reuniões e debates de questões como solidariedade, cooperativismo, crédito, compromisso e uma participação ativa das mulheres, que poderiam sinalizar no devir, remodelações nas relações de gênero no âmbito da comunidade e da família. Seguindo a tendência das comunidades do Litoral Sul, também combinam mercado no escoamento da produção e reciprocidade na atividade produtiva. Entretanto, percebemos maior adensamento do laço social em Lagoa do Jogo e uma proposta de mercado mais solidária. A luta contemporânea é a institucionalização de uma feira

5 Conferir estudos de Sabourin (2001) e Duque (2007).

agroecológica em Remígio, para escoamento direto da produção agrícola.

Em Santa Paula, diferentemente de Lagoa do Jogo, a propriedade foi obtida via crédito fundiário: alguns agricultores vivem na cidade e a utilizam somente para o roçado. Na referida comunidade, o FRS financia as ovelhas matrizes, que devem circular entre as famílias para que se reproduzam. A gestão do Fundo é uma experiência nova (apenas dois anos) e revela tons centralizadores, além de desconhecimento do funcionamento do FRS (sua metodologia), enquanto que em Lagoa do Jogo há mais transparência, debates e participação. Similar a Lagoa do Jogo, a produção é para consumo familiar e algo em torno de 20% comercializa-se no mercado local via atravessadores (45%). Nas duas comunidades, 44% são beneficiários do PRONAF, apenas 11% são aposentados e todos vivem da agricultura familiar. Ambas as comunidades combinam reciprocidade e lógica mercantil: em Lagoa do Jogo, as práticas recíprocas são mais densas em virtude da intensidade dos laços sociais em relação a Santa Paula.

Seguindo as tendências dos outros assentamentos etnografados na presente pesquisa, os assentados que vivem no Alto Sertão, no município de Aparecida, são de origem paraibana (97%), que migraram para a região em busca de terras, e 3% são de origem pernambucana, tendência que se confirmou no Litoral Sul do estado. Além disso, 61% são casados e com união estável, 33% são jovens que participam do grupo de viveiros de mudas. As famílias com filhos na escola recebem o PBF e 71% relataram que nenhum membro da família recebe a aposentadoria rural. Nesses assentamentos, há um percentual significativo de mulheres na política (49%). A mesma tendência foi verificada no Agreste. Esse dado

é importante porque sinaliza para remodelações nas relações de gênero e a construção de valores por meio da educação familiar. Outro dado expressivo é a participação de jovens e crianças no FRS, sinalizando para o aprendizado pela gestão do Fundo de valores, como: participação, compartilhamento, reciprocidade, respeito à natureza, agroecologia, autogestão, dentre outros.

Ademais, 49% dos participantes declararam que alguém da sua família possui emprego formal, muitos no setor público (o trabalhador assalariado, nesse caso, não é necessariamente o participante do FRS: pode ser o pai, a mãe, o irmão, ou qualquer outro parente que resida na mesma residência que o participante) enquanto que 51% dos participantes declararam não ter emprego formal: vivem da agricultura familiar e de programas de estado como o PBF, além de fazerem o que denominam de “bicos”, ou seja, alguns pequenos consertos, e vendendo sua força de trabalho quando encontram quem a compre. Como afirmamos anteriormente, o dado sinaliza para as mudanças em curso no mundo rural, em que as famílias desenvolvem estratégias de sobrevivência fora da atividade agrícola, empregando-se no setor público local, trabalhando no comércio ou fazendo bicos. Isso significa incremento na renda da família, composta pelo PBF, aposentadoria e o excedente da produção agrícola.

Ainda, 92% dos participantes vivem somente da agricultura familiar e 2% fazem bicos nas terras alheias. O FRS financiou a produção artesanal do grupo informal de mulheres, a apicultura, horticultura e o grupo de viveiros de mudas. A maior parte da produção agrícola é para subsistência: podemos observar que, apesar da média indicar que 43% da produção é para consumo e conseqüentemente 57% destinada à venda, a moda indica

consumo de 100% da produção. Essa situação é explicada porque existem participantes que desenvolvem a atividade de artesanato e horticultura e, portanto, a produção deste tipo de atividade é destinada à venda, enquanto que para os produtos agrícolas, como milho e feijão, o consumo é quase total, caracterizando a agricultura como de subsistência. Entretanto, 86% dos participantes escoam a sua produção (horta e produtos agrícolas) nas feiras locais diretamente ao consumidor final, 11% escoam ao atravessador e 3% afirmaram não ter mercado. Ressalta-se, também, que as doações entre famílias e no grupo religioso são práticas recorrentes nas comunidades para 100% dos participantes.

O excedente da produção é escoado no mercado local do município que disponibilizou um espaço (espécie de uma feira solidária com barracas cobertas de lona preta) para a venda direta da produção agrícola. Em contraste, nos assentamentos pertencentes ao município de Santa Cruz, a venda direta (horticultura e artesanato) nas feiras locais foi proibida pela prefeitura. No primeiro caso, o poder público local apóia os empreendimentos que, por sua vez, constituíram, ao longo do tempo e por meio de lutas sociais, uma forma de organização mais densa, coordenada pelas lideranças sindicais, que permite aos assentados reivindicar seus direitos e ter acesso às políticas públicas. No segundo caso, o poder político local proíbe as feiras locais por motivo de disputas políticas, neste caso, o motivo alegado nos relatos é de que os agricultores do FRS não são do partido político do prefeito eleito⁶. A proibição das Feiras limita a escoação do excedente da produção agrícola convencional e

6 Nesse sentido constituem como oposição e passam a ser rivais políticos e essas disputam ultrapassam o campo político e são levadas para outros âmbito da vida como esfera doméstica, familiar, etc.

de base agroecológica, o que torna os agricultores mais dependentes do atravessador.

A produção artesanal do grupo de mulheres em Acauã tem limitações, pois, segundo os relatos, não há compradores para seus produtos, a despeito de serem produtos com qualidade. Similar aos assentamentos do Litoral Sul com a apicultura, o processo de produção agrícola, artesanal, horta orgânica, apicultura e viveiros de mudas em Acauã é realizado no sistema de mutirão (coletivamente). A inserção ao mercado ocorre no escoamento da produção. No caso do Alto Sertão, o escoamento da produção é coletivo e direto ao cliente final, desta forma, dominam o ciclo produtivo da agricultura, enquanto que no Litoral Sul os apicultores desenvolvem estratégias individuais para o escoamento da produção. Comparando as duas situações etnográficas, o FRS se torna mais efetivo quando as famílias de agricultores dominam o ciclo produtivo: produção e venda direta do excedente, caso do Alto Sertão e Agreste – Lagoa do Jogo, em Remígio.

Nos sítios rurais localizados no município de Santa Cruz, o FRS financia a horticultura (32%) e o artesanato (68%), contando com expressiva participação das mulheres, novamente (parece ser uma tendência que se fortalece na política em foco). Acreditamos que não é demais repetir que a política não tem, em seu desenho e metodologia, o recorte de gênero, embora nas experiências empíricas as mulheres tenham se sobressaído em termos de adesão aos Fundos. Novamente, 82% são casados, confirmando o perfil geral do participante. Além disso, vivem, basicamente, da agricultura familiar: 34% trabalham em terras alheias em forma de bicos.

No que se refere ao consumo, a maioria dos participantes do FRS, representada estatisticamente pela moda,

consome 100% da produção de subsistência. Nesta comunidade há agricultores mais articulados, que conseguem vender o excedente da sua produção, mas esta realidade representa somente 18% do total de participantes (também destacamos que está incluída no cálculo dessa produção a atividade de artesanato, cuja finalidade é a comercialização). Importante explicar que a média mostra que 55% da produção é consumida e 45% vendida ao mercado, neste caso, a moda evidencia o consumo de 100%. Esse dado é explicado porque quatro produtores do total de vinte e dois realizam venda acima de 60%, elevando a média.

Com relação ao escoamento da produção, especificamente, do artesanato, as artesãs nos relataram que não conseguem escoar seu produto e que preferem não vender ao atravessador. Segundo alguns relatos, isso ocorre devido à dificuldade de locomoção de alguns participantes que residem em lugares de difícil acesso, como em sítios. Uma das limitações à expansão das atividades econômicas é a não acessibilidade às regiões circunvizinhas. Há, também, uma grande dificuldade dos participantes do FRS do município de Santa Cruz em venderem seus produtos na feira livre local, por causada proibição da feira pela prefeitura. Sendo assim, 8% vendem no mercado local, 25% vendem seus produtos nas feiras de outros municípios e 17% vendem de porta em porta (segundo os relatos de alguns participantes, há uma desvalorização dos produtos, pela dificuldade de locomoção). Diferente da situação dos assentamentos localizados em Aparecida, os moradores dos sítios rurais, pequenos agricultores, horticultores e as artesãs não têm canais de escoamento de sua produção, a despeito do apoio do STR. Neste caso, a efetividade da política dos Fundos é menor

em relação à Aparecida, no tocante ao incremento da renda e fortalecimento da agricultura e artesanato local. A renda familiar é composta do excedente da agricultura familiar, horticultura, artesanato e PBF e 9% recebem a aposentadoria rural.

Observamos, ao longo da pesquisa empírica, que os laços de reciprocidade são mais densos em comunidades com grau de organização política decorrente de lutas sociais anteriores, onde lhes fora possível configurar certa identidade com a terra e o movimento, como é o caso do assentamento Acauã e Agreste. Devido ao alto grau de organização política, dominam o ciclo produtivo de seus respectivos produtos. Neste caso, o FRS fortalece, ou seja, torna mais densa as relações de reciprocidade e mais efetiva a política. A mesma dinâmica foi verificada por Socorro Oliveira (2011) em sua pesquisa de campo na comunidade de Mandacaru (Paraíba), onde o sistema de Fundos Solidários foi responsável pelo aumento da coesão social e da ajuda mútua. Os laços sociais e a reciprocidade são práticas presentes nos sítios rurais localizados no município de Santa Cruz, no entanto, com menos densidade em função de que cada sítio é uma propriedade da família e não um território coletivo constituído a partir da luta social (como é em Acauã). Portanto, os laços são mais débeis quando a comunidade é frágil politicamente e com alto grau de contato com as áreas urbanas, como é o caso do Litoral Sul.

A participação dos jovens e crianças nas atividades do grupo de viveiros de mudas é extremamente relevante, à medida que envolve um processo pedagógico: jovens e crianças aprendem valores como trabalho em grupo, valorização da agricultura familiar e respeito ao meio ambiente. Neste sentido, para além da lógica mercantil

o FRS atua na construção de valores. Em Acauã, o FRS financiou o artesanato, cujo grupo é composto por dez mulheres. Relataram-nos que realizaram cursos de organização, gestão e produção. Foi assim que as mulheres da comunidade e até mesmo de comunidade circunvizinhas organizaram-se para a produção das peças do artesanato.⁷ Para além da finalidade estritamente econômica, ficou bem claro que o objetivo central das mulheres é o fortalecimento da amizade, a experiência adquirida e a troca de conhecimento, tanto dos mais experientes do grupo quanto das mulheres que estão iniciando o manuseio do produto. As dificuldades na venda do produto (rede almofada) são: o alto custo da produção, porque terceirizam uma fase do processo, ficando o valor final da venda alto (R\$150,00) para a região, que conta com um concorrente poderoso – o *shopping* das redes, que comercializa vários modelos de rede e com preços mais competitivos. Em termos de solidariedade e reciprocidade, o trabalho coletivo deu frutos, pois as pessoas se capacitaram na confecção da rede, aprenderam a organizar o trabalho de forma coletiva e aprenderam o valor da solidariedade e da reciprocidade no mundo do trabalho e na comunidade. Ademais, a partir do trabalho coletivo fora do espaço doméstico, se depararam novamente com questões de gênero – em especial, com a divisão do trabalho. Muitas mulheres receberam apoio dos maridos e filhos, enquanto para outras o trabalho das redes significou uma sobrecarga nas atividades cotidianas. Neste sentido, da perspectiva das relações de gênero, podemos considerar

7 Em fevereiro de 2010, tivemos uma reunião com o grupo no Centro Cultural Raimundo José da Costa, que fica no assentamento, com as mulheres artesãs que tem como foco de seu trabalho “Produzindo Solidariedade no Alto Sertão Paraibano”.

que, apesar do FRS ser um espaço (por elas, conquistado) de reflexão, aprendizado, afeto, ajuda mútua, solidariedade e, talvez, incremento da renda familiar, as suas respectivas experiências na gestão com o Fundo não promoveram uma ressignificação nas relações de gênero, pois, em seus relatos, participam e pensam a sua atuação no FRS a partir das relações de gênero existentes há muitos anos, pautadas na autoridade do marido, na divisão sexual do trabalho (buscar água no açude, cuidar da casa, educação dos filhos, ajudar o marido na lavoura) e na vida doméstica.⁸

Quando realizamos a pesquisa no Alto Sertão, o projeto estava em fase de implantação e foi constituído o Comitê Gestor: as reuniões eram participativas, lideradas pelo STR local (nos relatos, demonstraram grau satisfatório de conscientização política e ambiental). Em relação à questão política dentro FRS, no sentido de um possível clientelismo político, isso não existe nas localidades, pelo contrário, as comissões pregam a independência dos programas e a conscientização da autonomia dos projetos, não se tornando dependentes de políticos de nenhum escalão. Assim, não altera a ideia principal de solidariedade e autossustentabilidade que o FRS deve proporcionar a seus participantes. Os cursos de capacitação foram apontados como ponto forte do projeto, além da melhoria nas condições de vida por meio de uma alimentação mais saudável e o desenvolvimento da solidariedade do grupo. Os principais desafios: a falta de apoio dos órgãos municipais, o clientelismo político, os fatores naturais como o clima e a falta de conscientização da população, mercado (onde vender); constituição da feira agroecológica; PAA

8 A mesma conclusão chega Garcia et al (2011) no livro *Família como armadilha*, que pesquisou impactos de projetos de desenvolvimento na vida das mulheres nos Cariris paraibanos.

(merenda escolar); e a falta de acompanhamento técnico, tanto da parte da instituição financiadora do FRS, o BNB, como das entidades financiadas. Não há recursos suficientes para esse acompanhamento ser efetivado como deve ser feito, embora as entidades façam o possível para acompanhar os seus beneficiários.

Antropologicamente, as experiências com os FRS's "são boas para pensar", como diria Lévi-Strauss (1975), a complementaridade entre o espírito da reciprocidade e o espírito mercantil nos dias atuais. Assim, poderíamos pensar que o circuito da dádiva mediante FRS – recebimento, retribuição e redistribuição nos assentamentos e sítios rurais paraibanos simboliza para os nossos pequenos agricultores a aliança e, ao mesmo tempo, a oferta no interesse estratégico da sobrevivência econômica da comunidade, demonstrando, historicamente, que simbolismo e interesse são indissociáveis, assim como a obrigação e a liberdade.

Considerações Finais

Nas duas pesquisas sobre Fundos Solidários, definimos como objetivos centrais: realizar uma avaliação da efetividade do PAPPS na modalidade FRS do ponto de vista dos sujeitos contemplados com recursos públicos e analisar articulações entre reciprocidade e mercado a partir dos empreendimentos econômicos financiados pelos FRS's. Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, desenvolvemos uma abordagem etnográfica ao longo de dois anos de pesquisa de campo em 19 comunidades situadas no Litoral Sul (7), Alto Sertão (10) e Agreste (2), envolvendo aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas com 90 participantes do referido Programa. É importante salientar que o questionário foi elaborado junto com membros da ASA/PB e pesquisadores da UFCG, que militam a favor dessa política e da agricultura familiar. Além dos questionários, realizamos observação *in loco*, participante, conversas informais, entrevistas em profundidade e reuniões com as lideranças locais e pesquisadores envolvidos na pesquisa para discutir os resultados. Uma reflexão analítica sobre os dados empíricos compõe esta publicação estruturada em cinco capítulos, sendo três deles destinados aos aspectos particulares de cada comunidade.

Iniciamos nossa incursão ao universo simbólico dos fundos solidários na Paraíba com as significações atribuídas aos Fundos pelos atores sociais envolvidos no campo das

finanças solidárias no Brasil (capítulo 1). Deste modo, ao realizar uma incursão às teorias e aos significados, descobrimos que os FRS's são práticas camponesas ancestrais, pois nos remetem aos movimentos camponeses messiânicos de resistência no século XIX (Canudos é o exemplo paradigmático) e aos movimentos camponeses do século XX (podemos citar o das ligas camponesas). Contemporaneamente, é uma reivindicação do Movimento dos Sem Terra e dos agricultores familiares.

Analisando os FRS's no nordeste brasileiro, particularmente na Paraíba, refletimos também sobre a política fundiária e a formação dos assentamentos, sobre as novas configurações do mundo rural, as interfaces entre rural e urbano, as novas estratégias de combate à pobreza, o incremento da agricultura familiar e o desenvolvimento dos territórios a partir dos laços de solidariedade e de reciprocidade (fundamentos das microfinanças solidárias).

Tais práticas, baseadas nas teias de reciprocidade e nos laços de solidariedade base para a auto-organização das comunidades rurais, estão sendo ressignificadas em contexto novo. No contexto contemporâneo, os atores sociais (pesquisadores das universidades, sindicalistas, ong's, setores da igreja católica, políticos, dentre outros) se congregam (militam) em torno de uma causa comum – a conversão dos FRS's em uma política pública de Estado.¹ Ora, a política de finanças solidárias, que no século XXI se originou por pressão dos movimentos sociais urbanos e rurais e setores progressistas da igreja, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra, após o processo de democratização da sociedade, passou por um processo de institucionalização pelo aparelho do Estado via SENAES

1 CF. publicações da Fundação Grupo Esquel Brasil.

e BNB (este último, como ente financiador) a partir do ano de 2003-2004. Nesta nova versão dos Fundos via edital, em 2005, 2008 e 2010 foram lançadas, pelo BNB e SENAES, através de Carta Convites, três chamadas públicas de apoio a projetos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários. Os PAPPS adotaram a metodologia dos FRS's, destinados aos pequenos agricultores na região nordeste. Neste contexto, comunidades rurais foram contempladas com recursos financeiros para promover e fortalecer a agricultura familiar e outras atividades. Na Paraíba, foram financiados seis projetos e cinco deles compõem a amostra de nossa pesquisa empírica. As particularidades sistematizadas em nossos indicadores de sustentabilidade dos assentamentos e de seus respectivos empreendimentos remetem, simultaneamente: à configuração territorial; ao domínio de tecnologias produtivas, energéticas e de captação e armazenamento da água; à organização política da comunidade; ao estilo da liderança, que modela o estilo de gestão do FRS; à densidade dos laços sociais; ao acesso à rede pública de ensino; acesso às políticas e ao acesso às tecnologias de informação.

A pesquisa mapeou o perfil dos participantes do PAPPS: em primeiro lugar, são famílias assentadas da reforma agrária, deste modo, a mobilização política pela terra é um fator preponderante e a atuação do MST/STR e CPT, também. A maioria é casada e constitui família com dois ou três filhos. Possuem 4 anos de escolaridade formal e uma taxa elevada de analfabetismo. As crianças frequentam a escola, mas os jovens encontram dificuldade de acesso à rede pública de ensino porque precisam trabalhar, auxiliar na renda familiar e, também, por

conta da distância das escolas de Ensino Médio. Poucos frequentam a universidade. A atividade econômica é a agricultura familiar para subsistência (80%) e o excedente para comercialização (20%). Cada FRS se configura como uma experiência particular porque a sua gestão se realiza segundo as regras estabelecidas nas comunidades, porém, com a coordenação das suas lideranças e dos STR's, à exceção do Litoral Sul, onde a presença do STR é tênue. Há princípios básicos que são seguidos pelos participantes, como, por exemplo, a elaboração de um estatuto do FRS, a eleição do comitê gestor, a realização de reuniões periódicas, que devem ser registradas em atas, o registro contábil, o livro de entradas e saídas e os mecanismos de devolução e de prestação de contas. Entretanto, dois aspectos são centrais na política: a decisão de investimento do recurso e as formas de devolução dos recursos que são decididas entre os participantes da política em reunião coletiva.

Outro aspecto comum revelado pela pesquisa foi o desconhecimento da metodologia do FRS. Esses dados estão apresentados no perfil da gestão da política. A pergunta sobre como tomaram conhecimento do FRS anuncia a relevância dos laços de parentesco e de vizinhança e as articulações com os STR's. Em todos os assentamentos, a resposta à questão foi de que conheceram a política pelos vizinhos, parentes e pelo STR. O tempo de participação no Programa corresponde aos editais públicos lançados, ou seja, desde 2005. Neste sentido, o tempo oscila entre 12 meses a 5 anos. Trata-se de uma experiência recente, complexa e que envolve um aprendizado no médio e longo prazo. Assim, consideramos o desconhecimento dos participantes em relação à prestação de contas,

às formas de devolução e à origem dos recursos financeiros do FRS como elementos desse processo de aprendizado. O desconhecimento da metodologia é um indicador de que necessitam de (mais) acompanhamento das entidades de mediações e capacitações em FRS. Os dados indicam que, quanto maior a identificação com a agricultura familiar, o distanciamento das práticas clientelistas, a liderança democrática, a coesão sólida e imersa em redes a comunidade estiver inserida, maior será a efetividade do Programa. De fundamental relevância é o domínio da cadeia produtiva pela comunidade e a observância do marco legal, particularmente o PAA e PNAE, pela prefeitura e a organização política e produtiva do assentamento.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: O caso do Agroamigo. 2008. Disponível em: http://www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_10_2008.pdf.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, A. C.; HOFFMANN, M. (Orgs.). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Programa de apoio a projetos produtivos solidários*. Fortaleza: BNB, 2005.
- CAILLÉ, A. *Critique de la raison utilitaire*. Manifeste du Mauss (mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales). – Avant-propos et postface inédits de l’auteur. Paris: La Découverte, 2003.
- CLASTRES, P. *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cossack & Naïf, 2003.
- DINIZ, P. C. O.. *Ação Coletiva e Convivência com o Semi-Árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano*. Campina Grande: UFPB, Programa de Pós-Graduação em

Sociologia, março de 2002, 121 p. e anexos, Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural).

DUQUE, G; OLIVEIRA, S. Comunidade rural e cooperação entre camponeses: Os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. In: *V Congresso Europeu CEISAL de Latino americanistas*. Bruxelas, 11 a 14/04/2007. 10p.

_____. In: FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. *Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários*. Caderno 2, Fortaleza: Fundação Grupo Esquel Brasil/BNB, 2008. p. 131-141.

ESPÍNOLA, R. S. *A inserção de resorts no litoral sul da Paraíba: impactos socioambientais e sustentabilidade nas comunidades locais*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FAORO, R. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. Revista USP, n 17. São Paulo. 1993. P.14-29.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. *Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários*. Caderno 1, Fortaleza: Fundação Grupo Esquel Brasil/BNB, 2007.

GARCIA, L. et. al. (Orgs.). *Família como armadilha. A busca de fissuras no cotidiano das mulheres nos Cariris paraibanos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos Editora SA, 1989.

GODELIER, M. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, A. *Avaliação dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba*. Paraíba: UFPB. Projeto de Pesquisa. Convênio BNB/CODISMA, 2009 a. 11p.

_____. *Economia da Dívida e os Fundos Rotativos Solidários*. Reciprocidade e Mercado em comunidades rurais do Estado da Paraíba. Paraíba: UFPB. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2009 b. 39p.

_____. Políticas Públicas, etnografia e a construção de indicadores sócio-culturais. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, Fortaleza, v.1, pp. 1-17, 2009 c.

_____. *Experiências em economia solidária no Estado do Ceará*. CMU/Artescrita, Campinas, Unicamp, 2009 d.

_____. Desenvolvimento, mercado e políticas sociais em comunidades rurais no Estado da Paraíba. Rio de Janeiro, *IdeAS*. Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Vol. 5, n1, jan-jun, 2011. p. 249-273.

GONÇALVES, A. F.; SANTOS, C. S. dos. Indicadores locais de sustentabilidade e a avaliação de políticas sociais: Contribuições para a gestão pública. In: BRANDÃO, S. (Org.). *Gestão Pública: Práticas e Desafios*, Vol. IV. Recife: Bagaço, 2010.

GRUPO ESQUEL (Org.). *Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais*. Mobilização em prol de uma política pública de apoio a Fundos Solidários _____. A experiência da ASA/PB com os Fundos Rotativos Solidários. In: Caderno 2, Fortaleza: Fundação Grupo Esquel Brasil/BNB, 2007-2008. p.130-139.

HECK, S. *Fundos solidários/rotativos*. Apoio a projetos produtivos solidários. Brasília, 2006. 2p. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 18.3.2009.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura Familiar: uma realidade multiforme*. v.1. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *A agricultura Familiar. Do mito à realidade*. v. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LANNA, M. *A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dívida. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política*, 14, p. 173-194, jun, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. *Totemismo Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, 12(25): 85-103. 2006.

MELO, J. A. T. (Org.). *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2006.

MENEZES, M. A. de. Reciprocidade e Campesinato. Uma leitura de James Scott, Enrique Mayer, Antonio Candido e Emilio Willems. In: MARTINS, P. *Polifonia do Dom*. p. 209-233. Recife: Editora Universitária, 2006.

MOREIRA, E. *Território(s) de Esperança*. Projeto de pesquisa. João Pessoa: CNPq, 2006.

_____. *Por um pedaço de chão*. 2 v. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 838 p.

MOREIRA, E. *Por um pedaço de chão*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. *De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência*

camponesa no semi-árido paraibano. *Revista Nera*, v.10, n.10, 2007, p. 72-93.

MOTA, D. J. R. O BNB e a Economia Solidária. *IX FSM*, Belém, Painel: Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento no Nordeste: A perspectiva da avaliação, 2009. 13p.

_____. *Políticas Públicas e Economia Solidária*. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas), 2009. 56p.

NETO, B. M. A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social. Disponível em: <www.monografias.com>. Consulta em 13.10.2011.

OLIVEIRA, M. do S. de L. *Cooperação entre camponeses: Um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Campina Grande: UFCG/PPGS, 2006, 167 p.

_____. *Os espinhos, as flores e os frutos do Mandacaru: as transformações na configuração social de uma comunidade rural camponesa a partir da intervenção de atores externos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande, Centro de Humanidades, UFCG, 2011. 242f.

PEIRANO, M. O encontro etnográfico e o diálogo teórico. Brasília, *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986. p.249-264.

POLANYI, K. *A grande transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PÓLO SINDICAL E DAS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BORBOREMA et. al. *Cordel do Fundo Solidário*. Gerando riquezas e saberes. Noções de boas práticas sobre

organização e gestão. Lagoa Seca, Paraíba, 48p., 2008.
Acompanha CD room.

PROLICEN. *Políticas públicas de desenvolvimento local: a experiência contemporânea dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba*. Projeto de Pesquisa. João Pessoa. UFPB, 2010. Relatório final, 17p.

_____. *Políticas Públicas de desenvolvimento local: A experiência contemporânea dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba*. Projeto de Pesquisa. João Pessoa, UFPB, 2010. 33p.

RODRIGUES, L. C. *Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais: conflitos e interesses com relação à propriedade da terra*. Civitas. 10 (3), 2010, p. 527-544.

RUFINO, M. Os Fundos Rotativos Solidários no Alto Sertão Paraibano: Diário de campo de uma pesquisa de avaliação. CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais, João Pessoa, nº 15, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/>>. Acesso em: 31.8.2010.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dívida em comunidades rurais do Nordeste Brasileiro. *Raízes*, Campina Grande., n. 20, 2001.

_____. Dívida e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *XI CISO*, Aracaju, p. 1-25, 2003.

_____. *Camponeses do Brasil*. Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SABOURIN, E.; DUQUE, G. et. al. Interactions entre organisations de producteurs et politiques publiques au Nordeste Semi-Aride. In: *Atelier: Les organisations professionnelles rurales et le développement durable: Regards croisés Brésil, Indonésie, France*. Montpellier, CIRAD, 7 e 8 septembre, 2005.

SABOURIN, E.; TONNEAU, J. P.; MENEZES, M. Globalização e agricultura familiar: Transformações sociais, resistência e mutações. In: *Anais do XI Congresso Mundial de Sociologia Rural*, Trondheim, Noruega, 2004.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). Rio de Janeiro, *Mana*, v.3, n1, p. 41-73. 1997.

SANTOS, C. S. Finanças solidárias & relações de gênero no universo camponês no alto sertão paraibano. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Ciências Sociais. UFPB, 2011. 82p.

SANTOS FILHO, C. Fondos rotativos solidarios: dilemas en la gestión social de recursos públicos en las comunidades campesinas en el noreste brasileño. *Anthroposs 2011*, Cuba, Ciudad de Habana. 15p.

SANTOS FILHO, C.; GONÇALVES, A. Fundos Rotativos Solidários: Dilemas na gestão de recursos públicos por comunidades rurais no Nordeste do Brasil. *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*. V II, n4, jun, Recife, 2011. P. 104-123.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. P. 64-65.

SILVA, F., GONÇALVES, A. A Cáritas Brasileira e a Economia Popular Solidária: o Agente de Cáritas e a Caridade Libertadora. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n.32, 2013. P. 1506-1524.

SILVA, R. M. DA. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007. P. 466-485.

SILVA E SILVA, M. O. (Coord.). *Pesquisa avaliativa*. Aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SOUZA, V. B. Imagens e representações da ocupação turística do Litoral Sul do Estado da Paraíba. *V Encontro da ANPPAS*, Florianópolis, out., 2010. 17p.

STOLKE, V. La mujer es puro cuento: La cultura del género. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n 2, mai/ago., 2004. p.77- 105.

TEMPLE, D. L'économie humaine, La revue du MAUSS semestrielle, nº10, 103-109 « Guerre et paix entre les sciences », Paris, La Découverte, 2^{em} semestre 1997.

_____, D. *As origens antropológicas da reciprocidade*. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org>>. Acesso em: 28.7.2009.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, Eric (Orgs). *Agricultura familiar*. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

VIEIRA, A. M. de S. *Faces do desenvolvimento social: uma etnografia sobre as representações sociais na política dos Fundos Rotativos Solidários*. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. 54p.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico*, Brasília, v.87, p. 11-73. 1990.

Apêndice – Roteiro

I - PERFIL SOCIOECONÔMICO DA FAMÍLIA DO PARTICIPANTE DO FRS

- Nome do participante do FRS
- Idade
- Gênero
- Grau (anos) de escolaridade
- Estado civil
- Filiação a redes (sindicatos, grupos, associações, cooperativas ou outras)
- Entidade(s) de mediação do FRS
- Nome do pai, idade e anos de escolaridade (formal)
- Nome da mãe, idade e anos de escolaridade (formal)
- Número de filhos ou irmãos e idade
- Filhos ou irmãos que frequentam a escola
- Como é o acesso à rede pública de ensino?
- Número de pessoas que moram na casa
- Orientação religiosa da família e do participante do FRS (participa de algum grupo religioso? Qual?)
- Localidade de origem da família (município e comunidade)

II – PERFIL DA PROPRIEDADE

- Localização da propriedade (a propriedade está situada em qual comunidade? A comunidade está situada em qual município?)
- Propriedade é da família? Arrendada? Posseiro? Meeiro?
- Assentamento: organização e regularização (INCRA? MST? CPT? Crédito fundiário?)
- Trabalha em propriedade alheia?
- Tamanho da propriedade
- Tempo de moradia na propriedade
- Benfeitorias realizadas na propriedade (cisterna? cercado?)
- Qual a origem dos recursos das benfeitorias realizadas?
- Tecnologia de armazenamento da água (carros pipa? cisterna?)

III – PERFIL DA PRODUÇÃO

- Produz o quê?
- Produção principal e diversificação?
- Criação?
- Beneficiamento (Leite e derivados, frutas)
- Outro tipo de atividade econômica (artesanato, horticultura)
- Quanto da produção é para subsistência, consumo (alimentação) da família

- Quanto da produção é vendido no mercado local (excedente)? Onde vende? A quanto vende?
- Quanto da produção é trocado ou doado na comunidade?
- Vende a Programas governamentais? Quais?

IV – RENDA (COMPOSIÇÃO)

- Há pessoas na família que trabalham de forma assalariada? Onde? Há quanto tempo?
- Há pessoas aposentadas na família?
- A família recebe ajuda financeira de fora da comunidade?
- A família é contemplada com algum programa do governo (Bolsa Família? Pronaf? Qual Pronaf?)

V – GESTÃO DO FRS

- Como tomou conhecimento do FRS?
- Qual atividade (apicultura, horta, artesanato, plantio ou outras) é financiada pelo FRS?
- É a sua primeira experiência com o FRS?
- Iniciou a experiência com o FRS com que atividade? Há quanto tempo? Com que recursos? Próprios, da família, da comunidade, de entidade fora da comunidade?
- Atualmente quais atividades são financiadas via FRS?
- Qual a origem dos recursos financeiros?

- Há uma projeção por parte dos participantes dos FRS's de produção mensal ou anual?
- Quem decide onde serão investidos os FRS?
- Quem escolhe as pessoas ou famílias que irão participar do FRS?
- Qual a sua participação no FRS? De que modo participa?
- Quem decide sobre a devolução dos FRS's?
- Como se realiza a prestação de contas dos FRS's?
- Como e onde se realizam as reuniões (semanalmente, mensalmente)?
- Qual a sua opinião sobre a gestão dos FRS's (pontos positivos e negativos)?
- Realizou alguma atividade de formação e de capacitação no projeto FRS (visitas técnicas de entidades de assessoria, encontros, seminários, reuniões, cursos ou outros)?
- Há um registro das reuniões? Como é feito? Quem faz? (Comissão de gestão)
- Há um registro das contribuições? Como é feito? Quem faz? (Comissão de gestão)
- A prestação de contas é pública? Explique como é feita. (Comissão de gestão)
- Quem é o responsável pelas compras? Há levantamento de preços? Como é feita a tomada de preços? (Comissão de gestão)

VI - IMPRESSÕES SOBRE O FRS

- O que mudou na vida da família, do grupo (cooperativa, associação) e da comunidade com os FRS's?
- Qual a sua sugestão para melhorar a política dos FRS?

A presente publicação é resultado de dois projetos de pesquisa cujo tema nos remete ao universo das microfinanças solidárias na modalidade de Fundos Rotativos Solidários (FRS's) em assentamentos e sítios rurais no estado da Paraíba. As supracitadas pesquisas foram desenvolvidas na UFPB, a partir do segundo semestre de 2009, com financiamento do CNPq e do BNB. A pesquisa financiada pelo BNB teve como objetivo geral avaliar a efetividade do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) mediante FRS's do ponto de vista dos agricultores e agricultoras, a segunda pesquisa enfocou as articulações entre reciprocidade e mercado. Neste sentido, ambas as perspectivas estavam conectadas, pois a inserção do excedente ao mercado ou a inclusão produtiva da agricultura familiar a partir de laços de reciprocidade seria uma das finalidades do PAPPS. Analisando os FRS(s) na Paraíba, refletimos também sobre a política fundiária e a formação dos assentamentos, sobre as novas configurações do mundo rural, sobre as interfaces entre rural e urbano, sobre novas estratégias de combate à pobreza, incremento da agricultura familiar, relações de gênero desenvolvimento dos territórios, a partir dos laços de solidariedade e de reciprocidade. Tais práticas baseadas nas teias de reciprocidade. As particularidades sistematizadas em nossos indicadores de sustentabilidade dos assentamentos e de seus respectivos empreendimentos remetem simultaneamente: 1. à configuração territorial; 2. domínio de tecnologias produtivas, energéticas e de captação e armazenamento da água, 3. organização política da comunidade, 4. estilo da liderança que modela o estilo de gestão do FRS, 5. densidade dos laços sociais, 6. acesso à rede pública de ensino, 7. acesso às pp's, e 8. Acesso às tecnologias de informação. A análise sinaliza que quanto maior for a identificação dos assentados com a agricultura familiar, (o) distanciamento das práticas clientelistas, florescimento de uma liderança democrática e imersa em redes a comunidade estiver inserida maior será a efetividade do Programa.

ISBN 978-85-237-1177-1



9 788523 711771